

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ADEQUAÇÃO DA

GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE CIÊNCIAS

CONTÁBEIS DA CIDADE DE SÃO PAULO AO EXAME DE

SUFICIÊNCIA EXIGIDO PELO CONSELHO FEDERAL DE

CONTABILIDADE PARA A OBTENÇÃO DO REGISTRO

PROFISSIONAL DE CONTADOR

ADILSON LUIZÃO

SÃO PAULO

2002

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO
MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

ADILSON LUIZAO

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo - FACESP da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica.

**Orientador: Prof. Dr. Antonio Benedito Silva
Oliveira**

SÃO PAULO

2002



FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO-FECAP

Presidente Honorário FECAP - Silvio Álvares Penteado Neto

Presidente do Conselho de Curadores: Horácio Berlinck Neto

Membros do Conselho:

Antonio Carlos de Salles Aguiar

Paulo Ernesto Tolle

Mário Amato

Ester de Figueiredo Ferraz

Abram Abe Szajman

Flávio Fava de Moraes

Diretor Superintendente: Oliver Gomes da Cunha

Diretor Institucional: José Joaquim Boarin

Diretor Administrativo-Financeiro: Marcelo Freitas Camargo

Diretor Acadêmico: Manuel José Nunes Pinto



FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO-FACESP

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo

Prof. Manuel José Nunes Pinto

Coordenadora do Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica

Prof.^a. Dr.^a. Nena Geruza Cei

FICHA CATALOGRÁFICA

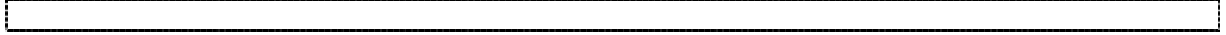
Pxxx¹ Luizão, Adilson
O Exame de Suficiência/Adilson Luizão
São Paulo, [s.n.], 11/03/2002
p.200

Orientador(a): Prof(a). Dr. Antonio Benedito Silva Oliveira

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
– FACESP da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica

1. Contabilidade 2.Exame de Suficiência

CDD xxx.xx



**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO
MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE ESTRATÉGICA**

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ADEQUAÇÃO DA
GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA CIDADE DE SÃO PAULO E DO EXAME
DE SUFICIÊNCIA EXIGIDO PELO CONSELHO FEDERAL
DE CONTABILIDADE PARA A OBTENÇÃO DO REGISTRO
PROFISSIONAL DE CONTADOR**

ADILSON LUIZÃO

SÃO PAULO

2002

Dedico este trabalho a aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para incentivar a pesquisa e para dar ânimo durante esta longa e gratificante jornada de evolução.

Agradeço a Deus pela vida, o bem maior, e pela possibilidade de ter no meu convívio pessoas que buscam a felicidade e que o querem fazer ao meu lado, dentre elas: Dona Lila, minha mãe; Rita, minha irmã; Ana Gabriela e Juliana, minhas filhas; e Célia, esposa, amiga, confidente, a felicidade em pessoa.

Sumário

Introdução	1
1. Criação e evolução do curso de ciências contábeis.	8
1.1 Considerações iniciais	8
1.2 A criação do curso de ciências contábeis e sua evolução	11
1.3 O currículo legal atual do curso de ciências contábeis	14
1.4 O projeto de diretrizes curriculares.	16
2. A regulamentação da profissão e o mercado de trabalho	18
2.1 Considerações gerais	18
2.2 A regulamentação da profissão.	21
2.2.1 A História Brasileira.....	21
2.2.2 As Entidades de Classe Norte Americanas	26
2.2.2.1 American Accounting Association (AAA)	27
2.2.2.2 American Institute of Certified Public Accountants - AICPA.....	28
2.2.3 A busca da padronização da Contabilidade	29
2.2.3.1 Committee on Accounting Procedures (CAP)	30
2.2.3.2 Accounting Principles Board (APB).....	30
2.2.3.3 Financial Accounting Fundation - FAF.	33
2.3 A criação do Conselho Federal de Contabilidade e a atual regulamentação profissional.....	34
2.4 O mercado de trabalho	46
3. O Exame de Suficiência.....	53
3.1 Considerações gerais.	53
3.2 A criação do Exame.....	57
3.3 Exames já realizados – dados estatísticos.	58
3.4 A adequação da grade curricular das IES da cidade de São Paulo.....	63
3.4.1 As Instituições de Ensino Superior	63
3.4.2 Da Justificativa Estatística	66
3.4.2.1 População	66
3.4.2.2 Amostra.....	66
3.4.2.3 Amostragem.....	67

3.4.2.4 Parâmetro	67
3.4.2.5 Estimador	67
3.4.2.6 Média Aritmética	67
3.4.2.7 Moda	68
3.4.2.8 Mediana	68
3.4.2.9 Desvio-padrão.....	68
3.4.2.10 Variância	69
3.4.3 Análise exploratória a amostra.....	70
3.4.3.1 Tabulação dos dados.....	70
3.4.3.2 Determinação do número de classes para dados agrupados (k)...	70
3.4.3.3 Determinação da amplitude de classe (h).....	71
3.4.3.4 Cálculo pela Média.....	71
3.4.4 Resultados da Pesquisa	75
Conclusão.....	193
Bibliografia	205
Anexo A: Proposta de Diretrizes Curriculares	207
Anexo B: Conteúdo programático previsto para o Exame de Suficiência, por meio da Resolução CFC nº 853/99, de 28 de julho de 1999.....	217

Lista de Figuras

Figura 1: O CFC e a sociedade. Fonte: www.cfc.org.br	45
Figura 2: O CFC e as funções básicas do sistema. Fonte: www.cfc.org.br	46
Figura 3: Percentual de respostas apresentados no item 1a – A escrituração contábil.....	76
Figura 4: Percentual de respostas apresentados no item 1b – Os registros contábeis na constituição de entidades.	77
Figura 5: Percentual de respostas apresentados no item 1c – Os registros das operações típicas de uma empresa.	78
Figura 6: Percentual de respostas apresentados no item 1d – Medidas preliminares à elaboração de balanços.	80
Figura 7: Percentual de respostas apresentados no item 1e – A avaliação dos ativos e passivos.....	81
Figura 8: Percentual de respostas apresentados no item 1f – A elaboração das demonstrações contábeis.	83
Figura 9: Percentual de respostas apresentados no item 1g – Os registros contábeis na reestruturação de empresas.	84
Figura 10: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade Geral.	86
Figura 11: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade Geral.....	86
Figura 12: Percentual de respostas apresentados no item 2a – Elementos conceituais de Contabilidade de Custos.	88
Figura 13: Percentual de respostas apresentados no item 2b – As possíveis classificações dos Custos.....	89
Figura 14: Percentual de respostas apresentados no item 2c – Os objetivos da Contabilidade de Custos.	90
Figura 15: Percentual de respostas apresentados no item 2d – Caracterização dos sistemas de custeamento.	92

Figura 16: Percentual de respostas apresentados no item 2e – Os principais sistemas de custeamento.	93
Figura 17: Percentual de respostas apresentados no item 2f – O controle da produção e os custos.	94
Figura 18: Percentual de respostas apresentados no item 2g – A apropriação dos custos aos portadores finais.	96
Figura 19: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade de Custos.	97
Figura 20: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade de Custos.	97
Figura 21: Percentual de respostas apresentados no item 3a – Contabilidade Pública.	99
Figura 22: Percentual de respostas apresentados no item 3b – Plano de contas da contabilidade pública.	100
Figura 23: Percentual de respostas apresentados no item 3c - Orçamento.	102
Figura 24: Percentual de respostas apresentados no item 3d – Receita e despesa pública.	103
Figura 25: Percentual de respostas apresentados no item 3e – Demonstrações contábeis.	104
Figura 26: Percentual de respostas apresentados no item 3f – Balanço geral. ...	106
Figura 27: Percentual de respostas apresentados no item 3g – Sistema de Controle Interno e Externo.	107
Figura 28: Percentual de respostas apresentados no item 3h – Gestão Fiscal. ...	109
Figura 29: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade Pública.	110
Figura 30: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade Pública.	111
Figura 31: Percentual de respostas apresentados no item 4a – Conteúdo da contabilidade gerencial.	113
Figura 32: Percentual de respostas apresentados no item 4b – As análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade.	114

Figura 33: Percentual de respostas apresentados no item 4c – A gestão dos custos.	116
Figura 34: Percentual de respostas apresentados no item 4d – As demonstrações contábeis na avaliação de desempenho.	117
Figura 35: Percentual de respostas apresentados no item 4e – A avaliação de empresas.	119
Figura 36: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade Gerencial.	120
Figura 37: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade Gerencial.	120
Figura 38: Percentual de respostas apresentados no item 5a – Características da auditoria contábil.	122
Figura 39: Percentual de respostas apresentados no item 5b – O trabalho de auditoria.	123
Figura 40: Percentual de respostas apresentados no item 5c – As tomadas e prestações de contas.	125
Figura 41: Percentual de respostas apresentados no item 5d – Legislação.	126
Figura 42: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Auditoria Contábil.	127
Figura 43: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Auditoria Contábil.	128
Figura 44: Percentual de respostas apresentados no item 6a – Conceitos de Perícia Contábil.	129
Figura 45: Percentual de respostas apresentados no item 6b – Aspectos profissionais.	130
Figura 46: Percentual de respostas apresentados no item 6c – Aspectos técnicos, doutrinários, processual e operacional.	132
Figura 47: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Perícia Contábil.	133
Figura 48: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Perícia Contábil.	133

Figura 49: Percentual de respostas apresentados no item 7a – A contabilidade.	135
Figura 50: Percentual de respostas apresentados no item 7b – Os princípios fundamentais de contabilidade.	136
Figura 51: Percentual de respostas apresentados no item 7c – As escolas ou doutrinas da história da contabilidade.....	138
Figura 52: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Teoria da contabilidade.....	139
Figura 53: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de teoria da contabilidade.	140
Figura 54: Percentual de respostas apresentados no item 8a – Fontes e hierarquia da norma.....	141
Figura 55: Percentual de respostas apresentados no item 8b – Estado e constituição.....	143
Figura 56: Percentual de respostas apresentados no item 8c – Poderes do Estado.	144
Figura 57: Percentual de respostas apresentados no item 8d – A pessoa e seus atributos.....	145
Figura 58: Percentual de respostas apresentados no item 8e – Tipos de sociedades.....	147
Figura 59: Percentual de respostas apresentados no item 8f – Contratos.	148
Figura 60: Percentual de respostas apresentados no item 8g – Crimes contra a ordem econômica.	149
Figura 61: Percentual de respostas apresentados no item 8h – Tributos e suas espécies.....	151
Figura 62: Percentual de respostas apresentados no item 8i – Créditos tributários.	152
Figura 63: Percentual de respostas apresentados no item 8j – Contratos de trabalho em relação aos empregos.....	153
Figura 64: Percentual de respostas apresentados no item 8k – Direitos trabalhistas.....	155

Figura 65: Percentual de respostas apresentados no item 8l – Empregado e empregador.....	156
Figura 66: Percentual de respostas apresentados no item 8m – Previdência social.	157
Figura 67: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Noções de direito público e privado.	159
Figura 68: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Noções de direito público e privado.....	159
Figura 69: Percentual de respostas apresentados no item 9a – A ética geral e a ética profissional.	161
Figura 70: Percentual de respostas apresentados no item 9b – A legislação sobre a ética profissional.	162
Figura 71: Percentual de respostas apresentados no item 9c – Legislação profissional.....	164
Figura 72: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Legislação e ética profissional.	165
Figura 73: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Legislação e ética profissional.....	166
Figura 74: Percentual de respostas apresentados no item 10a – Princípios fundamentais de contabilidade.	167
Figura 75: Percentual de respostas apresentados no item 10b – Apêndice aos princípios fundamentais de contabilidade.	168
Figura 76: Percentual de respostas apresentados no item 10c – Normas brasileiras de contabilidade.....	170
Figura 77: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.....	171
Figura 78: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.....	171
Figura 79: Percentual de respostas apresentados no item 11a – Cidadania.....	173

Figura 80: Percentual de respostas apresentados no item 11b – Regime político brasileiro e democracia.....	174
Figura 81: Percentual de respostas apresentados no item 11c – As classes e os direitos sociais.	175
Figura 82: Percentual de respostas apresentados no item 11d – Economia brasileira.	177
Figura 83: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do país. ...	178
Figura 84: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do país.....	178
Figura 85: Percentual de respostas apresentados no item 12a – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino fundamental.	180
Figura 86: Percentual de respostas apresentados no item 12b – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino médio.	181
Figura 87: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Português.....	182
Figura 88: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Português.	183
Figura 89: Percentual de respostas apresentados no item 13a – Juros simples.	184
Figura 90: Percentual de respostas apresentados no item 13b – Juros compostos.	186
Figura 91: Percentual de respostas apresentados no item 13c – Anuidades.	187
Figura 92: Percentual de respostas apresentados no item 13d – Taxas.	188
Figura 93: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Matemática Financeira.	189
Figura 94: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Matemática financeira.	190
Figura 95: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre todo o conteúdo programático do Exame de Suficiência.	191

Lista de Quadros

Quadro 1: Dados estatísticos do item 1a – A escrituração contábil.....	76
Quadro 2: Dados estatísticos do item item 1b – Os registros contábeis na constituição de entidades.....	77
Quadro 3: Dados Estatísticos do item 1c – Os registros das operações típicas de uma empresa.	79
Quadro 4: Dados estatísticos do item 1d – Medidas preliminares à elaboração de balanços.....	80
Quadro 5: Dados Estatísticos do item 1e – A avaliação dos ativos e passivos.	82
Quadro 6: Dados Estatísticos do item 1f – A elaboração das demonstrações contábeis.....	83
Quadro 7: Dados estatísticos do item 1g – Os registros contábeis na reestruturação de empresas.	85
Quadro 8: Dados estatísticos do item 2a – Elementos conceituais de Contabilidade de Custos.....	88
Quadro 9: Dados Estatísticos do item 2b – As possíveis classificações dos Custos.	89
Quadro 10: Dados estatísticos do item 2c – Os objetivos da Contabilidade de Custos.....	91
Quadro 11: Dados estatísticos do item 2d – Caracterização dos sistemas de custeamento.	92
Quadro 12: Dados estatísticos do item 2e – Os principais sistemas de custeamento.	93
Quadro 13: Dados estatísticos do item 2f – O controle da produção e os custos.	95
Quadro 14: Dados estatísticos do item 2g – A apropriação dos custos aos portadores finais.	96
Quadro 15: Dados estatísticos do item 3a – Contabilidade Pública.....	99
Quadro 16: Dados estatísticos do item 3b – Plano de contas da contabilidade pública.....	100
Quadro 17: Dados estatísticos do item 3c - Orçamento.	102

Quadro 18: Dados estatísticos do item 3d – Receita e despesa pública.	103
Quadro 19: Dados estatísticos do item 3e – Demonstrações contábeis.....	105
Quadro 20: Dados estatísticos do item 3f – Balanço geral.	106
Quadro21: Dados estatísticos do item 3g – Sistema de Controle Interno e Externo.	107
Quadro 22: Dados estatísticos do item 3h – Gestão Fiscal.	109
Quadro 23: Dados estatísticos do item 4a – Conteúdo da contabilidade gerencial.	113
Quadro 24: Dados estatísticos do item 4b – As análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade.....	115
Quadro 25: Dados estatísticos do item 4c – A gestão dos custos.	116
Quadro 26: Dados estatísticos do item 4d – As demonstrações contábeis na avaliação de desempenho.	118
Quadro 27: Dados estatísticos do item 4e – A avaliação de empresas.	119
Quadro 28: Dados estatísticos do item 5a – Características da auditoria contábil.	122
Quadro 29: Dados estatísticos do item 5b – O trabalho de auditoria.....	124
Quadro 30: Dados estatísticos do item 5c – As tomadas e prestações de contas.	125
Quadro 31: Dados estatísticos do item 5d – Legislação.....	126
Quadro 32: Dados estatísticos do item 6a – Conceitos de Perícia Contábil.	129
Quadro 33: Dados estatísticos do item 6b – Aspectos profissionais.....	131
Quadro 34: Dados estatísticos do item 6c – Aspectos técnicos, doutrinários, processual e operacional.	132
Quadro 35: Dados estatísticos do item 7a – A contabilidade.....	135
Quadro 36: Dados estatísticos do item 7b – Os princípios fundamentais de contabilidade.....	136
Quadro 37: Dados estatísticos do item 7c – As escolas ou doutrinas da história da contabilidade.....	138
Quadro 38: Dados estatísticos do item 8a – Fontes e hierarquia da norma.	141
Quadro 39: Dados estatísticos do item 8b – Estado e constituição.	143

Quadro 40: Dados estatísticos do item 8c – Poderes do Estado.....	144
Quadro 41: Dados estatísticos do item 8d – A pessoa e seus atributos.....	146
Quadro 42: Dados estatísticos do item 8e – Tipos de sociedades.	147
Quadro 43: Dados estatísticos do item 8f – Contratos.....	148
Quadro 44: Dados estatísticos do item 8g – Crimes contra a ordem econômica.	150
Quadro 45: Dados estatísticos do item 8h – Tributos e suas espécies.....	151
Quadro 46: Dados estatísticos do item 8i – Créditos tributários.	152
Quadro 47: Dados estatísticos do item 8j – Contratos de trabalho em relação aos empregos.	154
Quadro 48: Dados estatísticos do item 8k – Direitos trabalhistas.....	155
Quadro 49: Dados estatísticos do item 8l – Empregado e empregador.....	156
Quadro 50: Dados estatísticos do item 8m – Previdência social.	158
Quadro 51: Dados estatísticos do item 9a – A ética geral e a ética profissional..	161
Quadro 52: Dados estatísticos do item 9b – A legislação sobre a ética profissional.	163
Quadro 53: Dados estatísticos do item 9c – Legislação profissional.	164
Quadro 54: Dados estatísticos do item 10a – Princípios fundamentais de contabilidade.....	167
Quadro 55: Dados estatísticos do item 10b – Apêndice aos princípios fundamentais de contabilidade.	169
Quadro 56: Dados estatísticos do item 10c – Normas brasileiras de contabilidade.	170
Quadro 57: Dados estatísticos do item 11a – Cidadania.	173
Quadro 58: Dados estatísticos do item 11b – Regime político brasileiro e democracia.	174
Quadro 59: Dados estatísticos do item 11c – As classes e os direitos sociais. ...	176
Quadro 60: Dados estatísticos do item 11d – Economia brasileira.....	177
Quadro 61: Dados estatísticos do item 12a – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino fundamental.	180
Quadro 62: Dados estatísticos do item 12b – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino médio.....	181

Quadro 63: Dados estatísticos do item 13a – Juros simples.	185
Quadro 64: Dados estatísticos do item 13b – Juros compostos.	186
Quadro 65: Dados estatísticos do item 13c – Anuidades.	187
Quadro 66: Dados estatísticos do item 13d – Taxas.	189

RESUMO

Diante da necessidade e interesse da classe contábil de resguardar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da área contábil, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, criou o Exame de Suficiência. A aprovação neste Exame é condição indispensável para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC's. O CFC estabeleceu o conteúdo programático a ser exigido na realização do Exame de Suficiência partindo da premissa de que tais conteúdos seriam os adequados para atender ao quanto é solicitado pelo mercado de trabalho. Este trabalho de pesquisa está centrado na verificação da adequação entre as grades curriculares do Exame de Suficiência e das grades curriculares das Instituições de Ensino Superior que oferecem o Curso de Ciências Contábeis, dentro do município de São Paulo. Através de questionário enviado a todas as Instituições de Ensino Superior – IES - do município de São Paulo que oferecem o Curso de Ciências Contábeis, verificou-se se havia uma adequação entre as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis com o conteúdo programático do Exame de Suficiência, o que restou plenamente comprovado ao final da análise das respostas apresentadas. Desta forma o objetivo da pesquisa foi atendido através desta contribuição ao estudo do presente tema.

ABSTRACT

Facing the need and interest, of the accounting class, in protecting the quality of rendered service by professionals of the area, the Federal Accounting Board (Conselho Federal de Contabilidade CFC) created a capacity Exam required to obtain the Public Certification in the Regional Accounting Boards (Conselho Regional de Contabilidade CRC). The Federal Accounting Board established the contents requested for the Capacity Exam aiming at the demands of the working market. This research is focused on verifying the adequacy among the syllabuses of universities which offer Accounting courses in the city of São Paulo. Tabulating the answers of the questionnaire sent to all the universities which offer Accounting courses in the city of São Paulo, it was verified an adequacy among the accounting courses syllabuses and the contents of the Capacity Exam. In this way, the objective of the research was achieved through the contribution which result is the study of this topic.

Introdução

O Brasil vem ocupando uma posição de destaque no atual cenário econômico internacional. Das economias emergentes é uma das que mais têm atraído o capital estrangeiro, conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação.

Tal fato é fruto de uma política de consolidação da economia do país, consubstanciada por diversas medidas adotadas desde o início da última década até os dias atuais. Dentre tais medidas podemos citar o controle fiscal; o processo de privatização; o controle dos gastos públicos que vêm produzindo superávits primários nas contas do governo federal (resultado positivo antes da inclusão dos juros da dívida); a política de comércio exterior que vêm gerando superávits da balança comercial, fazendo com que o Brasil deixe de ser somente um exportador de gêneros agrícolas para também ganhar espaço no comércio internacional de produtos de alta tecnologia; e a adoção e, principalmente, o cumprimento do sistema de metas de inflação adotado pelo Ministério da Economia.

Com o Brasil passando a ocupar este espaço no cenário econômico internacional, passou a ser o endereço de muitos investimentos estrangeiros, direcionados para os mais diversos segmentos da economia nacional, desde o extrativismo até o de alta tecnologia e do agrícola ao sistema financeiro.

Um dos resultados deste processo todo foi a inclusão e a exposição dos profissionais brasileiros ao mundo. O profissional brasileiro, de qualquer área de ocupação, deixou de concorrer a uma vaga de trabalho com um outro profissional

do mesmo bairro ou cidade, ele passou a competir com todos os profissionais do globo terrestre.

Este aspecto contribuiu para a ampliação de um debate que já se desenvolvia no Brasil. A qualidade do profissional brasileiro era o centro desta discussão.

Uma das categorias profissionais que desenvolvia este debate, preocupada com a sua inserção dentro do cenário econômico e financeiro brasileiro e internacional, era a categoria dos profissionais da contabilidade.

Esta categoria, formada por profissionais de nível médio, os chamados Técnicos em Contabilidade, e por profissionais egressos de cursos de bacharelado, os chamados Contadores, é uma das mais organizadas dentro do território nacional. Possui uma estrutura muito bem definida, tanto em nível nacional, como nos estados. Esta organização permitiu um avanço significativo neste debate sobre a qualidade do profissional brasileiro da área contábil.

Dentro do cenário nacional, cabe destacar a importância que têm o Estado de São Paulo dentro deste debate, isto por ser o Estado que concentra parte significativa dos profissionais de Contabilidade e grande parte dos investimentos realizados no Brasil, sendo, por este fato, chamado popularmente de “a locomotiva do Brasil”.

Ao longo dos debates percebeu-se que a qualidade do profissional não era um assunto que poderia ser encaminhado somente pelos órgãos representativos da categoria profissional, deveria haver uma forma de analisar a formação técnica recebida nos bancos escolares, e esta análise precisaria ser feita antes do ingresso deste profissional no mercado de trabalho.

Dentro deste cenário, os debates e discussões foram centrados em um tripé que precisava ser melhor estruturado e integrado, a fim de propiciar uma melhoria na qualidade dos profissionais de contabilidade do Brasil. Este tripé é composto pelas Instituições de Ensino, pelo Mercado de Trabalho e pelos Órgãos de Registro e Fiscalização.

Os mais proeminentes nomes e entidades representativas da contabilidade debatiam se as Instituições de Ensino estavam propiciando os ensinamentos necessários para que os seus egressos atendessem ao quanto era requerido pelo mercado dos profissionais da contabilidade. Iam mais além nas suas discussões: qual o papel do órgão de registro e fiscalização neste processo? Poderia este órgão interferir no processo de ensino?

As dúvidas eram enormes, mas havia uma certeza: algo deveria ser feito para balizar o processo entre ensino e mercado de trabalho. Os órgãos de registro e fiscalização não poderiam mais continuar alheios a este processo.

Contudo, uma característica específica do exercício da profissão contábil veio trazer luz a esta discussão, pois para exercê-la é necessário um cadastro prévio no Órgão de Registro e Fiscalização que, até então, simplesmente “endossavam” o diploma obtido em Instituição de Ensino, acatando o formado como um “profissional habilitado”, dando-lhe o registro profissional.

Surgiu, finalmente, a idéia de se criar um exame que exigiria conhecimentos mínimos sobre a área de atuação do profissional da contabilidade, como tentativa de verificar se os conhecimentos obtidos na Instituições de Ensino eram suficientes para atender ao quanto o Mercado de Trabalho exigia.

Todo este processo culminou com a edição da Resolução nº. 853/99, de 28 de julho de 1999, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, cujo cerne era a criação de um exame obrigatório para a obtenção do registro profissional perante os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC's. Este exame recebeu a denominação de “Exame de Suficiência”.

Conforme o CFC, o objetivo da criação deste exame decorreu da necessidade e interesse da classe contábil de resguardar a qualidade dos serviços prestados por esses profissionais, e para tanto há o entendimento de que as Instituições de Ensino Superior devem proporcionar um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas aos profissionais da contabilidade e exigidas pelo mercado de trabalho.

Neste sentido, o próprio CFC, após os estudos pertinentes, determinou o Conteúdo Programático a ser exigido na realização do Exame de Suficiência, como forma de delimitar os conhecimentos que serão verificados e entendendo que tal conteúdo é o exigido pelo mercado de trabalho. Neste trabalho não se questiona se o conteúdo exigido pelo Exame de Suficiência realmente é o necessário para atender ao quanto é exigido dos profissionais da contabilidade pelo mercado de trabalho, pois tal premissa foi aceita como verdadeira.

Este trabalho de pesquisa está centrado na verificação da adequação entre as grades curriculares do Exame de Suficiência e das grades curriculares das Instituições de Ensino Superior que oferecem o Curso de Ciências Contábeis, dentro do município de São Paulo.

Em partindo do pressuposto que a grade do Exame de Suficiência contempla todos os conteúdos necessários para a formação de um profissional que venha a atender satisfatoriamente as necessidades do mercado de trabalho, resta-nos identificar se.

Problema

Há uma adequação entre as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis com o conteúdo programático do Exame de Suficiência instituído pelo CFC?

Situação Problema

As Instituições de Ensino Superior que mantêm curso de Ciências Contábeis no município de São Paulo têm em sua grade curricular os conteúdos necessários para atender ao conteúdo programático do Exame de Suficiência?

Hipótese

As grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior localizadas no município de São Paulo atendem ao quanto é exigido no conteúdo programático previsto para o Exame de Suficiência.

Objetivo

Pesquisar a respeito da adequação das grades do Exame de Suficiência e das Instituições de Ensino Superior da cidade de São Paulo que oferecem o curso de Ciências Contábeis, contribuir para o desenvolvimento das instituições que oferecem o ensino da Ciência Contábil, ao passo que o resultado da presente pesquisa poderá ser útil para auxiliar no diagnóstico sobre a grade curricular de cada Instituição de Ensino Superior.

Justificativa

O presente trabalho se justifica pela preocupação sobre como as Instituições de Ensino Superior estão visualizando o Exame de Suficiência e de qual importância estão atribuindo a ele; como também se estão formando Contadores aptos a obterem êxito no Exame.

Metodologia

Para provar a hipótese formulada adotou-se a pesquisa de campo como forma de trabalho, através da adoção de questionários respondidos pelas Instituições de Ensino Superior localizadas no município de São Paulo que oferecem o curso de Ciências Contábeis.

Ao longo dos próximos itens deste trabalho vamos discorrer sobre a tríade retrocitada Instituições de Ensino – Mercado de Trabalho – Órgão de Registro e Fiscalização, para que o leitor tenha pleno conhecimento dos fatores históricos e evolutivos que culminaram com a adoção do Exame de Suficiência.

1. Criação e evolução do curso de ciências contábeis.

1.1 Considerações iniciais

A criação do curso de Ciências Contábeis no Brasil faz parte do processo de evolução do ensino comercial, sendo na realidade considerado como a sua continuação em um patamar superior.

Numa breve retrospectiva, percebe-se que os cursos comerciais surgiram a partir da necessidade de pessoal especializado no trato de negócios, quer fossem públicos ou privados, em função do desenvolvimento de atividades mercantis e do desenvolvimento dos Estados.

As pessoas envolvidas neste processo de desenvolvimento sentiam a necessidade de aprofundar seus conhecimentos técnicos para serem reconhecidas profissionalmente e, também eram pressionadas pelas classes produtoras, tais como comerciantes, industriais e fazendeiros, dentre outros, para ampliarem a eficiência do trabalho.

Depreende-se, portanto, que conforme as estruturas organizacionais se sofisticavam, surgia a necessidade de profissionais com formação mais sólida para participarem da cúpula diretiva.

Neste cenário, o ensino comercial brasileiro começou a ser delineado a partir da primeira metade do século XX, por meio de diversas leis e de diversos regulamentos. Destaca-se como um dos primeiros pontos a promulgação do Decreto n. 1.339, de 09 de janeiro de 1.905.

Este decreto reconheceu como de utilidade pública e organizou os cursos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da Escola Prática de Comércio de São Paulo, sendo considerado um marco na organização do ensino comercial do Brasil.

Contudo, tem-se que salientar a simplicidade da estrutura proposta e o aparecimento de uma característica que seria marcante no decorrer do tempo: a rigidez dos currículos.

Com o passar do tempo, a legislação de 1905 foi se tornando ineficiente para regular o ensino comercial, principalmente em função do espantoso crescimento das atividades comerciais, que necessitavam cada vez mais de técnicos especializados.

No início da década de 20, já se havia formado em São Paulo um significativo número de profissionais ligados à área do comércio, egressos dos cursos da Escola de Comércio Álvares Penteado. Também já havia um número excepcional de profissionais surgidos da prática diária em companhia de profissionais mais experientes. Tais profissionais, forjados na atividade diária, reunidos em torno do Instituto Paulista de Contabilidade, passaram a questionar a situação do ensino comercial. Uma das vozes que se levantou contra a situação existente foi a de Raul Vaz apud Machado (1982:16):

“O que torna deficiente o ensino das matérias comerciais em nosso país é o desamparo em que se encontra a classe dos auxiliares do comércio, pois, se o governo tratasse de fiscalizar as escolas e ao mesmo tempo legalizar a profissão, imitando a Itália e outros países, então veríamos como o ensino comercial tomaria

um rumo muito mais meritório do que o atual”.

Diante deste quadro, em 28 de maio de 1926, foi promulgado o Decreto nº. 17.329, cujo objetivo era regular o ensino comercial, embora trouxesse poucas novidades, e gerou significativa frustração nos profissionais da área, visto que não contemplou a regulamentação da profissão. Contudo, representou um avanço no tocante à fiscalização, pois criou uma equipe de fiscais diretamente vinculada ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

As maiores aspirações dos Contabilistas foram atendidas somente em 30 de junho de 1931, quando da promulgação do Decreto nº. 20.158, que introduziu profundas reformas no ensino comercial e constituiu-se num marco fundamental da regulamentação da profissão.

Denotando-se tal satisfação dos Contabilistas, vejamos um trecho do discurso de Frederico Herrmann Júnior apud Machado (1982:24), realizado em 20 de julho de 1.931, durante as comemorações do 12º aniversário do Instituto Paulista de Contabilidade:

“O Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, que regulamenta a nossa profissão e organiza o ensino comercial no nosso país, constitui no seu conjunto uma obra que honra o Governo Provisório e nós nos devemos congratular com as autoridades, que de maneira tão elevada interpretaram os anseios de uma classe numerosa e nobre como a nossa. Dentro dessa lei, todos os contadores realmente capazes encontram um amparo valioso para o exercício livre da profissão e para prosperar, porque ali tudo se regulou, desde o estabelecimento de um programa uniforme de ensino comercial até as prerrogativas especiais, que somente os

contadores devidamente qualificados poderão gozar”.

No aspecto referente ao enrijecimento do currículo esse decreto foi o mais contundente, na medida em que estabelecia não só a seriação das disciplinas como também determinava uma pequena ementa da matéria a ser lecionada.

1.2 A criação do curso de ciências contábeis e sua evolução

A criação do curso de Ciências Contábeis no Brasil faz parte do processo de evolução do ensino comercial, sendo considerada a sua continuação em um patamar superior.

Conforme constatamos no início deste trabalho, percebe-se que os cursos comerciais tiveram sempre como objetivo serem essencialmente práticos, visando atender à necessidade das empresas, cuja organização ainda era incipiente. Conforme as estruturas organizacionais sofisticavam, surgia a necessidade de profissionais mais capacitados para participarem das decisões das entidades, o que estava intimamente ligado a uma formação mais sólida.

É com o pensamento voltado nesse sentido que Frederico Herrmann Júnior apud Machado (1982:43), em 1943, defendia a criação dos cursos de Ciências Contábeis, durante as discussões da reforma do ensino comercial:

"Os cursos de Contabilidade Superior, em que serão formados contadores, deverão desenvolver altos estudos de contabilidade, de organização e de economia das instituições estatais, paraestatais e sociais e das empresas industriais, bancárias, de seguros e do comércio em geral, com o fito de preparar

profissionais aptos para o desempenho de funções de direção nas grandes empresas e instituições públicas e particulares e as de peritos forenses, fiscais de seguros, fiscais de bancos, fiscais do Imposto de Renda, fiscais de sociedades anônimas e outras que lhes são outorgadas com grande soma de responsabilidade pela legislação comercial e financeira vigentes. O elevado padrão de conhecimentos necessário para o exercício de tais funções não pode ser adquirido em curso de grau secundário, em que o ensino é feito por intermédio de escolas, dotadas de recursos limitados e locais. Somente as universidades, como indica a experiência de outros povos, oferecem o clima necessário para a formação de técnicos com alta cultura científica. A reforma reveste-se, outrossim, da máxima oportunidade. O país está a caminho de rápida industrialização, última etapa de sua evolução econômica. Terá por isso que organizar-se para enfrentar os grandes problemas agrários, industriais, econômicos e financeiros que fatalmente sobrevirão a guerra atual". (Herrmann Júnior apud Machado 1981:44).

Muitas das condições indicadas por Herrmann Júnior para a criação dos cursos de Ciências Contábeis só amadureceriam décadas mais tarde. Isso, de certa forma, era reconhecido por ele:

"Também não há necessidade de formar contadores do tipo que preconizamos, em grandes números. Convêm, por isso, colocar os cursos de altos estudos de contabilidade nas universidades" (Herrmann Júnior 1943 apud Machado 1981:44)

Nessa época o ensino comercial havia experimentado um notável crescimento, que de certa forma massificou esses cursos. Assim, estava também colocada a necessidade de valorizar a profissão e nada melhor para isso do que elevar os

atuais contadores ao nível universitário e criar um novo degrau na formação dos futuros contadores.

Neste mesmo ano de 1943, mais precisamente no dia 28 de dezembro, foi promulgado o Decreto-Lei nº. 6.141, regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 14.373, da mesma data, que trazia uma proposta altamente abrangente de reforma educacional e principalmente de reformulação total do ensino comercial.

Um dos principais objetivos da reformulação trazido por este diploma legal, era o de abrir caminho para a elevação do curso de contador para o nível superior, através da reformulação dos currículos. O curso de contabilidade resultou da reestruturação do de guarda-livros.

A promulgação do Decreto-lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945, é tido como o marco da criação dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil, atendendo, naquele então, perfeitamente aos reclamos da categoria visto que extinguiu o curso superior de Administração e Finanças e o curso de Atuário, criados em 30 de junho de 1931 pelo Decreto nº. 20.158 e garantiu aos contadores e atuários os mesmos direitos atribuídos aos bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais.

Destaque-se que o Decreto nº. 7.988 criou, na realidade, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, conferindo aos formandos o grau de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais. No que tange aos diplomas legais, a criação dos cursos de Ciências Contábeis deu-se efetivamente com o advento da Lei nº. 1.401, de 31 de julho de 1951. Que desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois, estabelecendo o curso e o correspondente grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Vale observar que a Lei nº. 1.401, ao criar o curso de Ciências Contábeis, por meio do desdobramento do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, não extinguiu esse último, na medida em que não impôs a separação em dois cursos, mas apenas facultou o desdobramento, como aconteceu com a Universidade de São Paulo, que só depois de quase dez anos extinguiu o curso de Ciências Contábeis e Atuariais e criou o curso de Ciências Contábeis, como parte da reestruturação didática da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, implantada em 1960.

1.3 O currículo legal atual do curso de ciências contábeis

No início dos anos 60, a partir de edição da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961, começaram a ocorrer profundas modificações no ensino superior. Tais mudanças, por consequente, também afetaram o curso de Ciências Contábeis. As mudanças estão consubstanciadas na fixação das diretrizes e bases da educação nacional e na criação do Conselho Federal de Educação - C.F.E., órgão ao qual foi incumbida a competência de fixar "os mínimos de conteúdo e duração dos áureos superiores destinados à formação de pessoal para profissões regulamentadas em Lei"

Esta nova legislação fez com que os cursos de Ciências Contábeis alterassem o caráter de rigidez a que estavam submetidos anteriormente, por força do Decreto-lei nº 7 988, de 22 de setembro de 1945, e do Decreto nº 1.401, de 31 de julho de 1951, que obrigavam a um currículo onde listavam as disciplinas a serem

ministradas, e, no caso do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, indicavam inclusive a seriação que deveria constar do currículo.

Caminhando no sentido da flexibilização dos currículos, foi oportuna e esclarecedora a posição firmada pelo Conselho Federal de Educação, quando afirmou que "os currículos mínimos deverão revestir a dupla característica de sobriedade e flexibilidade, para que constituam um delineamento realmente nuclear do conteúdo de cada curso e possam adaptar-se as condições locais e a projetos escolares específicos"

O Conselho Federal de Educação, através da Resolução de 08 de fevereiro de 1963, fixou o currículo mínimo para o curso de Ciências Contábeis. A Resolução tinha força de lei e, por isso, as matérias nela listadas teriam a natureza da obrigatoriedade. Apesar do possa parecer a princípio, não foi tirado o caráter flexível dos cursos, isto porque eram as escolas, de conformidade com sua experiência e com a necessidade da clientela a ser atendida, que, dentre outros pontos:

- escolhiam as matérias necessárias à complementação do curso, já que o CFE determinava apenas o mínimo;
- distribuíam as matérias pelas séries do curso, bem como seu desdobramento em disciplinas;
- atribuíam a carga horária de cada disciplina, respeitando apenas os parâmetros globais de 2.700 horas de tempo útil para todo o curso';
- determinavam a duração total do curso, uma vez que os quatro anos estabelecidos na Resolução relatada anteriormente se referem ao tempo

médio, podendo as escolas reduzir ou aumentar esse tempo, respeitados os limites máximos e mínimos de integralização anual de 772 e 338 horas, respectivamente .

1.4 O projeto de diretrizes curriculares.

Em 1997, o Ministério da Educação – MEC publica o Edital nº 04/97 com a finalidade de criar a Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Contábeis – CEE/Contábeis, cujo principal objetivo era o de traçar as novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Contábeis, a fim de atualizar suas grades e conteúdos.

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Secretaria de Educação Superior – SESu e do Departamento de Políticas do Ensino Superior - DPES

A Comissão de Especialistas foi composta de estudiosos da área do ensino da contabilidade, tendo como Presidente o Prof. Dr. Masayuki Nakagawa da FEA/USP, e a participação do Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva da UnB, a Profa. Dra. Ilse Maria Beuren da UFSC e o Prof. Dr. Paulo Schmidt da UFRS.

A Comissão de Especialistas recebeu diversas contribuições das instituições de ensino superior, quer diretamente delas ou através de órgãos representativos, com o objetivo de que os estudos realmente representassem o entendimento e o sentimento da maioria das instituições.

Ao final dos trabalhos foi apresentada uma proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Ciências Contábeis, que reproduzimos, na sua íntegra, na seção de anexos do presente trabalho.

2. A regulamentação da profissão e o mercado de trabalho

2.1 Considerações gerais

A regulamentação profissional dos contabilistas e a estrutura de fiscalização dos profissionais de Contabilidade, da forma como a conhecemos hoje, é originária do Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e determinou a implantação dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Contudo, é importante destacar que a luta por essa regulamentação iniciou-se várias décadas antes, com a participação efetiva de toda a categoria e seguindo para isso o processo de regulamentação do ensino comercial, de maneira que a primeira regulamentação que estabelecia prerrogativas profissionais estava consubstanciada no Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, que, além disso, também promoveu profunda reformulação no ensino comercial.

É importante mencionar que o formato do atual Conselho Federal de Contabilidade foi o Conselho Supremo da Classe, que tinha por objetivo organizar o Registro Geral dos Contadores Brasileiros.

A idéia da Criação do Conselho, conforme Machado (1981:65) foi lançada pelo professor Francisco d'Auria, em discurso proferido na sede do Instituto Paulista de Contabilidade em 27 de dezembro de 1925 e colocada em andamento já no ano seguinte, com a posse, em 25 de abril de 1946, do primeiro presidente, o senador João Lyra, que em seu discurso estabeleceu as condições para o registro: "Os

contabilistas registrados, mediante prova de mais de três anos de exercícios da profissão ou que em obras publicadas ou no ensino tenham demonstrado sólidos conhecimentos técnicos, são declarados aptos ao desempenho de quaisquer funções inerentes à Contabilidade". A partir daí, os profissionais "passaram a usar as iniciais CR adiante do número de registro, tal como atualmente com o CRC".

O senador João Lyra, nesse mesmo discurso proclamou a data de 25 de abril "*como o Dia do Contabilista Brasileiro, para que nele se comemorasse a unido dessa classe em todo o País*". É curioso observar a incrível coincidência dessa data com a história da fundação da Escola de Comercio Álvares Penteado", como aponta o professor Dr. Peres apud Machado (1.981:66):

"Um fato de interesse é a data de 25 de abril de 1902, quando foi instalada a então Escola Prática de Comércio, pois o dia 25 de abril passa em 1926 a ser considerado o Dia do Contabilista em todo o País".

O Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, em seu título III, "Da profissão de Contador e das suas regalias", especificava as categorias de guarda-livros, contador, perito-contador e atuário, atribuindo-lhes as seguintes prerrogativas:

- *Guarda-livros:*

- *Preferência na nomeação, promoção e nos concursos públicos em repartições públicas federais, estaduais e municipais" (artigo 77);*

- *Peritos-Contadores e Contadores:*

- *Exclusividade para proceder a verificações e exames periciais, estabelecidos pelo Decreto nº. 5.746, de 9 de dezembro de 1929 (Lei de*

Falências), no artigo 1º, nº 8, letra A, artigo 83, parágrafo 6º, e artigo 84, parágrafo 4º(artigo 70);

- *Exclusividade nas nomeações ex-officio para exame de livros exigidos pelo código comercial, balanços e exames em falências e concordatas (artigo 72);*
- *Exclusividade, juntamente com os administradores-vendedores, para exercer o cargo de corretor, despachante, leiloeiro e de outros agentes de comercio previstos no Código Comercial, devendo esta prerrogativa entrar em vigor cinco anos após a vigência deste decreto (artigo 78 e 79 - parágrafo único);*
- *Preferência para provimento no cargo de fiscais de banco (artigo 73);*
- *Preferência para cuidar de escrita dos bens administrados por tutores e curadores e "Das Regulações Judiciais ou Extrajudiciais de Avarias Grossas ou Comuns" (artigo 73);*
- *Preferência para nomeações e, em igualdade de mérito e aplicação, para a promoção nas contabilidades, contadorias, intendências e tesourarias de todas as repartições federais, estaduais e municipais e das empresas concessionárias de serviços públicos (artigo 76);*

- Atuários:

- *Exclusividade para preenchimento dos cargos técnicos de atuária nos institutos de montepio e previdência da União, estados e municípios, devendo esta prerrogativa entrar em vigor cinco anos após a vigência deste decreto (artigo 78 e 79).*

Visando controlar o exercício da profissão, o artigo 53 tornou obrigatório o registro dos certificados de conclusão do curso na Superintendência do Ensino Comercial, mas devido ao elevado número de profissionais sem habilitação escolar permitiu que os guarda-livros práticos os obtivessem mediante exames de habilitação em diversas matérias.

Decreto nº. 20.158 também previa em seu artigo 60 que diplomas expedidos pelos institutos de contabilidade, reconhecidos de utilidade pública, seriam, para efeito de registro, equiparados aos fornecidos pelas escolas oficiais.

Evidências tomadas nesse sentido redundaram no Decreto nº. 593, de 10 de novembro de 1931, que reconheceu o Instituto Paulista de Contabilidade como de utilidade pública. No entanto, as portas do registro na Superintendência do Ensino Comercial foram abertas praticamente a todos os profissionais não-habilitados como o Decreto nº 21 033, de 08 de fevereiro de 1932, que permitiu o registro "a brasileiros e estrangeiros que comprovarem quaisquer condições estabelecidas em seu artigo 2º".

2.2 A regulamentação da profissão.

2.2.1 A História Brasileira

Ao longo da história, como relata Gomes (apud Schmidt 2000:205) uma das primeiras manifestações contábeis brasileiras ocorreu no reinado de D. João VI, quando da instalação de seu governo provisório, em 1808, foi publicado um alvará

obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Verificando a evolução contábil no Brasil, denota-se que desde o início, fica evidente a interferência da legislação, que sempre acompanhou a Contabilidade nacional em seus meandros. Para Ludícibus (apud Schmidt 2000:206), um dos motivos dessa atuação do governo foi que "... devido à inoperância, até um passado recente, de nossas associações de contadores, o Governo teve de tomar a iniciativa ...".

A edição do Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral, composto dos bens, direitos e obrigações das empresas comerciais pode ser considerada como uma das primeiras grandes manifestações da legislação, como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro.

Posteriormente, em 1856, foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, considerada como uma das primeiras manifestações no que tange a formação do profissional brasileiro. Em 1863, esse instituto passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil como forma de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil.

A oficialização da profissão contábil ocorreu somente no final do século XIX, quando o Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo tomou a iniciativa de criar um curso regular. O objetivo da escola de comércio, conforme Penteado (apud Schmidt 2000:209), era o de aliar ao desenvolvimento agrícola o início da expansão industrial, com a necessidade de habilitar e criar especialistas para,

internamente, preencher as rotineiras tarefas de contabilidade e controle de finanças e, externamente, dotar São Paulo de elementos capazes de articular o desenvolvimento dos negócios, ampliando fronteiras de atuação”.

Somente após a edição do Decreto Federal n.º 1339, datado de 9 de janeiro de 1905, é que foram oficialmente reconhecidos os cursos de Guarda-Livros e de Perito-Contador mantidos pela Escola Prática de Comércio (atual Álvares Penteado) e os diplomas expedidos por ela. Estes cursos haviam iniciado no ano de 1902.

A partir de uma iniciativa de alguns formandos da Escola Álvares Penteado, foi criado em 1919 o Instituto Paulista de Contabilidade, que mais tarde foi transformado no Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, entidade que continua em atividade até os nossos dias, mantendo o mesmo nome e de forte atuação nos interesses da classe contábil.

No ano de 1931, através da publicação do Decreto n.º 20.158, de 30 de junho, foi definida a organização do ensino comercial e a regulamentação da profissão de Contador. No entanto, somente em 1945 é que a profissão contábil foi efetivamente considerada uma carreira universitária, em virtude de que naquele ano é que ocorreu a criação das faculdades de Ciências Contábeis.

Outro fato marcante na evolução da profissão contábil ocorreu com a edição do Decreto-Lei n.º 2.627, pois a partir dele os contabilistas passaram a ter um instrumento norteador para suas atividades; sendo esta a legislação que, por muitos anos, influenciou o ensino e a prática contábil no Brasil.

Mas, certamente, os fatos mais marcantes ocorreram durante o ano de 1946, quando dois grandes acontecimentos mudaram a Contabilidade brasileira. O primeiro ocorreu em 26 de janeiro, quando foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, com a instituição do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

No início, este novo centro de estudos contábeis, contou com a imprescindível colaboração de alguns egressos da Escola Álvares Penteado, como foi o caso de Francisco D'Auria. Com a criação dessa faculdade, a Contabilidade passou a ter um centro de pesquisas eminentemente nacional, que contribuiu, e continua contribuindo, para o desenvolvimento contábil nacional.

O segundo fato marcante ocorreu com a edição do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio, que veio regular o registro e a fiscalização da profissão, com a criação do sistema do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A profissão contábil brasileira teve um novo estímulo legal em 1972, quando foram editados pelo Banco Central do Brasil três dispositivos legais: a Resolução nº 220 e as Circulares de nºs 178 e 179.

A Circular nº 178 tornou obrigatório o registro dos auditores independentes no Banco Central do Brasil, determinando que o registro seria exclusivamente de profissionais registrados nos Conselhos Regionais na condição de Contadores.

Já a Circular nº 179 tratou dos Princípios e Normas da Contabilidade, passando a adotar como oficial a expressão Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos. Esta Circular foi endossada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que por meio de sua Resolução CFC nº 321-72, passou a adotar a seguinte conceituação:

“Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos são normas resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos, emanados da Contabilidade, de uso predominante no meio em que se aplicam, proporcionando interpretações uniformes das demonstrações contábeis”.

O Conselho Federal de Contabilidade, em 1.981, emitiu a Resolução CFC nº 529-81, que disciplinou as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC. As NBC classificam-se em técnicas e profissionais. As técnicas estabelecem conceitos doutrinários e fixam regras ou critérios de Contabilidade; as profissionais fixam regras de procedimento de ordem profissional.

Dentre as NBC técnicas, destaca-se a NBC-T-1, baixada pela Resolução CFC nº 530-81 que estabeleceu os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Outra Resolução do CFC, a de nº 530-81 declara que não existe uniformidade com relação aos princípios contábeis. A expressão Princípios Fundamentais de Contabilidade foi escolhida por seu acerto semântico e, secundariamente, por haver encontrado acolhida em muitos países e entidades de relevo. Os Princípios passaram a ser denominados de “fundamentais” e não mais de “geralmente aceitos”, em função de não se tratar de convenção, mas de adoção compulsória, por força do artigo 3º da Resolução CFC nº 529-81, que diz que a inobservância de Norma Brasileira de Contabilidade aprovada pelo CFC constitui infração ao disposto na alínea c do artigo 27 de Decreto-Lei nº 9.925-46 e ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

Em função da grande evolução ocorrida na década de 80 na área da Contabilidade, em 29 de dezembro de 1993, o CFC baixou a Resolução CFC nº

750, que trata, novamente, dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, pois o CFC considerou que que tal evolução contábil deveria ser traduzida na atualização dos Princípios Fundamentais de Contabilidade apresentados na Resolução CFC n.º 530-81.

Com base nessa nova Resolução, o CFC determinou que os Princípios Fundamentais de Contabilidade, de acordo com o artigo 3º, são os seguintes: da entidade, da continuidade, da oportunidade, do registro pelo valor original, da atualização monetária, da competência e da prudência.

2.2.2 As Entidades de Classe Norte Americanas

Neste tópico apresentaremos um breve relato de como surgiram e de como atuam das entidades de classe contábil nos Estados Unidos da América, visto que o Brasil sofre forte influência da escola Americana.

Segundo Schimidt (2000:88), uma característica peculiar da escola norte-americana é a quase unanimidade com que os contadores acatam as diretrizes das associações profissionais.

Tais associações profissionais são consideradas como as principais propulsoras do desenvolvimento doutrinário da Contabilidade nos Estados Unidos, o que nos conduz a concluir que a escola do pensamento contábil americano deve muito de seu atual estágio de desenvolvimento a essas entidades.

Dentre diversas entidades existentes, há duas associações profissionais norte-americanas relacionadas com a Contabilidade financeira que são consideradas as

principais, são elas: a *American Accounting Association* – AAA, e o *American Institute of Certified Public Accountants* – AICPA.

2.2.2.1 American Accounting Association (AAA)

Uma breve história da *American Accounting Association* – AAA - foi elaborada por Flescher (apud Schimidt 2000:88). Suas passagens mais importantes serão apresentadas a seguir:

- A AAA foi fundada 16 de dezembro de 1916 com o nome de *American Association of University Instructors in Accounting*. A fundação ocorreu em um encontro da *American Economy Association*, em Columbus, Ohio.
- As primeiras publicações formais do AAA consistiram de trabalhos apresentados em encontros anuais.
- Em março de 1926, foi editada a revista *Accounting Review* sob a chancela do AAA.
- Em 1926 a associação já contava com mais de 600 membros.
- Em 1936 é que o nome da associação foi alterado, passando para o atual nome de *American Accounting Association*.
- O primeiro grande trabalho do AAA, intitulado *A Tentative Statement of Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statement*, foi publicado em 1936..

- A alteração do nome da associação foi responsável também por uma mudança no seu enfoque de atuação, mudou de uma associação de professores para uma organização de pesquisa contábil.
- Em 1938, existiam 936 membros.
- Em 1946 já eram 1.570 membros.
- O número de membros, em 1947, saltou para 2.936.
- No início dos anos 50, o número de associados já passava de 4.000.
- Em 1966, dos 10.762 membros, apenas 3.475 eram acadêmicos.
- Em 1990, essa posição alterou-se, pois dos 9.303 membros, 6.948 eram acadêmicos.
- Em 1991, 1.855 membros residiam fora dos Estados Unidos.

2.2.2.2 American Institute of Certified Public Accountants - AICPA

O desenvolvimento americano foi largamente impulsionado a partir da adoção do *New Deal*. Este marco americano também forneceu grandes incentivos para o desenvolvimento e o refinamento das relações institucionais sobre as associações e o governo. Uma das mudanças atingiu entidades ligadas a área contábil.

Dentro deste processo, em 1959, o então *American Institute of Accountants* - AIA – mudou de nome, em 1959, passando a adotar a denominação de *American Institute of Certified Public Accountants* – AICPA.

Contudo, e é o mais importante a se destacar, é que não ocorreu tão e somente a mudança de nome, também foram determinadas cinco linhas de pesquisa para um programa de qualificação profissional:

- Contabilidade financeira,
- Ética,
- Ensino,
- Auditoria e serviço de certificação, e
- Controle da prática.

2.2.3 A busca da padronização da Contabilidade

A adoção de práticas contábeis padronizadas sempre foi muito discutida e, com certeza, ainda será por muito e muito tempo. A padronização da Contabilidade financeira americana também não fica fora deste contexto e tornou-se um dos mais controvertidos aspectos do doutrinamento contábil norte-americano.

Neste prisma, com o objetivo de desenvolver estudos para uma melhor condução da prática contábil, foram criadas três entidades:

- *Committee on Accounting Procedures* - CAP,
- *Accounting Principles Board* – APB, e
- *Financial Accounting Foundation* - FAF.

A seguir, um breve histórico destas três entidades.

2.2.3.1 Committee on Accounting Procedures (CAP)

- Criado no ano de 1936, dentro do ainda AIA, (que durou até a criação do AICPA em 1959).
- O objetivo era de elaborar as propostas do AIA sobre os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.
- A primeira publicação ocorreu em setembro de 1939 e a última em agosto de 1959.
- Durante esses vinte anos, o CAP publicou os *Accounting Research Bulletins* (ARB).
- Foram publicados quatro trabalhos dedicados à terminologia contábil, denominados de *Accounting Terminology Bulletins* (ATB). Em um destes trabalhos a Contabilidade foi definida como sendo “a arte de registrar, classificar e resumir, de maneira significativa e em termos de moeda, transações e eventos que têm, pelo menos em parte, características financeiras, além de interpretar seus efeitos”.

2.2.3.2 Accounting Principles Board (APB)

Foi criado em 1959 como uma resposta às críticas feitas por Leonard Spacek, da *Arthur Andersen & Company*, sobre as falhas no esclarecimento do público a respeito das limitações da Contabilidade.

As posições do APB foram publicadas de acordo com as orientações dos *Accounting Research das Studies* (ARSs). Conforme Schmidt (2000:96), no início dos trabalhos do APB foram definidas seguintes áreas de prioridade para pesquisa:

- Mudanças no nível de preço;
- Ponto de realização;
- Uso de lucros não-distribuídos;
- Regulamentação contábil e Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos;
- Alternativas contábeis;
- Compensação diferida;
- Arrendamento;
- Planos de pensão;
- Pesquisa e desenvolvimento de custos;
- Contabilidade para fusão;
- Registro na matriz de lucros nas subsidiárias;
- Perda de produtividade de ativos de capital;
- Reavaliação de ativos;
- Organizações não-lucrativas;
- Dividendos;
- Créditos diferidos;
- Avaliação de reorganizações;
- Alocação de impostos.

O APB era composto de 20 membros pertencentes as *Big Eight* (oito maiores empresas de auditoria do mundo) e na maioria dos casos, suas opiniões prevaleciam, o que já denota a efetiva participação das entidades empresarias contábeis nas entidades de classe.

Desde sua criação, o APB emitiu 31 boletins com opiniões sobre os mais diversos assuntos ligados à Contabilidade.

Conforme Schmidt (2000:97), tanto o CAP como o ABP contribuíram consideravelmente para o progresso doutrinário e para o desenvolvimento dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles*). Uma das principais críticas feitas a estas duas entidades era de que as pesquisas eram insuficientes em relação à importância do AICPA entre os profissionais da área.

Outra forte crítica dos profissionais era de que esses comitês estavam sendo controlados por contadores que dedicavam pouco tempo para o trabalho de pesquisa. Havia também quem considerava que seus trabalhos eram dirigidos de forma tendenciosa, a fim de seguir as orientações de seus clientes.

Mas, a crítica mais contundente era de que a Contabilidade financeira estaria sendo padronizada sem levar em muita consideração os conceitos teóricos que sempre fundamentaram o corpo doutrinário da Contabilidade.

Todas essas críticas, além de diversos litígios originados por falhas de empresas de auditorias, principalmente nas décadas de 60 e 70, forçaram a novas reformas no AICPA, com a que ocorreu em 1972, quando um comitê do AICPA recomendou que a padronização contábil deveria ser transferida do AICPA para um grupo

independente, com o apoio da associação de CPA com as organizações do mercado de títulos e com representantes de associações dos emitentes e usuários de demonstrações contábeis.

2.2.3.3 Financial Accounting Fundation - FAF.

A partir da proposta do comitê do AICPA é que se originou, em 1973, a *Financial Accounting Fundation* -FAF, que subordina o *Financial Accounting Standards Board* – FASB, que em pouco tempo tornou-se a terceira autoridade na condução do direcionamento da Contabilidade financeira. O FASB, embora opere sob a supervisão do FAF, segue, mesmo que de forma independente, as orientações de oito organizações: *American Accounting Association, American Institute of Certified Public Accountants, Association of Investment Management and Research, Financial Executives Institute, Institute of Management Accountants, Securities Industry Association, Government Finance Officers Association e National Association of State Auditors, Controllers, and Treasurers.*

Essa entidade emite dois tipos de pronunciamento: o FASB Interpretation, elaborado sobre os padrões já existentes, e o Technical Bulletin, utilizado para esclarecer algum ponto de um FASB *Statement*. O FASB *Statement* é composto por quatro divisões distintas:

- O modelo de Contabilidade financeira e o relatório correspondente;
- O voto de cada membro do comitê, incluindo opiniões divergentes;
- Todas as informações históricas e fundamentais do projeto;

- As bases para as conclusões, incluindo as alternativas consideradas, os prós e os contras, além das razões para aceitar algumas alternativas e rejeitar outras. Em pouco mais de 20 anos de existência, o FASB já emitiu mais de uma centena de *Statements*.

2.3 A criação do Conselho Federal de Contabilidade e a atual regulamentação profissional.

Quando foi criado o Conselho Federal de Contabilidade, os cursos de atuário e contador já haviam sido extintos por força da reforma do ensino comercial de 1943, gozando os diplomados nesses cursos dos mesmos direitos atribuídos aos bacharéis em Ciências Contábeis.

O Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, estabeleceu apenas duas categorias profissionais - técnico em contabilidade e contador -, sendo os registros junto aos conselhos regionais concedidos em estrita observância à legislação do ensino comercial vigente e respeitando-se os direitos adquiridos por meio de legislações anteriores, da seguinte forma:

I - Na categoria de Técnicos em Contabilidade:

- (a) Aos Técnicos em Contabilidade diplomados nos cursos secundários de Técnico em Contabilidade;*
- (b) Aos Guarda-livros provisionados de acordo com o Decreto n.º 21.022/22, possuidores de atestados de idoneidade profissional e de*

exercido efetivo, durante, no mínimo, cinco anos.

(c) Aos Guarda-livros diplomados na vigência do Decreto nº 20.158/31.

(d) Aos Técnicos em Contabilidade diplomados na vigência do Decreto-lei nº 6.141/42.

II - Na categoria de Contador:

(a) Aos Bacharéis em Ciências Contábeis diplomados no caso superior.

(b) Aos Contadores diplomados na vigência do Decreto nº 20.158/21.

(c) Aos Contadores diplomados por Institutos de Ensino reconhecidos, anteriores ao Decreto nº 20.158/21.

(d) Aos Contadores habilitados de acordo com o Decreto nº 21.022/32 que preenchessem uma das seguintes condições:

1) Portadores de títulos expedidos de acordo com leis anteriores ao Decreto nº 17.229/26,

2) Portadores de títulos, antes de 09/06/31, expedidos por associação de classe reconhecida de utilidade pública.

(e) Aos contadores provisionados e habilitados de acordo com o Decreto nº 21.022/22 que preenchessem uma das seguintes condições:

1) Tivessem prestado exame de habilitação de guarda-livros práticos de acordo com o Decreto nº 20.158/21;

2) Professores de estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos, com investidura anterior a 09/07/31;

3) Autores com obra publicada anterior a 09/07/21 e Julgadas de mérito;

- 4) *Funcionários Públicos com cargos de Guarda-livros ou Contadores antes de 09/07/21, nessa data ou após e até o Decreto nº 21.022, de 08/02/22,*
 - 5) *Tivessem assinado, antes de 09/07/21, balanços publicados nos órgãos oficiais da União ou dos Estados;*
 - 6) *Tivessem assinado laudos periciais em data anterior a 09/07/31.*
- (f) *Aos Técnicos em Contabilidade diplomados na vigência do Decreto-lei nº 6.141/43 ao abrigo do artigo 2º do Decreto-lei nº 8.191/41.*

As prerrogativas da profissão foram estabelecidas nos artigos 25 e 26 do Decreto nº 9.295, de 27 de maio de 1.946.

Art. 25 — São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral:*
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações*
- c) perícias judiciais ou extrajudiciais e revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de Contabilidade,*

Art. 26 — Salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no artigo 2º do Decreto n.º 21.023, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados“.

O Decreto-Lei n.º 9.295 trouxe grande contribuição para a categoria profissional ao instituir a fiscalização do exercício profissional, *"evitando não só a intromissão de elementos estranhos em assuntos técnicos de contabilidade, como ainda controlando os atos dos próprios profissionais a fim de que se fortaleça o senso de responsabilidade e a noção de importância da função contábil..."* (Machado, 1982:73).

De certa forma, isso intranquilizou a categoria, mas as entidades de classe trataram de esclarecer seus filiados, como o fez o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo: *"O novo órgão não será evidentemente um aparelhamento inquisitorial, mas não resta dúvida de que devera ser inflexível no fiel desempenho de suas funções"*.

Posteriormente algumas Resoluções do CFC trataram das prerrogativas da profissão contábil, tais como as de n.ºs. 107/58; 115/59 e 404/75. Em 1983 foi editada a Resolução CFC n.º. 560/83, ainda vigente, que estabeleceu em seu Capítulo I as Atribuições Privativas dos Contabilistas, como segue:

Art. 1º - O exercício das atividades compreendidas na Contabilidade, considerada esta na sua plena amplitude e condição de Ciência Aplicada, constitui, sem exceção, dos contadores e dos técnicos em contabilidade legalmente habilitados, ressalvas as atribuições privativas dos contadores.

Art. 2º - O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, “controller”, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

1. Essas funções poderão ser exercidas em cargos como os de chefe, subchefe, diretor, responsável, encarregado, supervisor, superintendente, gerente subgerente, de todas as unidades administrativas onde se processem serviços contábeis. Quanto à titulação, poderá ser de contador, contador de custos, contador departamental, contador de filial, contador fazendário, contador fiscal, contador geral, contador industrial, contador patrimonial, contador público, contador revisor, contador seccional ou setorial, contadoria, técnico em contabilidade, departamento, setor, ou outras semelhantes, expressando o seu trabalho através de aulas, balancetes, balanços, cálculos e suas memórias, certificados, conferências, demonstrações, laudos periciais, judiciais e extrajudiciais, levantamentos, de balanços;

2. *análise do comportamento das receitas;*
 3. *avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultado;*
 4. *estudo sobre a destinação do resultado e cálculo do lucro por ação ou outra unidade de capital investido;*
 5. *determinação de capacidade econômico-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;*
 6. *elaboração de orçamentos de qualquer tipo, tais como econômicos, financeiros, patrimoniais e de investimentos;*
- livros ou teses científicas, livros ou folhas ou fichas escriturados, mapas ou planilhas preenchidas, papéis de trabalho, pareceres, planos de organização ou reorganização, com textos, organogramas, fluxogramas, cronogramas e outros recursos técnicos semelhantes, prestações de contas, projetos, relatórios, e todas as demais formas de expressão, de acordo com as circunstâncias.*

Art. 3º - São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

7. *avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;*
8. *avaliação dos fundos de comércio;*
9. *apuração do valor patrimonial de participações, quotas ou ações;*
10. *reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades;*

11. *apuração de haveres e avaliação de direitos e obrigações, do acervo patrimonial de quaisquer entidades, em vista de liquidação, fusão, cisão, expropriação no interesse público, transformação ou incorporação dessas entidades, bem como em razão de entrada, retirada, exclusão ou falecimento de sócios, quotistas ou acionistas;*
12. *concepção dos planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais e dos de amortização dos valores imateriais, inclusive de valores diferidos;*
13. *implantação e aplicação dos planos de depreciação, amortização e diferimento, bem como de correções monetárias e reavaliações;*
14. *regulações judiciais ou extrajudiciais, de avarias grossas ou comuns;*
15. *escrituração regular, oficial ou não, de todos os fatos relativos aos patrimônios e às variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos;*
16. *classificação dos fatos para registros contábeis, por qualquer processo, inclusive computação eletrônica, e respectiva validação dos registros e demonstrações;*
17. *abertura e encerramento de escritas contábeis;*
18. *execução dos serviços de escrituração em todas as modalidades específicas, conhecidas por denominações que informam sobre o ramo de atividade, como contabilidade bancária, contabilidade comercial, contabilidade de condomínio, contabilidade industrial, contabilidade imobiliária, contabilidade macroeconômica, contabilidade de seguros,*

contabilidade de serviços, contabilidade pública, contabilidade hospitalar, contabilidade agrícola, contabilidade pastoril, contabilidade das entidades de fins ideais, contabilidade de transportes, e outras;

19. *controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial;*

20. *elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;*

21. *levantamento de balanços de qualquer tipo ou natureza e para quaisquer finalidades, como balanços patrimoniais, balanços de resultados, balanços de resultados acumulados, balanços de origens e aplicações de recursos, balanços de fundos, balanços financeiros, balanços de capitais, e outros;*

22. *tradução, em moeda nacional, das demonstrações contábeis originalmente em moeda estrangeira e vice versa;*

23. *integração de balanços, inclusive consolidações, também de subsidiárias do exterior;*

24. *apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção: custeio por absorção ou global, total ou parcial; custeio direto, marginal ou variável; custeio por centro de responsabilidade com valores reais, normalizados ou padronizados, históricos ou projetados, com registros em partidas dobradas ou simples, fichas, mapas, planilhas, folhas simples ou formulários contínuos, com processamento manual, mecânico,*

computadorizado ou outro qualquer, para todas as finalidades, desde a avaliação de estoques até a tomada de decisão sobre a forma mais econômica sobre como, onde, quando e o que produzir e vender;

25. análise de custos e despesas, em qualquer modalidade, em relação a quaisquer funções como a produção, administração, distribuição, transporte, comercialização, exportação, publicidade, e outras, bem como a análise com vistas à racionalização das operações e do uso de equipamentos e materiais, e ainda a otimização do resultado diante do grau de ocupação ou do volume de operações;

26. controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas e demais entidades;

27. análise de custos com vistas ao estabelecimento dos preços de venda de mercadorias, produtos ou serviços, bem como de tarifas nos serviços públicos, e a comprovação dos reflexos dos aumentos de custos nos preços de venda, diante de órgãos governamentais;

28. análise programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária;

29. análise das variações orçamentárias;

30. conciliações de contas;

31. organização dos processos de prestação de contas das entidades e órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações

de direito público, a serem julgadas pelos Tribunais, Conselhos de Contas ou órgãos similares;

32. revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;

33. auditoria interna e operacional;

34. auditoria externa independente;

35. perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais;

36. fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza;

37. organização dos serviços contábeis quanto à concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de fluxogramas de processamento, cronogramas, organogramas, modelos de formulários e similares;

38. planificação das contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;

39. organização e operação dos sistemas de controle interno;

40. organização e operação dos sistemas de controle patrimonial, inclusive quanto à existência e localização física dos bens;

41. organização e operação dos sistemas de controle de materiais, matérias-primas, mercadorias e produtos semifabricados e prontos, bem como dos serviços em andamento;

42. assistência aos conselhos fiscais das entidades, notadamente das sociedades por ações;

43. *assistência aos comissários nas concordatas, aos síndicos nas falências, e aos liquidantes de qualquer massa ou acervo patrimonial;*
44. *magistério das disciplinas compreendidas na Contabilidade, em qualquer nível de ensino, inclusive no de pós-graduação;*
45. *participação em bancas de exame e em comissões julgadoras de concursos, onde sejam aferidos conhecimentos relativos à Contabilidade;*
46. *estabelecimento dos princípios e normas técnicas de Contabilidade;*
47. *declaração de Imposto de Renda, pessoa jurídica;*
48. *demais atividades inerentes às Ciências Contábeis e suas aplicações.*

§ 1º - São atribuições privativas dos contadores, observado o disposto no § 2º, as enunciadas neste artigo, sob os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43, além dos 44 e 45, quando se referirem a nível superior.

§ 2º - Os serviços mencionados neste artigo sob os números 5, 6, 22, 25 e 30, somente poderão ser executados pelos Técnicos em Contabilidade da qual sejam titulares.

A regulamentação da profissão do contabilista foi resultado de intensa luta da classe em busca da valorização profissional, e que encontrou apoio no empresariado, interessado em que o trabalho exercido por funcionários o fosse de forma competente e responsável, dado o tipo de informação interna que manuseiam, como bem apontou Américo José Jambeiro em declarações a

respeito da criação do Conselho Federal de Contabilidade: *"Controlando dessa maneira, o exercício da profissão do contador, o Governo criou recursos para que estejam seguramente defendidos os interesses da indústria e do comércio, enfim de todas as classes que necessitam de serviços contábeis"*.

A atuação do CFC, tanto como órgão da categoria contábil, quanto como entidade inserida no contexto social, pode ser melhor vislumbrada na figura abaixo, fornecido pelo próprio CFC:



Figura 1: O CFC e a sociedade. Fonte: www.cfc.org.br

Todo o sistema do Conselho Federal de Contabilidade, que envolve os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's) de todo o país, atende a uma série de necessidades da categoria contábil.

Abaixo, quadro ilustrativo, fornecido pelo CFC, com a indicação das funções básicas do sistema CFC/CRC's:

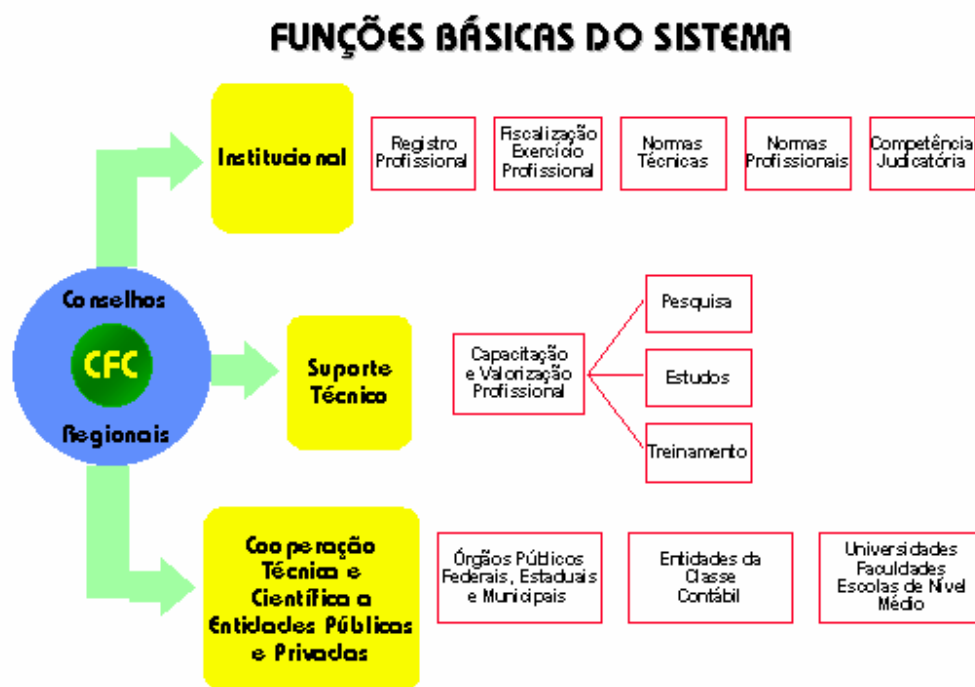


Figura 2: O CFC e as funções básicas do sistema. Fonte: www.cfc.org.br

2.4 O mercado de trabalho

O objetivo deste tópico é analisar as principais características e condições do mercado de trabalho do contador, como o mercado vem sendo atendido e qual é o tipo de profissional imagina-se será requerido num futuro próximo.

Por meio de dados obtidos junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC/SP, é possível identificar o número de contadores

com registro neste órgão, o que representa um dado significativo no que tange ao dimensionamento do mercado de trabalho do profissional da contabilidade.

De acordo com os dados fornecidos pelo CRC/SP em janeiro de 2.002, existiam registrados 39.816 Contadores no Estado de São Paulo que mantêm atualizados seu registro, dos quais 18.569 somente na cidade de São Paulo.

Os números dos profissionais envolvidos com a atividade contábil são obviamente muito maiores. Primeiro pela existência da categoria dos Técnicos em Contabilidade, que também possuem registro no CRC/SP, e de acordo com ele somam 54.198 no Estado de São Paulo, dos quais 20.170 somente na cidade de São Paulo.

Ressalte-se que o mercado de trabalho da contabilidade também envolve um número significativo de outras pessoas, quer sejam aquelas que ainda não concluíram seus cursos e, portanto, não solicitaram o registro profissional, quer sejam aqueles que realizam atividades contábeis independentemente do registro profissional. Está última categoria é alvo de constante fiscalização do CRC/SP para que tenha sua situação regularizada.

Denota-se do acima exposto a magnitude do mercado de trabalho dos profissionais da contabilidade. Mas, ainda, há que se ressaltar o número de empresas que atuam no ramo contábil.

De acordo com os dados fornecidos pelo CRC/SP em janeiro de 2.002, existiam registradas 7.277 sociedades de contabilistas registradas no CRC/SP, inscritas para a prestação dos mais diversos tipos de serviços contábeis, tais como assessoria contábil e fiscal, auditoria, perícias etc.

Além das sociedades, ressalte-se a existência dos profissionais que atuam de forma autônoma, que também fazem o seu registro junto ao CRC/SP, cadastrando-se na categoria de CEI – Cadastro de Empresa Individual, que atualmente conta com 9.731 profissionais registrados.

O mercado de trabalho do Contador, embora ligado obviamente às necessidades das empresas de manterem registros contábeis de suas atividades para efeito de controle e tomada de decisão, recebeu apoio estatal para sua evolução e consolidação, como ocorreu no início do século passado quando a legislação atribuiu aos diplomados nessa área privilégios no preenchimento de cargos e funções nos órgãos públicos.

Um marco fundamental para a expansão desse mercado de trabalho ocorreu em 1932, com o Decreto nº. 21.033, de 08 de fevereiro de 1932, que exigia a assinatura do perito-contador, contador ou guarda-livros nos livros ou documentos previstos na legislação, para que estes tivessem validade jurídica ou administrativa.

Diante deste fato, o mercado cresceu amparado de um lado pela regulamentação profissional, que atuou como uma autêntica reserva de mercado dos profissionais habilitados e, de outro, impulsionado pelas exigências fiscais contidas na legislação tributária que, ao criar controles sobre as atividades empresariais, ampliou o campo de atuação da categoria já que as empresas viam-se obrigadas a manter um profissional habilitado para cuidar e sua escrita e ser responsável por ela.

Ressalte-se, porém, que se esse fato, de um lado contribuiu para expandir o mercado de trabalho e, por outro, constituiu-se num dos fatores de desgaste da imagem do contabilista, que passou a ser visto como um mal necessário, fonte de despesas e não como um profissional capaz de organizar informações, facilitando o controle da empresa e auxiliando na tomada de decisões, uma vez que a grande maioria delas era de pequeno porte e não sentia a necessidade de um sistema de informações contábeis.

Contudo, é de se notar que já nessa época desenvolvia-se nas grandes empresas um segmento diferenciado nesse mercado de trabalho, que sentia a necessidade de valorizar a profissão, colocando-a em posição de destaque dentro da empresa, como se depreende desta afirmação de Lima apud Machado (1.981 : 76) "*...O que desejamos é salientar a imprescindível, a imperiosa necessidade do contador de se afastar o quanto possível da execução de serviços que devem fixar a cargo de auxiliares de outra categoria, tais sejam os guarda-livros, auxiliares de escrita etc.. Somente assim, despreocupado da escrituração e de outros trabalhos materiais, pode o contador exercer as atribuições ideais da profissão, destacando-se as de organizador e dirigente da contabilidade e as de orientador e conselheiro da administração. Essa qualidade de controller do capital, julgamo-la das mais úteis, ainda mesmo nas pequenas organizações, em que o contador deve também, forçosamente, exercer misteres práticos"*

No entanto, os contabilistas têm se debatido entre a necessidade de valorizar a profissão e a de expandir o mercado de trabalho, por meio da ampliação de atividades que lhes são reservadas, como bem o demonstra a resolução do

Conselho Federal de Contabilidade n° 94/58, de 04 de janeiro de 1958, quando diz: *"Considerando que escrituração fiscal é escrituração; que escrituração é setor privativo dos contabilistas, não importa que seja comercial, fiscal, trabalhista, de regime privativo; se é escrituração, deve ser feita sob responsabilidade de um contabilista profissional "*

Durante os anos 40 visualizou-se uma forma de procurar valorizar a profissão, por meio da elevação da categoria dos contabilistas ao de nível superior. Contudo, a criação dos cursos de Ciências Contábeis, não resultou em uma mudança significativa do perfil do mercado de trabalho, pois dadas suas características de formação, o mercado continuou a ser atendido fundamentalmente por profissionais de nível médio, enquanto os cursos de nível superior permaneciam estagnados.

Embora o curso de Ciências Contábeis tenha se iniciado em meados da década de 40, apenas nos anos 70 ganhou impulso. Observa-se que, apesar da alta taxa de crescimento, sua representatividade no conjunto é ainda pequena.

Um outro campo que ganhou grande impulso foi o de auditoria, beneficiado pela Resolução n° 220 e pelas Circulares n° 178 e 179, todas do Banco Central do Brasil, que, além de estabelecerem normas e princípios de auditoria e contabilidade, também padronizaram os demonstrativos das empresas de capital aberto, com exigência de demonstrativos certificados por auditores independentes. Merece enorme destaque a promulgação da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas, que, na época, introduziu novos demonstrativos contábeis, e permitiu que a escrituração efetiva e oficial ficassem inteiramente desvinculada da legislação do imposto de renda, possibilitando,

dessa forma, um enorme avanço das normas e procedimentos contábeis rumo ao entendimento das necessidades de informações gerenciais demandadas pelas empresas.

Essas mudanças propiciaram uma rápida expansão do mercado de trabalho para profissionais especializados nas diversas áreas contábeis e exigiram desses uma constante atualização profissional.

Também é importantíssimo frizar-se que um aspecto vem contribuindo muito para a profissão contábil. Primeiro contribui para a agilização e facilitação dos procedimentos. Paralelamente contribuiu para a diminuição do mercado de trabalho para profissionais pouco capacitados. Este aspecto é o rápido desenvolvimento da informática, que agilizou sobremaneira os procedimentos de escrituração e demais procedimentos contábeis.

Acrescente-se atualmente o uso da *Internet*, que vem facilitando sobremaneira os serviços contábeis, principalmente nos relacionados aos órgãos de registro e fiscalização das empresas.

Em última instância, o que se vislumbra é que há uma tendência do mercado em requerer profissionais de alta competência técnica e teórica, aptos a participarem de uma administração moderna, auxiliados por funcionários encarregados das tarefas rotineiras de classificação, digitação, conciliação, etc.

Portanto é preciso ter claro que a mudança da qualidade requerida aos contadores enseja-se vislumbrar um certo estreitamento do mercado. Objetivando preparar a categoria para enfrentar a realidade emergente do mercado de trabalho, surgem inúmeras propostas visando, valorizar a profissão.

Nesse sentido, ganha força a proposta de aprimorar a categoria, seja pelos mais radicais que imaginam a exclusão dos técnicos em contabilidade, ou pelo menos a redução de suas prerrogativas, reservando-se os privilégios da profissão apenas aos bacharéis em Ciências Contábeis. Essa idéia tem como foco que aos bacharéis em Ciências Contábeis estariam reservadas as funções do moderno contador, enquanto que aos técnicos em contabilidade caberia a função de auxiliar. Sugestão menos radical e de melhor trânsito entre os profissionais é de se incentivar e criar as condições necessárias para que o Técnico em Contabilidade ingresse em curso superior de Ciências Contábeis e, por conseguinte, possa mudar seu registro para a categoria dos Bacharéis.

3. O Exame de Suficiência

3.1 Considerações gerais.

Já vem de longa data a preocupação com a adequação do ensino de Ciências Contábeis com as necessidades do mercado. Digno de menção é o relatório de um estudo realizado por um comitê indicado pela *American Accounting Association* de 1986, citado por Marion (1996:95), considerando a futura estrutura, o conteúdo e o campo de ação do ensino da Contabilidade. Este comitê fez 28 considerações e mostrou que o ensino contábil universitário deveria ser reestruturado para melhor atender aos anseios da profissão. A conclusão deste comitê, ao realizar uma revisão sobre a eficiência dos programas de Contabilidade, é que enquanto a profissão havia mudado nos últimos anos, o ensino da Contabilidade permaneceu inalterado.

Muitos acontecimentos da história recente, tais como a identificação de fraudes em várias entidades com o suposto envolvimento de contadores e auditores, como por exemplo a falência da empresa Enron, nos Estados Unidos, auditada pela empresa Arthur Andersen, e a quebra de diversas instituições financeiras, tal qual como ocorreu no Brasil com o Banco Nacional, auditado pela empresa KPMG, geraram, para a sociedade, uma série de dúvidas a respeito da confiabilidade das informações contábeis e do comportamento ético dos contabilistas.

Esta situação, de suposto comportamento ético e profissional inadequado de alguns profissionais da contabilidade, gerou desconforto para a categoria contábil.

Em função disto acentuou-se a discussão em torno de uma grande reflexão sobre a profissão, na tentativa de buscar a identificação de erros e possíveis correções de rumo na condução do encontro entre ensino e o mercado.

Neste sentido, Cei (1997:31), em trabalho divulgado durante a 15ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, realizada em agosto de 1.997, elencava os itens que a categoria contábil deveria analisar para tentar contornar essa série de problemas, são eles:

- A verificação da qualidade da formação dos contabilistas;
- A identificação da adequação dos atuais profissionais às reais necessidades demandadas pelo mercado de trabalho, e principalmente;
- As condições de competitividade desses profissionais mediante o processo de globalização.

Como se percebe, o questionamento de duas vertentes dominavam o cerne da angústia e das inquietações dos profissionais da área. Estariam as instituições de ensino oferecendo uma formação sólida e de qualidade? Mais do que isso, a formação por elas oferecida estaria adequada ao que o mercado demandava? Tudo isto atormentava os profissionais, pois o mercado cada vez mais globalizado vislumbrava, dia após dia, um ambiente altamente competitivo, no qual a qualidade da formação e o constante aprimoramento de conhecimentos estariam entre os principais elementos de diferenciação do profissional no mercado.

É sabido que estas inquietações já haviam sido discutidas diversas vezes, sempre por ícones da cultura contábil, mas, com o passar do tempo, com os problemas que foram se avolumando e com o comprometimento da imagem profissional do

contabilista perante os meios de comunicação, havia de ocorrer um encaminhamento prático de busca de soluções.

A partir destas discussões, começaram a surgir outros questionamentos e inquietações, que certamente também careciam de uma ampla discussão, sem o que o objetivo primeiro não seria atingido.

Dentre as questões suscitadas, todas pertinentes, algumas merecem destaque neste trabalho. Uma das questões diz respeito à criação indiscriminada de cursos superiores de Ciências Contábeis, que poderiam não observar o cunho qualitativo da formação, ocasionando, eventualmente, uma quebra na qualidade dos profissionais liberados para o mercado.

Outra questão importantíssima dizia respeito ao fornecimento de autorização para o exercício profissional, que era feita mediante a apresentação de diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, sem nenhuma outra exigência.

Com essa sistemática para a obtenção do registro profissional, os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC's e o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, não podiam avaliar os aspectos relacionados com a qualidade da formação profissional, cabendo tão e somente a eles referendar para a sociedade um profissional sob o qual não tiveram nenhuma influência ou verificação do processo de formação.

Começava a ficar evidente que o sistema CFC/CRC precisava intensificar sua atuação nesta relação entre as instituições de ensino e o mercado, de modo a certificar-se e a garantir a qualidade dos profissionais que registrava e autorizava

o exercício da profissão, sob pena de, ao escusar-se da responsabilidade, comprometer toda a categoria contábil.

Neste prisma, diversas questões ganharam espaço nas discussões do sistema CFC/CRC, tais como a Formação Acadêmica, o Fomento às Pesquisas, e a Capacitação Profissional, definidas por Cei (1997:45) como “linhas de atuação”.

Sob a ótica da análise da Capacitação Profissional, ganha espaço a idéia da criação de um exame de conhecimentos, como requisito indispensável para a obtenção da certificação profissional, cuja adoção visaria a promover uma maior preocupação das instituições de ensino com a formação acadêmica do profissional da contabilidade.

Esta certificação seria o aval dos órgãos de registro e fiscalização do exercício profissional para a sociedade sobre a competência do profissional. Cei (1997:45) assim definiu a possibilidade de existir a certificação *“... funcionaria como um divisor de águas, separando profissionais que efetivamente estão preocupados com a qualidade do seu desempenho dos demais”*

Ao final de longo período de maturação das discussões sobre o tema, restou nítida a necessidade da aplicação de um exame de certificação profissional, para a expedição do registro do exercício profissional. A partir daí, outras questões precisariam ser equacionadas para a efetiva aplicação desta idéia.

3.2 A criação do Exame.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº. 853/99, de 28 de julho de 1999, instituiu o Exame de Suficiência como requisito para indispensável para a obtenção de registro profissional perante os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC's.

O conceito estabelecido para o Exame de Suficiência é que ele serviria para comprovar que houve, por parte do egresso, a obtenção de conhecimentos médios, consoante aos conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso Técnico em Contabilidade.

Uma das possibilidades fixadas na Resolução retro citada é que as provas deveriam ser elaboradas para respostas objetivas, podendo ainda incluir questões com respostas dissertativas, contudo, já tendo ocorrida a realização de quatro exames, ainda não se optou, em nenhum deles, pela inclusão de questões que ensejassem a resposta dissertativa.

Para se obter a aprovação no Exame, o candidato deverá obter, no mínimo, 50% de acerto dos pontos possíveis. Este percentual foi escolhido em função de ser o mesmo adotado pela grande maioria dos Cursos de Ciências Contábeis para a aprovação de seus alunos e o CFC entendeu que qualquer percentual acima deste poria gerar discussões acirradas, até sob o ponto de vista legal.

O Exame de Suficiência é aplicado duas vezes ao ano, simultaneamente em todo o território nacional, nos meses de março e de setembro, em data e hora que são

fixadas por deliberação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com antecedência mínima de noventa dias.

A aplicação do Exame duas vezes por ano foi para atender aos cursos semestrais, que formam alunos ao final de cada semestre civil, evitando, desta forma, que o aluno formado em junho de um ano só preste o Exame de Suficiência em março do ano seguinte.

O Exame de Suficiência é requerido não só para a obtenção do registro profissional, mas também para a mudança de categoria profissional, ou seja, o Técnico em Contabilidade que requerer a alteração da categoria profissional para Contador deverá se submeter ao Exame de Suficiência.

O candidato aprovado no Exame de Suficiência receberá uma Certidão de Aprovação, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, com validade de 1 (um) ano, para fins de requerimento do registro profissional. Findo este prazo e não sendo efetuado o registro, o candidato deverá se submeter a novo Exame.

3.3 Exames já realizados – dados estatísticos.

Até o momento foram realizados quatro exames, nas seguintes datas:

- 26 de março de 2000;
- 24 de setembro de 2000;
- 25 de março de 2001; e
- 30 de setembro de 2001

À medida que são realizados os Exames de Suficiência, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade – CRC’s vêm procedendo a uma divulgação dos resultados obtidos.

Contudo, os resultados divulgados pelo CFC só possibilitam uma visualização de dados globais, não sendo possível identificar os resultados obtidos por cada IES. A justificativa do CFC para tal procedimento é de que nos encontramos em estágio inicial na realização do Exame de Suficiência e há necessidade de algum tempo para que as Instituições de Ensino Superior – IES - de habituem a esta nova situação.

Dentro das informações disponibilizadas pelo CFC, apresentamos algumas, que mesmo pela ampla generalização dos dados, permite uma pequena visão do cenário atual da formação do profissional da contabilidade.

Um dos dados disponíveis, em nível nacional, diz respeito ao número de inscritos, presentes, aprovados e reprovados, em cada um dos quatro exames realizados, cujos resultados constam do quadro a seguir:

Exames	Inscritos	Presentes	%	Aprovados	%	Reprovados	%
1º Exame	1,626	1,547	95.1%	1,358	87.8%	189	12.2%
2º Exame	4,244	4,025	94.8%	2,563	63.7%	1,462	36.3%
3º Exame	8,603	8,120	94.4%	5,991	73.8%	2,129	26.2%
4º Exame	8,673	8,132	93.8%	4,865	59.8%	3,267	40.2%
Total	23,146	21,824	94.3%	14,777	67.7%	7,047	32.3%

Conforme se vislumbra, tem ocorrido uma tendência de elevação do número de reprovações. A visão que se tem é de que nos primeiros exames não houve a intenção de se exigir muito dos candidatos. Com o passar do tempo, começou a prevalecer a idéia de que o Exame de Suficiência realmente deveria cumprir o papel para o qual foi criado, ser um divisor de águas entre a má formação e o bom profissional. Com isto o nível das questões formuladas foram sendo aprimoradas, e exigindo mais dos candidatos, o que resultou, por enquanto, em uma redução do percentual de aprovação.

O Exame de Suficiência realmente tem que ser sério e cumprir o papel idealizado pelos nomes mais respeitados da história da contabilidade neste país. Não se pode perder esta oportunidade e deixar que o Exame de Suficiência seja “mais uma prova” para obter o registro profissional. Ele tem que ser “a prova” que vai efetivamente atestar que aquela pessoa está capacitada para o exercício profissional da atividade contábil.

Abaixo, apresenta-se outro quadro, onde constam os mesmos tipos de informações do quadro anterior, mas só com os dados do Estado de São Paulo do 4º Exame de Suficiência:

Unidade	Inscritos	Presentes	%	Aprovados	%	Reprovados	%
CRC-SP	1,790	1,712	95.6%	853	49.8%	859	50.2%

Os resultados apresentados no quadro acima inspiram uma ampla reflexão dos educadores da Ciência Contábil do Estado de São Paulo. Enquanto que a média

nacional de aprovação no 4º. Exame de Suficiência (quadro anterior) foi de 59,8%, a aprovação no Estado de São Paulo foi de apenas 49,8%, ou seja, menos da metade dos candidatos aprovados.

No Estado da nação onde se concentra o maior número de profissionais há uma aprovação menor que a média nacional, isto com certeza merece uma análise mais profunda e detalhada, e para que se possa diagnosticar melhor esta situação é preciso que o CFC e o CRC de São Paulo continuem fornecendo dados, disponibilizando todos os detalhes desta estatística, para que o foco do problema seja detectado.

Enquanto isso não ocorre, acreditamos que um caminho que os responsáveis pelos cursos de Ciências Contábeis do Estado de São Paulo deveriam seguir é ver o que os cursos dos demais estados andam fazendo, seja na grade curricular, seja no projeto pedagógico do curso.

Outra situação que pode ser encaminhada é a própria Instituição de Ensino Superior – IES solicitar ao CRC-SP o resultado da sua instituição no Exame de Suficiência. Sim, este dado pode ser disponibilizado, de maneira sigilosa, pois só a IES solicitante receberá o resultado e somente o seu resultado, o que possibilitará que se vislumbre se sua instituição faz ou não parte desta estatística ruim para os profissionais de contabilidade do Estado de São Paulo.

Mais uma informação disponibilizada pelo CFC diz respeito a participação dos candidatos por sexo. Vejamos o quadro abaixo, onde consta a participação por sexo, em nível nacional, no 4º. Exame de Suficiência:

Unidade	APROVADOS					REPROVADOS				
	Masc.	%	Fem.	%	Total	Masc.	%	Fem.	%	Total
Nacional	2,567	52.8%	2,298	47.2%	4,865	1,327	40.6%	1,940	59.4%	3,267

O percentual de aprovação entre as pessoas do sexo masculino (52,8%) é maior do que as do sexo feminino (47,2%), contudo a diferença é mínima, havendo hoje praticamente um empate na quantidade de homens e mulheres que ingressam na profissão contábil.

Já no Estado de São Paulo a igualdade numérica está mais distante de acontecer.

Vejamos o quadro abaixo:

Unidade	APROVADOS					REPROVADOS				
	Masc.	%	Fem.	%	Total	Masc.	%	Fem.	%	Total
CRC-SP	480	56.3%	373	43.7%	853	384	44.7%	475	55.3%	859

No caso do Estado de São Paulo, o percentual de aprovação entre as pessoas do sexo masculino (56,3%) é maior que a média nacional e, por sua vez, as do sexo feminino (43,7%) é menor. Denota-se que a participação masculina na profissão ainda é acentuada no Estado de São Paulo.

O conteúdo programático previsto para o Exame de Suficiência, por meio da Resolução CFC nº 853/99, de 28 de julho de 1999, encontra-se reproduzido, na sua íntegra, na seção de anexos do presente trabalhos.

3.4 A adequação da grade curricular das IES da cidade de São Paulo.

3.4.1 As Instituições de Ensino Superior

Objetivando responder à questão suscitada no presente trabalho, procurou-se identificar se as Instituições de Ensino Superior que mantêm curso de Ciências Contábeis no município de São Paulo tem em sua grade curricular os conteúdos necessários para atender a todo o conteúdo programático do Exame de Suficiência.

Com vistas a obtenção desta resposta elaborou-se questionário, cujo teor está integralmente reproduzido na seção de anexos do presente trabalho, que foi enviado para as 41 (quarenta e uma) Instituições de Ensino Superior do município de São Paulo que mantêm o curso de Ciências Contábeis, conforme consta do *site* do CRC/SP na *Internet* (www.crcsp.org.br):

01	Centro Universitário Assunção
02	Centro Universitário Capital
03	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
04	Centro Universitário Ibero-americano
05	Centro Universitário Nove de Julho
06	Centro Universitário Sant'anna
07	Faculdade Bandeirantes de Ciências Exatas e Humanas
08	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Luzwell

09	Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
10	Faculdade de Educação e Ciências Gerenciais de São Paulo
11	Faculdade Drummond
12	Faculdade Guarapiranga
13	Faculdade Independente Butantã
14	Faculdade Interlagos
15	Faculdade Ítalo-brasileira
16	Faculdade Paulistana
17	Faculdade Radial
18	Faculdade São Luís
19	Faculdade Sudoeste Paulistano
20	Faculdade Sumaré
21	Faculdade Trevisan
22	Faculdades Associadas de São Paulo
23	Faculdades Costa Braga
24	Faculdades Hoyler
25	Faculdades Integradas Campos Salles
26	Faculdades Integradas Tibiriçá
27	Faculdades Oswaldo Cruz
28	Faculdades Santa Rita de Cássia
29	Faculdades Teresa Martin
30	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

31	Universidade Bandeirante de São Paulo
32	Universidade Camilo Castelo Branco
33	Universidade Cidade de São Paulo
34	Universidade Cruzeiro do Sul
35	Universidade de Santo Amaro
36	Universidade de São Paulo
37	Universidade Ibirapuera
38	Universidade Mackenzie
39	Universidade Paulista
49	Universidade São Judas Tadeu
41	Universidade São Marcos

No questionário enviado foi solicitado que prestassem informações para cada item do conteúdo programático do Exame de Suficiência, com base na seguinte colocação: *Abaixo os itens que compõem o conteúdo programático do Exame de Suficiência para Bacharel em Ciências Contábeis. Assina-le a alternativa que mais reflete a aderência do conteúdo programático de sua entidade a ele.*

Com base nessa colocação eram disponibilizadas quatro alternativas, iguais para todos os itens, para que a IES apontasse o intervalo percentual que mais correspondesse a sua realidade. As alternativas eram as seguintes: *“mais de 90%”; “entre 70 e 90%”; “menos de 70 até 50” e “menos de 50%”.*

3.4.2 Da Justificativa Estatística

Definem-se a seguir os elementos necessários à descrição e justificação da seleção da amostra deste trabalho.

3.4.2.1 População

Conjunto de elementos com pelo menos uma característica em comum. No presente estudo a População tem como característica em comum o fato de serem Instituição de Ensino Superior. Outra característica em comum, pertencerem à um mesmo território Nacional, Estado e por fim Cidade.

Pode-se também mencionar outras características em comum como o fato de que a população é constituída por Faculdades de Contabilidade.

3.4.2.2 Amostra

Uma vez fixada a população, denomina-se amostra desta a qualquer subconjunto que mantenha pelo menos uma característica em comum com a população da qual foi extraída.

3.4.2.3 Amostragem

Processo de seleção da amostra para que possa ser estudado algum fenômeno de interesse do pesquisador.

3.4.2.4 Parâmetro

É qualquer medida estatística utilizada para descrever o fenômeno em análise. No presente estudo, utilizar-se-á como parâmetros, a medida da Média, e o desvio-padrão.

3.4.2.5 Estimador

É também denominado *Estatística de um parâmetro*; é uma característica numérica da população e por conseguinte da amostra. O estimador é representado como uma função de seus elementos. A média e o desvio-padrão, são exemplos de *Parâmetros* utilizados como *Estimadores*.

3.4.2.6 Média Aritmética

Define-se como o quociente entre a somatória dos valores observados e o número de observações.

3.4.2.7 Moda

É observação verificada mais freqüentemente.

3.4.2.8 Mediana

É uma medida de *posição ordinal*. Os dados, agrupados em classes ou não, são classificados em ordem crescente para determinar-se a *posição Mediana da Distribuição*. Com esta Estatística define-se o *centro geométrico da distribuição* de freqüências dos dados observados, ou seja, 50% dos dados observados estarão acima e terão valores acima do valor do elemento mediano e outros 50% estarão abaixo e terão valores abaixo daquele do elemento mediano . Em nosso exemplo o elemento mediano da amostra será o elemento de posição 6,5°, já que para dados agrupados, as variáveis são consideradas como aleatórias e contínuas. Seus valores dependem de cada item da pesquisa.

3.4.2.9 Desvio-padrão

É uma medida de dispersão que define o grau de afastamento médio de cada observação em relação á média da amostra. Define-se como a Média Geométrica (raiz quadrada) do quadrado dos afastamentos de cada observação em relação á média aritmética da amostra.

Sua notação é:
$$S = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2 \times f_i}{\sum f_i}}$$

3.4.2.10 Variância

É o quadrado do desvio-padrão; escreve-se como S^2 .

Ainda, quando os dados considerados representarem toda a População, o denominador da expressão acima será o número de observações, $\sum f_i = n$.

Mas quando os dados observados forem uma “amostra” da população então é aconselhável a utilização de $\sum f_i - 1 = n - 1$.

Morretin (2000:2) define *amostragem probabilística* como sendo aquela onde cada unidade amostral tem uma possibilidade zero de não pertencer à amostra, exatamente como ocorre em nossa amostra pois todas as unidades respondentes fazem parte da população de Faculdades, não havendo portanto respondentes que não sejam deste universo. Define ainda que *amostragem não-probabilística* é aquela onde existe uma probabilidade diferente de zero de não pertencer à amostra.

No presente estudo a amostragem, portanto, é *probabilística*.

O Viés de Seleção decorre do fato de que haja a possibilidade de que algum dos respondentes não pertença realmente à população considerada, o que não ocorre, como já dissemos.

Define Morretin (2000,2) que “A *amostragem probabilística* é isenta de viés”.

3.4.3 Análise exploratória a amostra.

3.4.3.1 Tabulação dos dados

A tabulação dos dados segue o método de Estatística Descritiva para dados agrupados em classes.

Este método de classificação assegura que as respostas sejam agrupadas naquelas classes onde realmente pertençam.

3.4.3.2 Determinação do número de classes para dados agrupados (k).

Quando as observações são classificadas em classes é aconselhável que o número de classes seja determinado pelo Método da Raiz ou pelo Método de Struges.

Primeiro verifiquemos o método denominado de Método da Raiz.

Determina-se o número de observações (no exemplo acima = 41), daí então o número de classes “ k ” será : $k = \sqrt[3]{n} = \sqrt[3]{41} = 6,40 \cong 7$, teremos então sete classes.

O segundo método, é o denominado Método de Struges e calcula-se:

$$k = 1 + 3,22 \times \log n$$

No exemplo acima teríamos $k = 1 + 3,22 \times \log_{10} 41 = 1 + 3,22 \times 1,6127 = 6,19 \cong 7$

Os dois métodos são equivalentes, porém alguns pesquisadores condenam o método da Raiz para números elevados de observações pois o resultado é sempre uma quantidade elevada de classes, dificultando assim a classificação.

3.4.3.3 Determinação da amplitude de classe (h).

Desta forma, uma vez fixado o número de classes, calcularemos a amplitude delas, que deverá ser rigorosamente igual para todas as classes da distribuição.

$$h = \frac{\text{observação}_{\text{máxima}} - \text{observação}_{\text{mínima}}}{k} = \frac{100 - 0}{7} = 14,28 \cong 15, \text{ vamos admitir}$$

$h = 20$, pois a interpretação subjetiva das perguntas, por parte da pessoa pesquisada, encontra melhor significado.

Daí as classes foram idealizadas como 0-20, 20-40, 40-60, 60-80, 80-100, e, ao final, optou-se pela representação pelos limites reais encontrados nas resposta evitando-se assim um viés maior da pesquisa:

30-50 (menos de 50), 50-70, 70-90, 90-100 (mais de 90)

A média da utilização ou da presença dos itens da pesquisa no conteúdo programático das entidades pesquisadas foi colocado no quadro abaixo e assim foi calculada a sua média e desvio-padrão da população

3.4.3.4 Cálculo pela Média

Deve-se partir dos limites reais e seus pontos médios de classe (PMC).

O ponto médio de classe é a média aritmética entre o “limite superior” e o “limite inferior” de cada classe.

Exemplo: $PMC = \frac{(10+20)}{2} = 15$, e assim sucessivamente

Classes		$x_i = PMC$	f_i	$x_i \times f_i$	$x_i - \bar{x}$	$(x_i - \bar{x})^2$	$(x_i - \bar{x})^2 \times f_i$
0	10	5	0	0	-77,8246	6056,662	0
10	20	15	0	0	-67,8246	4600,171	0
20	30	25	0	0	-57,8246	3343,68	0
30	40	35	11	385	-47,8246	2287,189	25159,08
40	50	45	51	2295	-37,8246	1430,697	72965,57
50	60	55	35	1925	-27,8246	774,2062	27097,22
60	70	65	45	2925	-17,8246	317,715	14297,17
70	80	75	118	8850	-7,82456	61,22376	7224,404
80	90	85	209	17765	2,175439	4,732533	989,0994
90	100	95	386	36670	12,17544	148,2413	57221,14
			855	70815			204953.7

A Média será dada por, $\bar{x} = \frac{\sum(x_i \times f_i)}{\sum f_i} = \frac{70815}{855} = 82,82\%$, e o

Desvio-Padrão por, $S = \sqrt{\frac{\sum(x_i - \bar{x})^2 \times f_i}{\sum f_i}} = \sqrt{\frac{204953.7}{855}} = 15.48$

A média e o desvio-padrão das variáveis analisadas, são estimadores que distinguem uma distribuição de frequência das demais, conferindo-lhe uma característica única.

Através desta característica e com base na teoria da amostragem, é possível determinar o *número mínimo de elementos* de uma população que mantém a característica desta e que, portanto, representa estatisticamente o total da população.

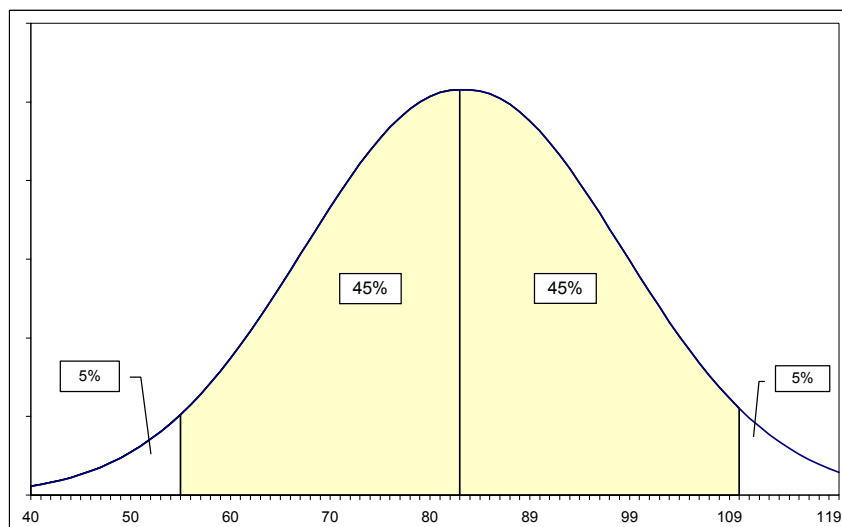
Qual será então o tamanho da amostra de tal forma que exista 90% de probabilidade de que a média desta amostra esteja contida no intervalo $P(75 \leq \bar{x} \leq 95) = 0,90$, sendo a população de tamanho 41 com média $\bar{x} \cong 82$, e desvio-padrão $S \cong 15,5$?

Deseja-se determinar com um grau de certeza de 90% que a média das respostas da amostra esteja também contida entre o intervalo $(75\% \leq \bar{x} \leq 95\%)$, para que se possa definitivamente aceitá-la como válida para representar a população da qual foi extraída.

Admita-se então que a distribuição de frequência da variável aleatória X tenha comportamento normal;

$$X : N(\mu, S^2) \begin{cases} \mu = 82 \\ S^2 = 240 \end{cases} \quad \text{e} \quad P(75 \leq \bar{x} \leq 95) = 0,90$$

representados graficamente por:



Pode-se escrever o desvio padrão em função de sua variância e representa-se:

$$S = \sqrt{\frac{S^2}{n}} = \sqrt{\frac{240}{n}} = \frac{15,5}{\sqrt{n}}$$

Com a ajuda da tabela de Escore reduzido Z verifica-se que $Z_{0,450529} = 1,65$ e determina assim os dois limites inferior superior das probabilidades da média estar contida naquele intervalo.

Daí tem-se que :

$$Z = \frac{X - \mu}{S} \Rightarrow -1,65 = \frac{75 - 82}{\frac{15,5}{\sqrt{n}}} \quad \text{portanto} \quad -1,65 \times \frac{15,5}{\sqrt{n}} = 75 - 82 \Rightarrow -1,65 \times \frac{15,5}{\sqrt{n}} = -7$$

$$\text{e} \quad \sqrt{n} = \frac{-1,65 \times 15,5}{-7} = \frac{-25,57}{-7} \Rightarrow \sqrt{n} = 3,65 \quad \text{portanto} \quad n = 13,34 \cong 13.$$

Comprova-se empiricamente que a amostra considerada por apresentar a média e o desvio- padrão acima, representa com 90% de probabilidade a população das Faculdades pesquisadas.

3.4.4 Resultados da Pesquisa

Foram recebidos 13 (treze) questionários respondidos e devidamente apurados os resultados, apresenta-se a seguir o sumário dos resultados obtidos, item por item, com as devidas análises e comentários.

CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE GERAL

a) A Escrituração Contábil

As contas, as partidas simples e as partidas dobradas. As variações patrimoniais. Os livros contábeis. As contas de receitas, despesas e custos. As contas de compensação. A equação patrimonial básica. O regime de caixa e o de competência. Os lançamentos e suas retificações.

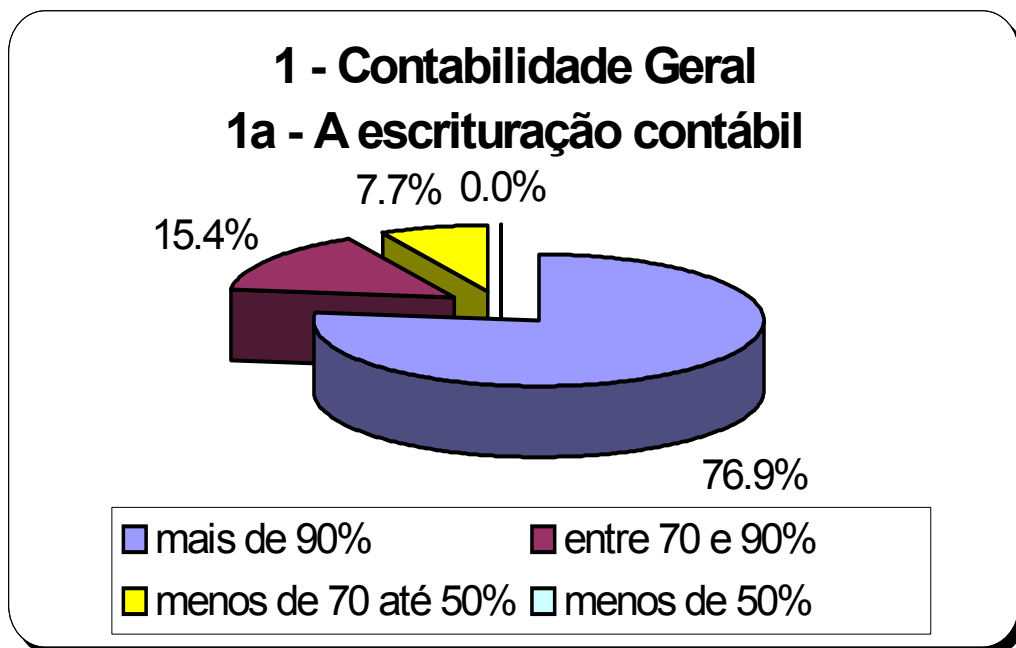


Figura 3: Percentual de respostas apresentados no item 1a – A escrituração contábil.

<i>1a</i>	
Média	86.15
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.697
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 1: Dados estatísticos do item 1a – A escrituração contábil.

Dentre os itens de Contabilidade Geral, a Escrituração Contábil é que obteve o maior índice de respostas “mais de 90%”, ficando com 76,9%, o que representa uma ampla abordagem dos conhecimentos básicos da contabilidade. Se observarmos todas as respostas que apontam para 70% ou mais veremos que o percentual fica em 92,3%, o que revela a alta preocupação das Instituições de Ensino Superior em abordarem este conteúdo.

b) Os registros contábeis na constituição de entidades

Os tipos de entidades. A constituição do capital. A subscrição e a integralização do capital, no caso de sociedades anônimas. A realização de capital com bens e direitos. As despesas de constituição.

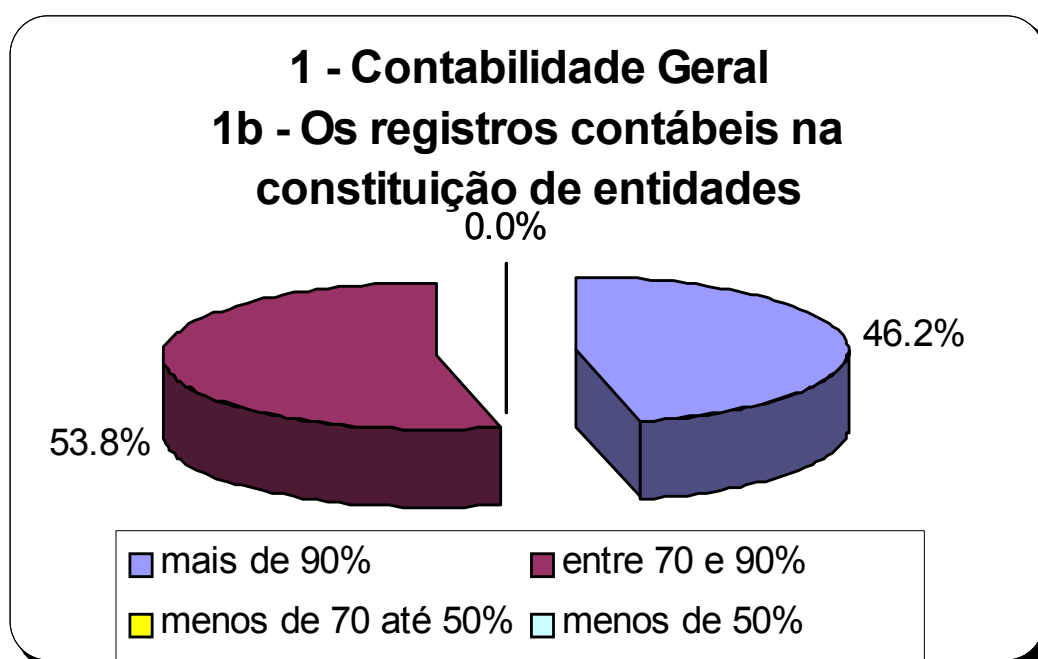


Figura 4: Percentual de respostas apresentados no item 1b – Os registros contábeis na constituição de entidades.

<i>1b</i>	
Média	84.6
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	5.19
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 2: Dados estatísticos do item item 1b – Os registros contábeis na constituição de entidades.

É um item amplamente abordado, visto que as respostas que apontam que o conteúdo é abordado em pelo menos 70% representam a totalidade das respostas. Este resultado demonstra a preocupação dos Cursos de Ciências Contábeis em ministrarem os ensinamentos relativos aos registros iniciais de uma entidade.

c) Os registros das operações típicas de uma empresa

Compras e vendas. Movimentação de estoques. Custo com pessoal, serviços de terceiros, prêmios de seguros, tributos, amortizações, depreciações e exaustões. Operações financeiras, de empréstimos e de descontos. Os lançamentos de destinação do resultado.

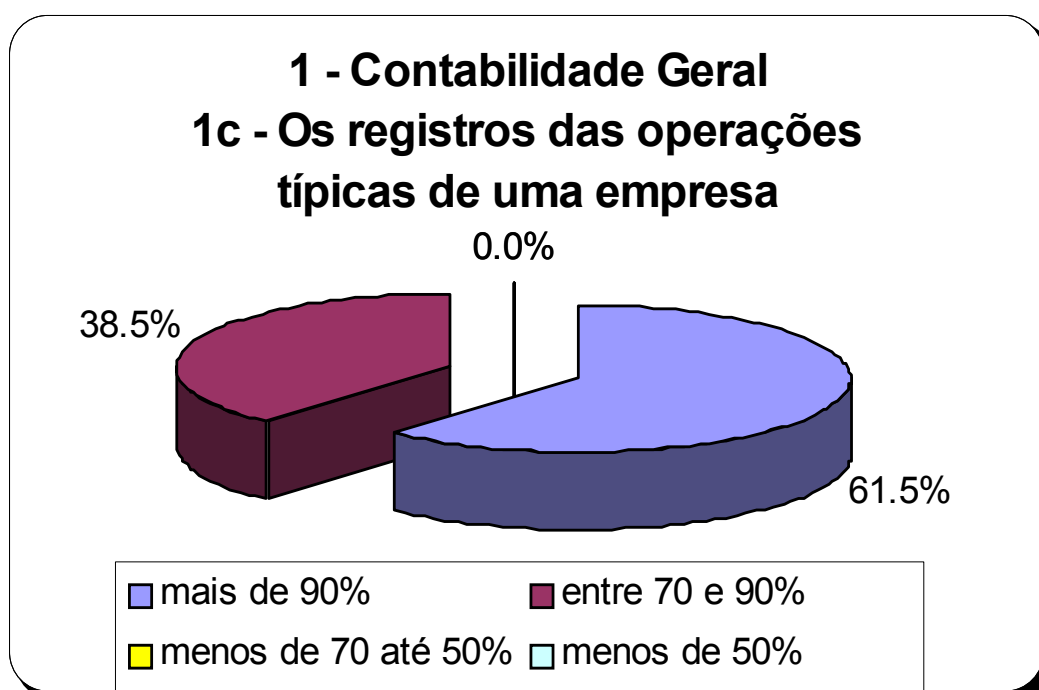


Figura 5: Percentual de respostas apresentados no item 1c – Os registros das operações típicas de uma empresa.

1c	
Média	86.2
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	5.06
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 3: Dados Estatísticos do item 1c – Os registros das operações típicas de uma empresa.

Há uma abordagem significativamente representativa de registros contábeis dentro deste item, o que é amplamente endossada pelos resultados apresentados. As respostas “mais de 90% representam 61,5% do total, índice dos mais significativos, que acrescido das respostas ”entre 70 e 90%” perfazem a totalidade das respostas apresentadas, ressaltando definitivamente a importância que tais ensinamentos têm nas grades curriculares das IES.

d) Medidas preliminares à elaboração de balanços

O balancete de verificação. As conciliações e retificações de saldos de contas. As provisões e os diferimentos. O inventário de mercadorias e de materiais. Os créditos de liquidação duvidosa.

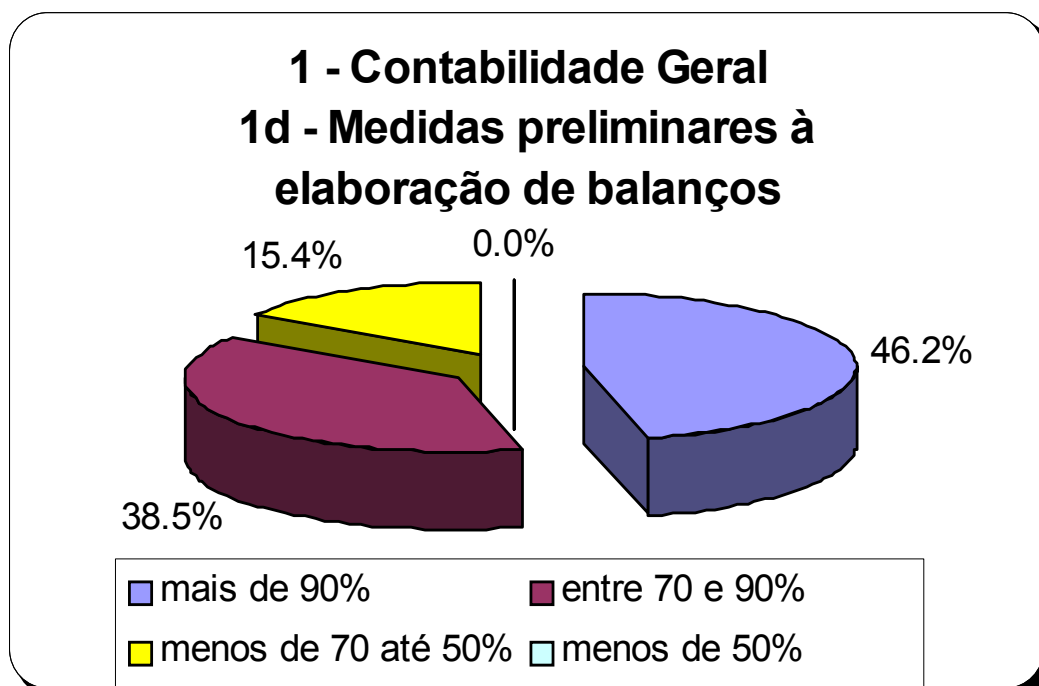


Figura 6: Percentual de respostas apresentados no item 1d – Medidas preliminares à elaboração de balanços.

<i>1d</i>	
Média	82
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	11
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 4: Dados estatísticos do item 1d – Medidas preliminares à elaboração de balanços.

As respostas “menos de 70 até 50%” merecem um destaque, pois atingiram a marca de 15,4% que, apesar de parecer pouco, é um percentual significativamente alto, ocasionando preocupação, pois este conteúdo é de caráter eminentemente básico. Tratam-se de operações importantes e indispensáveis na elaboração de Demonstrações Contábeis, pelo que entendemos que deveriam, a

exemplo dos itens anteriores, merecer ampla abordagem nas grades curriculares das IES.

e) A avaliação dos ativos e passivos

A avaliação e escrituração pelo custo de aquisição. A correção monetária. As reavaliações. A avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As empresas coligadas e controladas.

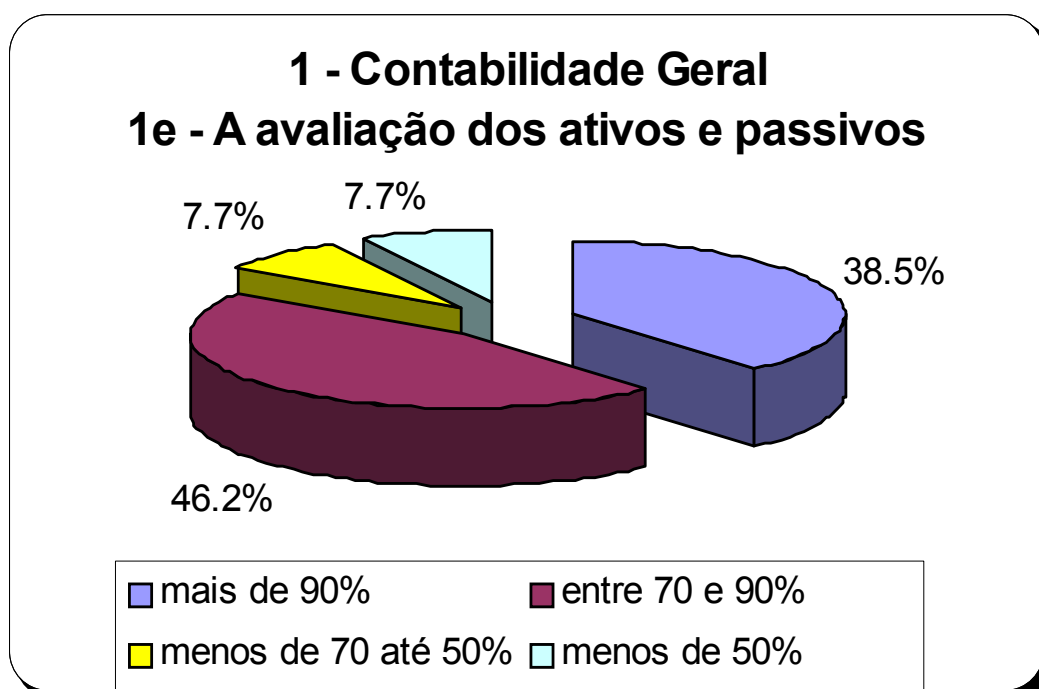


Figura 7: Percentual de respostas apresentados no item 1e – A avaliação dos ativos e passivos.

1e	
Média	79.2
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.4
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 5: Dados Estatísticos do item 1e – A avaliação dos ativos e passivos.

As respostas apresentadas neste item merecem um destaque em relação a todo o conteúdo de Contabilidade Geral, pois foi o único item a obter respostas com “menos de 50%”, e a representatividade dos conteúdos deste item, salvo melhor juízo, por se tratar de conteúdos caracterizadores de elementos básicos da ciência contábil, mereceriam ampla abordagem nas grades curriculares. Não nos preocupamos somente pelo percentual de 7,7% nas respostas “menos de 70 até 50%”, mas principalmente pelas respostas “menos de 50%”, pois significam que algumas IES não abordam pelo menos a metade destes conteúdos, que são de destacada importância para a formação do profissional da contabilidade. Destaque mais uma vez que este é o único item de Contabilidade Geral que apresentou respostas “menos de 50%”.

f) A elaboração das demonstrações contábeis

O Balanço Patrimonial e as suas notas explicativas. A apuração do resultado e a Demonstração do Resultado do Exercício. A Demonstração de Lucros e Prejuízos

Acumulados. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. A Demonstração de Fluxo de Caixa. A consolidação de balanços.

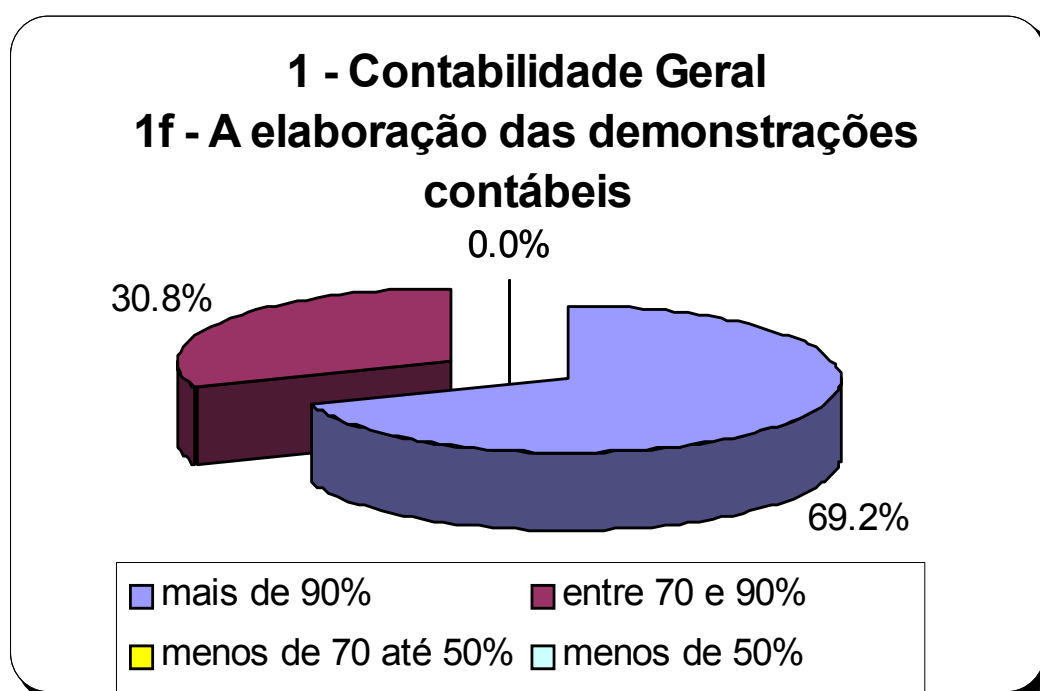


Figura 8: Percentual de respostas apresentados no item 1f – A elaboração das demonstrações contábeis.

<i>1f</i>	
Média	86.9
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	4.8
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 6: Dados Estatísticos do item 1f – A elaboração das demonstrações contábeis.

As respostas obtidas expressam a adequada preocupação em abordar os elementos básicos essenciais na formação dos profissionais das ciências contábeis. A respostas “mais de 90%” apresentadas neste item, num total de 69,2%, representam a segunda colocação dentro dos conteúdos de Contabilidade Geral, estando atrás apenas do item 1ª – Escrituração Contábil. Frize-se que as respostas com 70% ou mais representam a totalidade das respostas apresentadas.

g) Os registros contábeis na reestruturação de empresas

Características principais das incorporações, fusões e cisões de empresas. Os registros contábeis correspondentes.

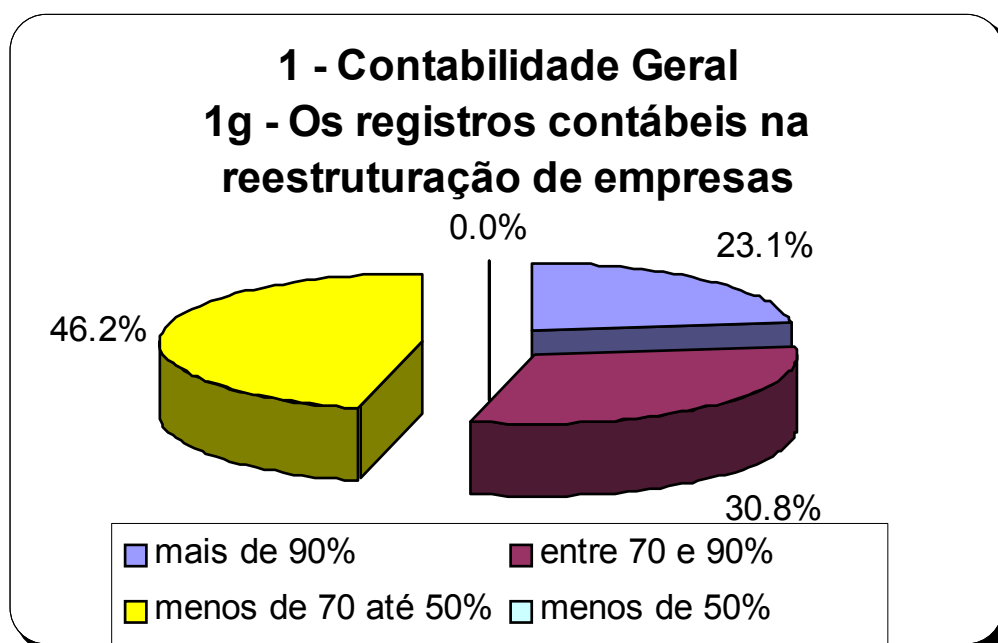


Figura 9: Percentual de respostas apresentados no item 1g – Os registros contábeis na reestruturação de empresas.

<i>1g</i>	
Média	73.1
Mediana	80
Moda	60
Desvio padrão	13.2
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 7: Dados estatísticos do item 1g – Os registros contábeis na reestruturação de empresas.

Dois resultados apresentados merecem destaque neste item, ambos convergindo para uma mesma análise. O primeiro é de que as respostas “mais de 90”, no total de 23,1%, representam o menor nível dentre os conteúdos de Contabilidade Geral. O segundo indica que as respostas “menos de 70 até 50%” foram as de maior representatividade dentre os conteúdos de Contabilidade Geral, totalizando 46,2%. Com estes dados, conclui-se que não há, por parte da IES, uma preocupação acentuada de ministrar conteúdos ligados a área de registros contábeis de reestruturação de empresas, apesar do amplo estágio de globalização em que as operações comerciais e industriais do mundo se encontram, gerando, com maior frequência, diversas operações de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Resumo – Contabilidade Geral

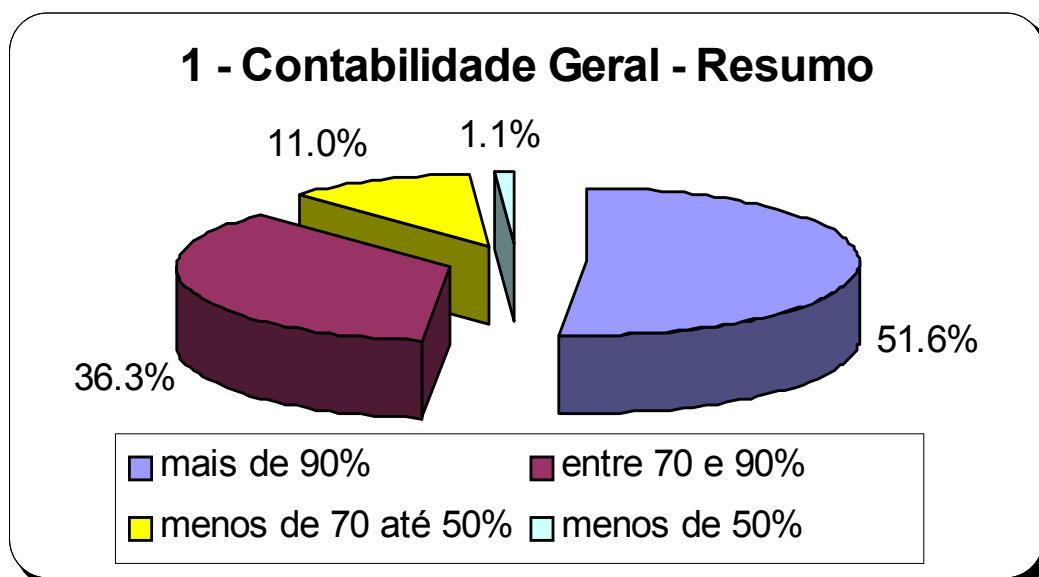


Figura 10: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade Geral.

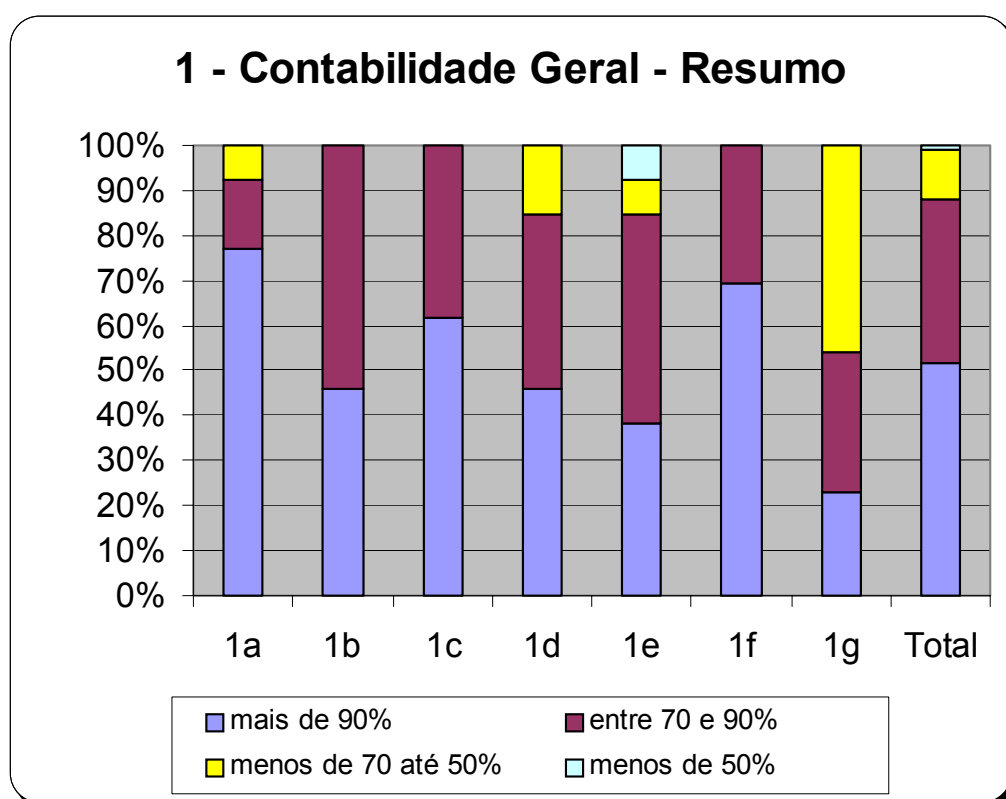


Figura 11: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade Geral.

O percentual de 87,9% apresentado nas respostas com 70% ou mais de abordagem dos conteúdos deixa nítida a preocupação das Instituições de Ensino Superior com os conteúdos de Contabilidade Geral, pois se trata de uma verdadeira introdução ao mundo da contabilidade, etapa imprescindível para o aprendizado da Ciência Contábil. Também, se analisarmos as respostas que apontam para 50% ou mais de abordagem, chegamos a quase totalidade das respostas, ou exatos 98,9%, índice que dispensa qualquer comentário adicional.

CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE DE CUSTOS

a) Elementos conceituais

O fluxo de valores no ciclo operacional interno das entidades. A inserção da Contabilidade de Custos na contabilidade e sua obediência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. A diferenciação entre os custos e as despesas. O conceito de portador dos custos.

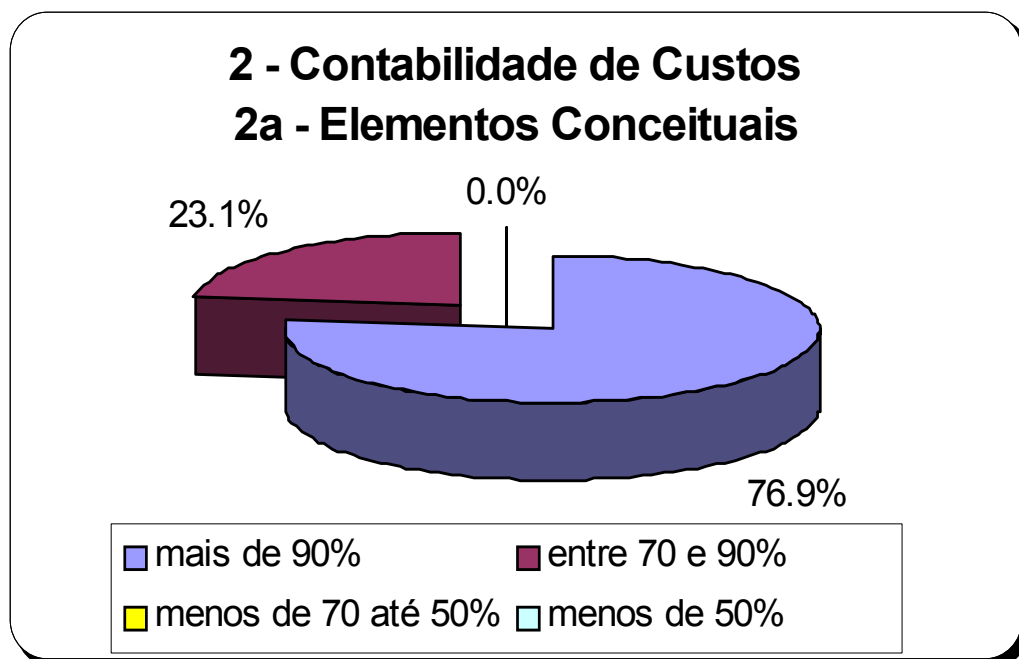


Figura 12: Percentual de respostas apresentados no item 2a – Elementos conceituais de Contabilidade de Custos.

2ª	
Média	87.69
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	4.385
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 8: Dados estatísticos do item 2a – Elementos conceituais de Contabilidade de Custos.

Dentre os itens de Contabilidade de Custos, este de Elementos Conceituais é o que obteve o maior índice de respostas “mais de 90%”, ficando com 76,9%, o que representa uma significativa preocupação com os conhecimentos básicos da contabilidade de custos. Se observarmos todas as respostas que apontam para 70% ou mais veremos que abrangem a totalidade das respostas apresentadas, o

que revela a alta preocupação das Instituições de Ensino Superior em abordarem este conteúdo.

b) As possíveis classificações dos custos

As espécies de custos. Os custos e o grau de ocupação da empresa. O princípio da causação e os custos diretos e indiretos. Os custos necessários e desnecessários.

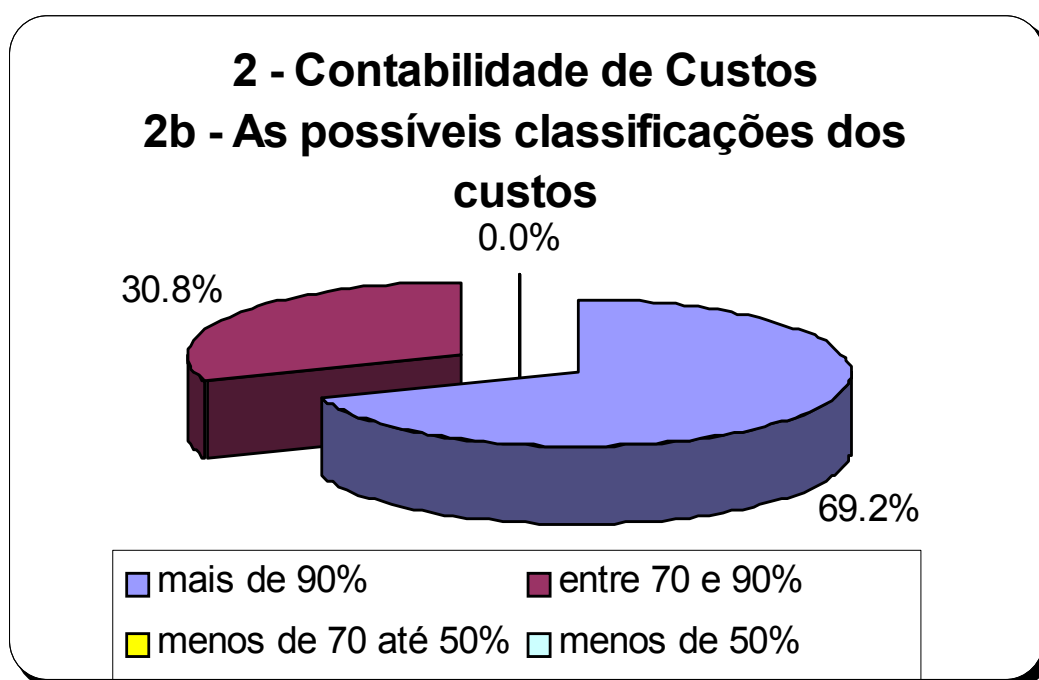


Figura 13: Percentual de respostas apresentados no item 2b – As possíveis classificações dos Custos.

<i>2b</i>	
Média	86.92
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	4.804
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 9: Dados Estatísticos do item 2b – As possíveis classificações dos Custos.

Do total de respostas apresentadas, 69,2% correspondem a uma abordagem de “mais de 90%” e 30,8% correspondem a respostas “entre 70 e 90%”, que nos permite assegurar que o conteúdo deste item merece atenção amplamente significativa por parte da IES do município de São Paulo, revelando que o foco em Contabilidade de Custos é expressivo.

c) Os objetivos da Contabilidade de Custos

A apreensão das variações patrimoniais havidas e a avaliação dos estoques de produtos e serviços. Os preços de venda e o resultado dos produtos e/ou serviços. O controle da economicidade das operações. A análise de alternativas quanto aos produtos e processos de produção, administração e comercialização.

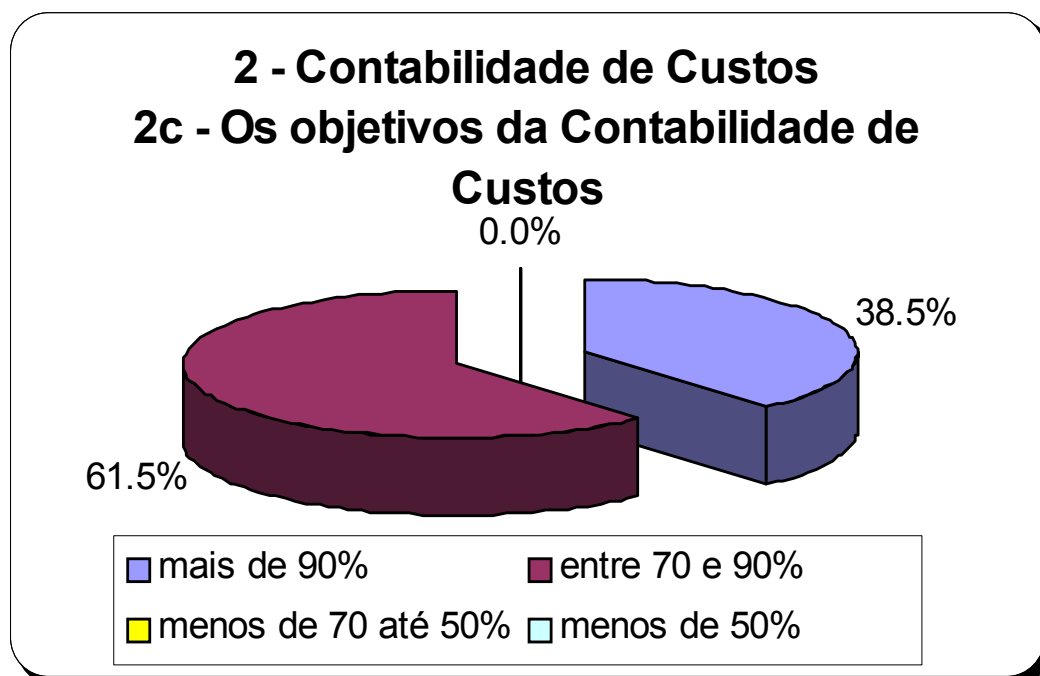


Figura 14: Percentual de respostas apresentados no item 2c – Os objetivos da Contabilidade de Custos.

2c	
Média	83.85
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	5.064
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 10: Dados estatísticos do item 2c – Os objetivos da Contabilidade de Custos.

Sobressaíram-se, neste item, as respostas “entre 70 e 90%” perfazendo um total de 61,5%. Contudo, ainda demonstrando a grande preocupação em ministrar os conteúdos da Contabilidade de Custos, a totalidade das respostas apresentada indica que a abordagem é de pelo menos 70%, índice idêntico aos dois primeiros itens deste conteúdo (2ª e 2b).

d) Caracterização dos sistemas de custeamento

O grau de respeito à causação: os custos diretos e indiretos. As classes de valores utilizados: reais, padronizados, projetados ou simulados. A consideração ao grau de ocupação da entidade: os custos fixos e variáveis. A formalização dos registros: o monismo e o dualismo; as contas espelhadas.

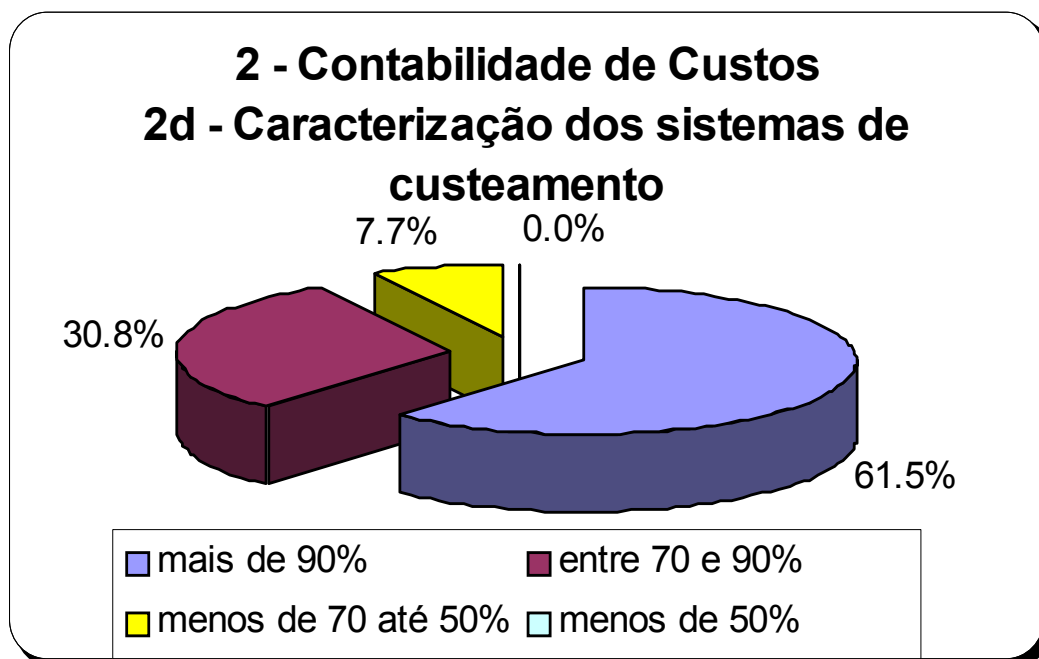


Figura 15: Percentual de respostas apresentados no item 2d – Caracterização dos sistemas de custeamento.

<i>2d</i>	
Média	84.62
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.771
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 11: Dados estatísticos do item 2d – Caracterização dos sistemas de custeamento.

Apenas dois itens de Contabilidade de Custos apresentaram respostas “menos de 70 até 50%”, e neste item tais respostas representaram apenas 7,7%, o menor índice dentro deste conteúdo. Mesmo com este dado, saliente-se que todas as demais respostas apresentam uma abordagem de pelo menos 70%, continuando na linha de uma ampla abordagem destes conteúdos pelas IES.

e) Os principais sistemas de custeamento

Conceituação e características dos principais sistemas de custeamento. O custeio por absorção e suas principais modalidades, especialmente quanto ao tratamento dos custos indiretos. O custeio-padrão. O custeio direto e o custeio marginal. O custo-meta. O custeio por atividades. A integração dos registros de custos à escrituração contábil.

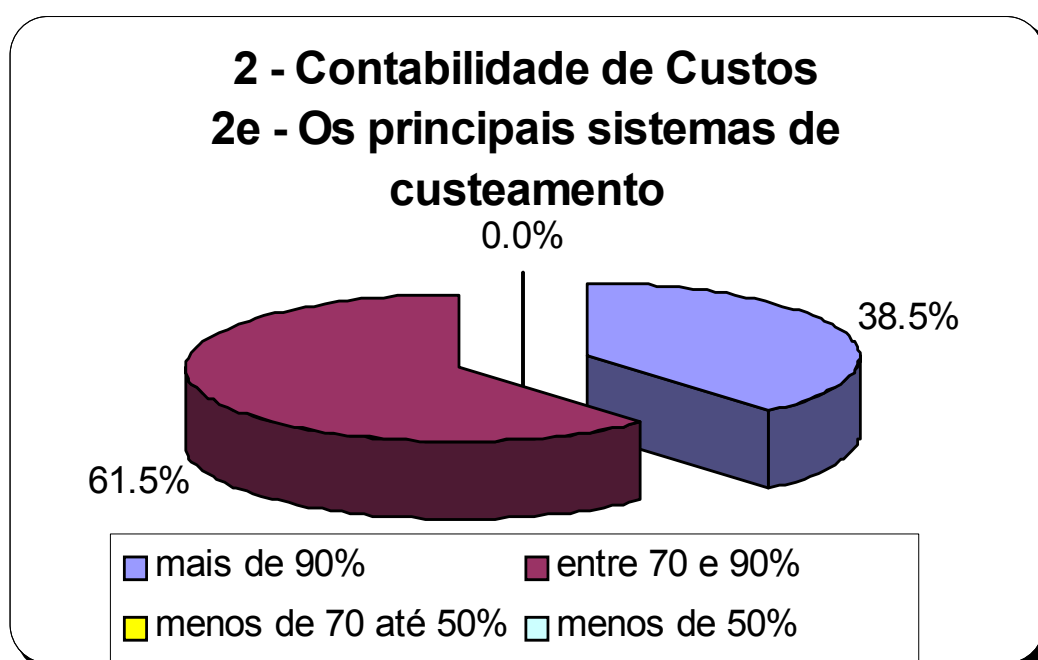


Figura 16: Percentual de respostas apresentados no item 2e – Os principais sistemas de custeamento.

2e	
Média	84.62
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.771
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 12: Dados estatísticos do item 2e – Os principais sistemas de custeamento.

Neste item, a exemplo do ocorrido no item 2c, sobressaíram-se as respostas “entre 70 e 90%” perfazendo um total de 61,5%. Fica cada vez mais nítido e cristalino o foco das IES nos conteúdos de Contabilidade de Custos, visto que mais uma vez a totalidade das respostas apresentada indica que a abordagem é de pelo menos 70%.

f) O controle da produção e os custos

As relações entre o controle de produção e a Contabilidade de Custos. Os tipos de produção e o controle por processo e por lote. Os co-produtos e os subprodutos. As sobras e os resíduos de materiais.

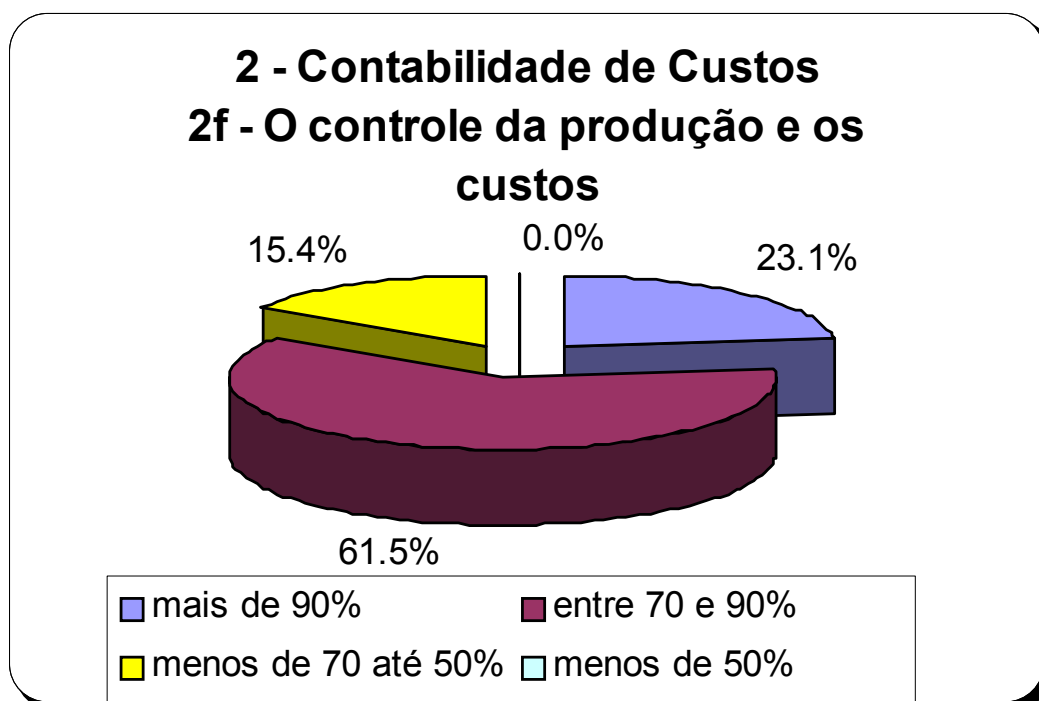


Figura 17: Percentual de respostas apresentados no item 2f – O controle da produção e os custos.

2f	
Média	79.23
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	9.541
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 13: Dados estatísticos do item 2f – O controle da produção e os custos.

As respostas “menos de 70 até 50%” obtiveram, dentro dos Conteúdos de Custos, o maior nível neste item, atingindo 15,4%. Este resultado não indica que a preocupação seja pequena, visto que se observarmos as respostas “entre 70 e 90” e “mais de 90%” totalizam 84,6%, o que nos leva a refutar qualquer idéia de que este item não seja amplamente abordado.

g) A apropriação dos custos aos portadores finais

A apropriação dos custos diretos (materiais, mão-de-obra e outros) aos portadores finais, os produtos ou serviços. As modalidades de apropriação dos custos indiretos. As técnicas de apropriação diante dos objetivos da Contabilidade de Custos

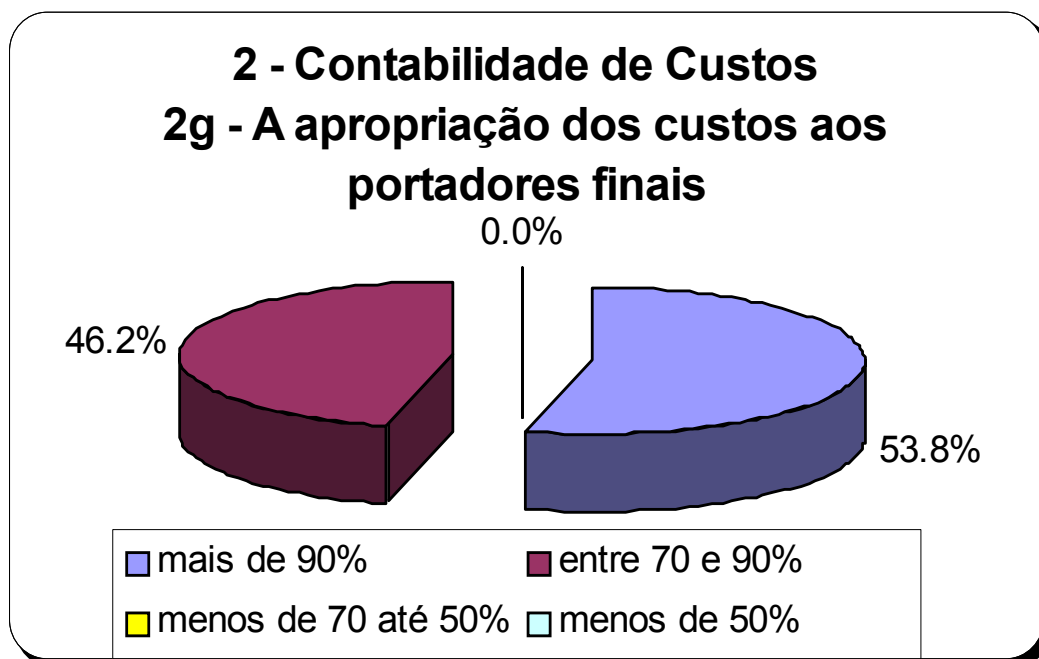


Figura 18: Percentual de respostas apresentados no item 2g – A apropriação dos custos aos portadores finais.

<i>2g</i>	
Média	85.38
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	5.189
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 14: Dados estatísticos do item 2g – A apropriação dos custos aos portadores finais.

Do total de sete itens dos conteúdos de Contabilidade de Custos, cinco deles incluindo este, apontam para a totalidade das respostas onde há uma abordagem de pelo menos 70% dos conteúdos. Neste item, especificamente, as respostas “mais de 90” totalizaram 53,8%, indicando ampla abordagem.

Resumo – Contabilidade de Custos

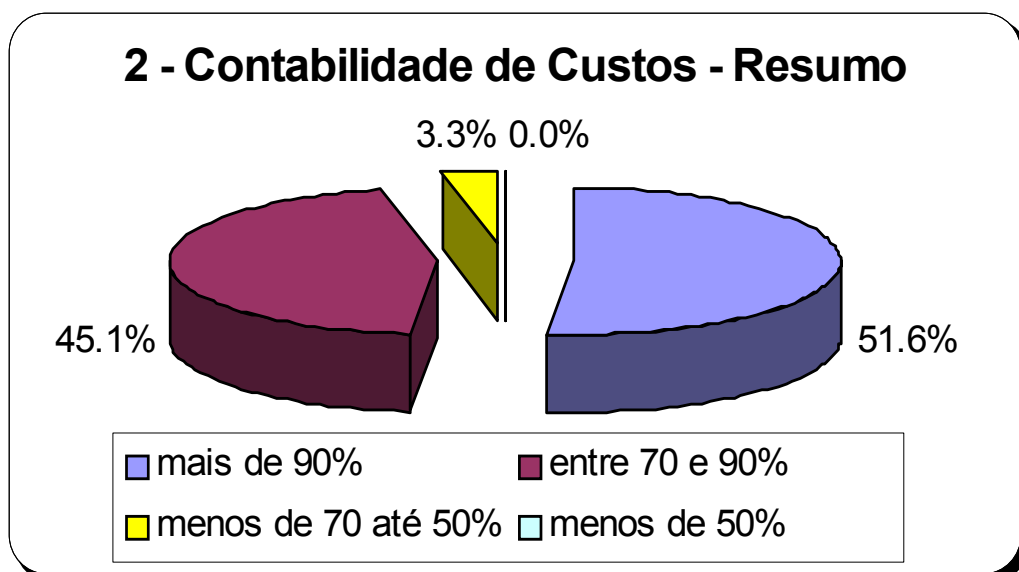


Figura 19: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade de Custos.

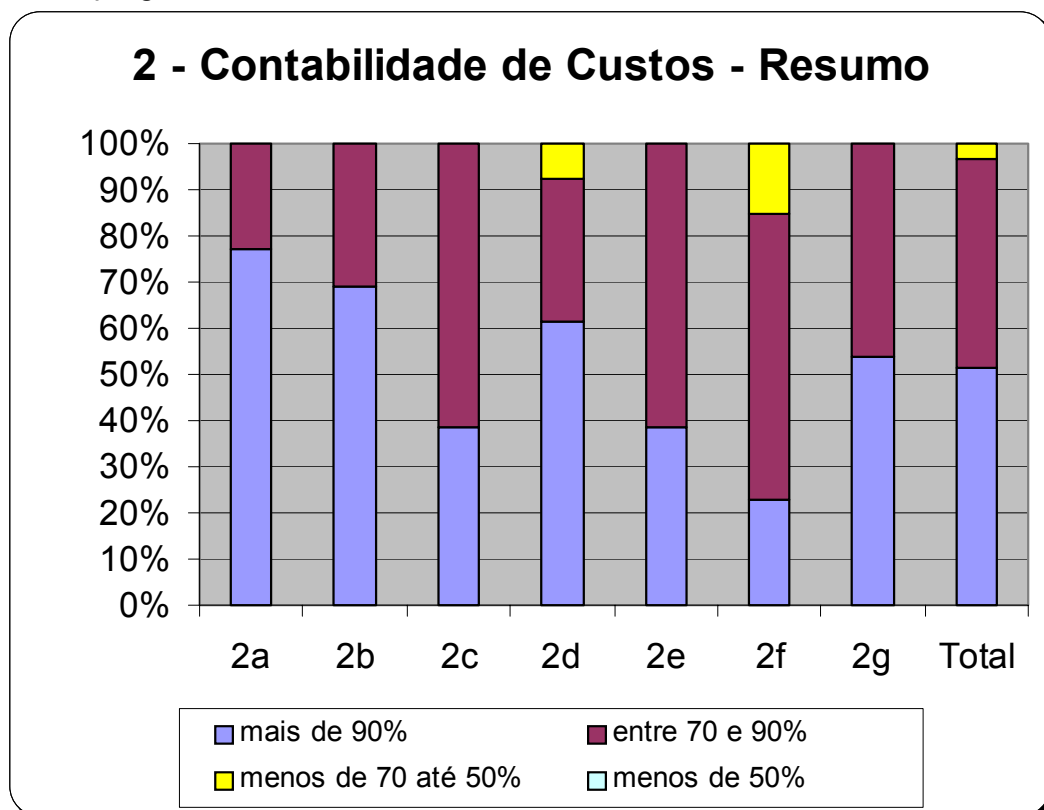


Figura 20: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade de Custos.

Demonstrando a alta preocupação das Instituições de Ensino Superior em ministrarem a Contabilidade de Custos, não ocorreram respostas, em nenhum dos itens, de “menos de 50%”. Tal fato só ocorreu em dois outros conteúdos: Perícia Contábil e Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Pelas respostas apresentadas podemos afirmar que, dentre os conteúdos do Exame de Suficiência, a Contabilidade de Custos é aquele que mais recebe atenção das Instituições de Ensino Superior, pois as respostas que correspondem a uma abordagem de pelos menos 70% representaram 96,7%. Depreende-se que, apesar de haver nos últimos anos uma desaceleração da atividade industrial no município de São Paulo, ela ainda é muito representativa na formação do Contador, podendo significar que o mercado neste segmento ainda é grande.

CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

a) Contabilidade Pública

Origem, conceito, campo de aplicação e legislação. Lei n.º 4.320/64 e alterações posteriores.

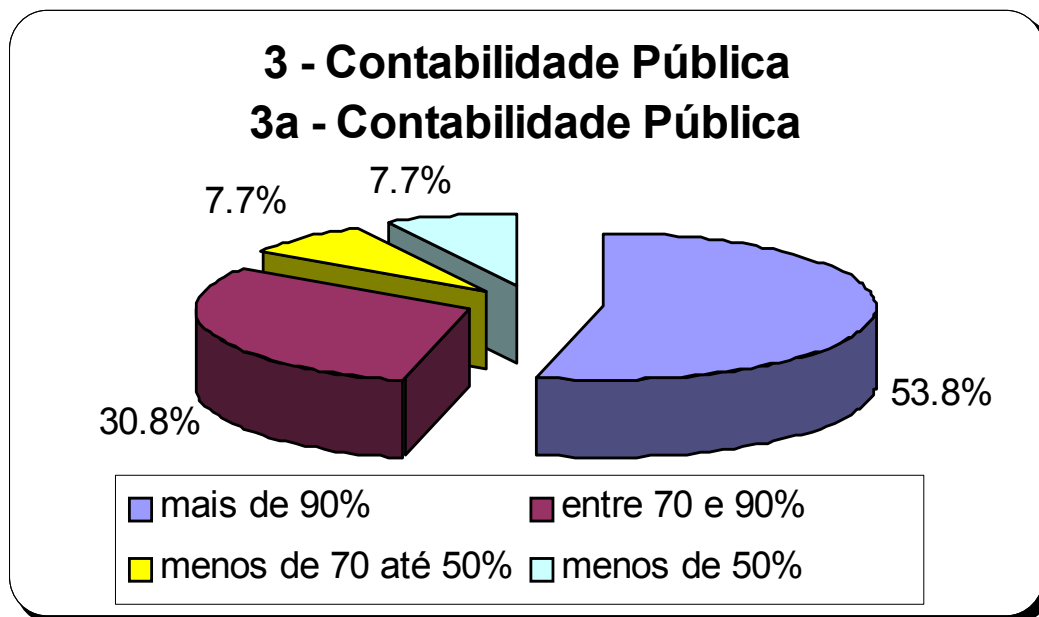


Figura 21: Percentual de respostas apresentados no item 3a – Contabilidade Pública.

3a	
Média	80.77
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	14.98
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 15: Dados estatísticos do item 3a – Contabilidade Pública.

Dentre os itens de Contabilidade Pública este é o que obteve o maior índice de respostas “mais de 90%”, ficando com 53,8%, o que representa uma significativa preocupação com os conhecimentos básicos da Contabilidade Pública. Se observarmos todas as respostas que apontam para 70% ou mais veremos que representam 84,6%, o que revela a alta preocupação das Instituições de Ensino Superior em abordarem o conteúdo deste item.

b) Plano de Contas

Conceito, estrutura e critérios de classificação das contas. Sistemas de Contas.

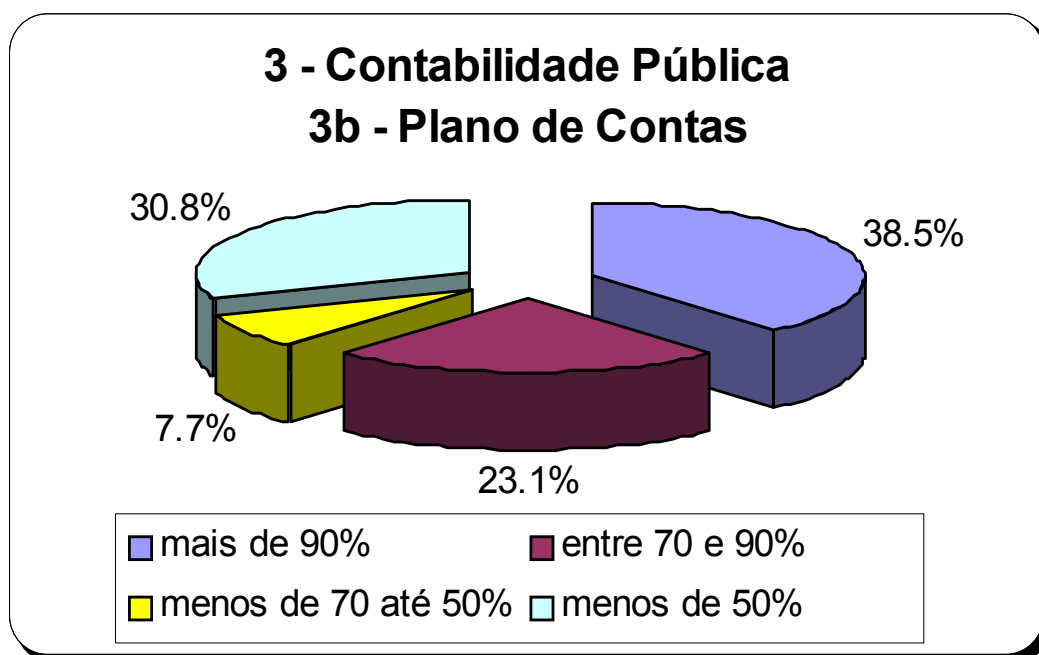


Figura 22: Percentual de respostas apresentados no item 3b – Plano de contas da contabilidade pública.

<i>3b</i>	
Média	70
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	22.36
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 16: Dados estatísticos do item 3b – Plano de contas da contabilidade pública.

O item Plano de Contas, dentro dos conteúdos de Contabilidade Pública, foi um dos que obteve maior índice de respostas “menos de 50%”, ficando com 30,8% do total, revelando que talvez não esteja entre as principais prioridades das grades de ensino dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior do município de São Paulo os Conteúdos de Contabilidade Pública.

Contudo, observa-se que o total de respostas com abordagem a partir de 70% atingiram o patamar de 61,5%, representando a preocupação (mas não a priorização) deste item.

c) Orçamento

Origem e conceito. Orçamento-programa: Conceitos básicos e legislação pertinente. Princípios Orçamentários. Técnicas de elaboração orçamentária. Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Movimentação de créditos e mecanismos retificadores do orçamento.

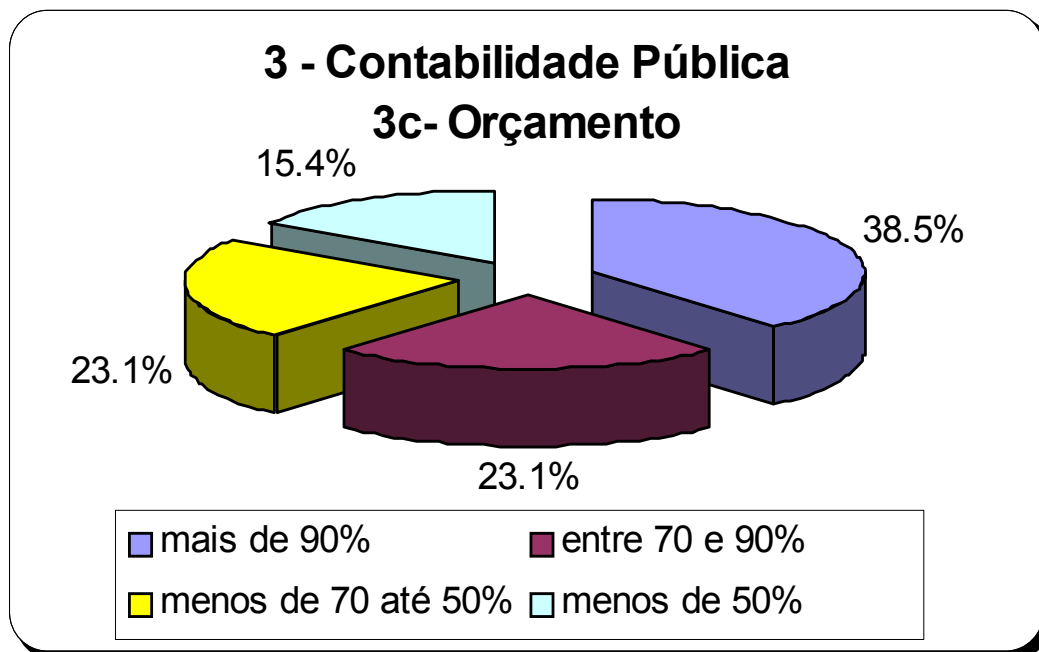


Figura 23: Percentual de respostas apresentados no item 3c - Orçamento.

3c	
Média	73.08
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	18.88
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 17: Dados estatísticos do item 3c - Orçamento.

As respostas apresentadas mostram que não há uma tendência única na abordagem das Instituições de Ensino Superior na abordagem dos conteúdos de Contabilidade Pública, o que seria de se esperar, pois todas estão inseridas em um mesmo município, portanto dentro de um mesmo cenário sócio-econômico. Destaque-se as respostas com abordagem a partir de 50% totalizaram 84,6%, índice altamente significativo.

d) Receita e Despesa Pública

Conceitos, classificação, estágios e legislação. Suprimento de Fundos, Restos a Pagar e Despesas de exercícios anteriores.

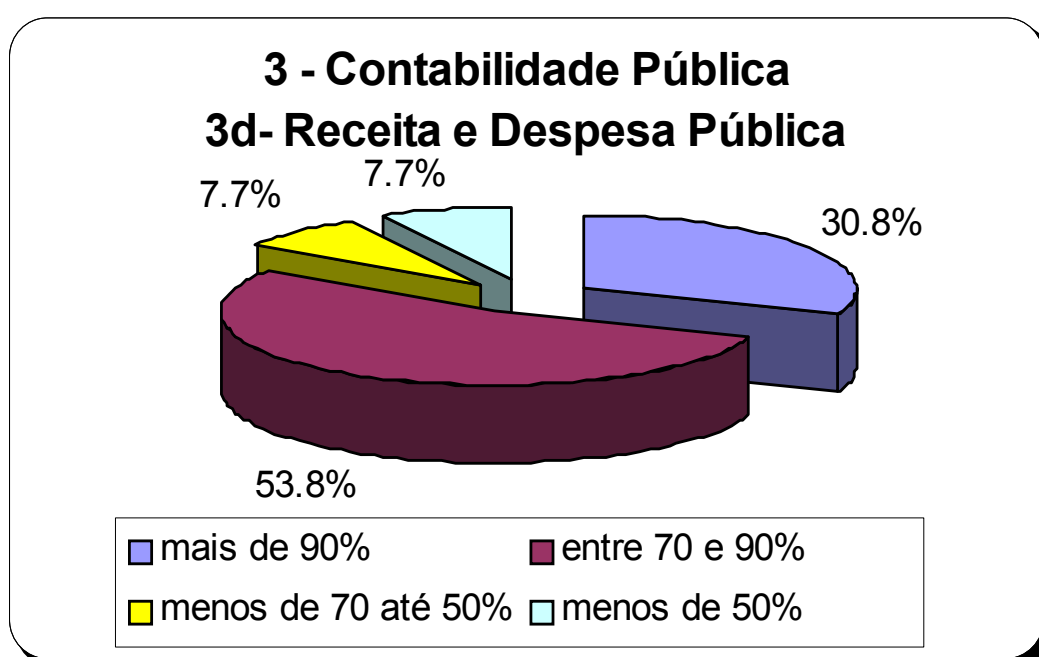


Figura 24: Percentual de respostas apresentados no item 3d – Receita e despesa pública.

<i>3d</i>	
Média	78.46
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.05
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 18: Dados estatísticos do item 3d – Receita e despesa pública.

O item de Receita e Despesas Pública, dentre os conteúdos de Contabilidade Pública, foi o que obteve o maior índice de respostas “entre 70 e 90%”, totalizando 53,8% que, somados aos 30,8% das respostas “mais de 90%” perfazem o montante de 84,6%, não deixando margem de dúvidas quanto à significativa abordagem feita.

Dentro da Contabilidade Pública, além do presente item, somente o item 3a obteve o montante de 84,6% com abordagem de pelo menos 70% do conteúdo.

e) Demonstrações Contábeis

Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais.

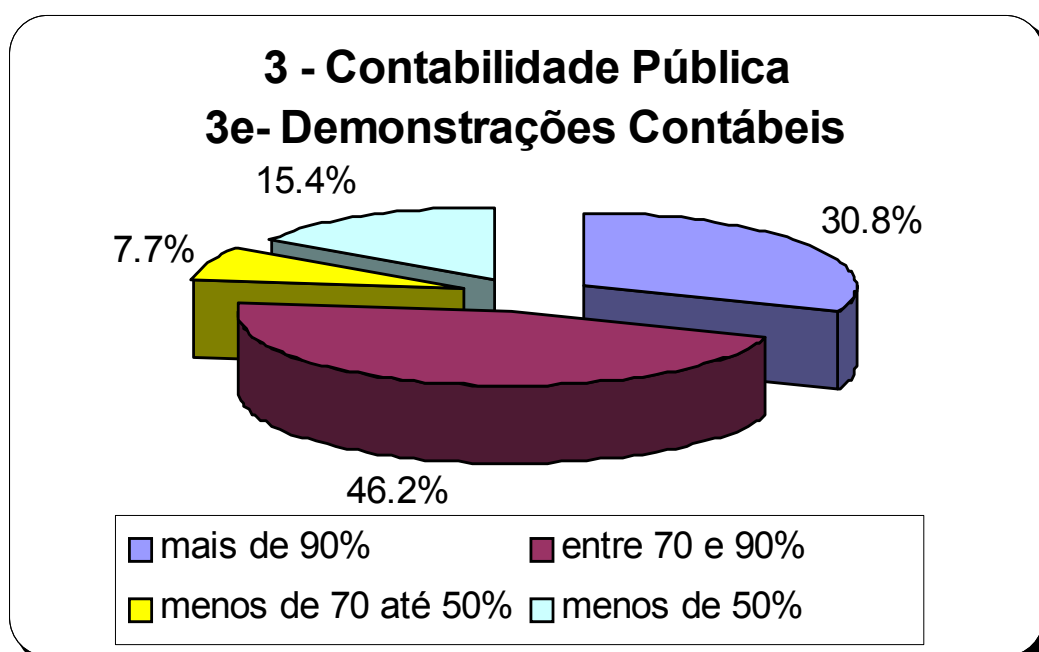


Figura 25: Percentual de respostas apresentados no item 3e – Demonstrações contábeis.

3e	
Média	75.38
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	17.61
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 19: Dados estatísticos do item 3e – Demonstrações contábeis.

Prosseguindo na inclinação indicada a partir das respostas apresentadas nos itens anteriores, mostrando que não há uma tendência única na abordagem das Instituições de Ensino Superior na abordagem dos conteúdos de Contabilidade Pública, as respostas aqui apresentadas variaram significativamente no grau de abordagem.

Mesmo neste contexto, destaque-se que as respostas com abordagem de pelo menos 70% totalizaram 76,9%, índice altamente significativo.

f) Balanço Geral

Estrutura. Legislação e prazos.

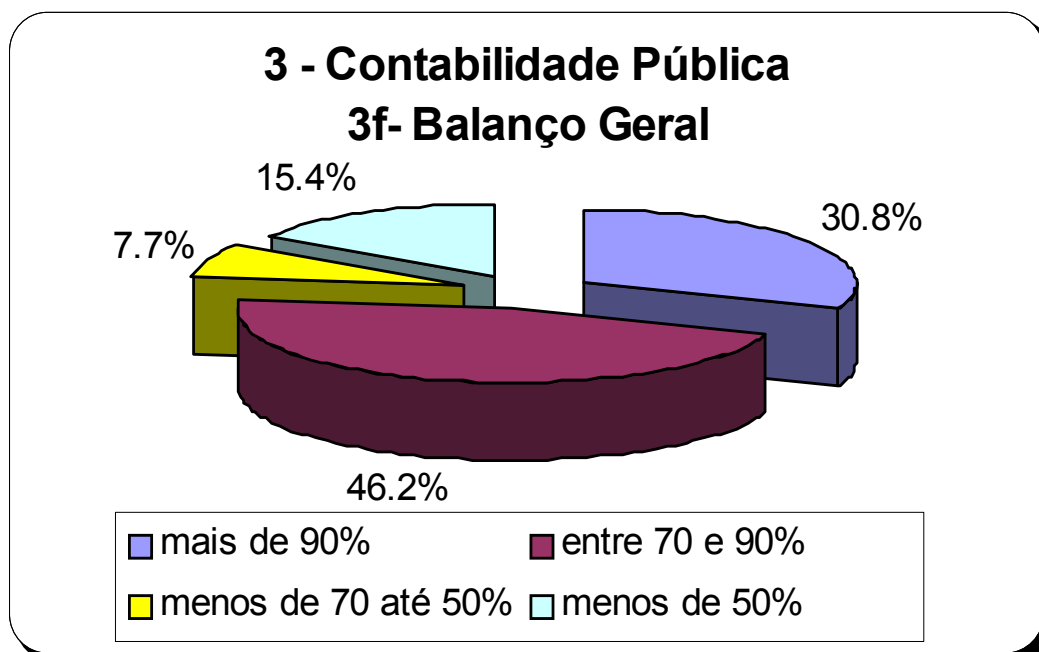


Figura 26: Percentual de respostas apresentados no item 3f – Balanço geral.

<i>3f</i>	
Média	75.38
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	17.61
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 20: Dados estatísticos do item 3f – Balanço geral.

A nosso ver, as respostas apresentadas neste item de Balanço Geral, mostram ampla coerência com as apresentadas no item imediatamente anterior, o 3e, que trata dos conteúdos de Demonstrações Contábeis, visto que ambos são complementares e de ligação muito estreita, visto tratarem de assunto de Balanços.

Destacamos que as respostas com abordagem de pelo menos 70% totalizaram 76,9%, índice altamente significativo.

g) Sistemas de Controle Interno e Externo

Conceito. Legislação. Auditoria. Fiscalização. Avaliação de Gestão. Tomada e Prestação de Contas.

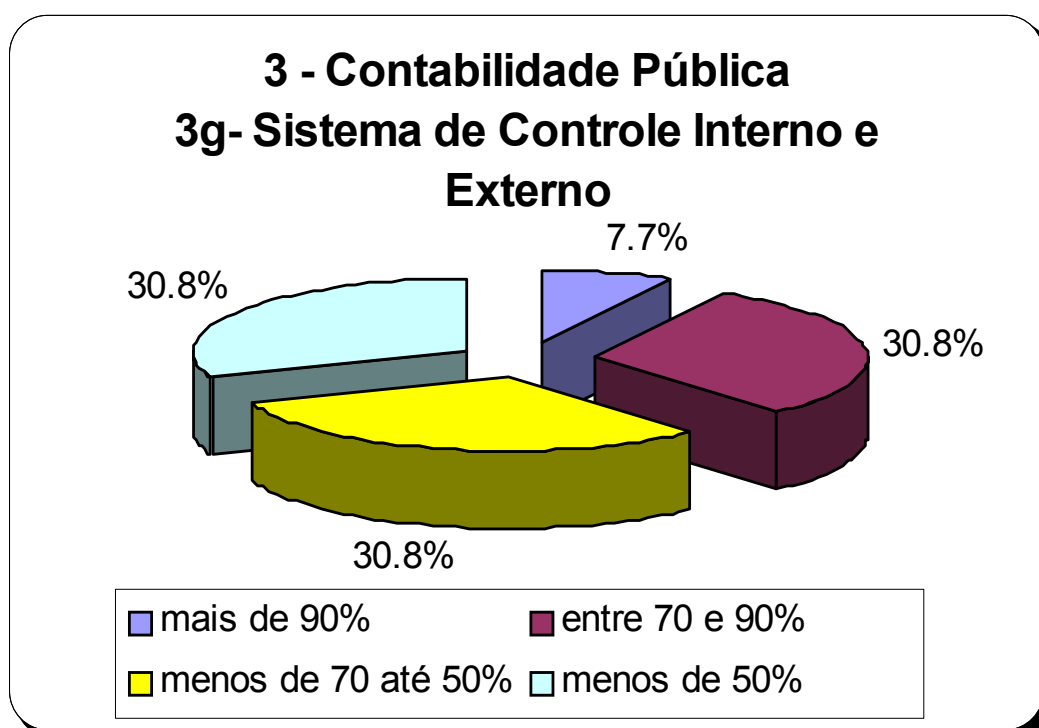


Figura 27: Percentual de respostas apresentados no item 3g – Sistema de Controle Interno e Externo.

<i>3g</i>	
Média	62.31
Mediana	60
Moda	80
Desvio padrão	18.33
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro21: Dados estatísticos do item 3g – Sistema de Controle Interno e Externo.

Este item de Sistema de Controle Interno e Externo foi o que mereceu menor atenção em sua abordagem, pois foi um dos que recebeu o maior número de respostas “menos de 50%”, com 30,8% do total, mesmo número de respostas apresentadas dentro de “menos de 70 até 50%”.

Outro fator foi que as respostas “mais de 90%” foi o que recebeu menos respostas dentro de Contabilidade Pública, ficando com poucos 7,7%, menor índice para esta alternativa de resposta, não só dentro dos conteúdos de Contabilidade Pública, mas de todos os conteúdos do Exame de Suficiência, sendo igualado somente pelo item 8m – Previdência Social – dentro dos conteúdos de Direito Público e Privado.

A pequena abordagem deste item talvez denote a falta de interesse de efetivamente se aplicar controles de auditoria, fiscalização e de avaliação de gestão com os gastos públicos, o que, a nosso ver, deveria ser amplamente abordado para se mostrar à necessidade que o país têm de se ter amplo controle sobre os gastos públicos.

Outro destaque é que este item, juntamente com o 11c – As Classes e os Direitos Sociais – dentro de Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País, foram os únicos em que as respostas com abordagem de pelo menos 70% do conteúdo ficaram abaixo dos 50%, sendo que neste item o montante foi o menor de toda a grade do Exame de Suficiência, ficando com apenas 38,5%.

h) Gestão Fiscal

Lei de Responsabilidade Fiscal – Conceitos e Noções; Crimes Fiscais.

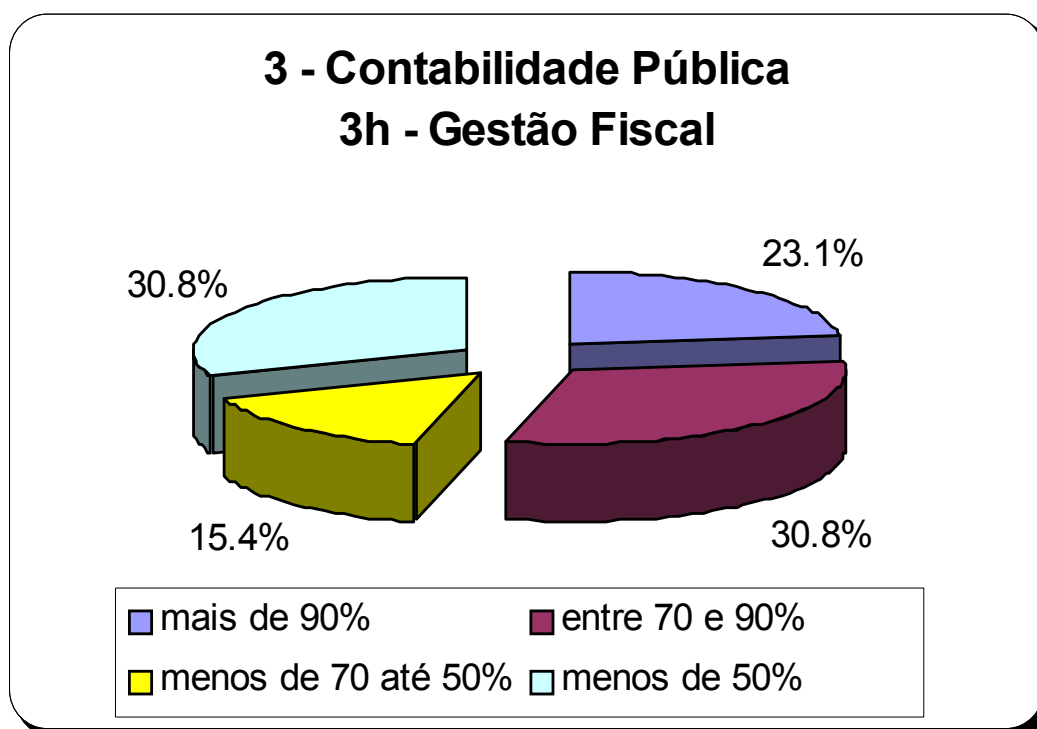


Figura 28: Percentual de respostas apresentados no item 3h – Gestão Fiscal.

<i>3h</i>	
Média	66.92
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	20.97
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 22: Dados estatísticos do item 3h – Gestão Fiscal.

Seguindo a tendência apresentada no item anterior, este, também por tratar-se de Gestão Pública e de sua fiscalização, pois trata especificamente da Lei de

Responsabilidade Fiscal, mereceu pouca atenção em sua abordagem por partes das Instituições de Ensino Superior. As respostas não foram tão preocupantes quanto às do item anterior, mas merecem nossa atenção e preocupação. A preocupação, num primeiro momento, pode ser atenuada por tratar-se de assunto novo, pois esta legislação é recente. Esta mesma preocupação, num segundo momento, deveria se acentuar, pois há uma premência de se controlar efetivamente os gastos públicos, bem como atribuir responsabilidades e, mais do que isso, aplicar punições exemplares.

As respostas “menos de 50%” ficaram, juntamente com os itens 3b e 3g, com o maior nível de respostas, atingindo 30,8%.

Resumo – Contabilidade Pública

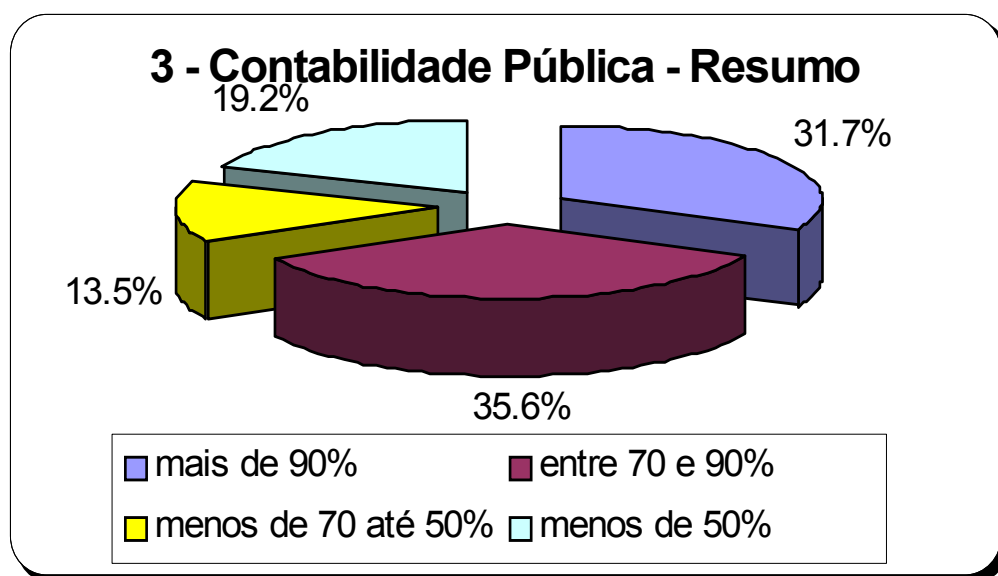


Figura 29: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade Pública.

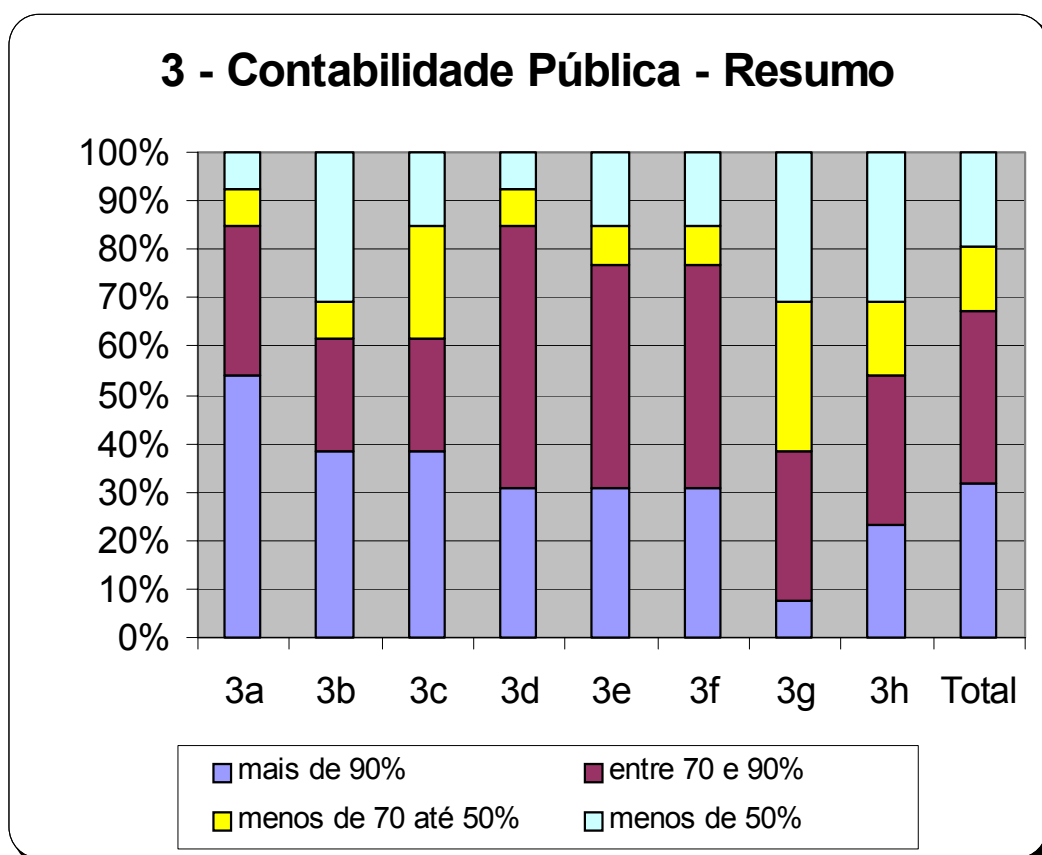


Figura 30: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade Pública.

Alguns aspectos merecem destaque. Parece-nos transparente que os cursos de Ciências Contábeis ministrados pelas Instituições de Ensino Superior localizadas no município de São Paulo não priorizam o ensino da Contabilidade Pública, levando-nos a deduzir que não seja uma atividade que ofereça muitas possibilidades empregatícias e de atuação profissional. Tal fato talvez fique mais nítido ao compararmos a cidade de São Paulo com a cidade do Rio de Janeiro, visto que esta última já foi capital da República e, como fruto desta época, tem

instalado em seu perímetro diversos órgãos e empresas públicas, fato que não ocorre, proporcionalmente, em São Paulo.

Contudo, em que pese este aspecto, em nossa opinião, deveria haver um amplo interesse das IES do município de São Paulo, em se ministrarem com ampla abordagem todos os aspectos da Contabilidade Pública, pois é aqui que são gerados os maiores recursos para a Gestão Pública. Como isso não ocorre, estamos diante de um fato no mínimo pitoresco: quem mais paga, pouco se interessa em saber como estes recursos são utilizados.

Outro aspecto interessante surge ao observarmos a distribuição das respostas. A Contabilidade Pública foi o único dos conteúdos do Exame de Suficiência em que foram assinaladas todas as opções de respostas em todos os itens, ou seja, em nenhum dos itens nenhuma das alternativas deixou de ser mencionada.

Demonstrando também que os Conteúdos de Contabilidade Pública não estão entre as prioridades, este foi o conteúdo do Exame de Suficiência que recebeu o maior número de respostas “menos de 50%”, atingindo 19,2%.

CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL

a) Conteúdo da Contabilidade Gerencial

A Contabilidade Gerencial como parte da Contabilidade. O fornecimento de informações e de subsídios para a tomada de decisões. As decisões de caráter corrente e as de natureza estratégica. As avaliações de desempenho.

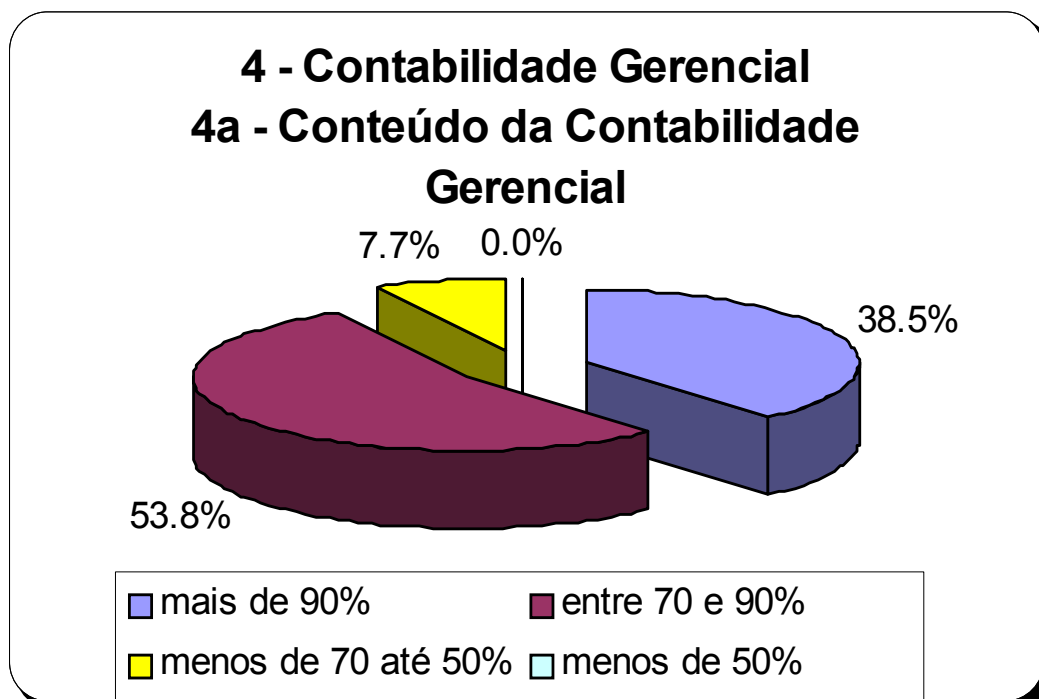


Figura 31: Percentual de respostas apresentados no item 4a – Conteúdo da contabilidade gerencial.

4a	
Média	82.31
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	8.321
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 23: Dados estatísticos do item 4a – Conteúdo da contabilidade gerencial.

Dentre os itens de Contabilidade Gerencial, este de conteúdos preliminares e conceituais é o que obteve o maior índice de respostas com abordagem de pelo menos 70%, que totalizou 92,3%, o que representa uma significativa preocupação com os conhecimentos básicos da Contabilidade Gerencial. Se observarmos

somente as respostas "entre 70 e 90%", veremos que foi o maior nível de respostas dentro dos conteúdos de Contabilidade Gerencial, totalizando expressivos 53,8%.

b) As análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade

A formação de resultado diante do comportamento dos custos fixos e variáveis. A margem de contribuição por produto, cliente, modalidade de venda, local.

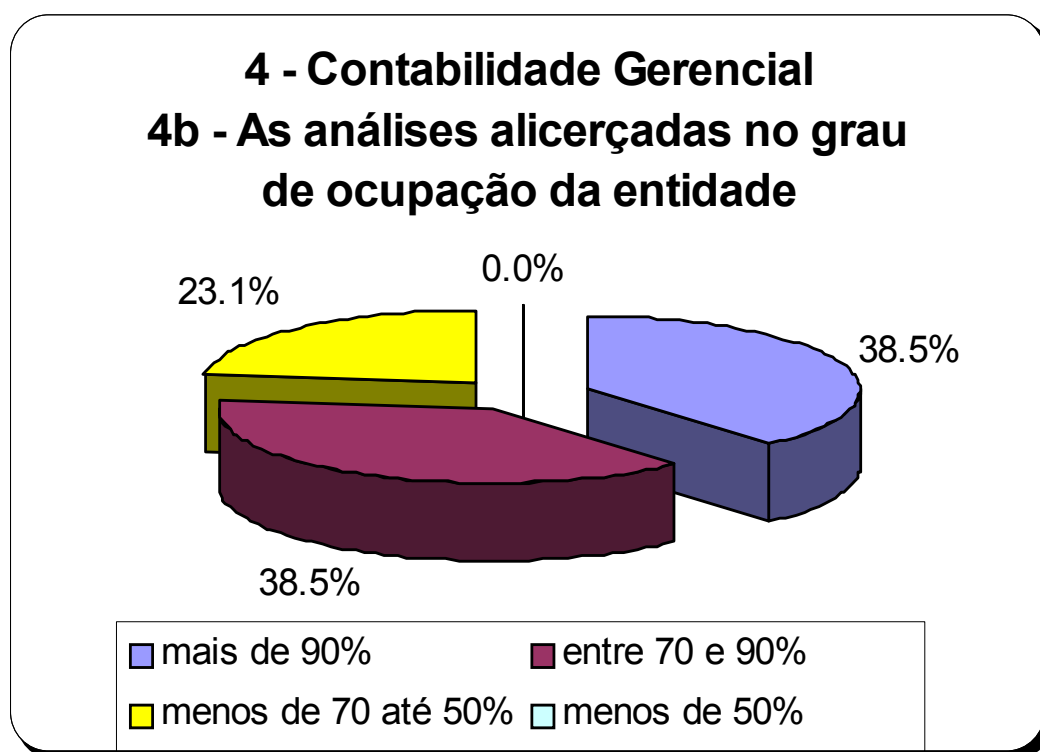


Figura 32: Percentual de respostas apresentados no item 4b – As análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade.

<i>4b</i>	
Média	79.23
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	11.88
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 24: Dados estatísticos do item 4b – As análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade.

Como indicador de uma abordagem ampla dos conteúdos de Contabilidade Gerencial por partes das IES, o presente item obteve respostas expressivas neste sentido, pois basta observar que não houve nenhuma que indicasse “menos de 50%”. Outro fator importante é de que as respostas com pelo menos 70% de abordagem alcançaram o patamar de 76,9%, marca que não deixa margem de dúvidas sobre a importância dada a este conteúdo.

c) A gestão dos custos

O problema dos custos necessários e desnecessários. O gerenciamento dos custos diante da estratégia da entidade. A cadeia de valores como centro da análise e da avaliação dos custos.

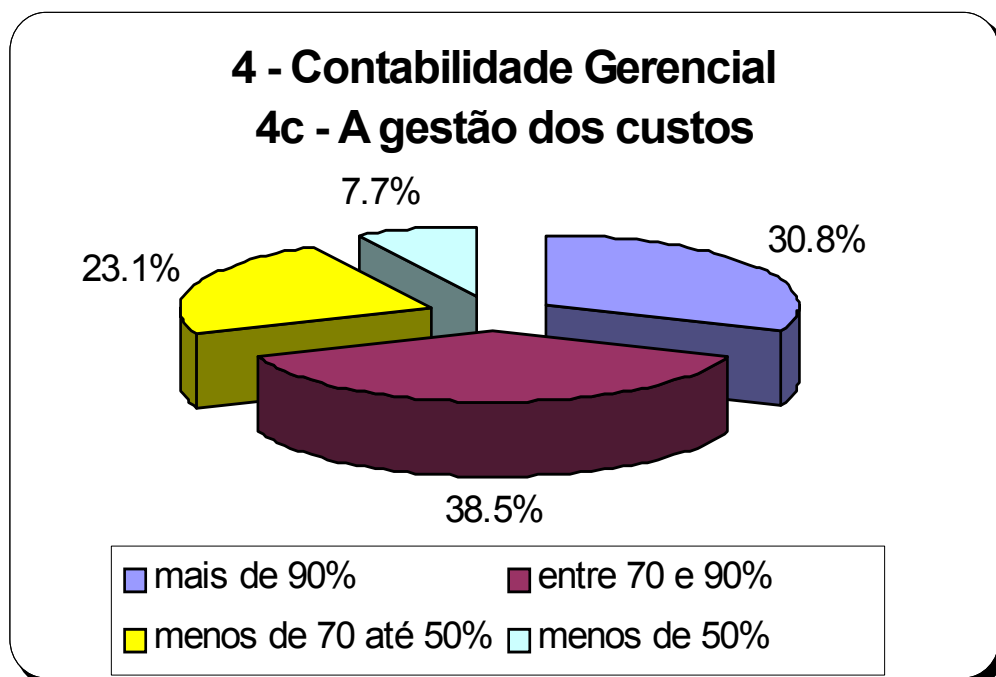


Figura 33: Percentual de respostas apresentados no item 4c – A gestão dos custos.

<i>4c</i>	
Média	75.38
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	15.61
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 25: Dados estatísticos do item 4c – A gestão dos custos.

Em que pese que neste item aparece pela primeira vez a resposta “menos de 50%”, no total de 7,7%, tal acontecimento não muda a direcionamento de que os conteúdos de Contabilidade Gerencial merecem atenção significativa das Instituições de Ensino Superior. Neste sentido basta observarmos que 69,2%

destas IES abordam este conteúdo em pelo menos 70%, e 92,3% abordam em pelo menos 50%.

d) As demonstrações contábeis na avaliação de desempenho

A estrutura do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultados diante da análise. O uso de quocientes e de índices e suas interpretações. As análises de liquidez, da rotação de valores, do grau de imobilização do capital próprio, da margem de garantia do capital de terceiros, da rentabilidade sobre vendas e dos capitais próprios, do volume de capital de giro próprio. A análise da composição dos custos e das receitas. A alavancagem operacional e financeira.

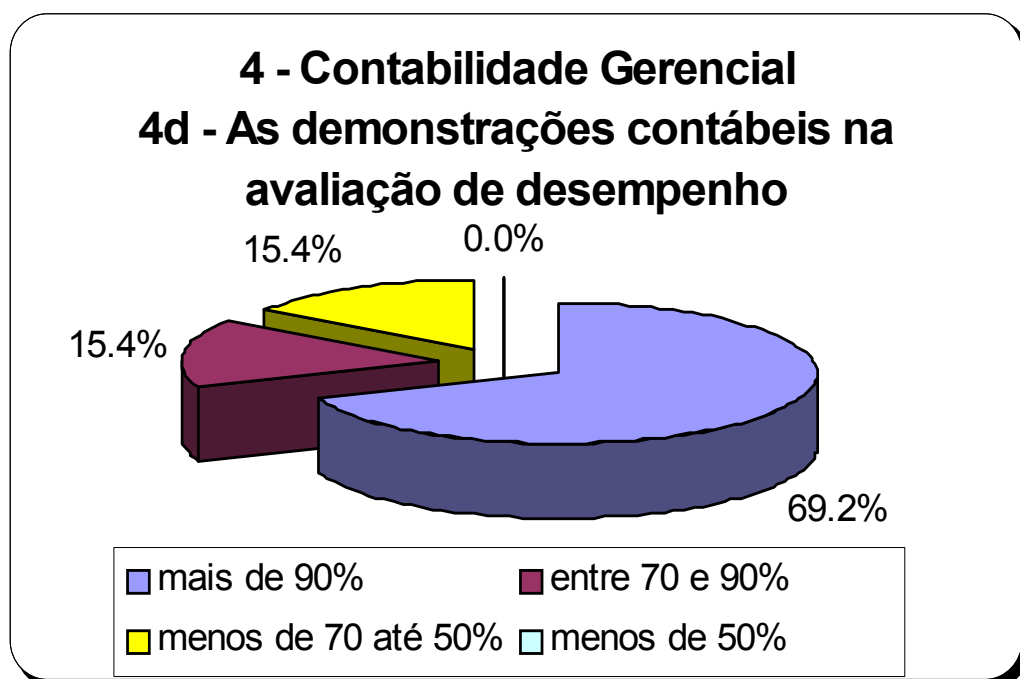


Figura 34: Percentual de respostas apresentados no item 4d – As demonstrações contábeis na avaliação de desempenho.

<i>4d</i>	
Média	83.85
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	11.21
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 26: Dados estatísticos do item 4d – As demonstrações contábeis na avaliação de desempenho.

Como fruto da tendência verificada até agora e para consolidar a importância dada pela IES aos conteúdos de Contabilidade Geral, neste item foi obtido o maior nível de respostas “mais de 90”, totalizando expressivos e incontestes 69,2%. Corroborando com esta análise, acrescentemos a ele as respostas “entre 70 e 90%” e atingiremos 84,6%, nível mais do que auto-explicativo.

e) A avaliação de empresas

A reavaliação dos ativos e do patrimônio líquido. O fluxo de caixa descontado. O retorno de investimento. A análise de produtividade e economicidade.

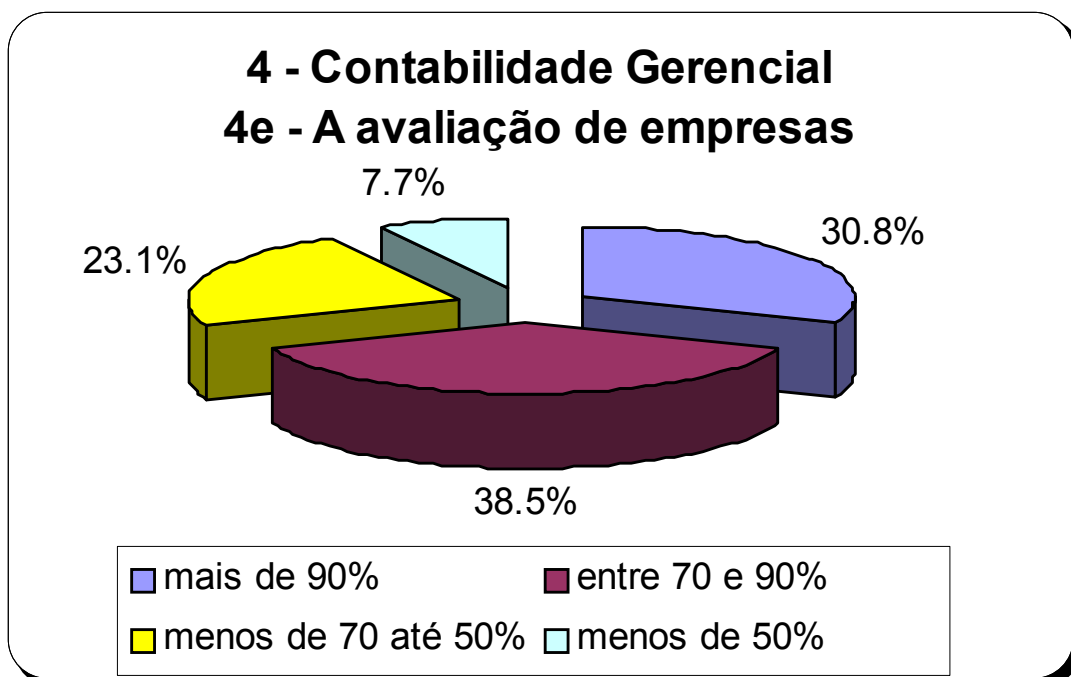


Figura 35: Percentual de respostas apresentados no item 4e – A avaliação de empresas.

<i>4e</i>	
Média	75.38
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	15.61
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 27: Dados estatísticos do item 4e – A avaliação de empresas.

Neste item surgem pela segunda vez respostas apontando “menos de 50%”, no montante de 7,7% do total, o que certamente não quer indicar a falta de interesse nos conteúdos de Contabilidade Gerencial, visto que tais conteúdos têm merecido a atenção das instituições de Ensino Superior. Neste sentido, observemos que 69,2% destas IES abordam este conteúdo em pelo menos 70%, e 92,3% abordam em pelo menos 50%.

Contabilidade Gerencial - Resumo

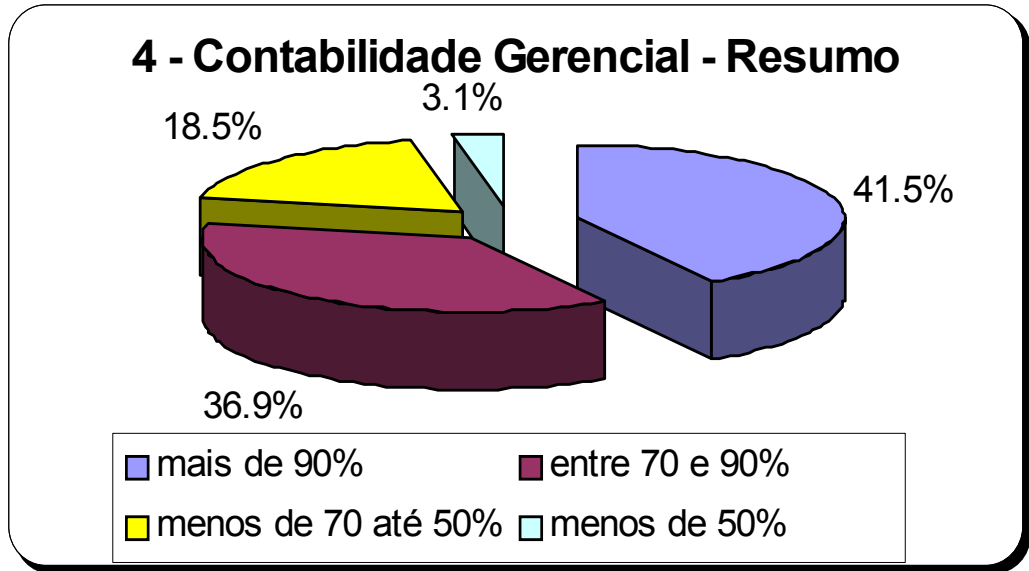


Figura 36: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Contabilidade Gerencial.

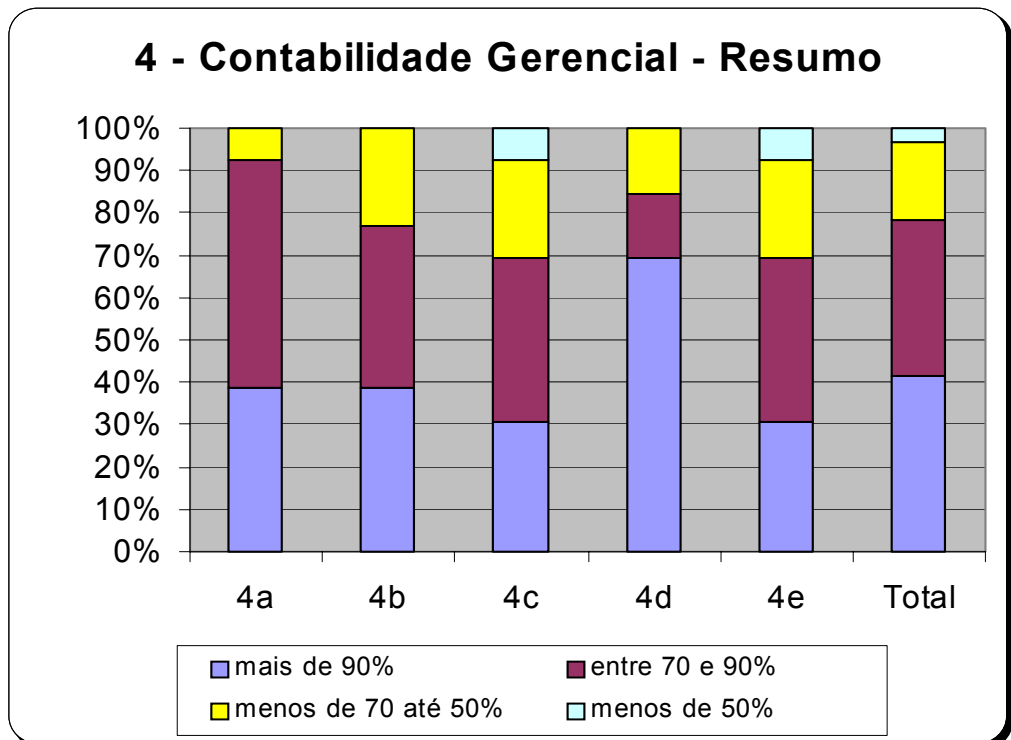


Figura 37: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Contabilidade Gerencial.

A Contabilidade Gerencial vem, ao longo dos anos, demonstrando significativo interesse no seu aprendizado, trazendo a luz à mudança estrutural do perfil do profissional da contabilidade, que passou de Guarda-Livros para Contador e há algum tempo vem buscando o espaço como Controlador.

Vindo de encontro a esta análise, os resultados obtidos na presente pesquisa endossam essa posição.

Destaques-se que apenas 3,3% dos conteúdos são abordados em “menos de 50%”. Saliente-se que 78,5% destes mesmos conteúdos são abordados em pelo menos 70%.

A mudança do perfil do Contador, resumindo, já está em estágio adiantado de mudança, o que está amplamente delineado na Proposta de Diretrizes Curriculares.

CONTEÚDOS DE AUDITORIA CONTÁBIL

a) Características

Conceito, objetivo e campo de atuação. A auditoria na área empresarial e no setor público. A auditoria interna e a auditoria externa independente. O perfil profissional do auditor. A auditoria das empresas integrantes do mercado de capitais.

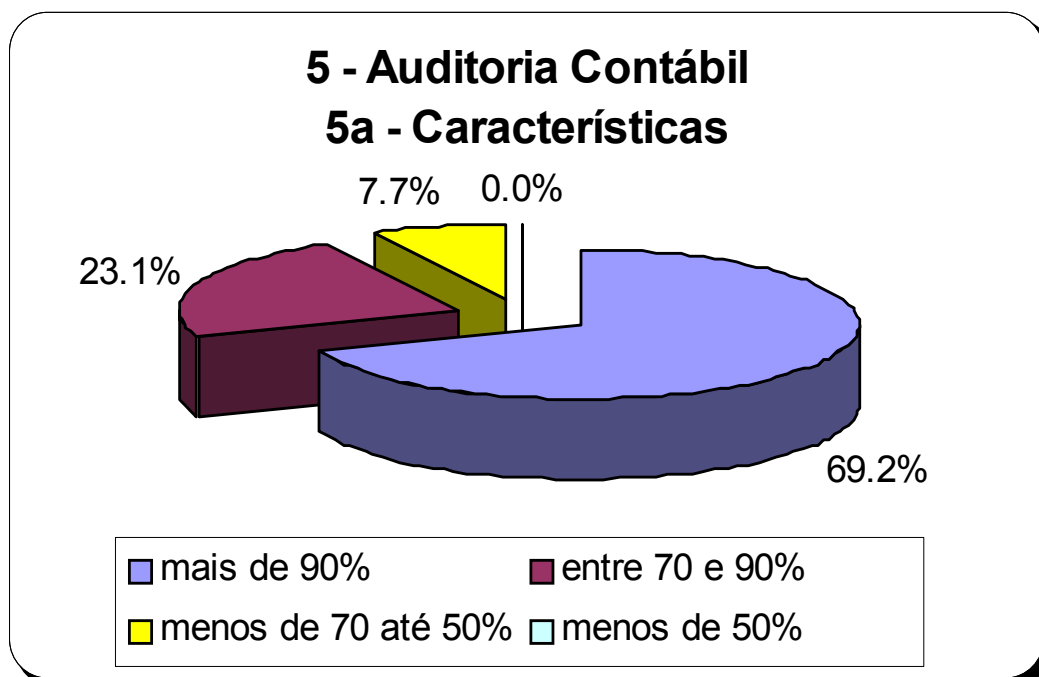


Figura 38: Percentual de respostas apresentados no item 5a – Características da auditoria contábil.

<i>5^a</i>	
Média	85.38
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.771
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 28: Dados estatísticos do item 5a – Características da auditoria contábil.

Dentre os itens de Auditoria Contábil, este de Características obteve índice relevante de respostas com abordagem de “mais de 90%”, que totalizou 69,2%, o que representa uma significativa preocupação com os elementos básicos da Auditoria Contábil. Se observarmos todas as respostas com pelo menos 70% de abordagem, veremos que o nível de respostas atinge respeitáveis 92,3%, número

que denota claramente a preocupação das Instituições de Ensino Superior de Ciências Contábeis em fornecer tais conteúdos.

b) O trabalho de auditoria

O planejamento e a execução dos trabalhos. Os papéis de trabalho. O estudo e a avaliação dos sistemas de controle interno. Os tipos de auditoria nas empresas privadas e públicas. Os testes de observância e os substantivos. Outras técnicas correntes. Os relatórios na área pública e privada. O parecer de auditoria: estrutura, redação, modalidades e destinatários.

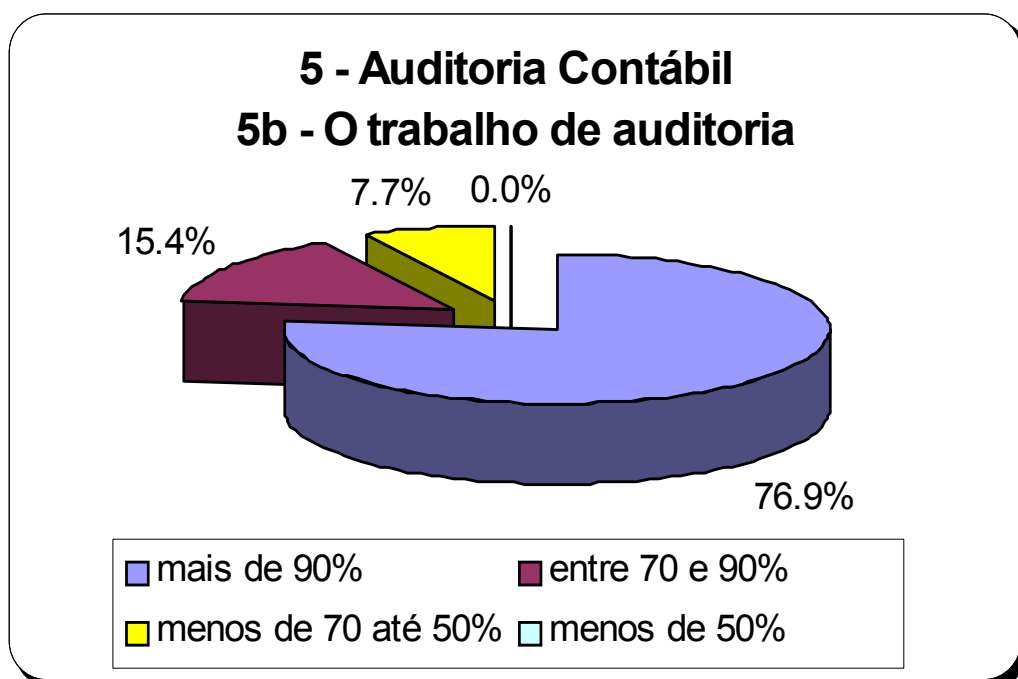


Figura 39: Percentual de respostas apresentados no item 5b – O trabalho de auditoria.

<i>5b</i>	
Média	86.15
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.697
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 29: Dados estatísticos do item 5b – O trabalho de auditoria.

Entre todos os itens de Auditoria Contábil, este referente o Trabalho de Auditoria é o que obteve o maior índice de respostas com abordagem de “mais de 90%”, que totalizou 76,9%, cristalizando, ainda mais, caracterizando já como uma tendência, a preocupação das IES em ministrar amplamente os conteúdos da Auditoria Contábil, que, acrescido das respostas “entre 70 e 90%” chegamos a um total de 92,3%, que não nos deixa dúvidas que este conteúdo é amplamente abordado.

c) As tomadas e prestações de contas

Aspectos conceituais, ciclo dos processos. Julgamento das contas públicas pelo controle externo.

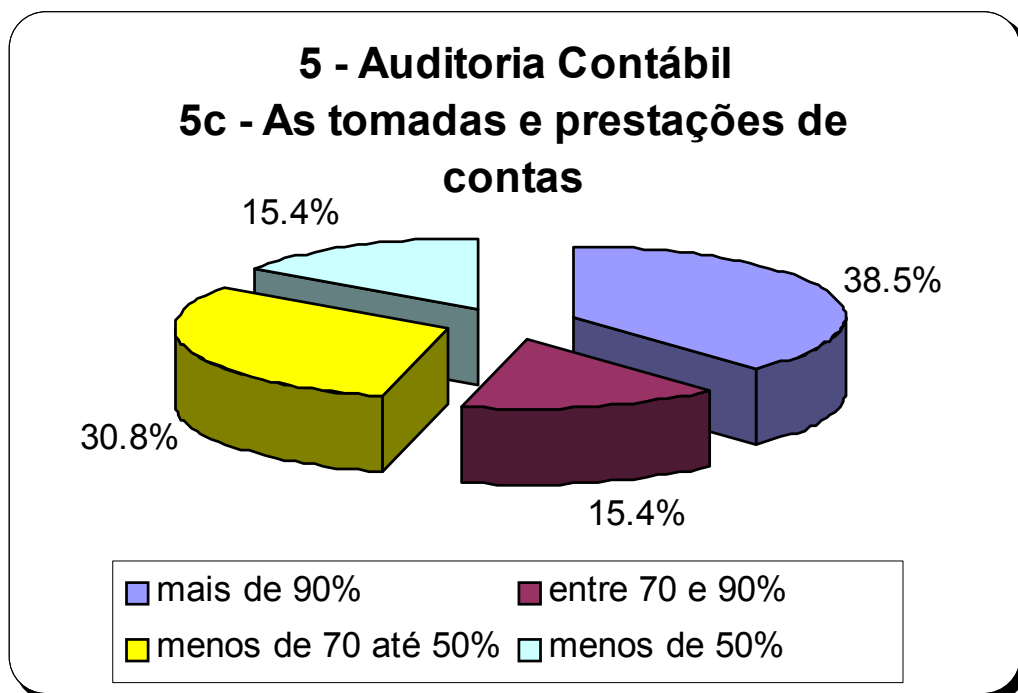


Figura 40: Percentual de respostas apresentados no item 5c – As tomadas e prestações de contas.

5c	
Média	71.54
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	19.08
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 30: Dados estatísticos do item 5c – As tomadas e prestações de contas.

Este item é o que, de acordo com a IES, mereceu menor atenção, visto que surgiram, pela primeira e única vez entre os conteúdos de Auditoria Contábil, respostas assinalando a abordagem em “menos de 50%”, com 15,4% do total. Contudo, tal fato, não significa a mudança da direção apontada até o momento, de que estes conteúdos merecem expressiva atenção da IES. Corroborando com

este pensamento, as respostas com abordagem de pelo menos 70% do conteúdo atingem 53,8% do total, que acrescidas das respostas “menos de 70 até 50%” totalizam expressivos 84,6%.

d) Legislação

Legislação profissional vigente sobre a matéria, especialmente as NBC P 1 e NBC T 11.

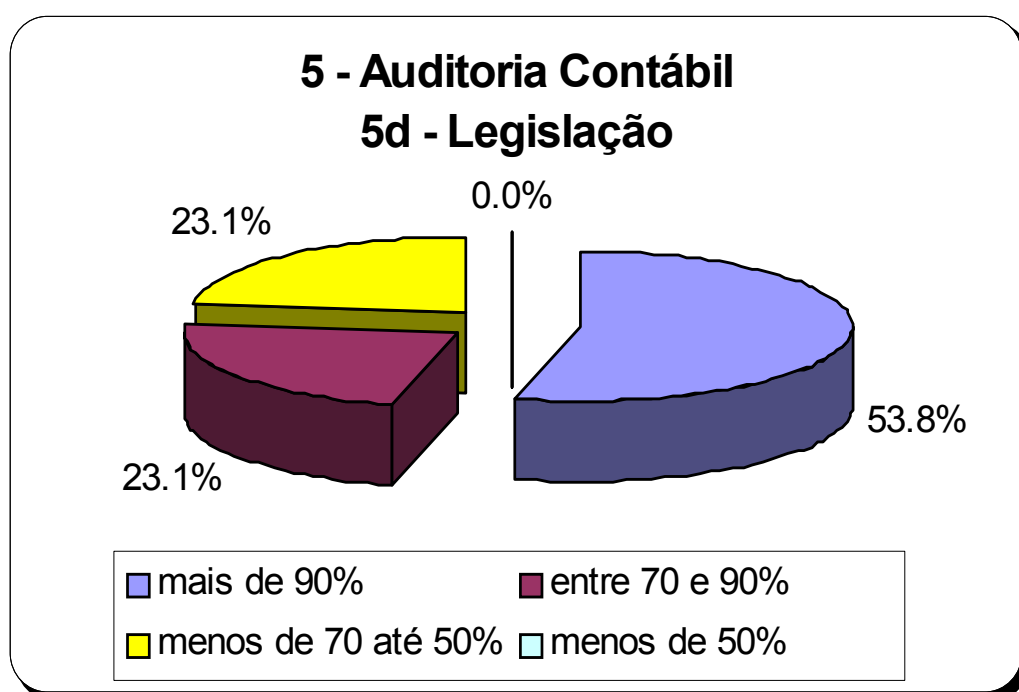


Figura 41: Percentual de respostas apresentados no item 5d – Legislação.

<i>5d</i>	
Média	80.77
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	12.56
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 31: Dados estatísticos do item 5d – Legislação.

Os aspectos legais da Auditoria Contábil recebem significativa atenção por parte da IES. Observe-se o montante de respostas “mais de 90%” que atingiu 53,8%. Caminhando no sentido da preocupação de que os futuros auditores tenham ciência e conhecimento da amplitude de suas obrigações perante o mercado e a sociedade, 100% das respostas indicam que tais conteúdos são abordados em pelo menos 50%.

Auditoria Contábil – Resumo

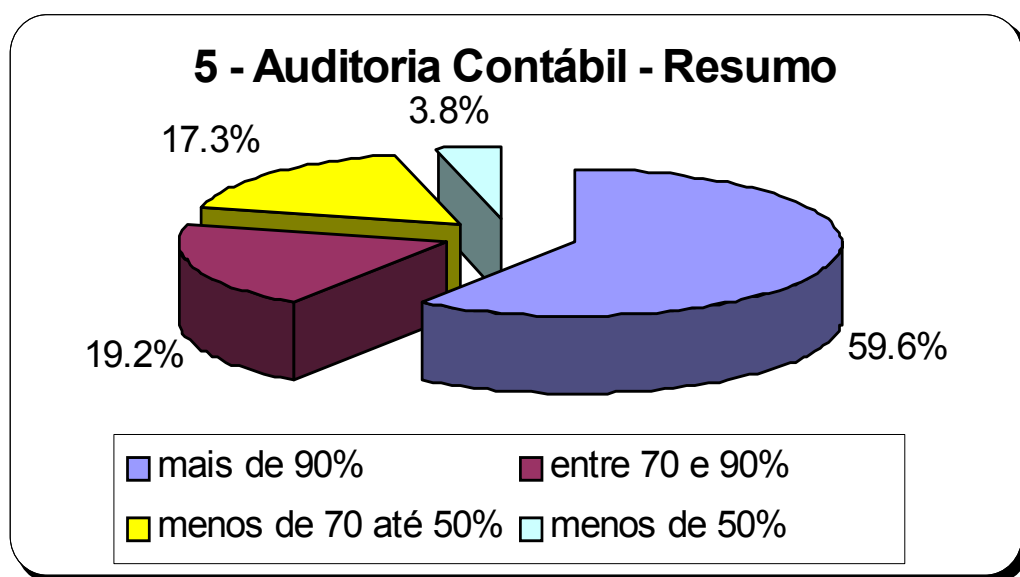


Figura 42: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Auditoria Contábil

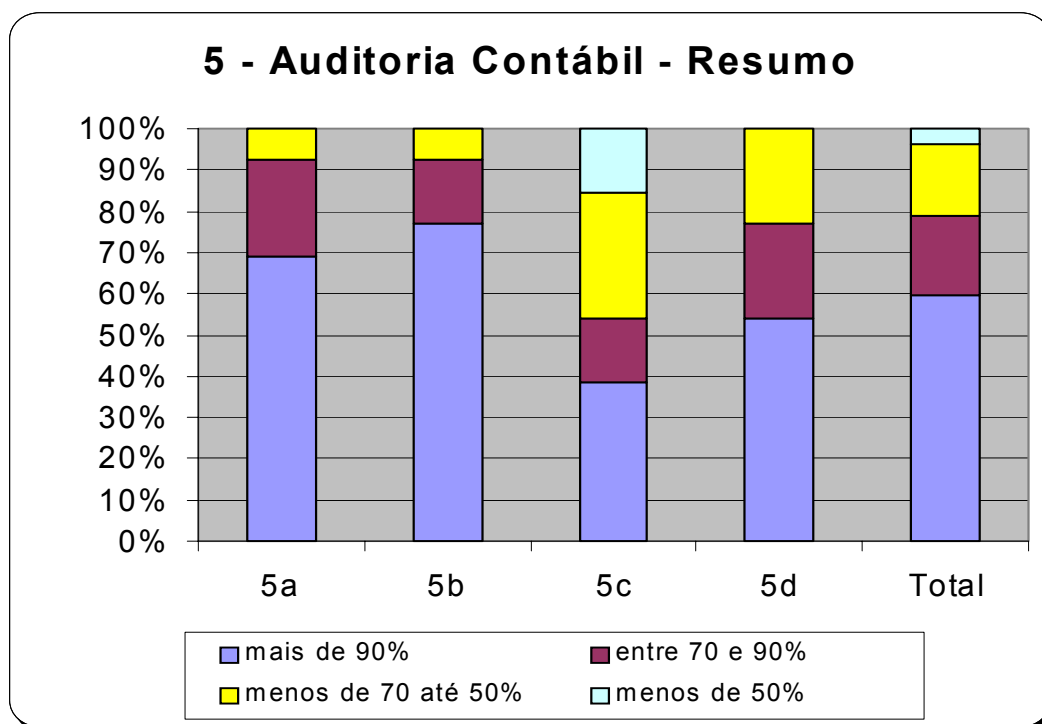


Figura 43: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Auditoria Contábil.

O mercado de Auditoria vem crescendo. As empresas estão deixando de ser regionais e estão se tornando mundiais. Neste processo a Auditoria cumpre papel de destaque, pois atesta a veracidade das informações contábeis ofertadas ao mercado, opinando de maneira independente.

Este fator e, em nossa visão, os traumas sofridos por esta área, com relação a escândalos financeiros e econômicos, tal como, por exemplo, o ocorrido no caso do Banco Nacional S.A. e a empresa de Auditoria KPMG, fizeram com que as IES focassem mais a Auditoria Contábil.

Como resultado, apenas 3,8% abordam os conteúdos de Auditoria Contábil em “menos de 50%”, e 78,8% os abordam em pelo menos 70%.

Acreditamos que a Auditoria venha a merecer atenção ainda maior pelas IES em função do recente escândalo envolvendo a falência da maior empresa de energia do mundo, a americana Enron, onde surgem fortes indícios de acobertamento e conivência da quinta maior empresa de auditoria do mundo, a Artur Andersen.

CONTEÚDOS DE PERÍCIA CONTÁBIL

a) Conceito

Definição, classificação, finalidade.

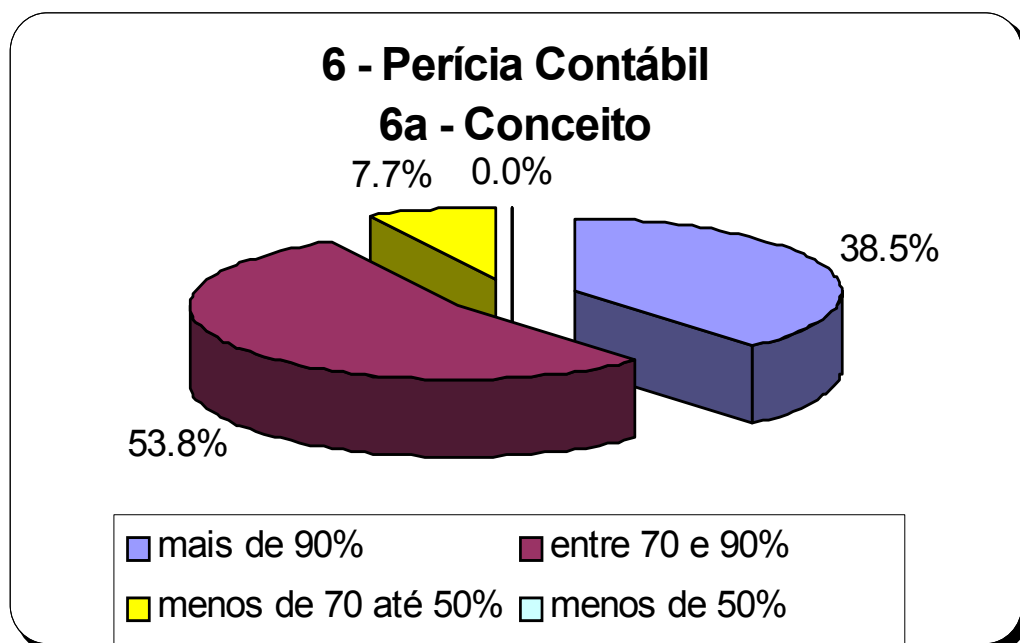


Figura 44: Percentual de respostas apresentados no item 6a – Conceitos de Perícia Contábil.

6a	
Média	82.31
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	8.321
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 32: Dados estatísticos do item 6a – Conceitos de Perícia Contábil.

Dentre os itens de Perícia Contábil, este de conteúdos preliminares e conceituais é o que obteve o maior índice de respostas com abordagem de pelo menos 70%, que totalizou 92,3%, o que representa uma significativa preocupação com os conhecimentos básicos de Perícia Contábil. Se observarmos somente as respostas entre 70 e 90%, veremos que foi o maior nível de respostas dentro dos conteúdos de Perícia Contábil, totalizando expressivos 53,8%.

b) Aspectos Profissionais

Perfil profissional do perito.

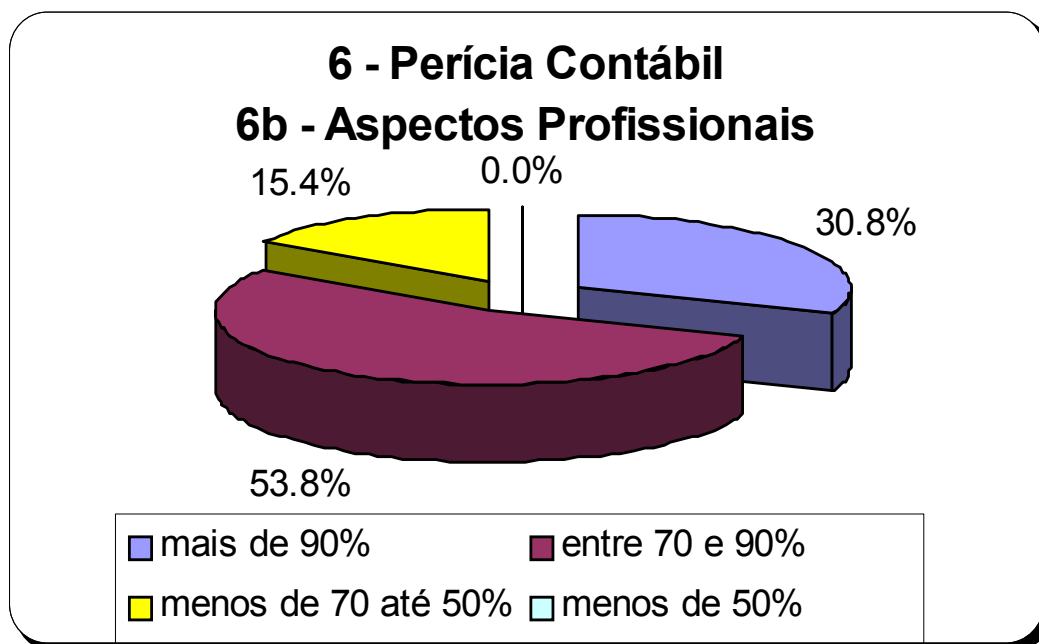


Figura 45: Percentual de respostas apresentados no item 6b – Aspectos profissionais.

<i>6b</i>	
Média	80
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	10
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 33: Dados estatísticos do item 6b – Aspectos profissionais.

Os aspectos relacionados ao perfil profissional do perito-contador também vêm merecendo ampla abordagem por partes das Instituições de Ensino Superior, pois o índice de respostas com abordagem de pelo menos 70%, totalizou 84,6%, o que vem, em consonância com as respostas ofertadas no item anterior, indicar uma tendência de ampla abordagem deste conteúdo.

c) Aspectos Técnicos, Doutrinários, Processual e Operacional.

Perícia Judicial e Extrajudicial - Planejamento, execução e procedimentos.

Honorários Periciais. Quesitos. Indicação de Assistentes. Laudo Pericial.

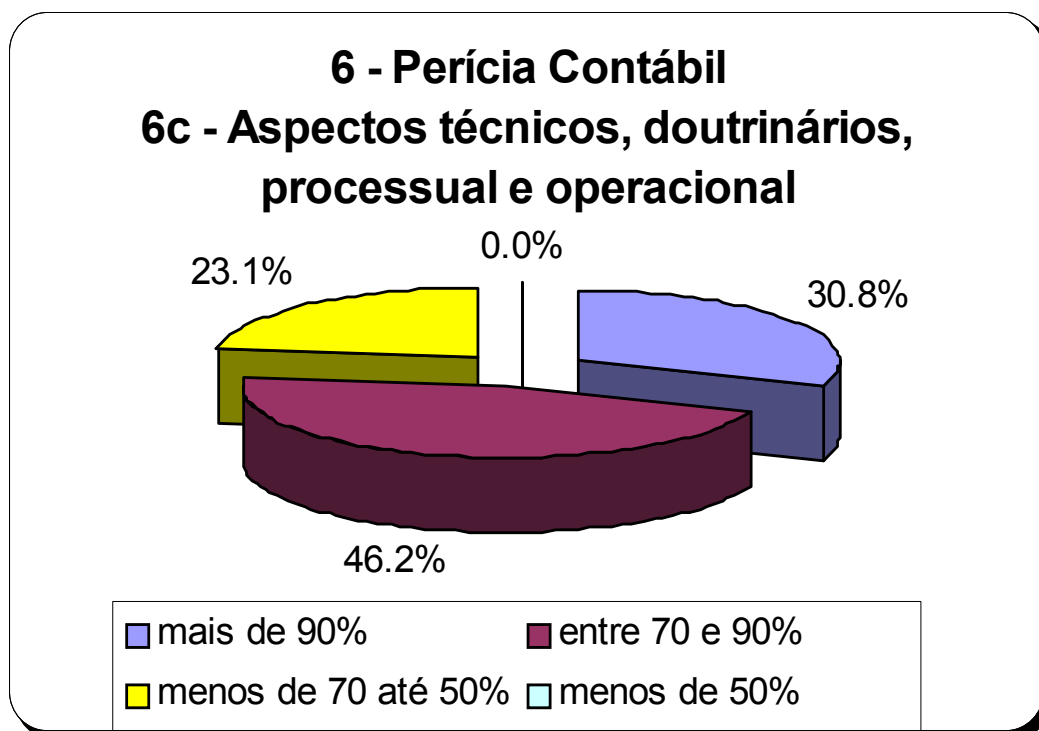


Figura 46: Percentual de respostas apresentados no item 6c – Aspectos técnicos, doutrinários, processual e operacional.

6c	
Média	78.46
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	11.44
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 34: Dados estatísticos do item 6c – Aspectos técnicos, doutrinários, processual e operacional.

Este item de Aspectos Técnicos, Doutrinários, Processual e Operacional foi o que obteve menor índice de respostas com abordagem de pelo menos 70%, totalizando 76,9%, dentre os conteúdos de Perícia Contábil. Em que pese ser o menor índice, não se pode dizer que não há interesse das IES em abordar este conteúdo, pois 76,9% é um índice altamente expressivo e denota claramente o interesse em abordá-lo de forma abrangente.

Perícia Contábil – Resumo

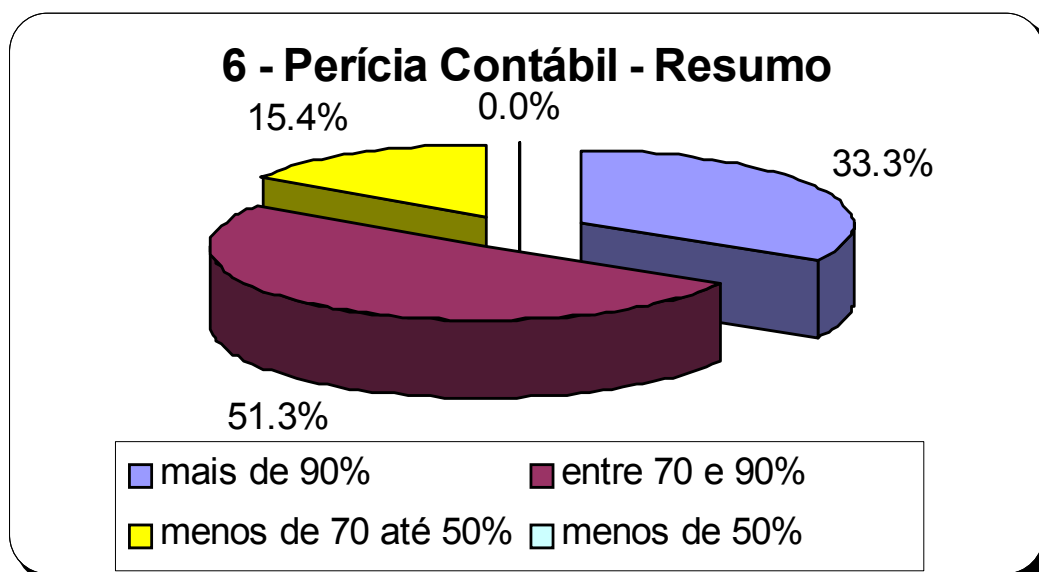


Figura 47: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Perícia Contábil.

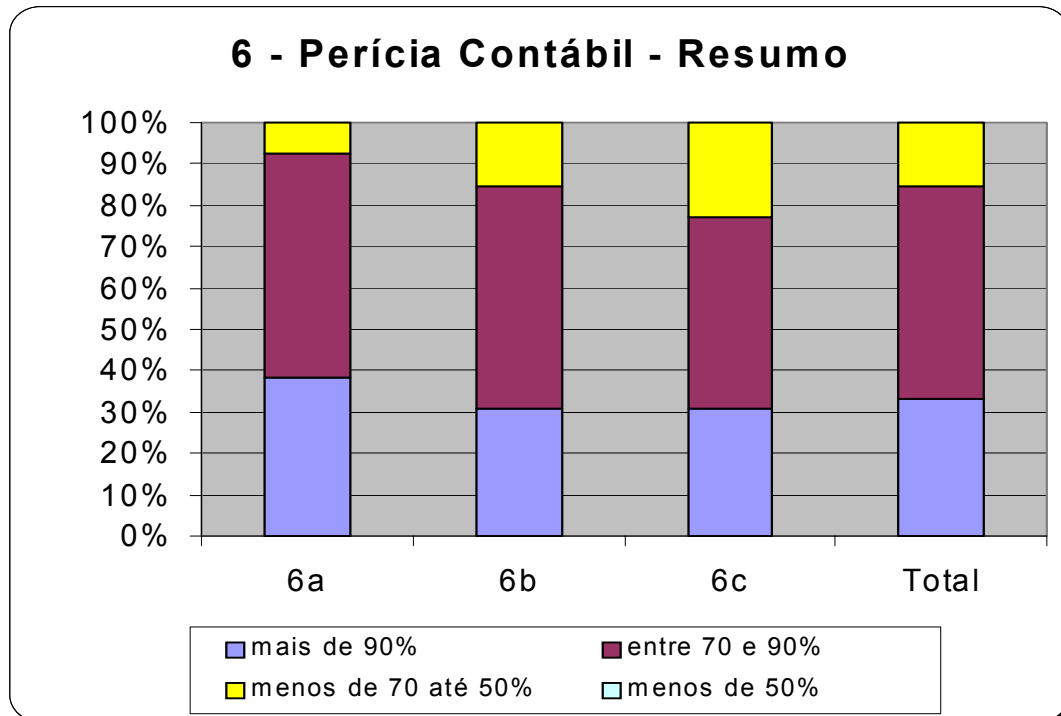


Figura 48: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Perícia Contábil.

Três constatações observadas nas respostas apresentadas sobre o grau de abordagem dos conteúdos de Perícia Contábil conduzem-no a deduzir, sem titubear, o amplo interesse das Instituições de Ensino Superior que ministram o curso de Ciência Contábeis no município de São Paulo, em abordar este conteúdo.

Em primeiro lugar destaque-se que em nenhum dos itens houve respostas "menos de 50%". Em segundo lugar observe-se que o maior índice de respostas, num total de 51,3% está "entre 70 e 90%". Finalmente, frize-se que do total de respostas que indicam a abordagem deste conteúdo em pelo menor 70% atinge respeitáveis e inquestionáveis 84,6%.

CONTEÚDOS DE TEORIA DA CONTABILIDADE

a) A Contabilidade

Conceito e objetivos. Os diversos ramos aplicados da Contabilidade. Os profissionais e os usuários. Evolução histórica da Contabilidade.

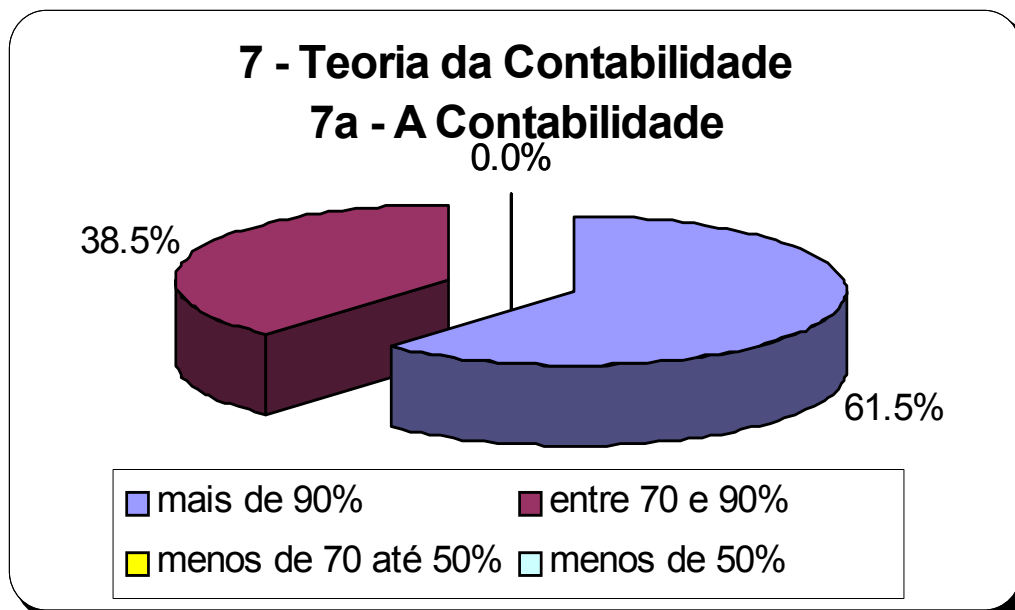


Figura 49: Percentual de respostas apresentados no item 7a – A contabilidade.

<i>7a</i>	
Média	86.15
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	5.064
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 35: Dados estatísticos do item 7a – A contabilidade.

Partindo-se da análise das respostas ofertadas para este item, vislumbra-se que as Instituições de Ensino Superior consideram alta a importância de ministrarem conteúdos de Teoria da Contabilidade. Neste item, que aborda os conceitos e objetivos da contabilidade, as respostas “acima de 90%” atingiram significativos 61,5%, que acrescidos das respostas “entre 70 e 90%” totalizam o total de respostas ofertadas, deixando totalmente caracterizado a importância atribuída pelas IES a este conteúdo.

b) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade como essência das doutrinas contábeis aceitas e base das Normas Brasileiras de Contabilidade. Conteúdos das Resoluções CFC n°s 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade e 774/94, que aprova o Apêndice à primeira resolução.

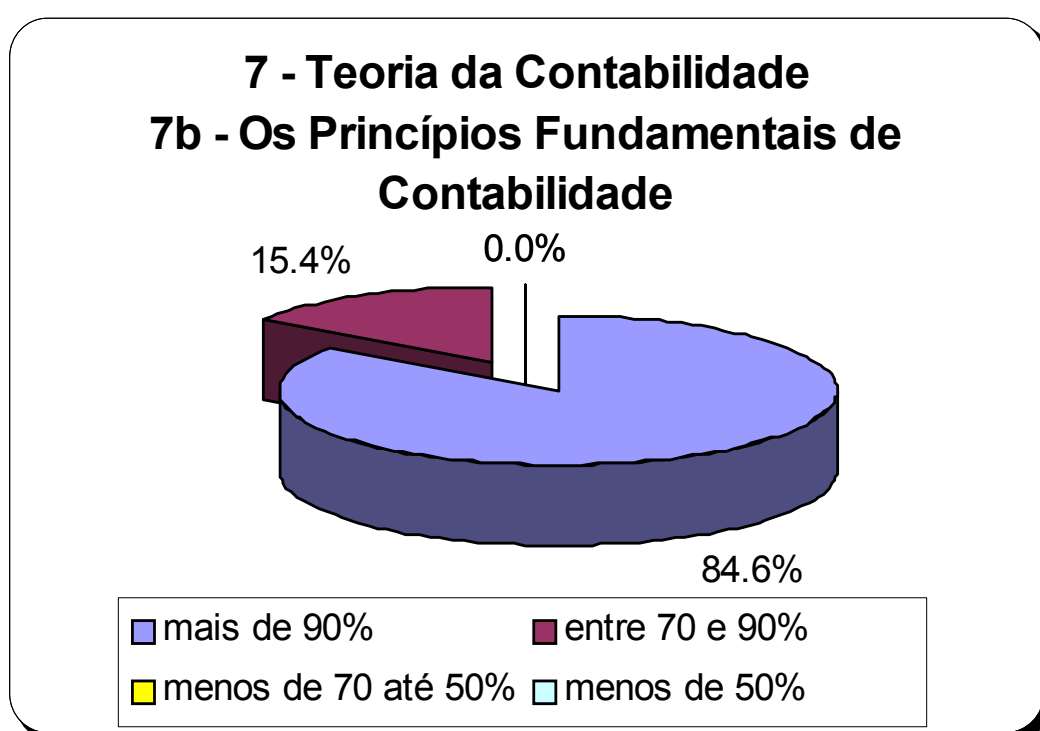


Figura 50: Percentual de respostas apresentados no item 7b – Os princípios fundamentais de contabilidade.

7b	
Média	88.46
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	3.755
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 36: Dados estatísticos do item 7b – Os princípios fundamentais de contabilidade.

Este item, que aborda os Princípios Fundamentais da Contabilidade, merece amplo destaque, pois ele, juntamente com o item 13^a – Juros Simples – dentro dos conteúdos de Matemática Financeira, foram os que atingiram o maior nível de respostas “mais de 90%”, com imbatíveis 84,6%, deixando totalmente evidenciado a importância deste conteúdo, de acordo com a visão das Instituições de Ensino Superior, na formação dos profissionais da contabilidade.

Seguindo esta linha de importância, a exemplo do que ocorreu no item anterior, a totalidade de respostas ficou concentrada na abordagem do conteúdo em pelo menos 70%, sendo que neste item foi obtida a maior média de todas as respostas, com 88,46.

c) As escolas ou doutrinas na história da Contabilidade

A história da Contabilidade até a época do surgimento das partidas dobradas. As partidas dobradas e o período pré-científico. O período científico na contabilidade: o materialismo, o personalismo, o controlismo e o neocontismo, o reditualismo, o aziendalismo e o patrimonialismo.

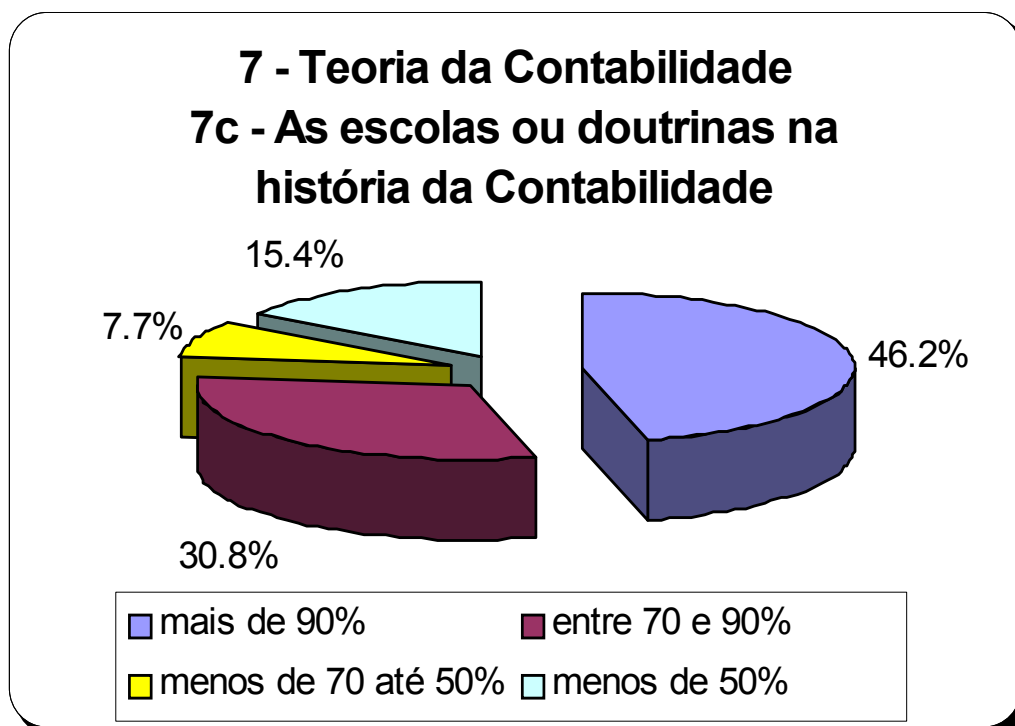


Figura 51: Percentual de respostas apresentados no item 7c – As escolas ou doutrinas da história da contabilidade.

7c	
Média	76.92
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	18.43
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 37: Dados estatísticos do item 7c – As escolas ou doutrinas da história da contabilidade.

As Escolas ou Doutrinas na História da Contabilidade não mereceram, por parte das Instituições de Ensino Superior, o destaque dos itens anteriores, dentre os conteúdos de Teoria da Contabilidade. Parece-nos que para algumas IES o ensino

da história e doutrinas não seja importante, o que discordamos, pois a abordagem destes aspectos engrandece culturalmente e auxiliam no amplo entendimento da Ciência Contábil.

Contudo, não se trata de algo que nos aflija substancialmente, visto que a ampla maioria, um total de 76,9%, aborda os conteúdos deste item em pelo menos 70%.

Teoria da Contabilidade – resumo

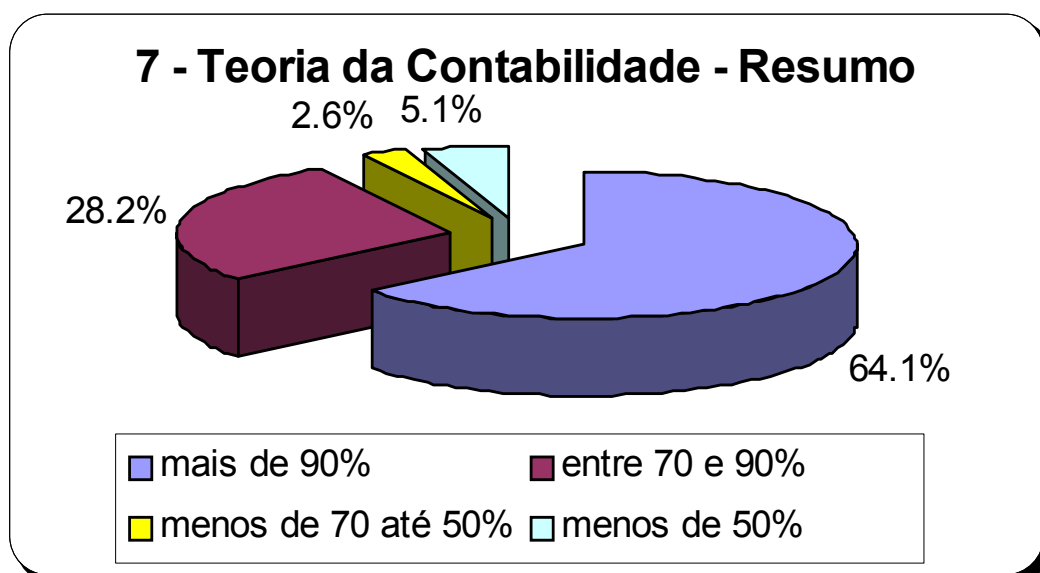


Figura 52: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Teoria da contabilidade.

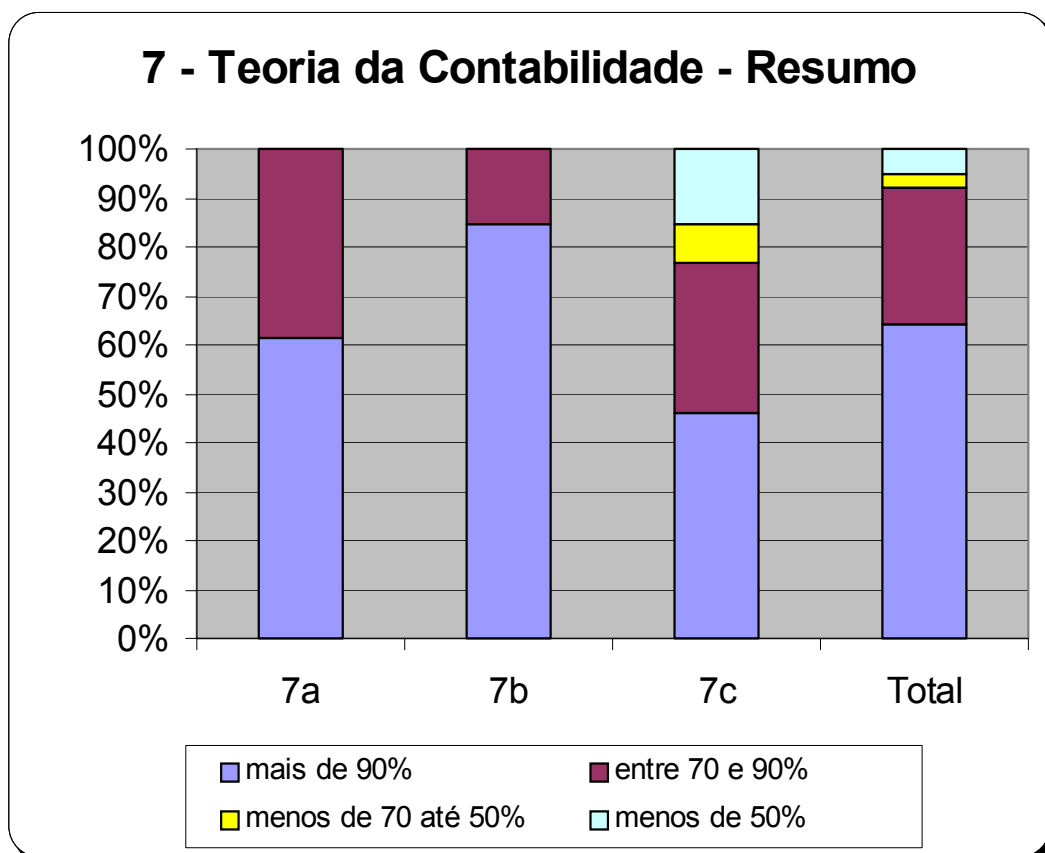


Figura 53: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de teoria da contabilidade.

A Teoria da Contabilidade realmente está merecendo das Instituições de Ensino Superior uma ampla abordagem. Nítido isso está ao verificarmos que 64,1% das respostas apontam para uma abordagem de “mais de 90%” de seu conteúdo. Mais claro ainda fica quando incorporamos a este o índice de 28,2% obtido nas respostas “entre 70 e 90%”, perfazendo um respeitoso e incontestável índice de 92,3%, que, a nosso ver, indica que as IES estão no caminho certo.

A ampla abordagem dos conteúdos de Teoria da Contabilidade remete-nos a ponderar de que estão sendo ministrados os elementos da essência da Ciência Contábil, quais sejam, a história e as doutrinas. Estes conteúdos, muitas vezes

injustamente chamados de desinteressantes revelam-nos os aspectos principais e indispensáveis para o bom conhecimento da Ciência Contábil.

CONTEÚDOS DE NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

a) Fontes e Hierarquia da Norma

As fontes do Direito. Hierarquia das Leis. Divisão do Direito Público e Privado, seu conceito e conteúdo.

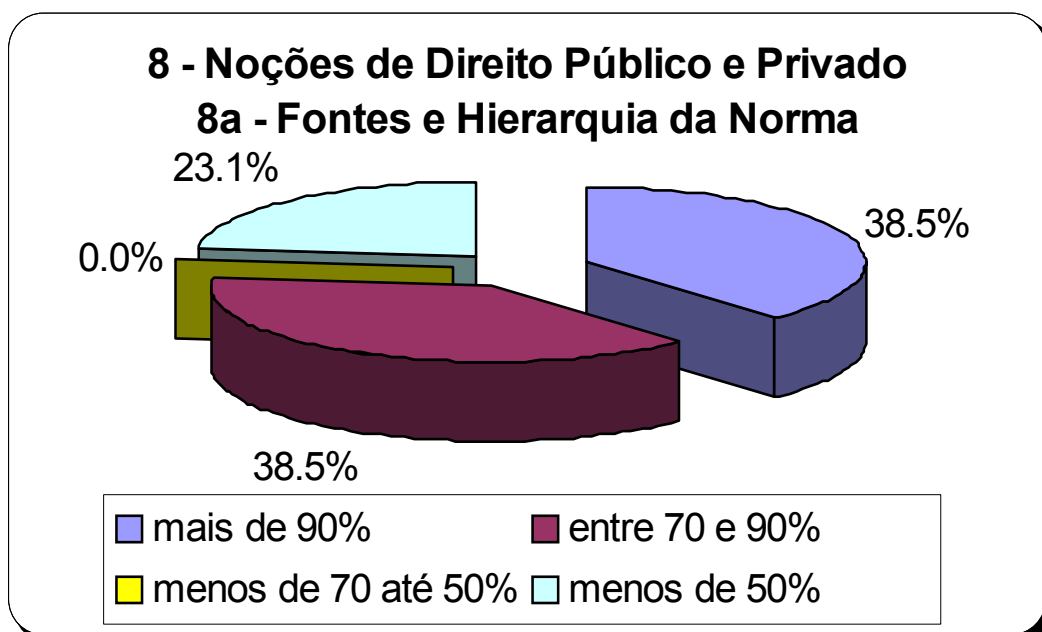


Figura 54: Percentual de respostas apresentados no item 8a – Fontes e hierarquia da norma.

<i>8a</i>	
Média	74.62
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	20.25
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 38: Dados estatísticos do item 8a – Fontes e hierarquia da norma.

O presente item apresentou dois resultados que se destacaram dentre os demais do conteúdo de Noções de Direito Público e Privado. Primeiramente porque foi o único item deste conteúdo que ficou com uma das alternativas sem nenhuma resposta, pois nenhuma Instituição de Ensino Superior apontou resposta para a alternativa “menos de 70 até 50%”. Outro resultado de destaque neste item foram às respostas “menos de 50%” que apresentou o maior índice deste conteúdo, totalizando 23,1%.

Em que pese este resultado, a maioria da IES dão ampla abordagem aos conceitos de Fontes e Hierarquia da Norma, pois as respostas com abordagem de pelo menos 70% do conteúdo totalizaram expressivos 76,9%.

b) Estado e Constituição

Estado conceito e elementos fundamentais. Forma de Estado, de governo, de regime, sistema representativo e eleitoral. Constituição, conceito e noções sobre a constituição vigente. Direito e Estado de Direito, lei e legitimidade. Representação político parlamentar.

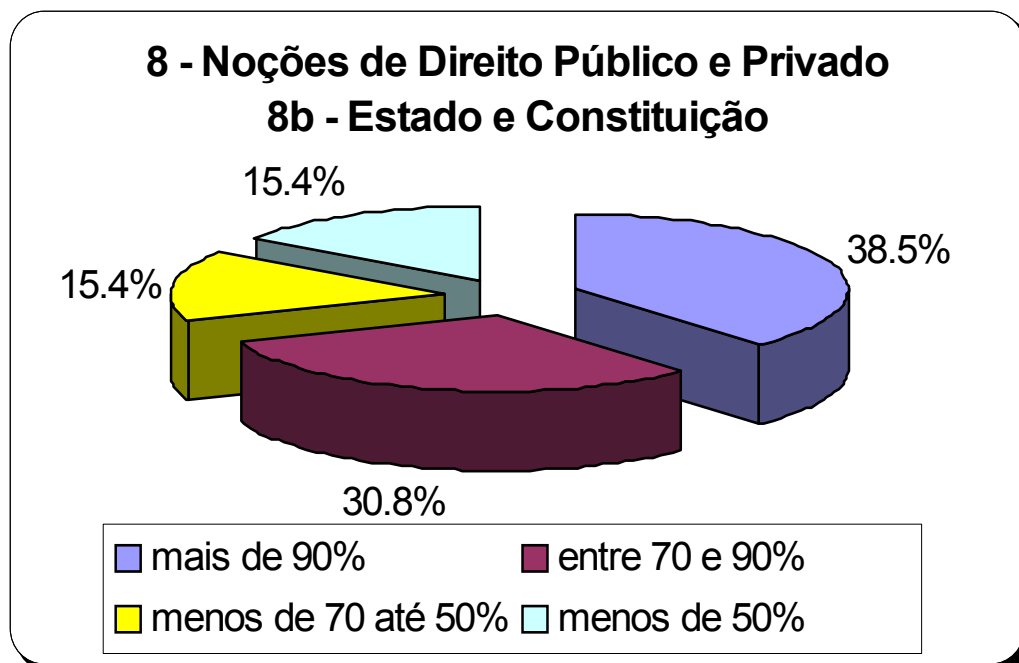


Figura 55: Percentual de respostas apresentados no item 8b – Estado e constituição.

<i>8b</i>	
Média	74.62
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	18.54
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 39: Dados estatísticos do item 8b – Estado e constituição.

A abordagem do item Estado e Constituição tem recebido, conforme as Instituições de Ensino Superior, uma abordagem amplamente significativa, visto que as respostas que apontam uma abordagem de pelo menos 70% totalizaram 69,2%, que acrescido das respostas “menos de 70 até 50%” chegam a expressivos 84,6%.

Comparativamente com os demais itens deste conteúdo, as respostas “entre 70 e 90%” ofertadas a este índice, juntamente com os itens 8c e 8j, foram as menores, totalizando apenas 30,8%.

c) Poderes do Estado

Poder Executivo, Legislativo e Judiciário: função, composição, organização e prerrogativas. Ministério Público. Tribunal de Contas.

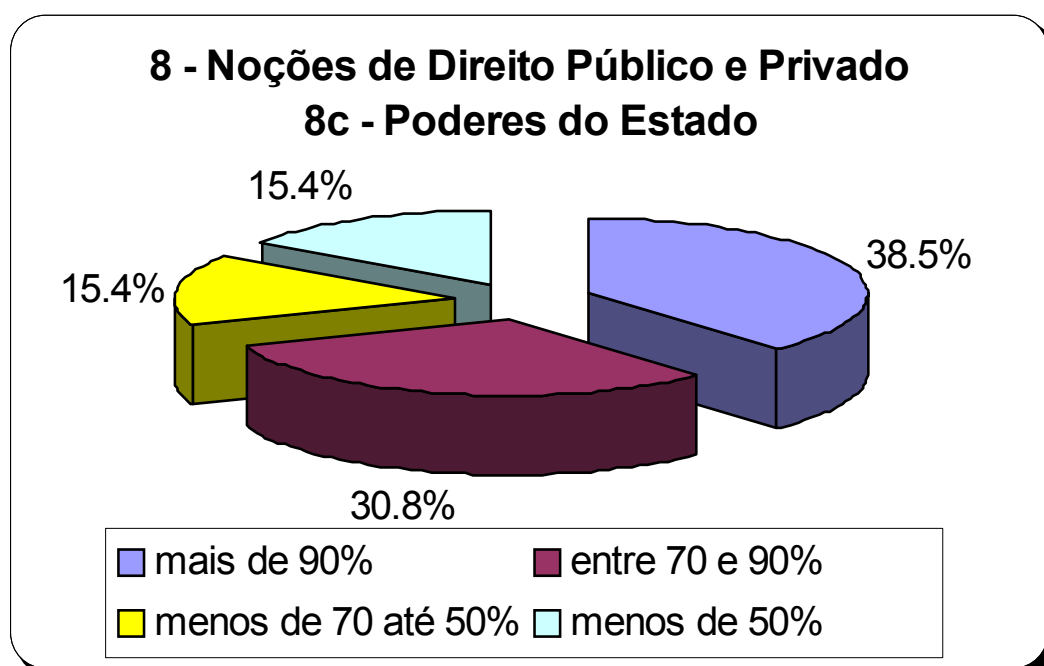


Figura 56: Percentual de respostas apresentados no item 8c – Poderes do Estado.

8c	
Média	74.62
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	18.54
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 40: Dados estatísticos do item 8c – Poderes do Estado.

Denotando a consistência e a coerência que as Instituições de Ensino Superior mantêm ao abordar conteúdos de Noções de Direito Público e Privado, o presente item recebeu exatamente o mesmo número de respostas, para cada alternativa, do item anterior. Tal coerência consubstancia-se pelo fato de seus conteúdos abrangerem aspectos relacionados ao Estado, sendo, portanto, amplamente congruentes e complementares.

Destaque-se que as respostas que apontam uma abordagem de pelo menos 70% totalizaram expressivos 69,2%.

d) A Pessoa e seus Atributos

Noções gerais e razão de ser. Pessoa e personalidade. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Capacidade de direito e de fato.

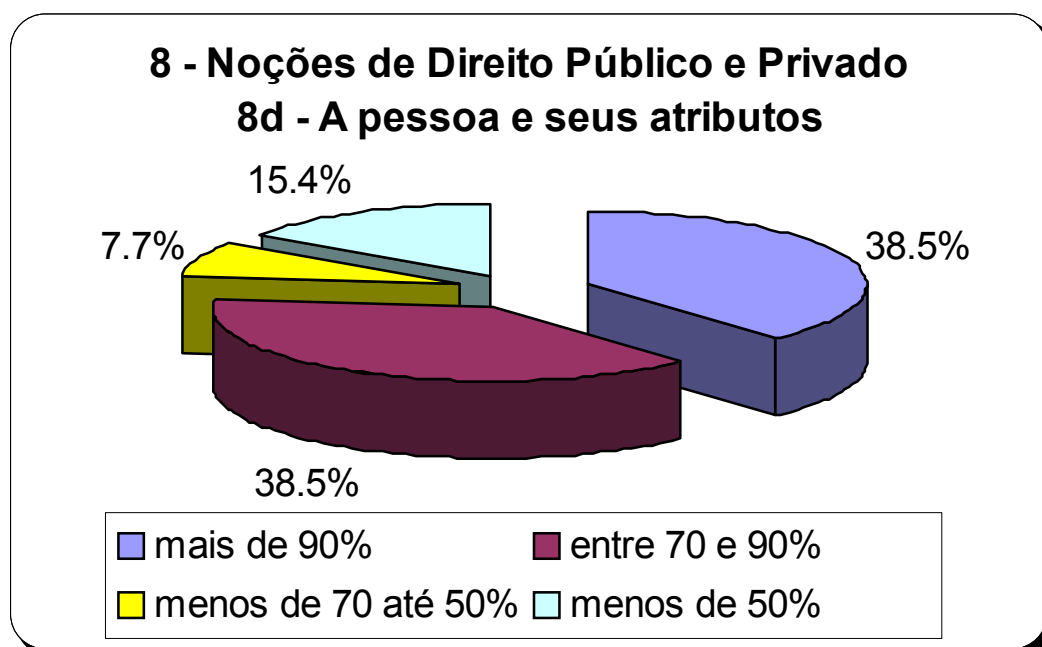


Figura 57: Percentual de respostas apresentados no item 8d – A pessoa e seus atributos.

<i>8d</i>	
Média	76.15
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	18.05
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 41: Dados estatísticos do item 8d – A pessoa e seus atributos.

Continuando com a tendência de uma abordagem abrangente dos conteúdos de Noções de Direito Público e Privado, este item apresenta que as respostas que apontam uma abordagem de pelo menos 70% totalizaram 76,9%, índice que traduz com serenidade a importância atribuída pelas Instituições de Ensino Superior a este conteúdo.

e) Tipos de Sociedades

Conceito, regulamentação, características - Mercantis: Sociedades Anônimas, Sociedade de economia mista, Sociedades em nome coletivo, Sociedade em comandita, Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, Sociedade de capital e indústria; Civis: Sociedade de profissão regulamentada, Sociedades civis não regulamentadas, Associações, Fundações, Clubes, ONGs.

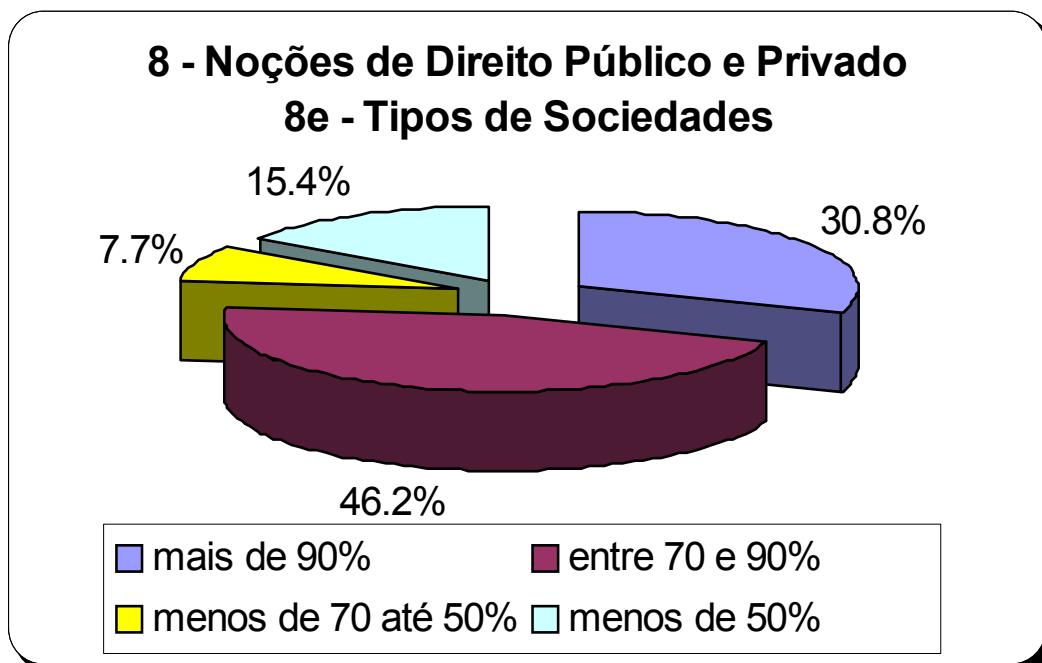


Figura 58: Percentual de respostas apresentados no item 8e – Tipos de sociedades.

8e	
Média	75.38
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	17.61
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 42: Dados estatísticos do item 8e – Tipos de sociedades.

Uma abordagem significativa dos conteúdos de Noções de Direito Público e Privado vem se delineando claramente com as respostas apresentadas neste item. As respostas “entre 70 e 90%” totalizaram 46,2% do total, índice altamente expressivo. Se computarmos todas as respostas que apontam pelo menos 70% de abordagem, atingiremos o patamar de 76,9% do total, índice que consolida a

tendência da importância atribuída pelas Instituições de Ensino Superior aos conteúdos de Direito.

f) Contratos

Conceito. Tipos de contrato. Seus efeitos e eficácia. Validade. Formalização do ato jurídico.

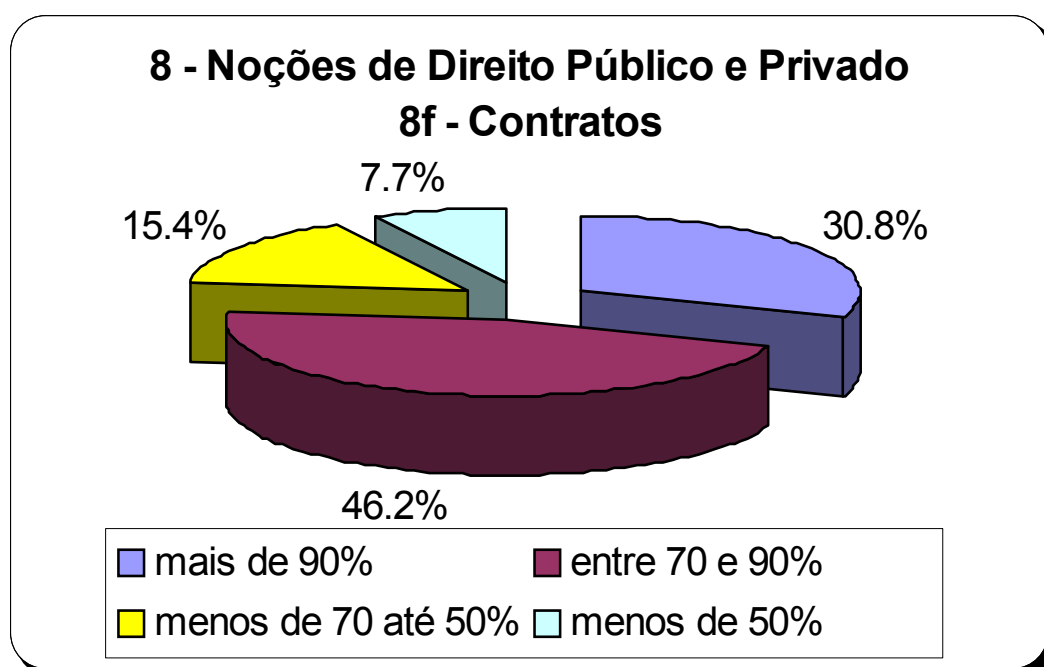


Figura 59: Percentual de respostas apresentados no item 8f – Contratos.

<i>8f</i>	
Média	76.92
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.94
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 43: Dados estatísticos do item 8f – Contratos.

As respostas ofertadas a este item em muito se parecem com as do item anterior, talvez pela importância dos conteúdos abordados, que identificam uma parte importante da atuação do profissional da contabilidade. As respostas “entre 70 e 90%” totalizaram 46,2% do total, índice altamente expressivo. Ao computarmos todas as respostas que indicam pelo menos 70% de abordagem, chegamos ao respeitável índice de 76,9% do total, patamar que consolida a tendência da importância atribuída pelas Instituições de Ensino Superior aos conteúdos de Direito.

g) Crimes contra ordem econômica

Sonegação, Apropriação indébita, Corrupção Ativa e Passiva, Fraude, Tributária, Falimentar, Legislação, Prescrição.

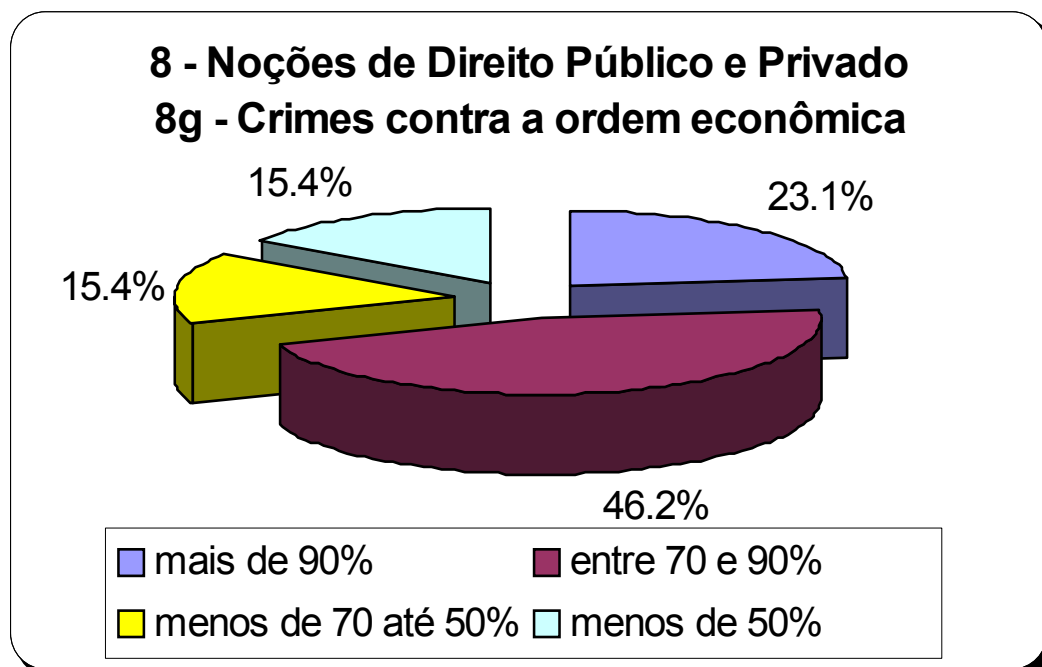


Figura 60: Percentual de respostas apresentados no item 8g – Crimes contra a ordem econômica.

<i>8g</i>	
Média	73.08
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	17.5
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 44: Dados estatísticos do item 8g – Crimes contra a ordem econômica.

Este item de Crimes Contra a Ordem Tributária obteve um índice de resposta “acima de 90%” de 23,1%, que julgamos pequeno pela importância do conteúdo, visto que os aspectos de sonegação e apropriação indébita, bem como corrupção ativa e passiva deveria ser ampla e exaustivamente abordada e discutida, pois deve ser incansavelmente combatidos, como forma de buscar o equilíbrio em nossa sociedade.

Mas, se considerarmos todas as respostas que indicam pelo menos 70% de abordagem, chega-se ao respeitável índice de 69,2% do total, índice que nos tranquiliza mais.

h) Tributos e suas espécies

Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição Sociais. Competência. Legislação. Princípios constitucionais do poder de tributar, extinção, prescrição, decadência.

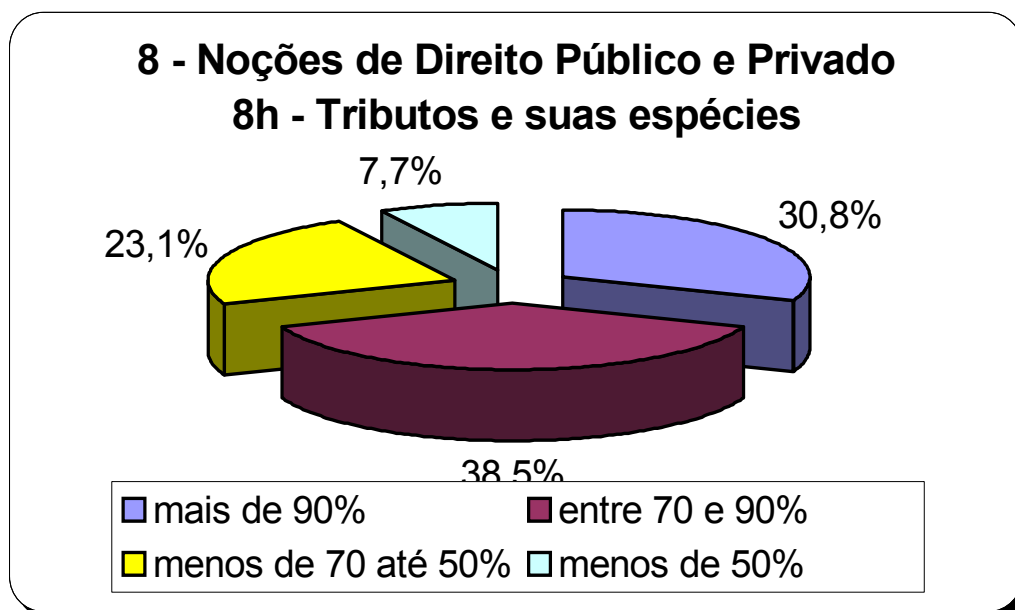


Figura 61: Percentual de respostas apresentados no item 8h – Tributos e suas espécies.

<i>8h</i>	
Média	73.08
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	17.5
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 45: Dados estatísticos do item 8h – Tributos e suas espécies.

As respostas apresentadas foram em maior número na abordagem “entre 70 e 90%” com 38,5% do total, demonstrando que as respostas foram bem distribuídas entre as alternativas possíveis. Tal constatação denota que a importância deste item na grade de ensino dos cursos de Ciência Contábeis recebe diferente grau de importância de IES para IES.

Contudo, a maior parte das IES, entende ser importante ministrar tal conteúdo, conforme se constata ao verificar que o grau de abordagem de pelo menos 70% deste conteúdo é adotado por 69,2% das IES.

i) Créditos Tributários

Sujeito ativo e passivo, fato gerador, base de cálculo, isenção, imunidade, não incidência, diferimento, substituição tributária, extinção, prescrição, decadência. Legislação. Constituição Federal.

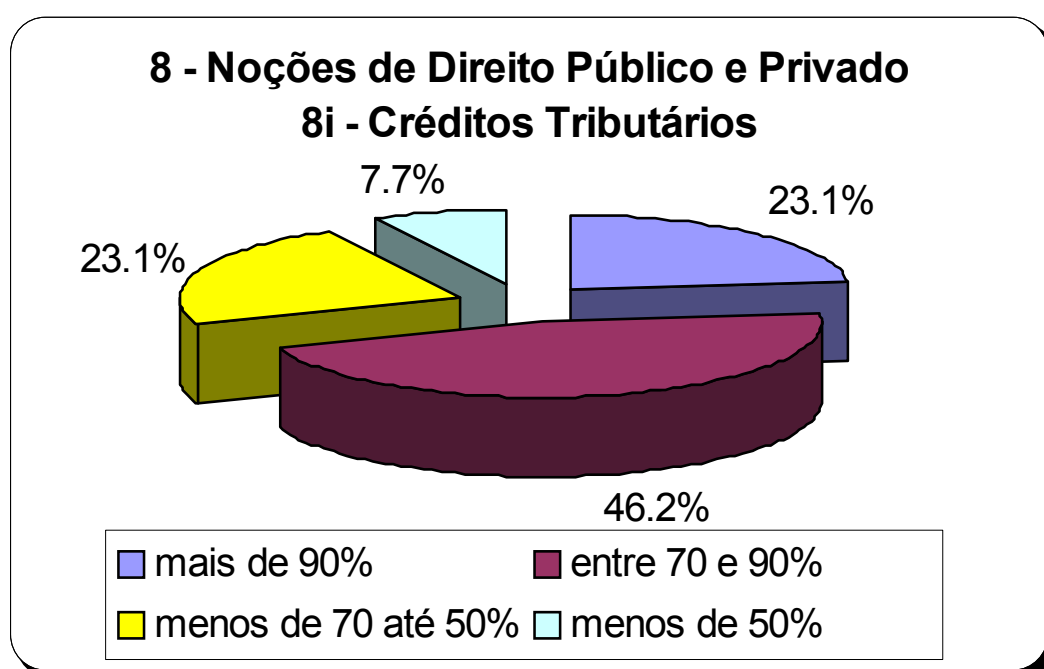


Figura 62: Percentual de respostas apresentados no item 8i – Créditos tributários.

<i>8i</i>	
Média	73.08
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	17.5
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 46: Dados estatísticos do item 8i – Créditos tributários.

Do total de respostas apresentadas para este item, foram em maior número na abordagem “entre 70 e 90%” com significativos 46,2% do total. Tal índice denota a

importância deste item na grade de ensino dos cursos de Ciência Contábeis. Outro índice corrobora com esta importância, quando verificamos que o grau de abordagem de pelo menos 70% deste conteúdo é adotado por 69,2% das Instituições de Ensino Superior.

j) Contratos de trabalho em relação aos empregos

Distinção e características. Conceito, natureza jurídica. Tipos de Contrato e suas características. Extinção.

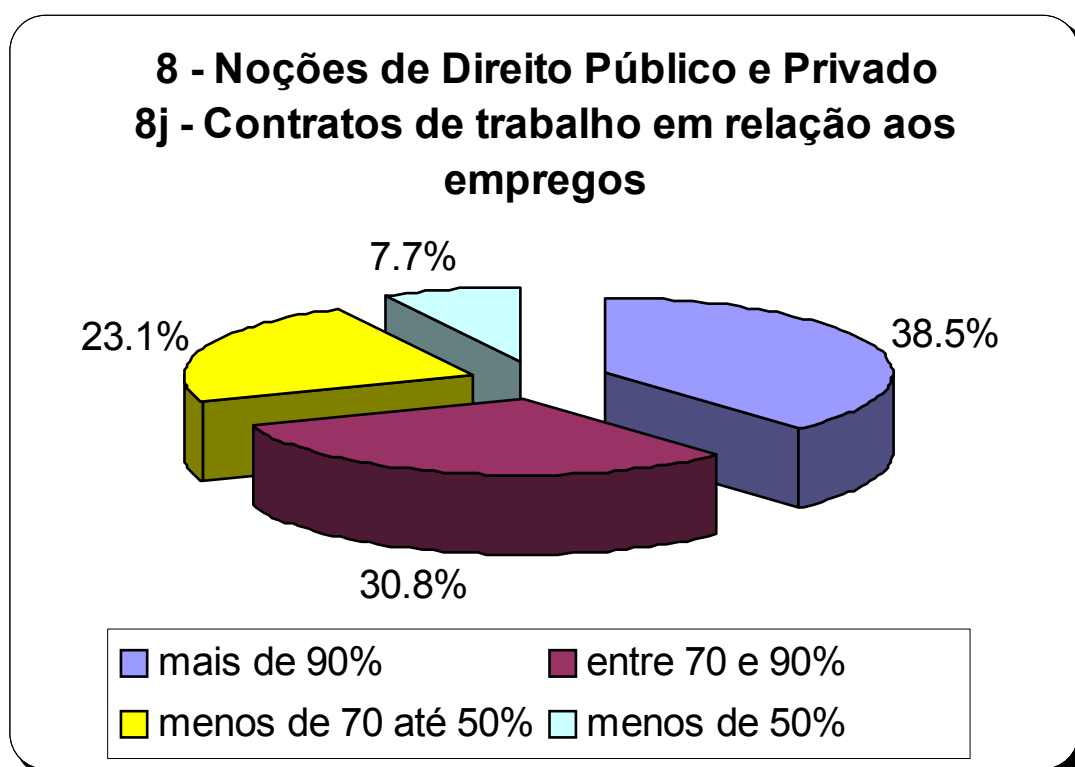


Figura 63: Percentual de respostas apresentados no item 8j – Contratos de trabalho em relação aos empregos.

<i>8j</i>	
Média	76.15
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	16.09
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 47: Dados estatísticos do item 8j – Contratos de trabalho em relação aos empregos.

As respostas apresentadas neste item mais uma vez nos remetem a análise de como as respostas foram bem distribuídas entre as alternativas apresentadas. O maior nível de respostas foi o de 38,5% do total, apresentado na alternativa “acima de 90%”, seguido pelos 30,8% da alternativa “entre 70 e 90%”. Contudo, no computo global, observa-se um significativo interesse das Instituições de Ensino Superior em ministrar tais conteúdos, visto que as respostas que apontam para uma abordagem mínima de 70% estão representadas por 69,2% do total.

k) Direitos Trabalhistas

Legislação. Constituição Federal. Prescrição. Decadência.

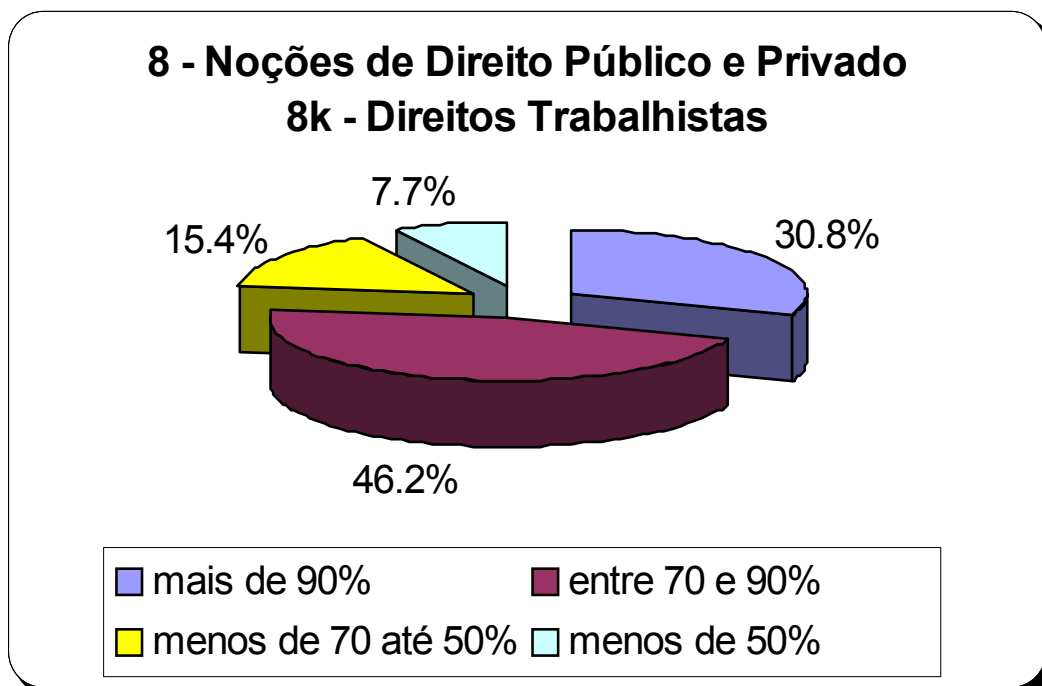


Figura 64: Percentual de respostas apresentados no item 8k – Direitos trabalhistas.

<i>8k</i>	
Média	76.92
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.94
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 48: Dados estatísticos do item 8k – Direitos trabalhistas.

O conteúdo deste item, de acordo com as respostas ofertadas pelas instituições de Ensino Superior, vem merecendo ampla abordagem. Tal afirmativa esta calcada no montante de respostas que apontam para pelo menos 70% de abordagem, que totalizam expressivos 76,9%. Se considerarmos todas as respostas que apontam para pelo menos 50% de abordagem, chegamos a

inquestionáveis 92,3%, índice que reflete claramente a preocupação em abordar os conteúdos deste item.

I) Empregado e Empregador

Definição e características, direitos e obrigações.

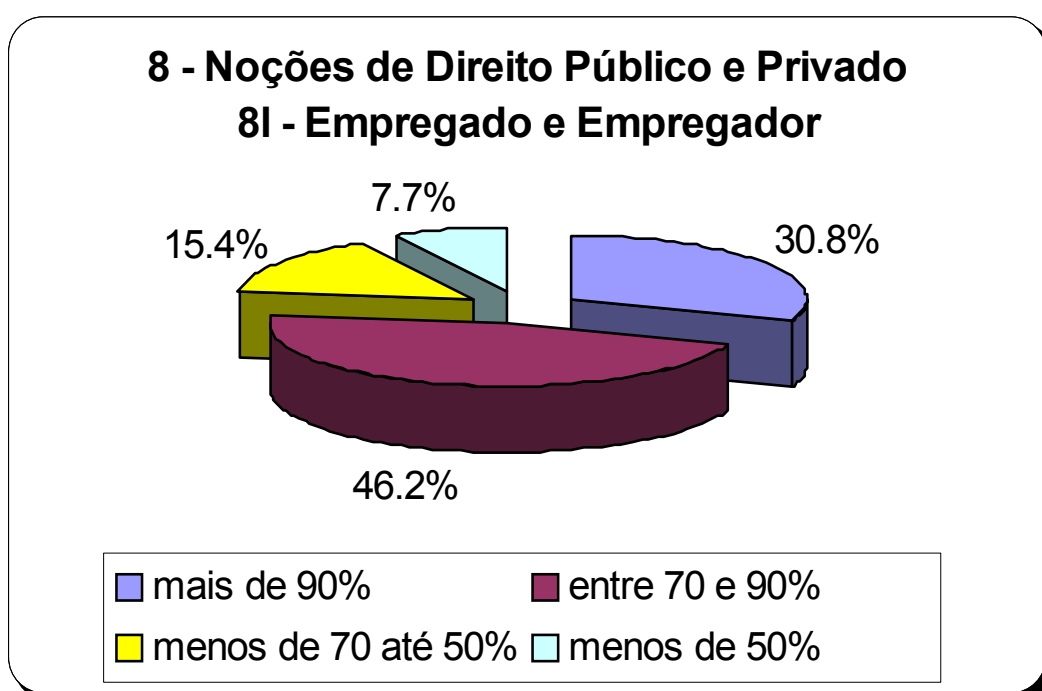


Figura 65: Percentual de respostas apresentados no item 8I – Empregado e empregador.

<i>8I</i>	
Média	76.92
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.94
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 49: Dados estatísticos do item 8I – Empregado e empregador.

As respostas apresentadas no presente item representam exatamente o mesmo número de respostas, para cada alternativa, do item anterior. Essa ocorrência, a nosso ver, consubstancia-se pelo fato de seus conteúdos abrangerem aspectos intimamente relacionados, visto que este trata de Empregado e Empregador e que o item anterior trata de Direitos Trabalhistas, sendo, portanto, amplamente congruentes e complementares.

Destaque-se que as respostas que apontam uma abordagem de pelo menos 70% totalizaram expressivos 76,9%.

m) Previdência Social

Conceito. Objeto. Beneficiários. Benefícios. Custeio. Acidente do Trabalho. Seguro Desemprego.

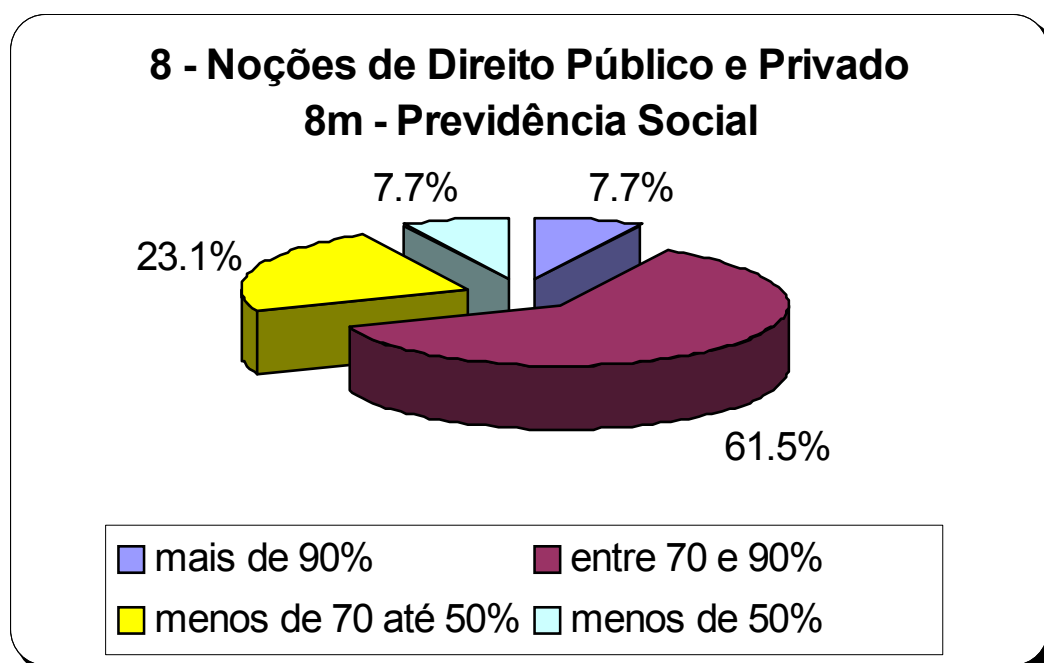


Figura 66: Percentual de respostas apresentados no item 8m – Previdência social.

<i>8m</i>	
Média	73.08
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	13.77
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 50: Dados estatísticos do item 8m – Previdência social.

Este item apresenta dois resultados que merecem destaque. O primeiro diz respeito às respostas “entre 70 e 90%”, que ao totalizarem 61,5% do total, representam o maior índice de respostas, desta alternativa, dentro do conteúdo de Noções de Direito Público e Privado e, dentro do conteúdo total do Exame de Suficiência, só alguns itens dentro de Contabilidade de Custos atingiram este índice.

O segundo destaque fica por conta das respostas da alternativa “mais de 90%” que ficaram com apenas 7,7% do total, sendo, portanto o menor índice, desta alternativa, dentro do conteúdo de Noções de Direito Público e Privado, sendo igualado somente pelo item 3g - Sistema de Controle Interno e Externo, dentro dos conteúdos de Contabilidade Pública.

Noções de Direito Público e Privado - Resumo

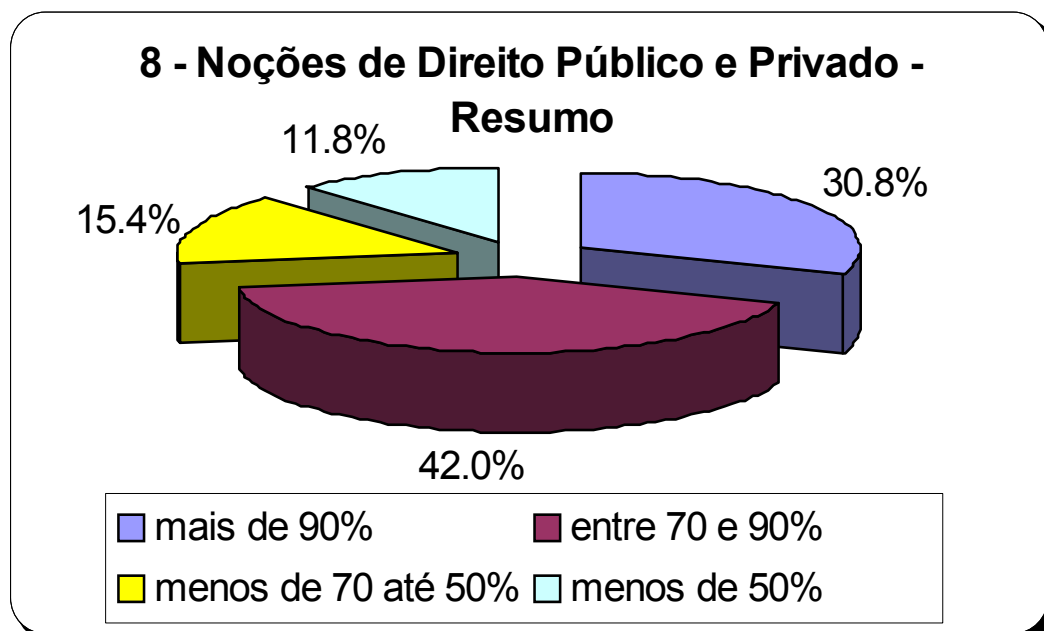


Figura 67: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Noções de direito público e privado.

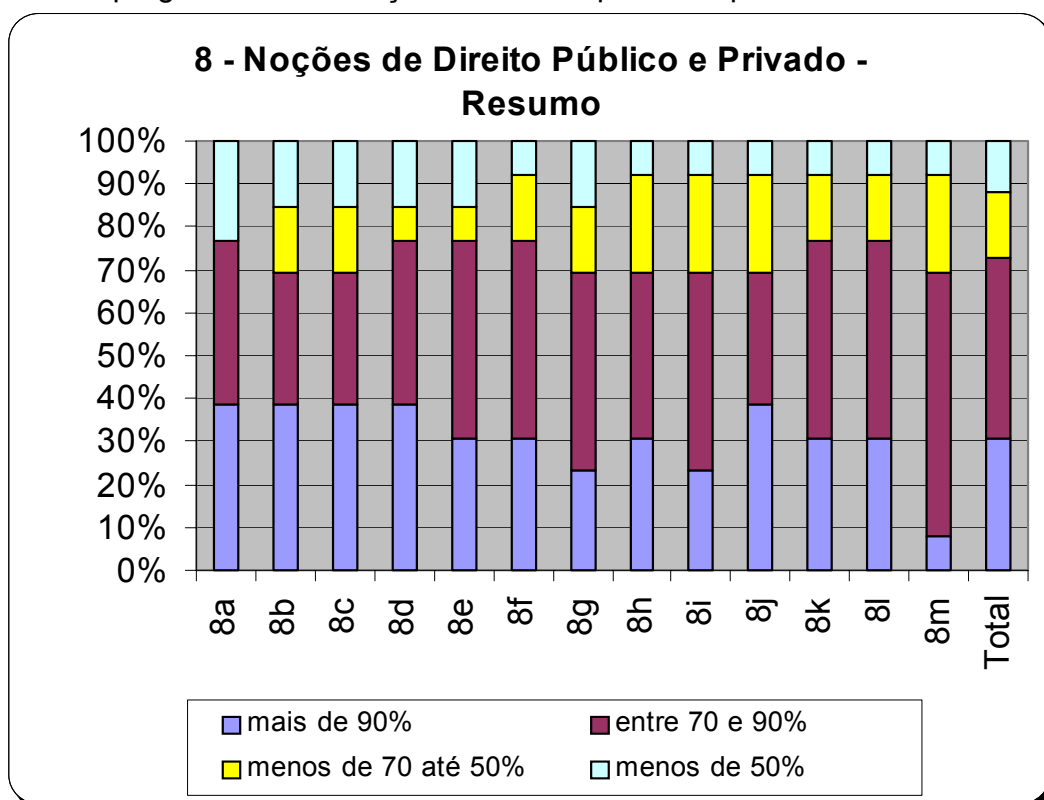


Figura 68: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Noções de direito público e privado.

Embora os conteúdos de Noções de Direito Público e Privado mereçam a devida importância das Instituições de Ensino Superior, pois do total de respostas apresentadas 72,8% correspondem a uma abordagem de pelo menos 70%, não podemos deixar de destacar um aspecto curioso sobre o assunto.

Uma das instituições de Ensino Superior que respondeu ao questionário assinalou, neste conteúdo, todas as alternativas “menos de 50%” pois entende que não se trata de um curso de Direito. A nosso ver a opinião desta IES está amplamente equivocada, pois os conteúdos abordados são essenciais para a formação profissional do Contador, visto ser matéria de seu trato diário.

CONTEÚDOS DE LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

a) A ética geral e a ética profissional

O conceito e sua inserção na Filosofia. Os campos de Ética e da Moral. As fontes das regras éticas. A Sociedade e a Ética. O papel da Contabilidade na Sociedade. A Ética Profissional.

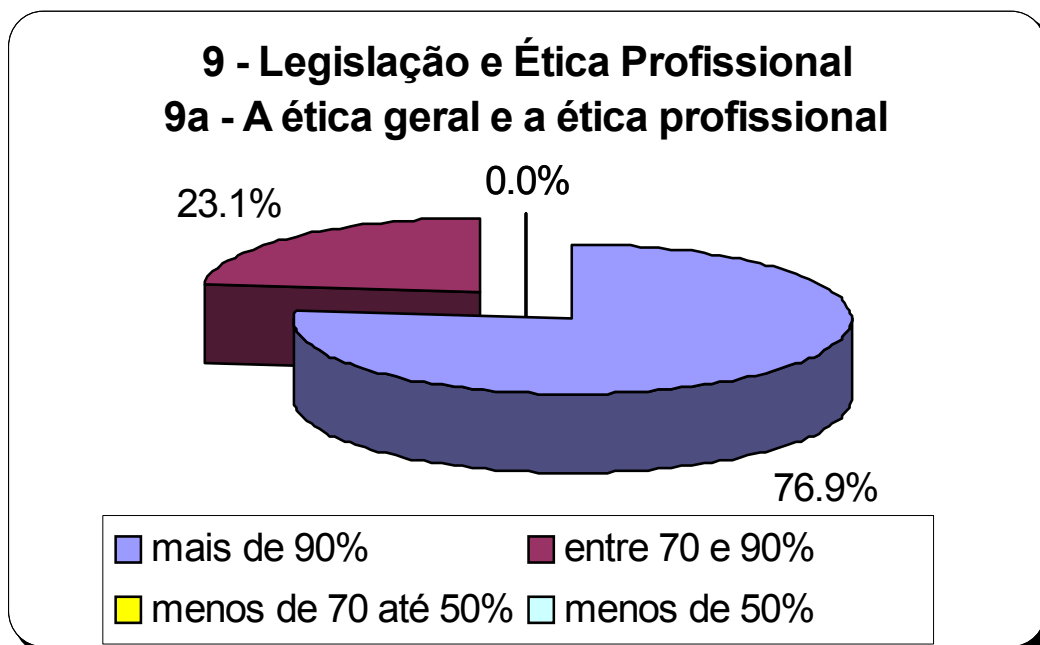


Figura 69: Percentual de respostas apresentados no item 9a – A ética geral e a ética profissional.

9ª	
Média	87.69
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	4.385
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 51: Dados estatísticos do item 9a – A ética geral e a ética profissional.

Este item, dentro do conteúdo de Legislação e Ética Profissional, mereceu o maior número de respostas dentro da alternativa “mais de 90%” com respeitáveis 76,9%, o que denota o amplo interesse das Instituições de Ensino Superior em transmitir conteúdos associados à Ética Geral e a Ética Profissional. Este resultado, a nosso ver, é muito importante, pois tais conteúdos detêm aspectos importantíssimos na

formação do profissional, seja ele de qualquer área, e na contábil não seria diferente.

Saliente-se que o total das respostas estão concentradas na abordagem de pelo menos 70% do conteúdo, o que da mesma forma consideramos altamente positivo.

b) A legislação sobre a ética profissional

O Código de Ética Profissional do Contabilista: ordenamentos e punições. O Estatuto dos Conselhos de Contabilidade. As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais.

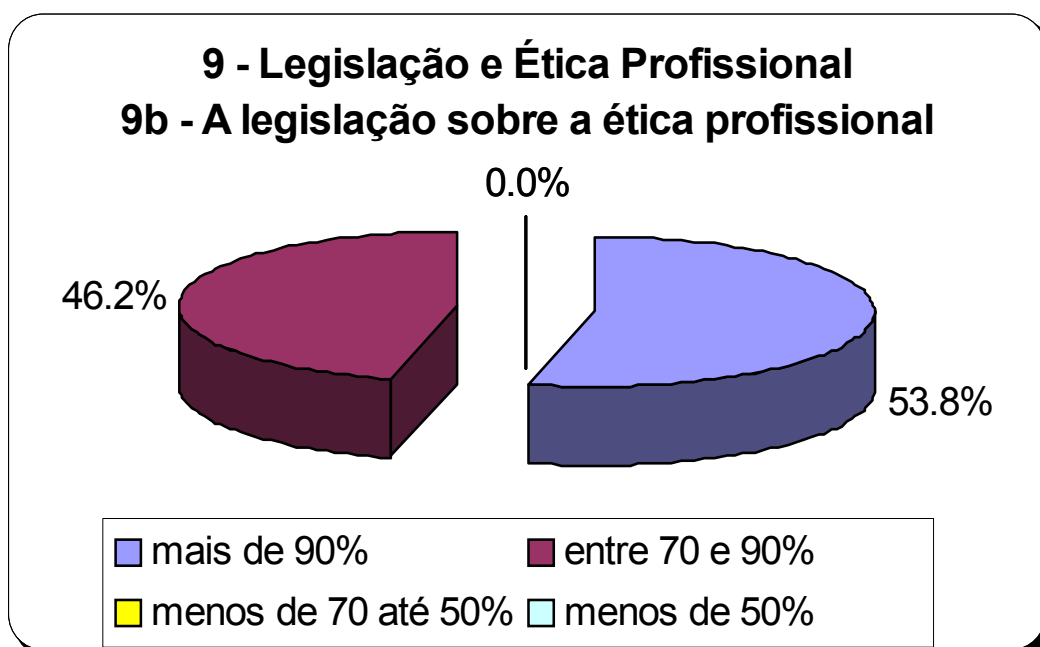


Figura 70: Percentual de respostas apresentados no item 9b – A legislação sobre a ética profissional.

<i>9b</i>	
Média	85.38
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	5.189
Intervalo	10
Mínimo	80
Máximo	90

Quadro 52: Dados estatísticos do item 9b – A legislação sobre a ética profissional.

Por estarem intimamente ligadas ao item anterior, de maneira congruente e complementar, as respostas apresentadas neste item também atingiram a totalidade dentro da abordagem de pelo menos 70% do conteúdo. Restou clara e cristalina a preocupação das instituições de Ensino Superior de transmitirem, com amplitude, os aspectos relacionados com a ética, quer no campo profissional, quer em tudo mais que cerca a vida dos futuros profissionais da contabilidade.

c) Legislação profissional

A regulamentação profissional do Contabilista: o Decreto-lei nº 9.295/46. As prerrogativas profissionais, especialmente a Resolução CFC nº 560/83. Os órgãos de Classe na profissão contábil. A formação profissional, o Exame de Suficiência e a educação continuada. Infrações técnicas.

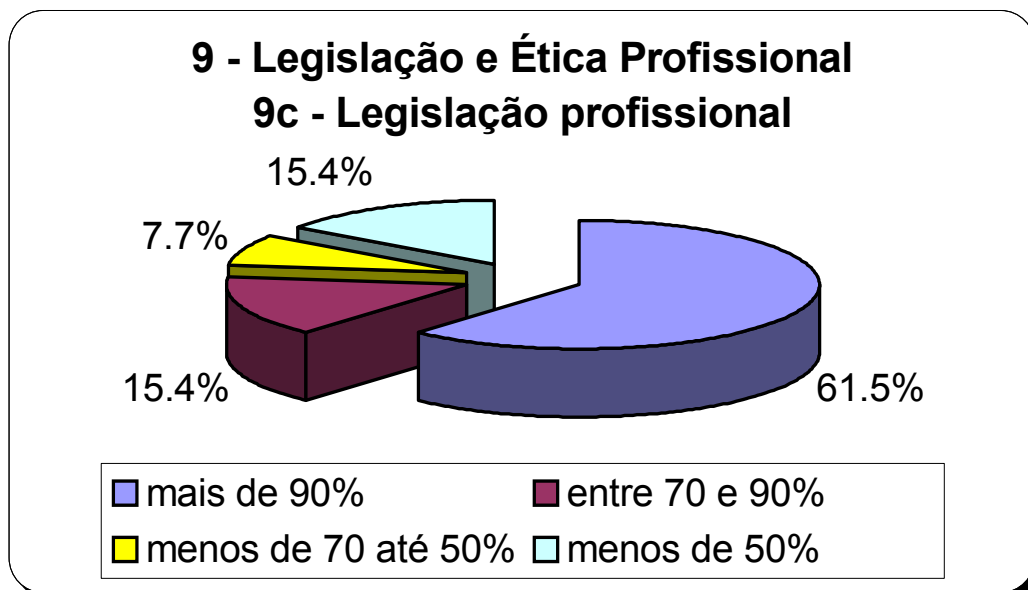


Figura 71: Percentual de respostas apresentados no item 9c – Legislação profissional.

9c	
Média	78.46
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	19.08
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 53: Dados estatísticos do item 9c – Legislação profissional.

Dentre os conteúdos de Legislação e Ética Profissional, este foi o único item que recebeu respostas nas alternativas abaixo de 70% de abordagem dos conteúdos. Foram consignadas 7,7% das respostas na alternativa “menos de 70 até 50%” e 15,4% das respostas na alternativa “menos de 50%”.

Isto denota uma preocupação um pouco menor das instituições de Ensino Superior na questão da Legislação Profissional em comparação com a Ética Geral e Profissional, o que nos parece faz sentido, pois conhecer a legislação não

significa ser ético, mas ser ético nos leva a procurar conhecer e obedecer à legislação.

Contudo, não há muita preocupação, pois as respostas que apontam para um abordagem de pelo menos 70%, totalizaram respeitáveis 76,9%.

Legislação e Ética Profissional – Resumo

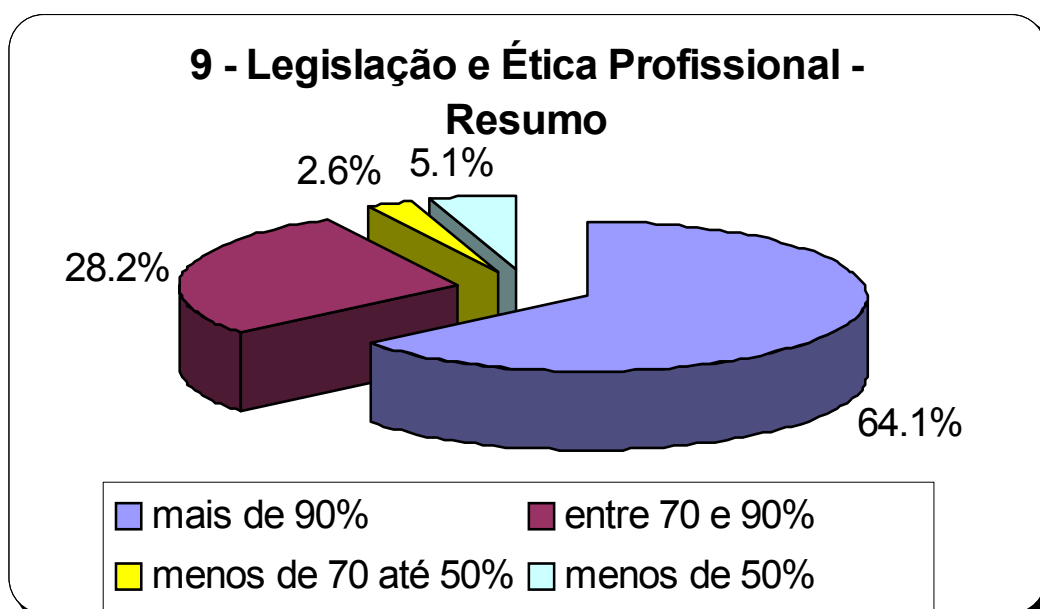


Figura 72: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Legislação e ética profissional.

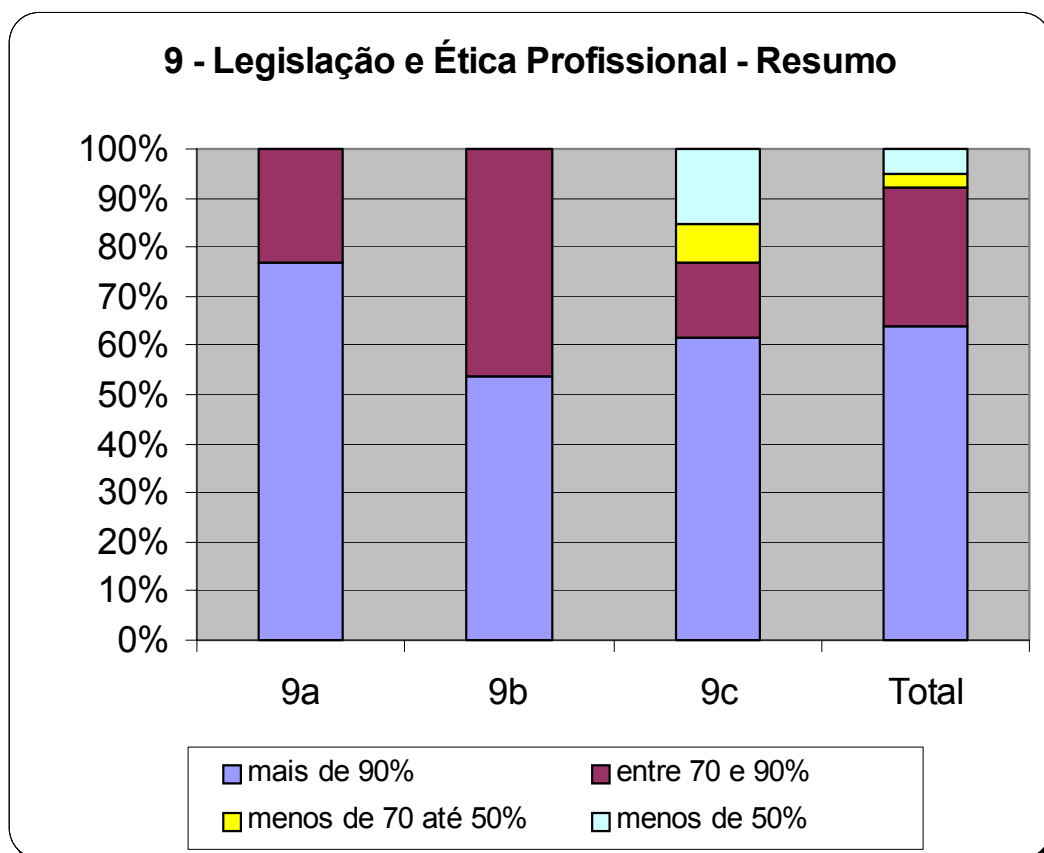


Figura 73: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Legislação e ética profissional.

A preocupação das instituições de Ensino Superior em ministrarem o conteúdo de Legislação e Ética Profissional é amplamente significativo. Esta afirmativa fica amplamente aclarada pela quantidade de respostas que significam uma abordagem de pelo menos 70% do conteúdo, que chegaram a incontestes 92,3%. Saliente-se que compondo este índice estão 64,1% do total que abordam seus conteúdos em “mais de 90%”, o que não deixa dúvidas sobre a importância atribuída a este conteúdo.

**CONTEÚDOS DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E
NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

a) Princípios Fundamentais de Contabilidade

Resolução CFC nº 750/93;

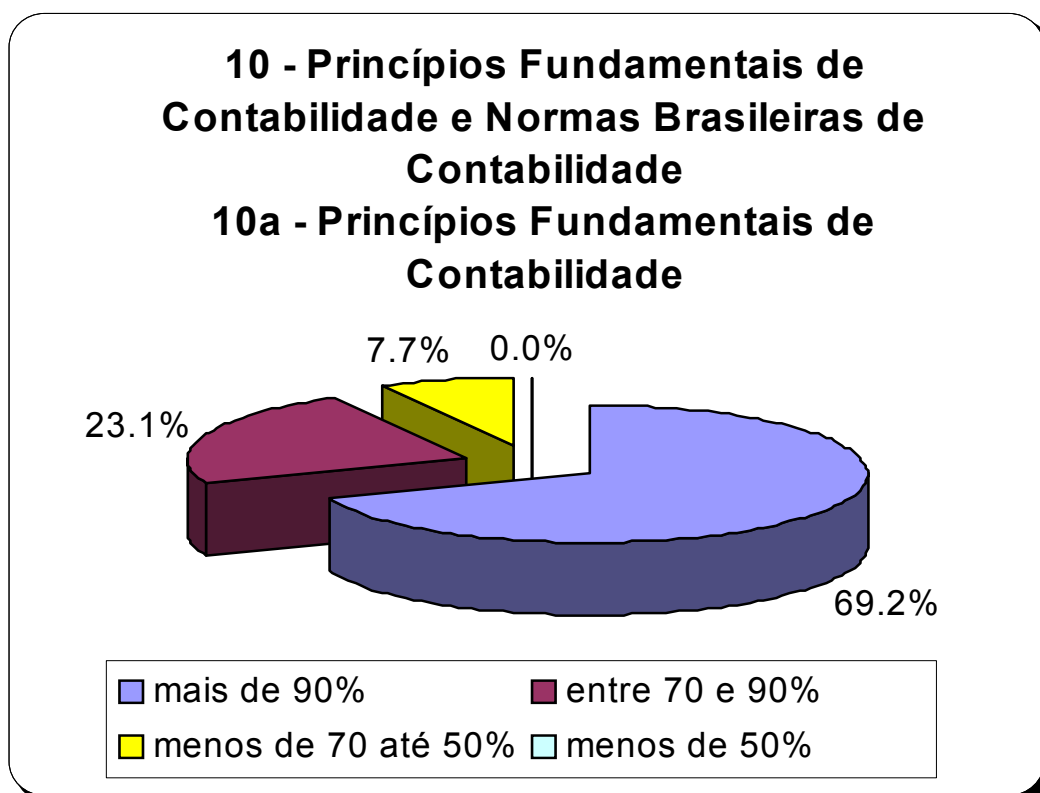


Figura 74: Percentual de respostas apresentados no item 10a – Princípios fundamentais de contabilidade.

10a	
Média	85.38
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.771
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 54: Dados estatísticos do item 10a – Princípios fundamentais de contabilidade.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade merecem, por parte das instituições de Ensino Superior, ampla preocupação em sua abordagem. Isto fica claramente observado pelas respostas ofertadas ao presente item, pois vemos, 69,2% das respostas apontam para uma abordagem de “mais de 90% e 23,1% das respostas ofertadas apontam para uma abordagem “entre 70 e 90%”, ou seja, resumidamente, 92,3% das IES abordam este conteúdo em pelo menos 70%.

b) Apêndice aos Princípios Fundamentais da Contabilidade

Resolução CFC nº 774/94; e

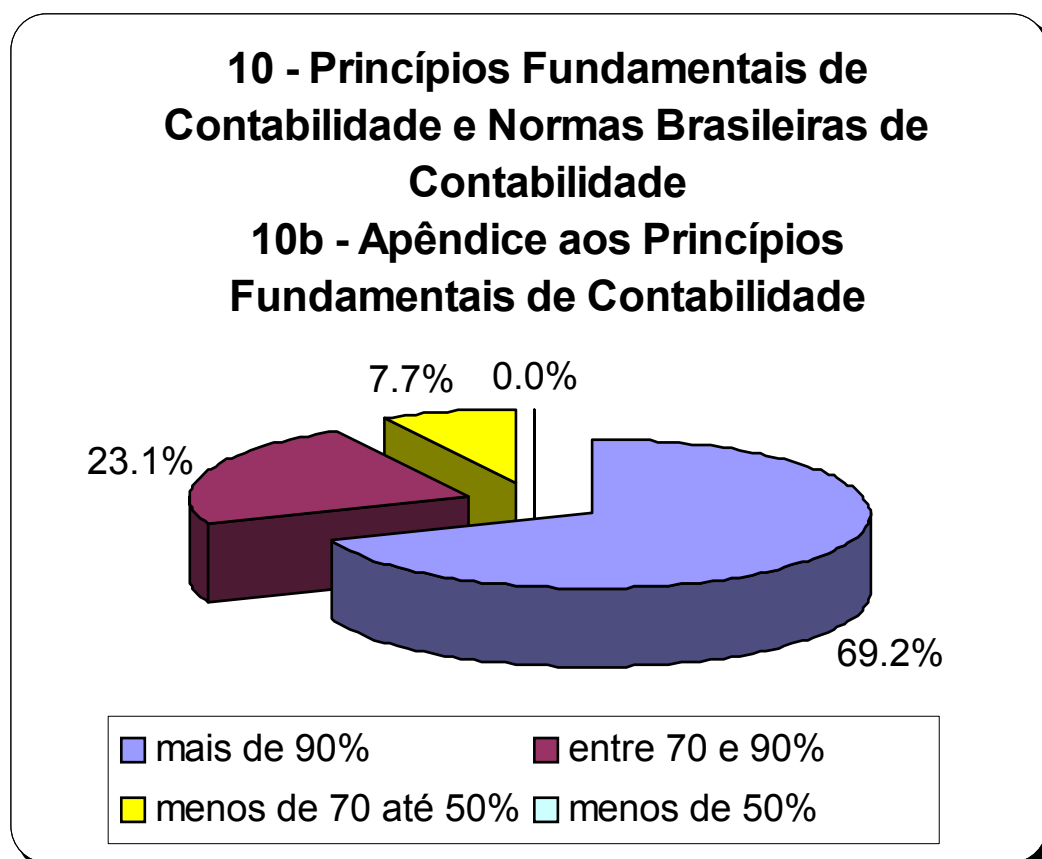


Figura 75: Percentual de respostas apresentados no item 10b – Apêndice aos princípios fundamentais de contabilidade.

<i>10b</i>	
Média	85.38
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	8.771
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 55: Dados estatísticos do item 10b – Apêndice aos princípios fundamentais de contabilidade.

As respostas apresentadas no presente item representam exatamente o mesmo número de respostas, para cada alternativa, do item anterior. Essa ocorrência, a nosso ver, consubstancia-se pelo fato de seus conteúdos abrangerem aspectos intimamente relacionados, seqüências e dependentes, visto que o item anterior trata dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e este trata do Apêndice aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, sendo, portanto, amplamente congruentes e complementares.

c) Normas Brasileiras de Contabilidade

Resoluções pertinentes do CFC. Estrutura – O sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade. As Normas Técnicas, as Profissionais e suas respectivas Interpretações Técnicas.

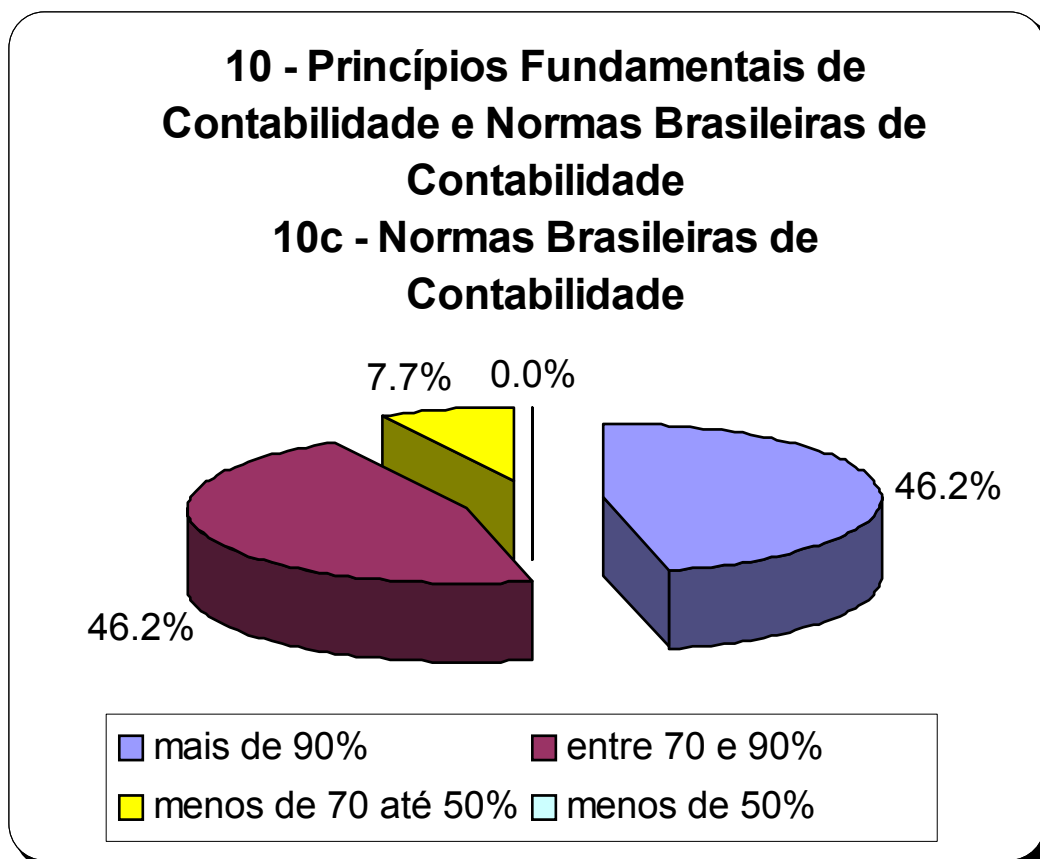


Figura 76: Percentual de respostas apresentados no item 10c – Normas brasileiras de contabilidade.

10c	
Média	83.08
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	8.549
Intervalo	30
Mínimo	60
Máximo	90

Quadro 56: Dados estatísticos do item 10c – Normas brasileiras de contabilidade.

Este item apresenta o mesmo número de respostas para a alternativa “mais de 90%” e para a alternativa “entre 70 e 90%”, ambas como o índice de 46,2%, o que resulta em 92,3% de respostas com abordagem de pelo menos 70%.

Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade
– Resumo

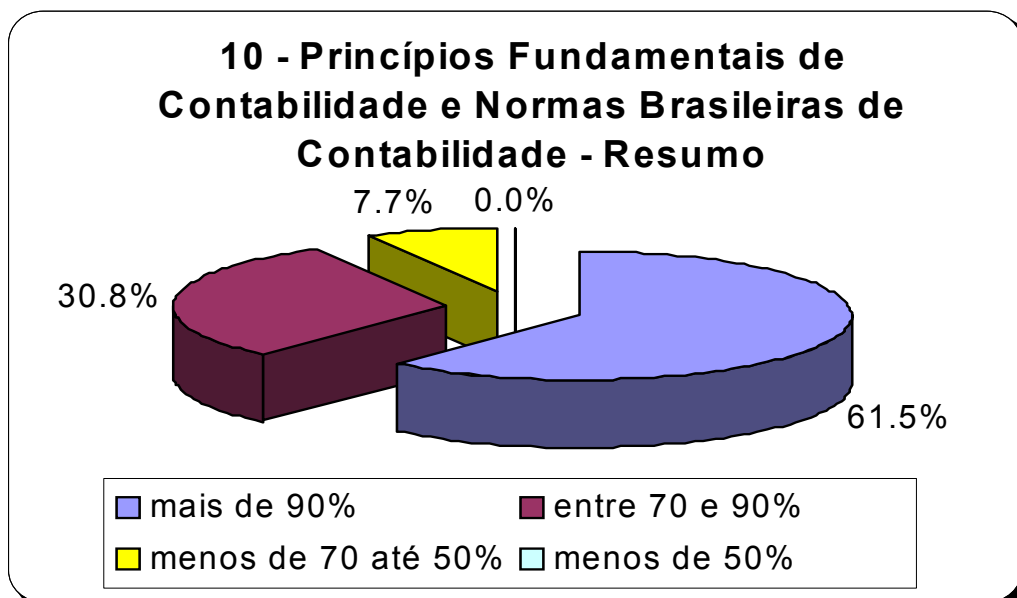


Figura 77: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

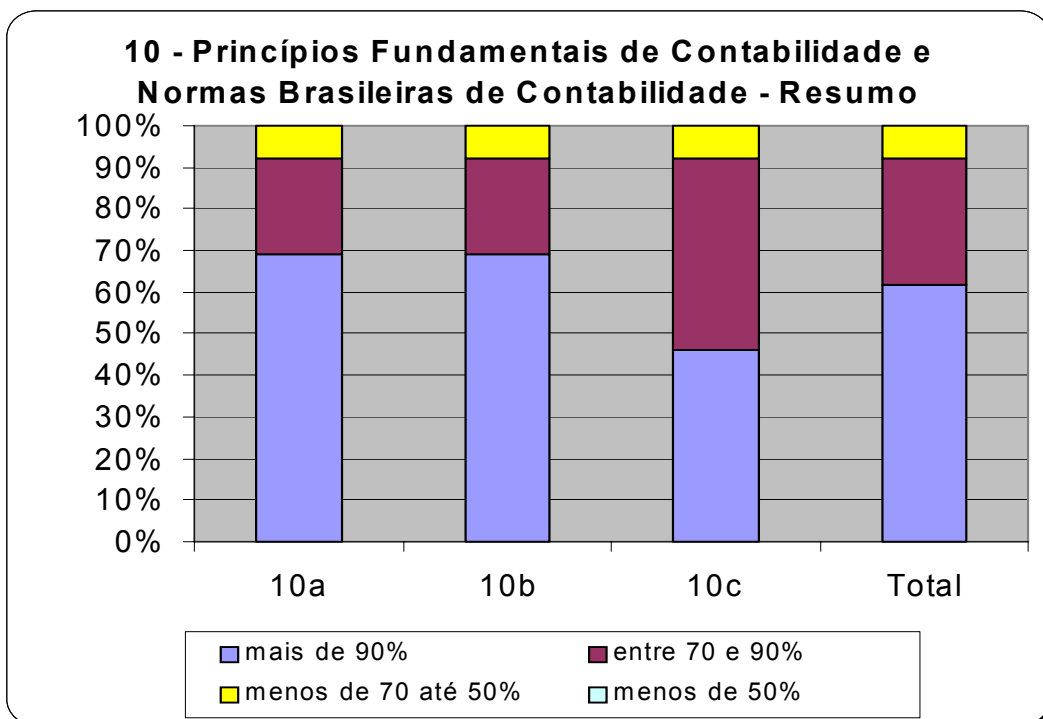


Figura 78: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade.

Para representar claramente a importância dada pelas Instituições de Ensino Superior ao presente conteúdo, destacamos três dados relativos às respostas obtidas. Primeiro dado importante é de que, em nenhum dos itens deste conteúdo houve resposta apontando para abordagem em “menos de 50%”. Tal fato só havia ocorrido com os conteúdos de 2 – Contabilidade de Custos e 6 – Perícia Contábil. Segundo é o alto índice de respostas “acima de 90%” que chegou a 61,5%. E, finalmente, o terceiro dado diz respeito ao total de respostas que apontam para uma abordagem de pelo menos 70% do conteúdo, que representam inquestionáveis 92,3% do total as respostas apresentadas.

CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO PAÍS.

a) Cidadania

Conceitos fundamentais; direitos e deveres do cidadão; cidadania tutelada e emancipada;

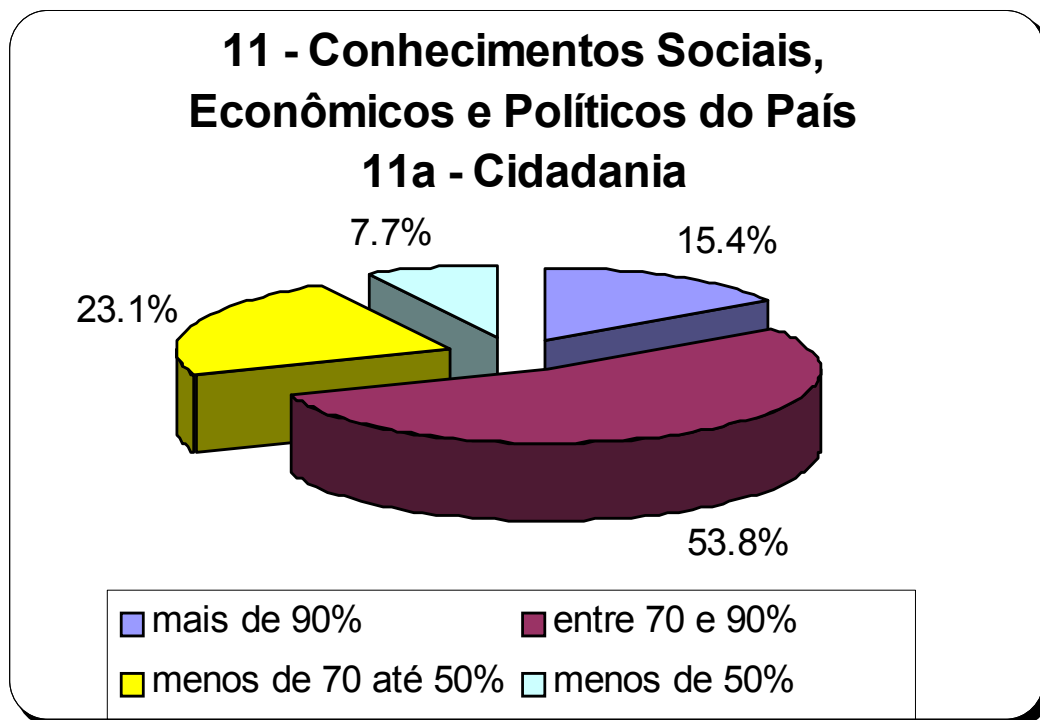


Figura 79: Percentual de respostas apresentados no item 11a – Cidadania.

<i>11a</i>	
Média	73.85
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.46
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 57: Dados estatísticos do item 11a – Cidadania.

Dentre os itens de Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País, este foi que apresentou o maior número de respostas “entre 70 e 90%”, atingindo o significativo índice de 53,8%. Ao considerarmos o total de respostas com pelo menos 70% de abordagem, chegamos ao montante de 69,2% do total das

respostas apresentadas, o que revela a significativa importância do item Cidadania na grade dos cursos de Ciências Contábeis.

b) Regime político brasileiro e democracia

Conceitos, pressupostos, princípios e valores da democracia. Direitos humanos e políticos; composição do Estado Brasileiro.

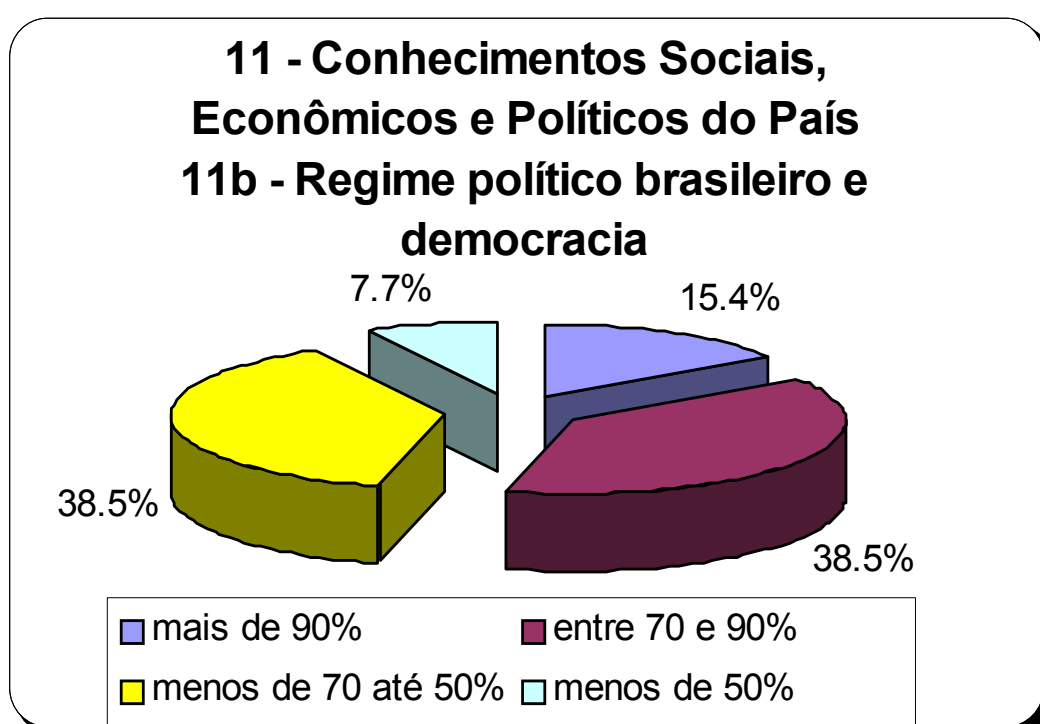


Figura 80: Percentual de respostas apresentados no item 11b – Regime político brasileiro e democracia.

<i>11b</i>	
Média	70.77
Mediana	80
Moda	80
Desvio padrão	14.98
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 58: Dados estatísticos do item 11b – Regime político brasileiro e democracia.

Este item apresenta o mesmo número de respostas para a alternativa “entre 70 e 90%” e para a alternativa “menos de 70 até 50%”, ambas como o índice de 38,5%. As respostas “mais de 90%” somaram 15,4% do total. Também consolidando a preocupação das IES com os conteúdos que abordam Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País, as respostas que apontam para uma abordagem de pelo menos 50% atingem o montante 92,3% de respostas.

c) As Classes e os Direitos Sociais

As relações entre as doutrinas políticas e as instituições. Direitos do consumidor; e

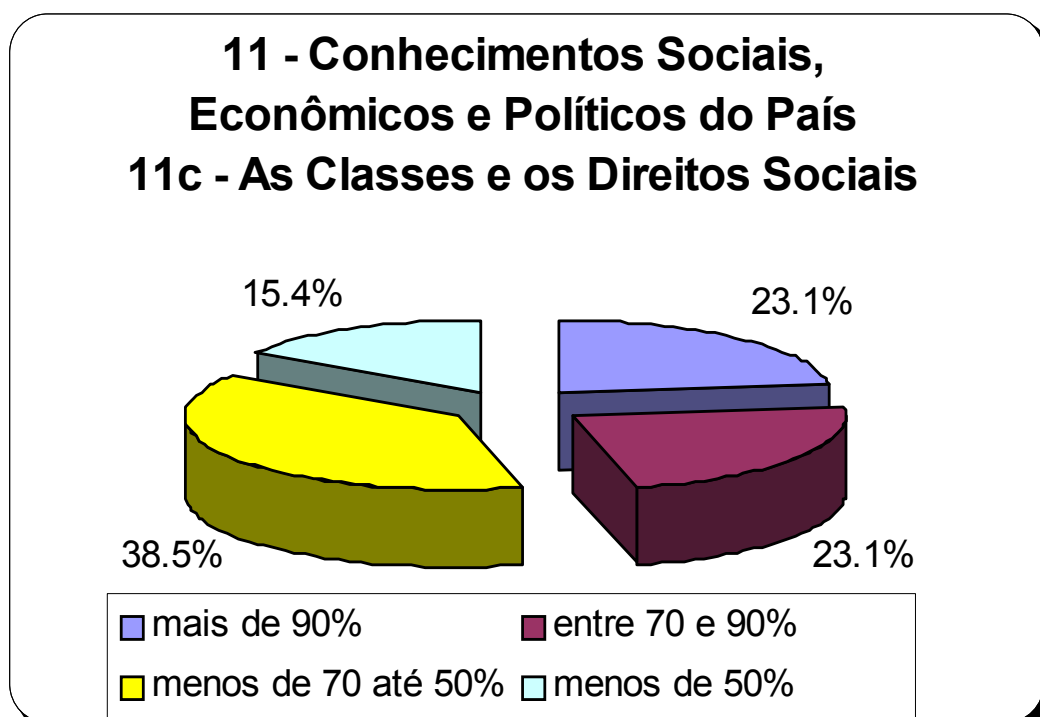


Figura 81: Percentual de respostas apresentados no item 11c – As classes e os direitos sociais.

11c	
Média	68.46
Mediana	60
Moda	60
Desvio padrão	17.72
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 59: Dados estatísticos do item 11c – As classes e os direitos sociais.

As respostas ofertadas para a alternativa “menos de 50%” atingiram seu mais índice neste item, alcançando 15,4% do total. Não que este resultado exprima uma tendência, longe disto, mas que algumas Instituições de Ensino Superior entendem não haver necessidade de se abordar significativamente conteúdos relativos as Classes e os Direitos Sociais. O total de respostas que apontam para uma abordagem de pelos menos 70% do conteúdo indicam um resultado de 46,2%, que não é dos mais expressivos, indicando realmente um interesse menor das IES no conteúdo deste item.

d) Economia Brasileira

Produto Interno Bruto, política cambial, mercado interno e mercado externo, balanço de pagamentos e balança comercial, déficit público, política fiscal e tributária.

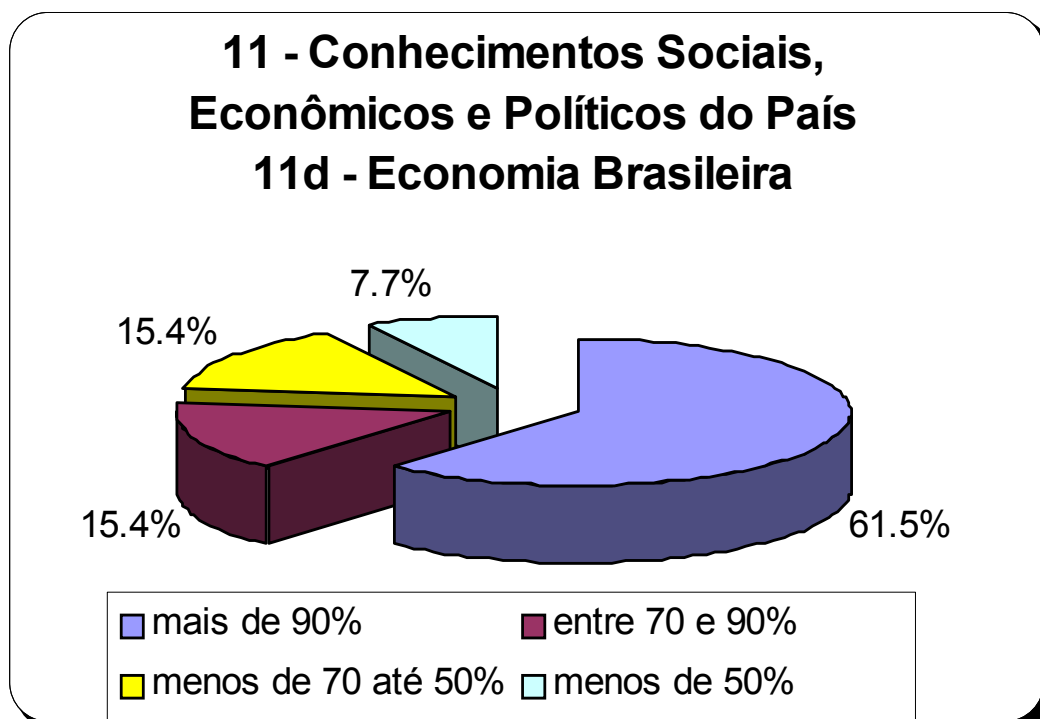


Figura 82: Percentual de respostas apresentados no item 11d – Economia brasileira.

<i>11d</i>	
Média	80
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	16.33
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 60: Dados estatísticos do item 11d – Economia brasileira.

Um resultado que chama a atenção para este item é a quantidade de respostas que apontam para uma abordagem de “mais de 90%”, chegando a um índice de 61,5%. A nosso ver é adequada a preocupação das instituições de Ensino Superior em abordar os conteúdos de Economia Brasileira, pois eles em muito contribuem para o engrandecimento cultural e para o aprimoramento profissional do Contador.

Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País – Resumo.

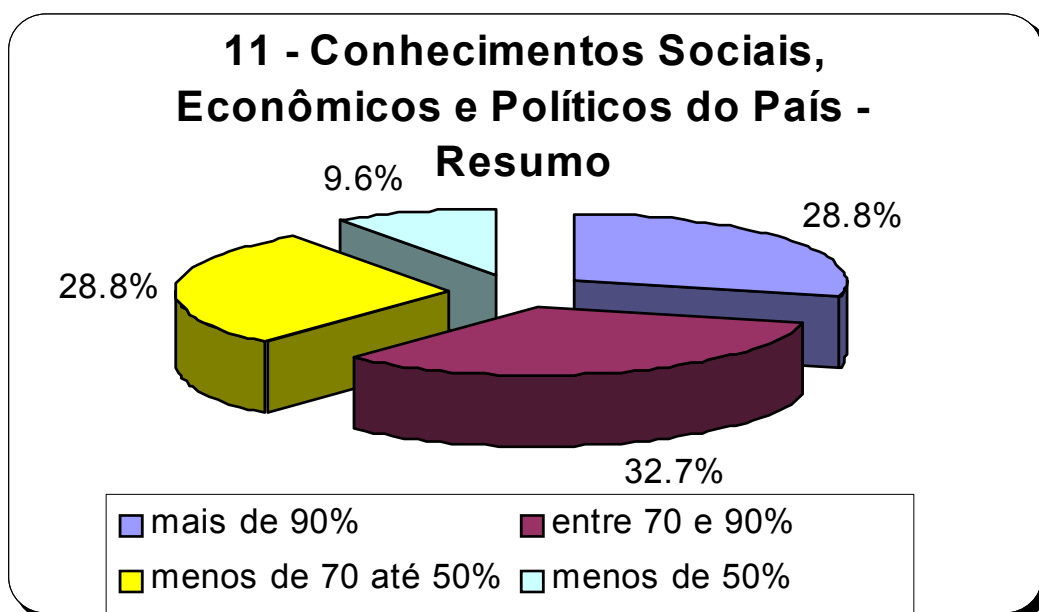


Figura 83: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do país.

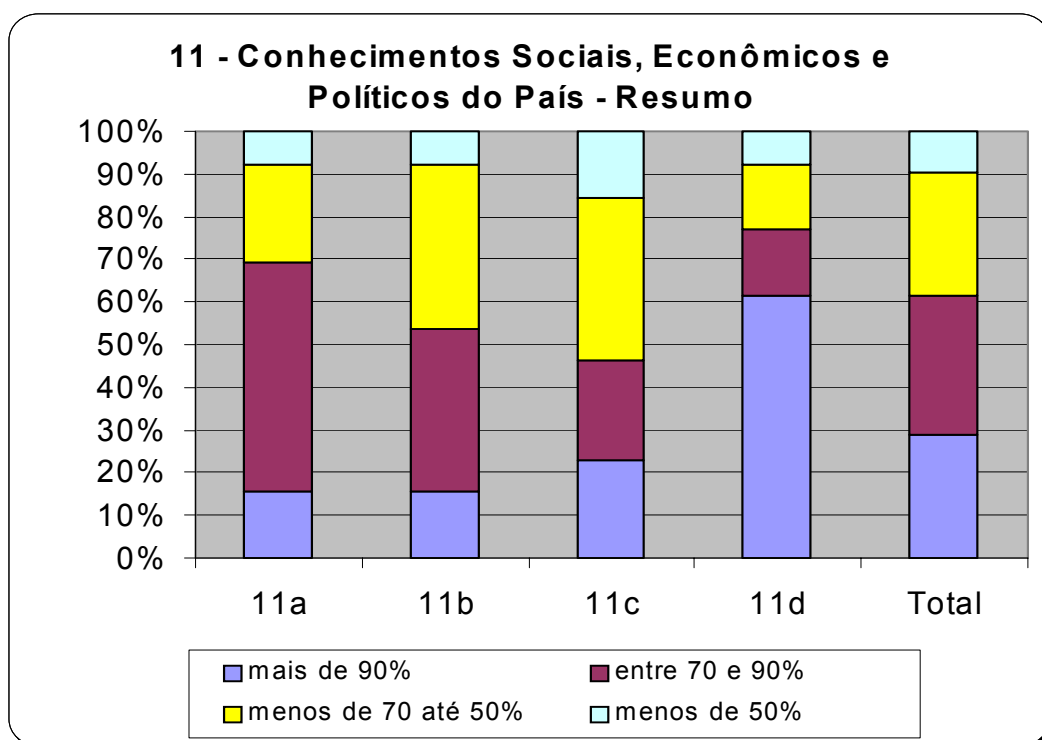


Figura 84: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do país.

Os dados relativos ao conteúdo de Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País revelam a pouca preocupação das instituições de Ensino Superior em abordar tais temas, em relação aos demais conteúdos do Exame de Suficiência. Isto começa a ficar claro ao constatarmos que este conteúdo foi o que obteve o menor número de respostas “mais de 90%”, ficando com apenas 28,8% do total. Aclara-se de vez esta pouca preocupação das IES quanto a este conteúdo, ao constatarmos que o menor número de respostas que abordam o conteúdo em pelo menos 70% também pertence a este conteúdo, totalizando 61,5%.

A nosso ver as IES estão interpretando que tais conteúdos referem-se ao ampliamiento do nível cultural do indivíduo, estando alheio ao desenvolvimento técnico e, portanto, na sua visão das IES, não estariam no seu campo de obrigação fornecer amplos ensinamentos deste conteúdo.

CONTEÚDOS DE PORTUGUÊS

a) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Fundamental.

Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.

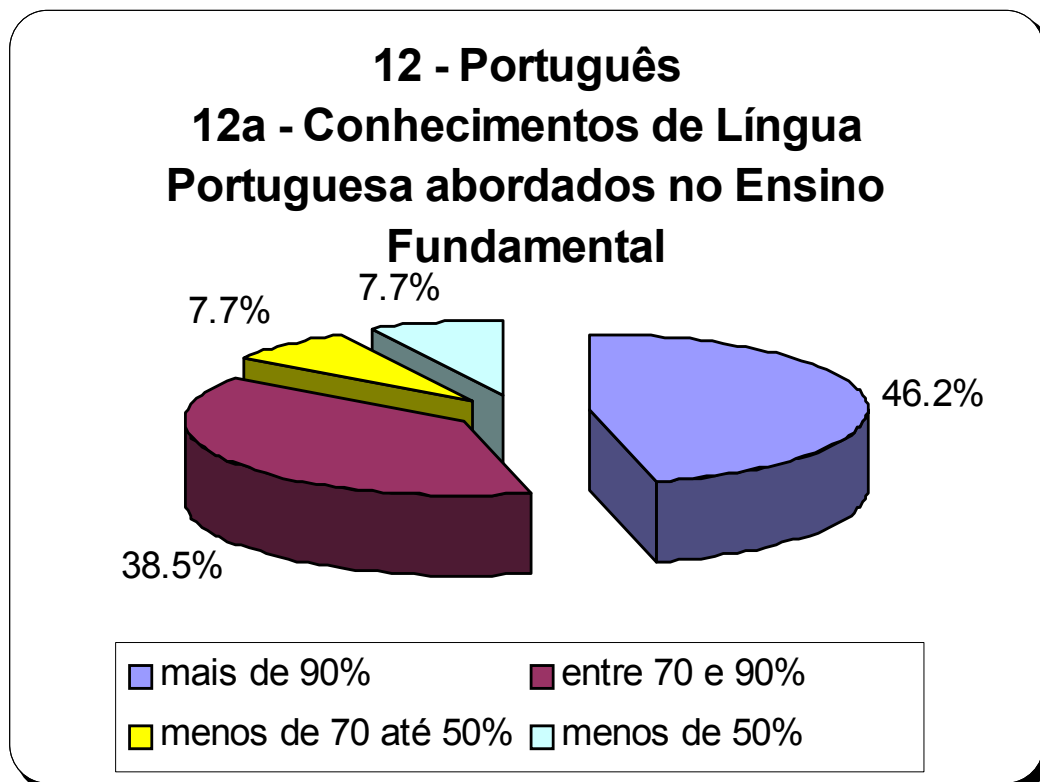


Figura 85: Percentual de respostas apresentados no item 12a – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino fundamental.

<i>12a</i>	
Média	80
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	14.72
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 61: Dados estatísticos do item 12a – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino fundamental.

A ampla maioria das Instituições de Ensino Superior entende que abordam adequadamente os conteúdos deste item, fato constatado observando-se as respostas apresentadas, que apontam para 46,2% de abordagem para a alternativa “mais de 90%” e para 38,5% para a alternativa “entre 70 e 90%”, que,

conjuntamente, indicam que a abordagem em pelo menos 70% do conteúdo atinge o respeitável índice de 84,7%.

b) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio.

Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.

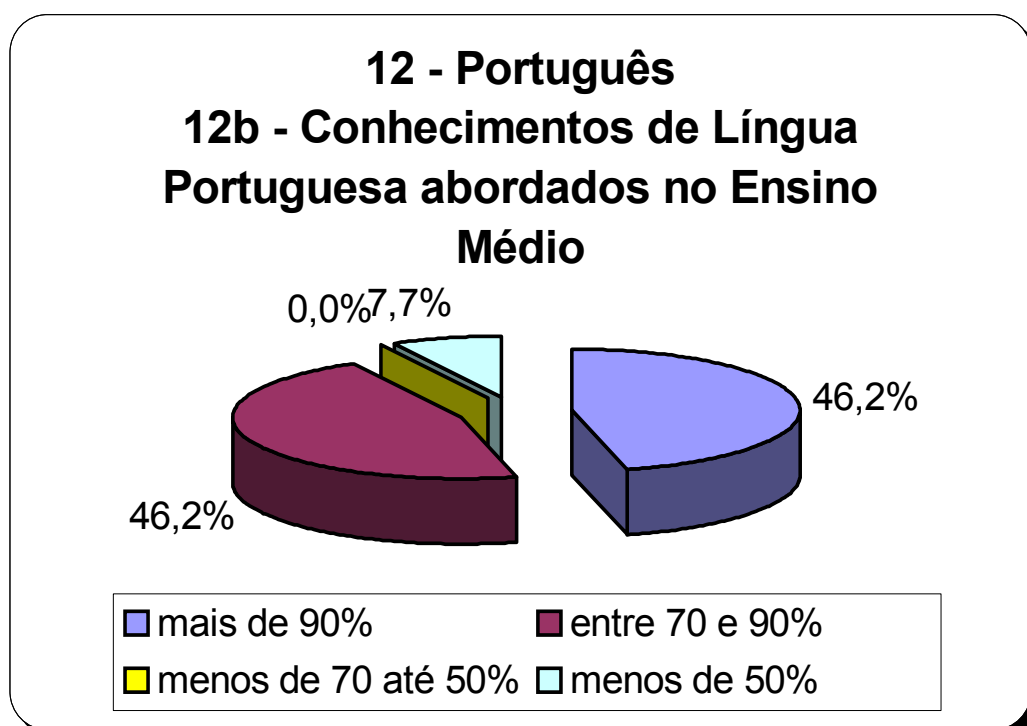


Figura 86: Percentual de respostas apresentados no item 12b – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino médio.

<i>12b</i>	
Média	81.54
Mediana	80
Moda	90
Desvio padrão	13.45
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 62: Dados estatísticos do item 12b – Conhecimentos de Língua portuguesa abordados no ensino médio.

Este item apresenta o mesmo número de respostas para a alternativa “mais de 90%” e para a alternativa “entre 70 e 90%”, ambas como o índice de 46,2%. Também consolidando a preocupação das IES com os conteúdos que contemplam os Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio, as respostas que apontam para uma abordagem de pelo menos 70% atingem o montante 92,3% de respostas.

Português – Resumo

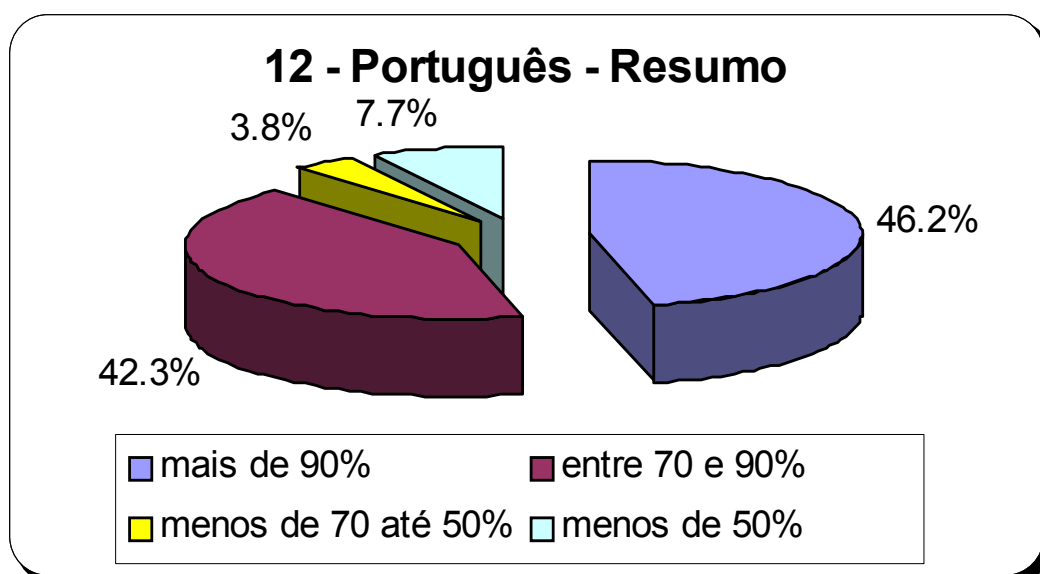


Figura 87: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Português.

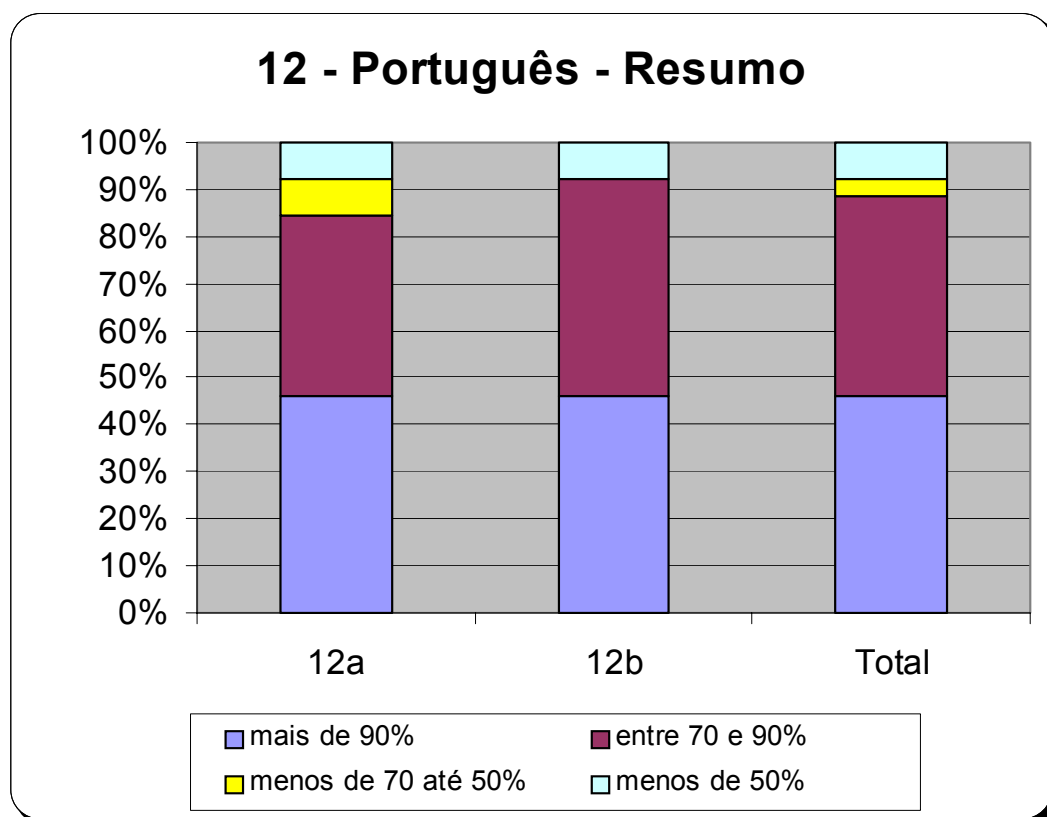


Figura 88: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Português.

Com 88,5% das respostas apontando para uma abordagem de pelo menos 70% dos conteúdos, fica nítido e transparente a preocupação das Instituições de Ensino Superior com a abordagem do presente conteúdo. Um aspecto chamou a atenção foi que uma IES assinalou a alternativa “menos de 50%” nos dois itens deste conteúdo, por entender que tais conteúdos já foram ministrados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e, portanto, não seria de sua responsabilidade. Tal posicionamento merece reparos. Obviamente que os conhecimentos de Língua Portuguesa relativos ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio não são de responsabilidade da IES, mas a pergunta que se faz é se o calouro adquiriu realmente tais conhecimentos nas etapas anteriores de sua educação, pois se não

as adquiriu, dificilmente assimilara os conteúdos técnicos, pois lhe falta o essencial: um entendimento significativo de sua língua nativa.

CONTEÚDOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

a) Juros Simples

Definição, conceito, generalidades. Cálculo do juro. Homogeneidade entre a unidade de tempo, de taxa de juro e do prazo de aplicação. Definições e considerações sobre taxa proporcional, nominal e efetiva. Juro exato. Comercial, pela regra dos bancos. Multiplicador fixo e Divisor fixo. Montante: definição, conceito, generalidades. Desconto comercial ou "por fora". Desconto racional ou "por dentro". Relação entre os descontos comerciais ou "por fora", critérios do desconto racional ou "por dentro".

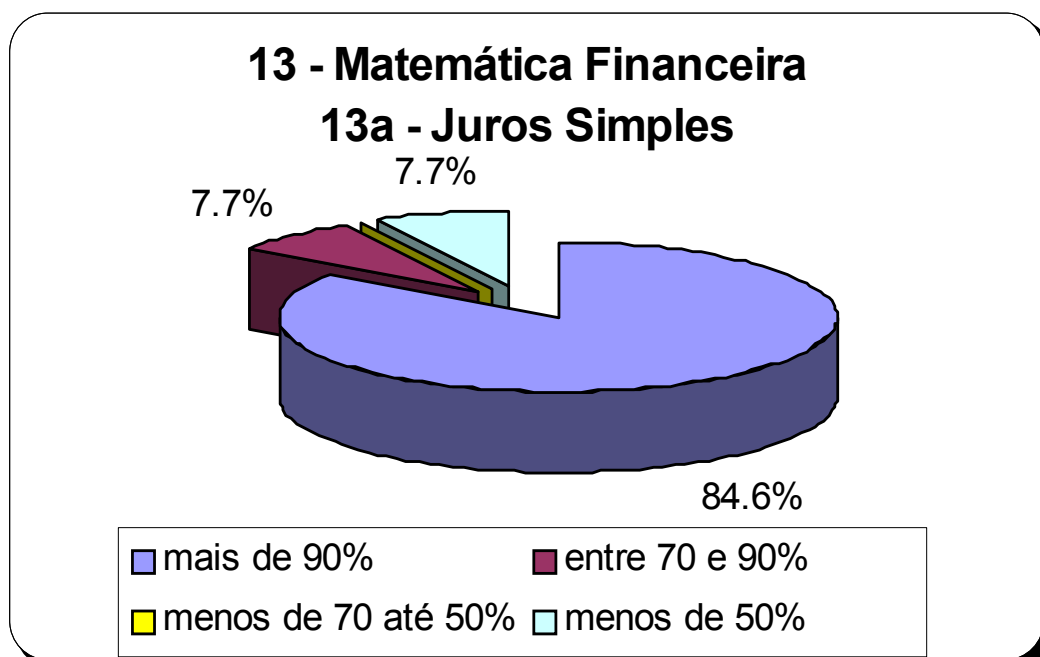


Figura 89: Percentual de respostas apresentados no item 13a – Juros simples.

13a	
Média	85.38
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	13.91
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 63: Dados estatísticos do item 13a – Juros simples.

Juntamente com o item 7b -Os Princípios Fundamentais da Contabilidade, dentre os conteúdos de Teoria da Contabilidade, este item recebeu o maior número de respostas “mais de 90”, atingindo o índice de 84,6%, o que denota a alta preocupação das instituições de Ensino Superior em ministrarem este conteúdo. Destaque-se, ainda, que o total de respostas que apontam para pelo menos 70% de abordagem deste conteúdo apontam para um índice de 92,3%.

b) Juros Compostos

Definição, conceito, generalidades. Cálculo do Montante. Resolução de exercícios empregando Tabela Financeira e/ou Logarítmica. Convenção Linear, Exponencial. Taxas proporcionais, equivalentes, nominal e efetiva. Desconto racional. Equivalência de capitais-critério do desconto racional.

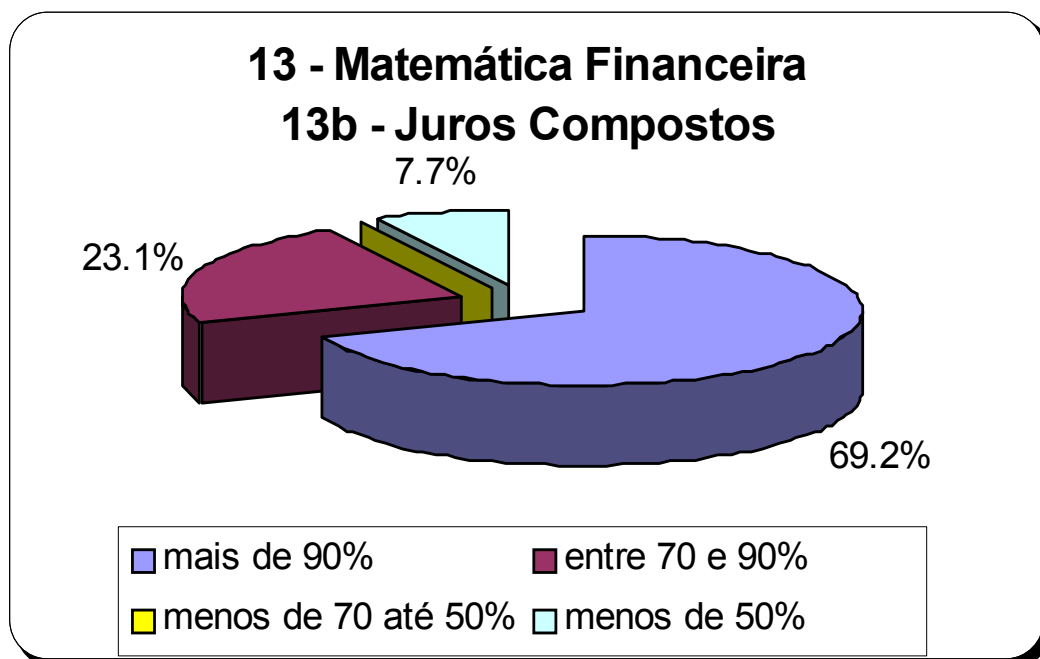


Figura 90: Percentual de respostas apresentados no item 13b – Juros compostos.

<i>13b</i>	
Média	83.85
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	13.87
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 64: Dados estatísticos do item 13b – Juros compostos.

Indicando uma tendência na abordagem dos conteúdos de Matemática Financeira, o presente item, a exemplo do anterior, também atingiu o índice de 92,3% de respostas que apontam para uma abordagem de pelo menos 70% do conteúdo. Só o índice que aponta para “mais de 90%” atingiu significativos 69,2%.

c) Anuidades

Rendas certas ou anuidades. Definições, classificação. Montante e valor atual do modelo básico de anuidade (imediata e postecipada).

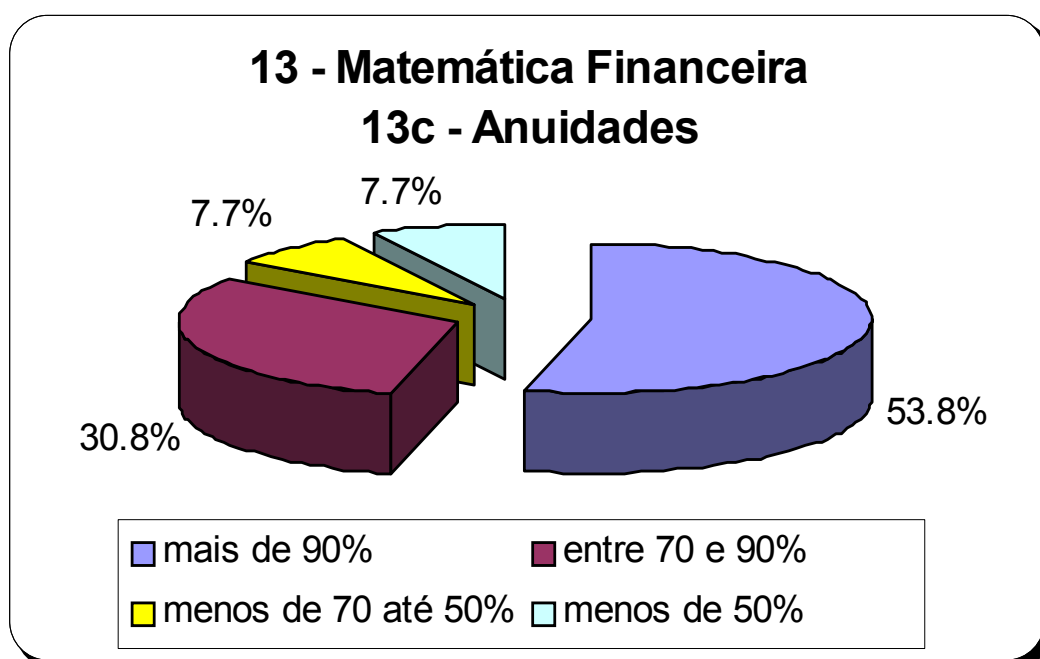


Figura 91: Percentual de respostas apresentados no item 13c – Anuidades.

13c	
Média	80.77
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	14.98
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 65: Dados estatísticos do item 13c – Anuidades.

Dentre os itens de Matemática Financeira este foi o único item que receber respostas para a alternativa “menos de 70 até 50%”, com um índice de 7,7%. Prosseguindo na tendência de importância destes conteúdos, a abordagem de pelo menos 70% dos conteúdos representam 84,6% do total de respostas.

d) Taxas

Nominal, efetiva e equivalente. Montante e valor atual de uma renda postecipada. Montante e valor atual de uma renda antecipada. Montante e valor atual de uma renda diferida.

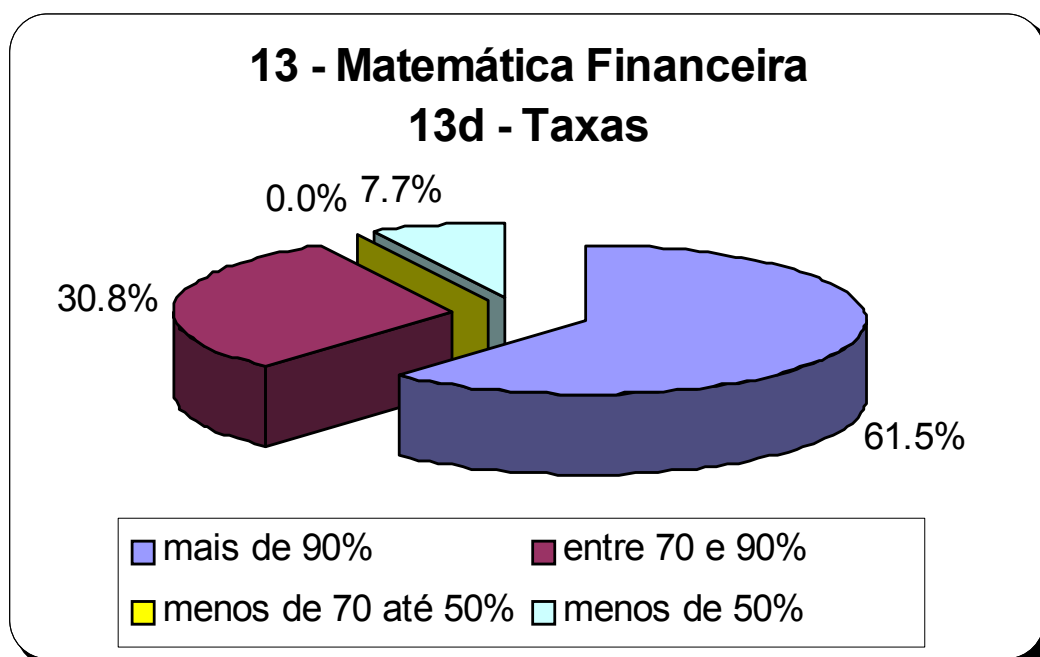


Figura 92: Percentual de respostas apresentados no item 13d – Taxas.

13d	
Média	83.08
Mediana	90
Moda	90
Desvio padrão	13.77
Intervalo	50
Mínimo	40
Máximo	90

Quadro 66: Dados estatísticos do item 13d – Taxas.

A exemplo do que ocorreu nos itens 13a e 13b, o total de respostas que indicam pelo menos 70% de abordagem dos conteúdos deste item atingiu significativos 92,3%, consolidando definitivamente a preocupação da maioria das Instituições de Ensino Superior da cidade de São Paulo que mantêm o curso de Ciências Contábeis em ministrarem conteúdos de Matemática Financeira.

Matemática Financeira – Resumo

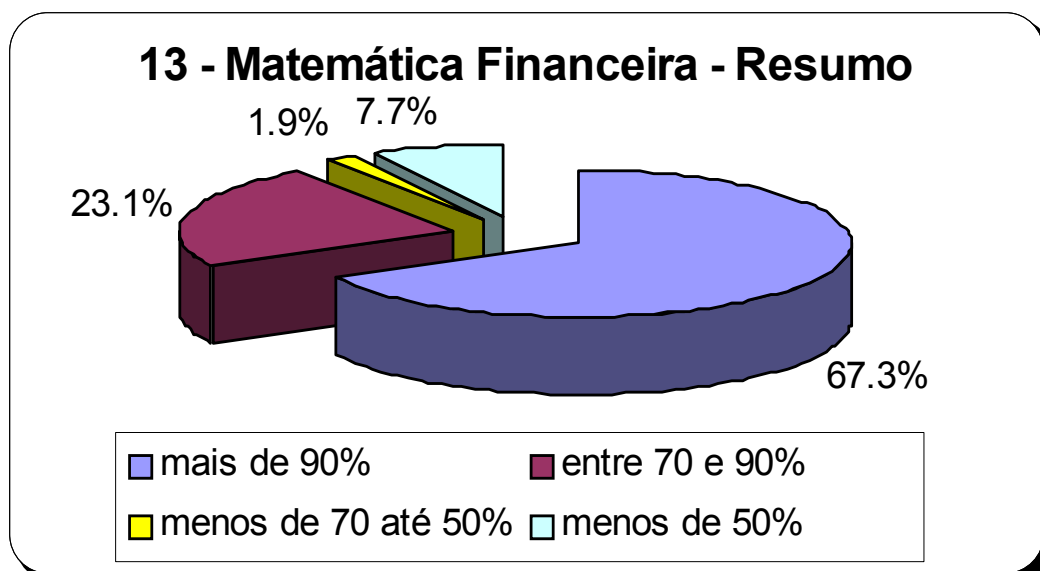


Figura 93: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre o conteúdo programático de Matemática Financeira.

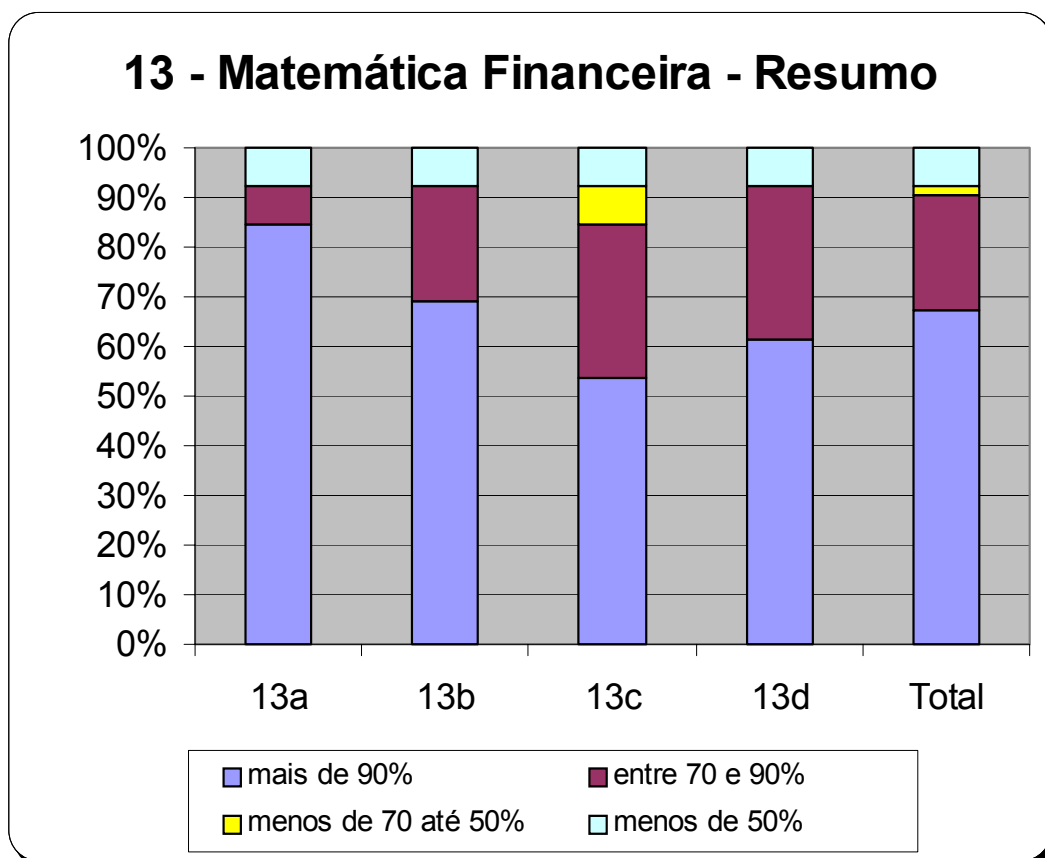


Figura 94: Comparativo dos percentuais de respostas apresentados em cada item do conteúdo programático de Matemática financeira.

A Matemática Financeira, pelas respostas apresentadas, vem merecendo ampla atenção das Instituições de Ensino Superior. As respostas “mais de 90%” atingiram o expressivo índice de 67,3% e as respostas “entre 70 e 90%” resultaram em 23,1% do total. Ao considerarmos o total de respostas que apontam para uma abordagem de pelo menos 70% do conteúdo, chegamos a incontestes 90,4%.

A exemplo do que ocorreu com os conteúdos de Língua Portuguesa, um aspecto chamou a atenção foi que uma IES assinalou a alternativa “menos de 50%” em todos os itens deste conteúdo, por entender que tais conteúdos são de

obrigatoriedade do Ensino Médio e, portanto, não seria de sua responsabilidade. Tal posicionamento parece-nos um tanto extremista, pois parte de um pressuposto perigoso, que pode comprometer o bom andamento do aluno durante o curso.

Resumo Geral

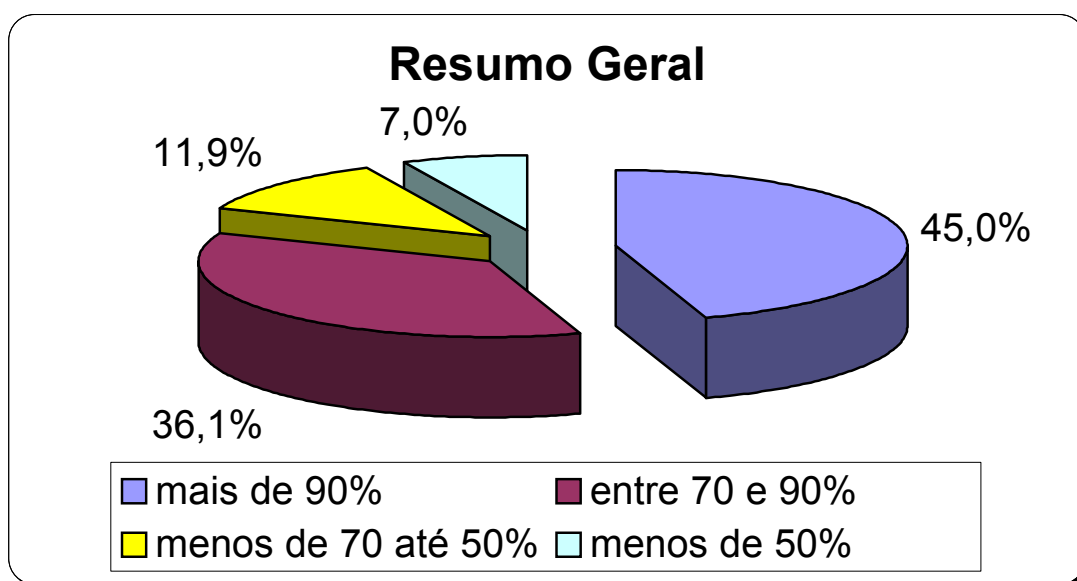


Figura 95: Resumo dos percentuais de respostas apresentados sobre todo o conteúdo programático do Exame de Suficiência.

Computadas todas as respostas apresentadas, chegou-se aos números finais, que demonstram, de forma globalizada e resumida, o grau de aderência do conteúdo programático dos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior da cidade de São Paulo, segundo a opinião das próprias IES.

Constata-se que 45,0% consideram que abordam os conteúdos em “mais de 90%”, índice dos mais significativos. Também se verificou que 36,1% consideram que abordam os conteúdos “entre 70 e 90%”. Somadas as duas respostas constatamos que 81,1% consideram que abordam os conteúdos do Exame de

Suficiência em pelo menos 70%, índice altamente expressivo que, a nosso ver, reflete a congruência dos conteúdos das IES com o do Exame de Suficiência.

Outro aspecto importante é de que apenas e tão somente 7,0% das respostas apontam para uma abordagem de “menos de 50%”, o que revela que 93,0% das respostas assinalam que a abordagem é de pelo menos de 50%.

Conclusão

Ao longo do tempo os profissionais da contabilidade travaram muitas discussões sobre os três principais pontos que alicerçam a profissão contábil: a formação acadêmica, os órgãos de registro e fiscalização e o mercado de trabalho.

Um dos pontos que mais acaloravam as discussões era o questionamento se a formação ofertada pelos cursos de Ciências Contábeis atendia aos anseios do mercado quanto às habilidades e conhecimentos exigidos do profissional da contabilidade. Outra dúvida era se os órgãos de registro e fiscalização deveriam e poderiam interferir neste processo, pois poderia este órgão interferir no processo de ensino?

A partir de determinado momento, os órgãos de registro e fiscalização deixaram de ficar alheios a este processo e passaram simplesmente a não aceitar a formação ofertada pelas IES como único elemento necessário para a obtenção do registro profissional.

Criou-se o Exame de Suficiência, cuja aprovação tornou-se o segundo elemento necessário para a obtenção do registro profissional. Uma das premissas deste exame é de que ele contemplaria todos os conteúdos necessários para a formação de um profissional que venha a atender satisfatoriamente as necessidades do mercado de trabalho. Tal premissa não foi questionada neste trabalho e sim aceita como verdadeira.

O Exame de Suficiência para os bacharéis de Ciências Contábeis contemplou treze áreas de conhecimento: contabilidade geral; contabilidade de custos; contabilidade pública; contabilidade gerencial; auditoria contábil; perícia contábil; teoria da contabilidade; noções de direito público e privado; legislação e ética profissional; princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade; conhecimentos sociais, econômicos e políticos do país; português e matemática financeira.

O objetivo do presente trabalho foi o de verificar se as Instituições de Ensino Superior que mantêm curso de Ciências Contábeis no município de São Paulo tem em sua grade curricular os conteúdos necessários para atender a todo o conteúdo programático do Exame de Suficiência.

Através das respostas apresentadas, conforme amplamente demonstrado no capítulo anterior, pode-se verificar, para cada área de conhecimento prevista na grade curricular do Exame de Suficiência, o grau de aderência dos conteúdos curriculares das Instituições de Ensino Superior.

Para os tópicos de Contabilidade Geral restou transparente a preocupação das Instituições de Ensino Superior com a contemplação de seus conteúdos por ser considerada a parte introdutória da contabilidade.

Avançando no conteúdo programático do Exame de Suficiência, o tópico de Contabilidade de Custos é o mais abordado pelas IES, refletindo ainda a alta concentração industrial da grande São Paulo, embora as indústrias venham perdendo espaço para as áreas do comércio e de serviços. Podemos afirmar que, dentre os conteúdos do Exame de Suficiência, a Contabilidade de Custos é aquele

que mais recebe atenção das IES. Depreende-se que, apesar de haver nos últimos anos uma desaceleração da atividade industrial no município de São Paulo, ela ainda é muito representativa na formação do Contador, podendo significar que o mercado neste segmento ainda é grande, isto talvez em função de que o município de São Paulo tem municípios vizinhos com alta concentração de empresas com atividade industrial, tais como Guarulhos, Osasco, Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), etc.

Na seqüência dos conteúdos do Exame de Suficiência nos deparamos com o item de Contabilidade Pública, cujos resultados apresentados nos remetem a pressupor uma situação diferente daquela apresentada no item anterior de Contabilidade de Custos, por parece-nos que os cursos de Ciências Contábeis ministrados pelas Instituições de Ensino Superior localizadas no município de São Paulo não priorizam o ensino da Contabilidade Pública, nos deixando a indagação de que, talvez, esta não seja uma atividade que ofereça muitas possibilidades empregatícias e de atuação profissional.

O município de São Paulo é conhecido nacionalmente pela atividade predominantemente de iniciativa privada. Aqui se encontram instaladas grandes corporações, nacionais e internacionais, quer da área fabril, financeira, comercial ou de serviços, e, por isso, é possível presumir que as possibilidades de atuação no mercado privado sejam em número maior que a possível atuação em algum segmento público. Não se discute aqui se o ingresso no setor público é uma melhor opção de carreira do que o ingresso no setor privado, ou vice-versa, mas sim que, aparentemente, há uma oferta menor de possibilidades no setor público

do que no privado. Neste prisma, deixamos uma sugestão para futuras pesquisas sobre o presente tema, no que tange às diferenças de possibilidades empregatícias no setor público, entre a cidade de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, visto que esta última já foi capital da República e, como fruto desta época, tem instalado em seu perímetro diversos órgãos e empresas públicas, ou com Brasília, atual capital federal. Cremos que uma pesquisa nestas cidades sobre o item Contabilidade Pública do Exame de Suficiência, apresentaria resultado significativamente diferente do apresentado pelo município de São Paulo.

Sob um outro prisma, temos a opinião de que deveria haver um interesse maior das IES do município de São Paulo em se ministrar com ampla abordagem todos os aspectos da Contabilidade Pública, pois é aqui que são gerados os maiores recursos para a Gestão Pública. Como isso não ocorre, estamos diante de um fato no mínimo pitoresco: quem mais paga, não se interessa tanto em saber como estes recursos são utilizados.

Na seqüência da grade curricular do Exame de Suficiência nos deparamos com os conteúdos de Contabilidade Gerencial, cujo interesse significativo das IES em abordar tais conteúdos vêm refletir a mudança pelo qual vem passando o perfil do Contador, tornando-se, cada vez mais, e sendo visto como membro importante na estrutura organizacional das empresas, deixando para trás a visão da “obrigatoriedade” de se ter um Contador e passando a ter a visão da “necessidade” de se ter um Contador.

As informações de cunho gerencial têm ganhado espaço significativo e importante nas organizações, sendo elemento indispensável para a hora das decisões. Esta concepção das organizações ficou refletida nos resultados do presente trabalho, pois as IES incorporaram em seus conteúdos os tópicos de Contabilidade Gerencial, portanto, procurando atender a uma mudança do perfil do profissional da contabilidade, que passou a ser exigida pelo mercado.

Ressalte-se, ademais, que esta mudança do perfil do Contador encontra-se amplamente delineada dentro da Proposta de Diretrizes Curriculares, também refletindo a mudança já identificada dentro das organizações empresariais.

Prosseguindo, o tópico seguinte é o de Auditoria. É uma área de atuação profissional que vem passando por uma certa turbulência. Também é uma área que vem com um crescimento significativo de possibilidades de atuação.

A turbulência é reflexo de traumas sofridos por esta área, com relação a escândalos financeiros e econômicos, tal como, por exemplo, o ocorrido no caso do Banco Nacional S.A. e a empresa de Auditoria KPMG, no âmbito nacional, ou como o ocorrido com a empresa norte-americana de energia Enron, que era auditada pela Artur Andersen. Em ambos os casos, as investigações em andamento apontam para a possibilidade de cumplicidade das empresas de auditoria nas fraudes. Para lançar mais desconfiança nas empresas de auditoria, no momento em que estamos redigindo este texto surgem notícias de mais dois escândalos em empresas norte-americanas, a WorldCom e a Xerox, cujas primeiras notícias indicam que também havia a cumplicidade das empresas de auditoria.

O crescimento das possibilidades de atuação em auditoria é reflexo do crescimento dos mercados e das organizações. As empresas estão deixando de ser regionais e estão se tornando mundiais. Neste processo a Auditoria cumpre papel de destaque, pois atesta a veracidade das informações contábeis ofertadas ao mercado, opinando de maneira independente. Este fator, em nossa visão, é o que teria motivado as IES a contemplarem com maior intensidade os conteúdos de Auditoria Contábil.

Neste contexto de turbulências e ampliação de mercado ficamos com uma indagação para que futuros pesquisadores nos esclareçam: as IES irão procurar ampliar sua abordagem de Auditoria Contábil, como forma de atender as exigências do mercado e melhorar a credibilidade do Auditor? Ainda não temos a resposta, mas acreditamos que este seja o caminho, abordar mais ainda a Auditoria dentro da grade curricular, como forma de poder atender a demanda do mercado, por mais profissionais, mas, sobretudo, profissionais dignos e de qualidade.

Continuando pelos conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, a seguir temos a área de Perícia Contábil. É uma área de atuação que está, normalmente, associada à área do Poder Judiciário, embora não exclusivamente, pois é comum serem requisitadas perícias em processos judiciais, como elemento importante para a elucidação das questões advindas dos processos. O Perito Judicial funciona como uma extensão do Judiciário, sendo visto como “os olhos do Juiz” fora do tribunal.

Embora de importância fundamental, a atuação pericial ainda tem um campo restrito de atuação, pois o mercado ainda é pequeno em comparação a outras áreas de atuação do Contador. Contudo, em que pese este fator, devido ao alto grau de conhecimento e a importância de tal profissional, as IES têm procurado abordar amplamente esta área de conhecimento.

A nosso ver, acreditamos que os mesmos fatores que vêm impulsionando a área de Auditoria Contábil, a globalização dos mercados e o crescimento do tamanho das organizações, também, num segundo momento, impulsionarão a área de Perícia Contábil, quer seja por esclarecimentos e aprofundamentos de análises, quer seja pelo surgimento de litígios e discussões dentro das organizações ou mesmo das organizações com terceiros.

Caminhando pela grade curricular do Exame de Suficiência, chegamos aos conteúdos que entendemos ser a “essência” das Ciências Contábeis, que são os da Teoria da Contabilidade.

Todos os conteúdos contábeis da grade curricular do Exame de Suficiência são permeados pela Teoria da Contabilidade, pois são delineados e orientados por ela, e o desenvolvimento técnico dos demais conteúdos contábeis alicerçam-se nela.

O cerne é a Teoria da Contabilidade e as IES sabem disto, pois a ampla abordagem destes conteúdos remete-nos a ponderar de que estão sendo ministrados os elementos da essência da Ciência Contábil, quais sejam, a história e as doutrinas. Estes conteúdos revelam-nos os aspectos principais e indispensáveis para o bom conhecimento da Ciência Contábil.

Os conteúdos concernentes a Noções de Direito Público e Privado, no nosso entendimento, são de grande importância para a formação do profissional da contabilidade, pois conteúdos como tipos de sociedade, contratos, crimes contra a ordem econômica, tributos, créditos tributários e contratos de trabalho, dentre outros, são, a nosso ver, fundamentais para a sólida formação profissional do contador, que, no exercício de sua profissão, estará diariamente vivendo situações que exigirão tais conhecimentos.

A atuação profissional do Contador, em muitos momentos, requer conhecimentos significativos da área de Direito, por diversos motivos. Um destes motivos é quando o Contador executa trabalhos ligados a área trabalhista, onde têm que atender a uma série de legislações acerca do assunto. Um outro motivo, dentre tantos outros, é o conhecimento necessário da legislação tributária, sem o que a atuação do Contador fica amplamente prejudicada, para não dizer, comprometida. O que comentar então sobre o profissional da contabilidade que atua na Perícia Contábil Judicial.

As IES, visualizando corretamente este quadro, têm realizado uma abordagem significativa dos conteúdos de Noções de Direito Público e Privado, o que entendemos ser o caminho correto, pois tais conhecimentos contribuem significativamente para a boa formação do egresso de Ciências Contábeis.

Em continuidade aos conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, na seqüência estão os relativos a Legislação e Ética Profissional, cujo cerne está no comportamento ético e dentro das normas da profissão, elementos essenciais no processo de credibilidade da profissão.

Entendemos que a aplicação deste conteúdo contribui para evitar problemas como os comentados quando analisamos a área de Auditoria Contábil, pois os traumas que relatamos naquele momento se relacionam diretamente com a falta de ética e o não cumprimento das normas da profissão.

As IES vêm cumprindo seu papel ao abordarem significativamente os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a Ética Profissional, não se esquivando da obrigação de buscar um perfil profissional e eticamente adequado ao Contador.

Os escândalos que surgiram na área de Auditoria Contábil nos deixam grandes indagações, que talvez futuros pesquisadores possam esclarecer: os “profissionais” envolvidos nestes escândalos tiveram uma sólida formação ética? A eventual cumplicidade destes “profissionais” estaria relacionada com a falta ou a insuficiência de aprendizado das normas e legislação da profissão, ou diretamente relacionada com o caráter da pessoa?

Questões como estas, ao longo do tempo, necessitarão de esclarecimentos, ao menos para tentar limpar um pouco a imagem do profissional da contabilidade.

Em continuidade aos conteúdos programáticos do Exame de Suficiência, chegamos ao item de Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País. Neste tópico acreditamos estar inseridos conteúdos de importância destacada na formação profissional. Como já relatamos anteriormente, o processo de globalização está em estágio avançado e acontece de modo irreversível e, dentro deste prisma, tais conhecimentos contribuem amplamente para uma sólida formação profissional, pois o Contador, inserido na sociedade, precisa estar

envolvido nela, estar ciente das mudanças sociais processadas diariamente, acompanhando, passo a passo, o desenvolvimento e as mudanças da economia, bem como o cenário político do país e do mundo.

Todos estes cenários influem no ambiente contábil, inserido que está no mundo dos negócios. Mudanças políticas e econômicas podem, em maior ou menor grau, afetar investimentos, aplicações, produtividade, resultados, etc, tudo refletindo nos negócios e, certamente, na contabilidade. O que dizer então da Contabilidade Gerencial, principalmente no item Avaliação de Empresas, cujos cenários futuros (projetados) afetam diretamente o trabalho do profissional da contabilidade.

Aclara-se, pelo exposto, que as IES, visualizando este quadro, têm se preocupado com a abordagem significativa deste conteúdo, mas, a nosso ver, ainda precisaria ampliar um pouco mais esta abordagem, dada a importância e a influência que tais tópicos têm sobre a atuação profissional do Contador.

A nosso ver, quer nos parecer que as IES estão interpretando que tais conteúdos referem-se ao ampliação do nível cultural do indivíduo, estando alheio ao desenvolvimento técnico e, portanto, dentro desta visão das IES, não estariam no seu campo de obrigação fornecer amplos ensinamentos deste conteúdo.

Com relação aos conteúdos de Português, as IES têm demonstrado uma significativa preocupação com a abordagem do presente conteúdo. Mas, mesmo com a ampla abordagem, temos que ampliar um pouco esta visão. Os conteúdos deste tópico nos remetem aos conhecimentos que são abordados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e, se são abordados nestes estágios da educação do aluno, porque também teriam que ser abordados no ensino

universitário? Seria, talvez, que tais conteúdos têm que estar em constante revisão e aperfeiçoamento?

Não nos parece que seja esta a única resposta. Cremos que grande parte da explicação estaria no fato de que o ensino público oficial tem optado por uma maneira “inusitada” de diminuir os índices de reprovação dos alunos, pois simplesmente criou a sistemática da “promoção automática”, onde não se reprova o aluno durante os estágios do Ensino Fundamental (1^a a 4^a série e de 5^a a 8^a série) e durante o Ensino Médio.

Tal medida, em que pese não ser o cerne do presente trabalho, em muito afeta a formação do futuro profissional da contabilidade, que chega ao ensino universitário sem praticamente ter testado os conhecimentos adquiridos até o Ensino Médio.

Então, acreditamos que a abordagem ampla dada pelas IES a este tópico não seja por vontade, mas por necessidade, pois faltaria ao aluno a base da língua portuguesa, o que afetaria o rendimento de qualquer outra área de estudo.

Chegamos, finalmente, ao último item da grade curricular do Exame de Suficiência, o de conteúdos de Matemática Financeira, item este que tem merecido, em função das respostas apresentadas, ampla atenção da IES.

Os conhecimentos básicos da Matemática Financeira permeiam o campo de atuação do profissional da contabilidade. Atualmente tais conhecimentos estão integrados ao dia-a-dia da profissão, pois os negócios assim o exigem, de tal forma que a ausência ou pouco conhecimento deles podem comprometer significativamente o bom rendimento do Contador.

Em nossa opinião os conteúdos deste item deveriam ser ampliados com os conhecimentos relacionadas à área de Estatística, que também possui excelentes ferramentas que auxiliam nos diagnósticos dos negócios, em todas as áreas contábeis, em especial na Contabilidade Gerencial. Deixamos, portanto, uma indagação aos futuros pesquisadores: conteúdos de Estatística deveriam ser inseridos no Exame de Suficiência?

Examinado-se todos os itens do Exame de Suficiência, e à medida que os resultados foram sendo obtidos, começou-se a vislumbrar qual seria o resultado final, visto que havia uma ampla tendência de que a abordagem dos conteúdos do Exame de Suficiência pelas IES era significativa.

Chegado o resultado final, constatamos que, na opinião dos responsáveis pelos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior localizadas no município de São Paulo, suas grades curriculares estão atendendo ao quanto é exigido no conteúdo programático previsto para o Exame de Suficiência.

Bibliografia

ABRANTES, José Serafim. Desenhando um novo perfil do contabilistas. *Jornal do CFC*, Brasília-DF, 39: 2, jul. 2001.

[ABRANTES, José Serafim] Escolas defasadas. *Fenacon em Serviços*, São Paulo, 62: 14-15, fev. 2001.

[ALCAZAR, José Maria Chapina] O novo contabilista. *Revista do Sescon São Paulo*, São Paulo, 130: 5, set. 1999.

ANDRADE, André Luiz de. A nova face da contabilidade. *Fenacon em Serviços*. São Paulo, 65: 14-15, mai. 2001.

[ANSELMO, Luciana] Novo perfil torna contador profissional do futuro, segundo O Globo. *Fenacon em Serviços*, São Paulo, 49: 15, jan. 2000.

LOPES DE SÁ, Antonio, *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*, São Paulo: Atlas, 1997, 190 pag.

(s.n.) Candidatos no Estado de São Paulo foram mais de 2.000. *Boletim CRC-SP*, São Paulo, 130: 3, set/out. 2000.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira. Uma análise do ensino superior de contabilidade e do mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro. *Revista de Contabilidade do CRC-SP*. São Paulo, 15: 50-61, mar. 2001.

(s.n.) Contabilistas enfrentam primeiro exame de suficiência para exercer profissão. *Revista Fenacon*, São Paulo, 50: 18, fev. 2000.

(s.n.) Diminui índice de aprovação entre os técnicos. *Jornal do CFC*, Brasília-DF, 37: 5, mai. 2001.

(s.n.) Exame de Suficiência tem aprovação judicial. *Boletim CRC-SP*, São Paulo, 133: 5, mar/abr. 2001.

(s.n.) Exame de Suficiência de setembro. *Boletim CRC-SP*, São Paulo, 131: 5, nov/dez. 2000.

MACHADO JÚNIOR, Sérgio Approbato. Tecnologia a serviço da contabilidade. *Revista do Sescon São Paulo*, São Paulo, 132: 3-4, nov. 1999.

MARION, José Carlos, *O Ensino da Contabilidade*, São Paulo: Atlas, 1996, 124 pag.

NASI, Antonio Carlos. As alterações na estrutura da profissão contábil mundial. *Jornal do CFC*, Brasília-DF, 39: 10, jul. 2001.

(s.n.) Número de candidatos bacharéis supera o de técnicos. *Boletim CRC-SP*, São Paulo, 133: 5, mar/abr. 2001.

SANTOS FILHO, Haroldo. Repensando os conselhos de classe. *Fenacon em Serviços*, São Paulo, 70: 12, out. 2001.

SANTOS FILHO, Haroldo. A cara do contador. *Boletim CRC-SP*, São Paulo, 126: 11, out. 1999.

SCHMIDT, Paulo, *História do Pensamento Contábil*, São Paulo: Bookman, 2000, 231 pag.

SEVERINO, Antônio Joaquim, *Metodologia do Trabalho Científico*, 21. ed., São Paulo: Cortez, 2000, 279 pag.

SIMÃO, José Benedito, *Regras de Estudo e do Trabalho Científico*, São Paulo: Loyola, 2000, 72 pag.

(s.n.) Workshop constata impasse no ensino da contabilidade: especialistas são insuficientes. *Boletim CRC-SP*, São Paulo, 126: 5, out. 1999.

Anexo A: Proposta de Diretrizes Curriculares

1.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1.ÁREA: Contabilidade e Atuária

1.2.CURSO: Ciências Contábeis

2.DADOS DA PROPOSTA

2.1.DENOMINAÇÃO DO CURSO: Graduação em Ciências Contábeis

2.2.CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA:

2.2.1.PERFIL DESEJADO DO FORMANDO

Perfil Geral = profissionais dotados de competências e habilidades, que viabilizem aos agentes econômicos o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade (“accountability”).

Perfis Específicos = profissional que exerce com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica.

2.2.2.COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

1)Descrição das principais Competências e Habilidades Gerais:

1.1) ser proficiente:

(a) no uso da linguagem contábil, sob a abordagem da teoria da comunicação (semiótica);

- (b) na visão sistêmica, holística e interdisciplinar da atividade contábil;
- (c) no uso de raciocínio lógico e crítico-analítico para a solução de problemas;
- (d) na elaboração de relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários;
- (e) na articulação, motivação e liderança de equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis;

1.2) ser capaz de:

- (a) desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial;
- (b) exercer com ética as atribuições e prerrogativas, que lhes são prescritas através de legislação específica.

3. CONTEÚDOS CARACTERIZADORES DO CURSO

3.1. CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS DE FORMAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL (50% da carga horária total). Estes conteúdos não representam nomes de disciplinas, mas áreas de conhecimentos:

1. CONTEÚDOS DE ADMINISTRAÇÃO

- Teoria Geral da Administração

- Estratégia Empresarial
- Comportamento Organizacional

2. CONTEÚDOS DE ECONOMIA

- Teoria da Firma (Monopólio, Oligopólio, Concorrência Perfeita, etc.)
- Cenários Econômicos e Economia Internacional
- Economia da Empresas

3. CONTEÚDOS DE DIREITO

- Legislação Social e Trabalhista
- Direito Tributário
- Direito Comercial e Societário

4. CONTEÚDOS DE MÉTODOS QUANTITATIVOS

- Medidas de Tendência Central e de Dispersão
- Análise de Regressão e Correlação
- Análise de Série Temporal
- Cálculo Integral e Diferencial

5. CONTEÚDOS DE TEORIA DA CONTABILIDADE

- História do Pensamento Contábil
- Ativo e Passivo e sua Mensuração
- Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos e suas Mensurações

- Teorias do Patrimônio Líquido
- Princípios Fundamentais de Contabilidade e Harmonização Internacional

6. CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

- Princípios, Normas e Procedimentos de Contabilidade Financeira
- Elaboração e Evidenciação das Demonstrações Contábeis

7. CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

- Contabilidade de Tributos Federais, Estaduais e Municipais
- Planejamento Tributário

8. CONTEÚDOS DE CONTABILIDADE GERENCIAL

- Métodos de Custeio
- Sistemas de Acumulação de Custos
- Análise de Custos
- Descentralização (Preço de Transferência e Centro de Resultado)

9. CONTEÚDOS DE AUDITORIA

- Controles Internos
- Princípios, Normas e Procedimentos de Auditoria
- Planejamento de Auditoria
- Papéis de Trabalho

10. CONTEÚDOS DE CONTROLADORIA

- Sistemas de Informações
- Processo de Planejamento, Execução e Controle
- Avaliação de Desempenho
- Responsabilidade de Prestar Contas da Gestão Perante a Sociedade ("Accountability")

3.2. CONTEÚDOS OPTATIVOS PARA ÊNFASE(S) CURRICULAR(ES) (50% restantes da carga horária total): para o desenvolvimento de competências e habilidades, que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais, as IES terão a liberdade de definir livremente a metade do currículo pleno. A IES que optar por ênfase(s) (por exemplo: auditoria, análise de sistemas contábeis, controladoria, contabilidade pública, contabilidade tributária, contabilidade societária, contabilidade de custos, perícia, arbitragem contábil, contabilidade de organizações não governamentais, contabilidade ambiental, contabilidade internacional, contabilidade e finanças corporativas, etc.) deve completar a metade do currículo pleno levando em consideração tal opção. A IES que não optar por ênfase(s) deve utilizar estes conteúdos optativos para completar a formação plena do contador.

4. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES DE CONHECIMENTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE UMA GRADE CURRICULAR (CURRÍCULO PLENO):

4.1.PECULIARIDADES PARA A CONFIGURAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO: na configuração da grade curricular (currículo pleno) as IES terão a liberdade de considerar as peculiaridades locais e regionais, em função da(s) opção(ões) escolhida(s) como ênfase(s) do curso, que forem consideradas adequadas ao perfil desejado do formando, obedecendo sempre, entretanto, o limite de 50% da carga horária total para os conteúdos obrigatórios de formação básica e profissional e de 50% para os conteúdos da(s) ênfase(s) curricular(es).

4.2.FLEXIBILIDADE PARA A CONFIGURAÇÃO DA GRADE CURRICULAR (CURRÍCULO PLENO): é importante e conveniente que a grade curricular, preservada a articulação necessária entre as diversas áreas de conhecimento, que contribuem para a formação da Ciência Contábil, contemple mecanismos capazes de conferir um grau de flexibilidade, que permita aos estudantes desenvolver vocações, interesses e potenciais específicos individuais, sem perda, entretanto, do foco principal do curso, ou seja, do perfil desejado do formando.

4.3.SUGESTÕES PARA A CONFIGURAÇÃO DE UMA GRADE CURRICULAR (CURRÍCULO PLENO): tendo em vista a possibilidade de cada IES optar por ênfase(s) curricular(es), que julgar mais adequada(s) ao perfil desejado do formando do seu curso, as competências e habilidades próprias desse perfil determinarão a grade curricular que lhe for mais apropriada. Para facilitar a elaboração de uma grade curricular de um curso de graduação em Ciências Contábeis e, apenas a título de sugestão, apresenta-se a seguir, além das

conteúdos obrigatórios, uma relação de conhecimentos: teoria da comunicação (semiótica); sociologia das organizações; sistema de informações; teoria e análise de sistemas; análise de cenários econômico-financeiros; demonstração do valor adicionado; balanço social; mensuração e avaliação patrimonial; contabilidade e prática de constituição, alterações e encerramento de empresas; contabilidade societária; logística e gestão estratégica de custos; estrutura e análise técnica de mercado de capitais; contabilidade inflacionária, juros e câmbio; informação contábil para decisões de créditos; gestão de tecnologias e de processos avançados de produção; planejamento estratégico, tático, operacional e orçamentos; aquisições, fusões, incorporações, cisões, privatizações, formação de grupos, etc.; auditoria interna; arbitragens e perícias contábeis; análise de riscos e de carteiras de investimentos; operações de arrendamento, factoring, hedging, derivativos, securitização, etc.; contabilidade internacional; contabilidade social; contabilidade ambiental; contabilidade, orçamento e auditoria governamental; contabilidade de recursos humanos e outras formas de contabilidade específica; estágios supervisionados, jogos de empresa, trabalhos de conclusão de curso e atividades complementares.

4.4.ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: tendo em vista a eficácia da tipologia de curso de cada IES, seu projeto pedagógico no qual o currículo pleno estará inserido deverá contemplar atividades que coloquem o estudante frente à realidade do mercado. Cada IES deverá instituir mecanismos de acompanhamento e avaliação, com base em dados, da contribuição das

atividades de articulação entre a teoria e a prática para a eficácia de tipologia de curso definido por ela.

4.5.CURSOS SEQÜENCIAIS: atendida a regulamentação aprovada pelo CNE - Conselho Nacional de Educação, as IES poderão criar mecanismos de aproveitamento, no curso de graduação, de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de cursos seqüenciais oferecidos pela própria instituição.

4.6.ESTUDOS INDEPENDENTES: as IES deverão criar também mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, previstas em lei, presenciais e/ou à distância, desde que atendido o prazo mínimo, estabelecido pela instituição, para a conclusão do curso.

5.CARGA HORÁRIA e DURAÇÃO DO CURSO:

5.1.CARGA HORÁRIA: será no mínimo de 2.400 horas-aula, sendo 50% da carga horária total destinada a conteúdos de formação básica e profissional, obrigatórias para todas as IES, e 50% a conteúdos para ênfases curriculares, que deverão ser livremente escolhidos e oferecidos de acordo com o(s) perfil(is) do(s) formando(s) definido(s) pela IES.

5.2.DURAÇÃO DO CURSO: a duração mínima do curso será de 700 (setecentos) dias letivos, sendo que a IES terá autonomia para fixar uma duração mínima

superior a 700 (setecentos) dias letivos para o seu curso. O período máximo para conclusão do curso, entretanto, não poderá ultrapassar 50% do período mínimo definido pela instituição.

6.AVALIAÇÕES PERIÓDICAS

6.1 AVALIAÇÃO DISCENTE: com base em dados quantitativos e indicadores específicos, as IES deverão criar instrumentos de avaliações contínuas e cumulativas que traduzam a formação dos estudantes, tanto em termos de conhecimentos teóricos como práticos. Estas avaliações deverão ter como foco a melhoria contínua do processo de ensino das IES.

6.2 AVALIAÇÃO DOCENTE: com base em dados quantitativos e indicadores específicos, as IES deverão desenvolver formas e critérios de avaliação sistemática das atividades de pesquisa, ensino e extensão dos docentes e dos respectivos processos de apoio administrativo. As avaliações deverão ter como foco a melhoria contínua dessas atividades, contemplando, além do desempenho acadêmico, a produção científica e os serviços de extensão à comunidade, bem como a melhoria contínua dos processos de apoio administrativo à essas atividades dos docentes.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE OS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Em termos de qualidade de ensino, a eficácia da tipologia de curso da IES e de sua grade curricular (currículo pleno) dependerão, dentre outros fatores: (a) do número de ações e programas que incentivem os estudantes a participarem de atividades de iniciação à pesquisa, através de laboratórios de pesquisa contábil; (b) do número de estudantes que participem dessas atividades com a assistência de professores pesquisadores e; (c) de outras formas de integração entre os cursos de graduação e de pós-graduação. As IES deverão desenvolver mecanismos e critérios de avaliação da melhoria contínua da qualidade de ensino, tendo como base dados quantitativos e indicadores específicos, que traduzam adequadamente os resultados das ações e programas de transferência de conhecimentos adquiridos pelos docentes, em cursos de pós-graduação, para os estudantes de graduação.

Anexo B: Conteúdo programático previsto para o Exame de Suficiência, por meio da Resolução CFC nº 853/99, de 28 de julho de 1999.

1. CONTABILIDADE GERAL

a) A Escrituração Contábil

As contas, as partidas simples e as partidas dobradas. As variações patrimoniais. Os livros contábeis. As contas de receitas, despesas e custos. As contas de compensação. A equação patrimonial básica. O regime de caixa e o de competência. Os lançamentos e suas retificações.

b) Os registros contábeis na constituição de entidades

Os tipos de entidades. A constituição do capital. A subscrição e a integralização do capital, no caso de sociedades anônimas. A realização de capital com bens e direitos. As despesas de constituição.

c) Os registros das operações típicas de uma empresa

Compras e vendas. Movimentação de estoques. Custo com pessoal, serviços de terceiros, prêmios de seguros, tributos, amortizações, depreciações e exaustões. Operações financeiras, de empréstimos e de descontos. Os lançamentos de destinação do resultado.

d) Medidas preliminares à elaboração de balanços

O balancete de verificação. As conciliações e retificações de saldos de contas. As provisões e os diferimentos. O inventário de mercadorias e de materiais. Os créditos de liquidação duvidosa.

e) A avaliação dos ativos e passivos

A avaliação e escrituração pelo custo de aquisição. A correção monetária. As reavaliações. A avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As empresas coligadas e controladas.

f) A elaboração das demonstrações contábeis

O Balanço Patrimonial e as suas notas explicativas. A apuração do resultado e a Demonstração do Resultado do Exercício. A Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. A Demonstração de Fluxo de Caixa. A consolidação de balanços.

g) Os registros contábeis na reestruturação de empresas

Características principais das incorporações, fusões e cisões de empresas. Os registros contábeis correspondentes.

2. CONTABILIDADE DE CUSTOS

a) Elementos conceituais

O fluxo de valores no ciclo operacional interno das entidades. A inserção da Contabilidade de Custos na contabilidade e sua obediência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. A diferenciação entre os custos e as despesas. O conceito de portador dos custos.

b) As possíveis classificações dos custos

As espécies de custos. Os custos e o grau de ocupação da empresa. O princípio da causação e os custos diretos e indiretos. Os custos necessários e desnecessários.

c) Os objetivos da Contabilidade de Custos

A apreensão das variações patrimoniais havidas e a avaliação dos estoques de produtos e serviços. Os preços de venda e o resultado dos produtos e/ou serviços. O controle da economicidade das operações. A análise de alternativas quanto aos produtos e processos de produção, administração e comercialização.

d) Caracterização dos sistemas de custeamento

O grau de respeito à causalidade: os custos diretos e indiretos. As classes de valores utilizados: reais, padronizados, projetados ou simulados. A consideração ao grau de ocupação da entidade: os custos fixos e variáveis. A formalização dos registros: o monismo e o dualismo; as contas espelhadas.

e) Os principais sistemas de custeamento

Conceituação e características dos principais sistemas de custeamento. O custeio por absorção e suas principais modalidades, especialmente quanto ao tratamento dos custos indiretos. O custeio-padrão. O custeio direto e o custeio marginal. O custo-meta. O custeio por atividades. A integração dos registros de custos à escrituração contábil.

f) O controle da produção e os custos

As relações entre o controle de produção e a Contabilidade de Custos. Os tipos de produção e o controle por processo e por lote. Os co-produtos e os subprodutos. As sobras e os resíduos de materiais.

g) A apropriação dos custos aos portadores finais

A apropriação dos custos diretos (materiais, mão-de-obra e outros) aos portadores finais, os produtos ou serviços. As modalidades de apropriação dos custos indiretos. As técnicas de apropriação diante dos objetivos da Contabilidade de Custos.

3. **CONTABILIDADE PÚBLICA**

a) Contabilidade Pública

Origem, conceito, campo de aplicação e legislação. Lei n.º 4.320/64 e alterações posteriores.

b) Plano de Contas

Conceito, estrutura e critérios de classificação das contas. Sistemas de Contas.

c) Orçamento

Origem e conceito. Orçamento-programa: Conceitos básicos e legislação pertinente. Princípios Orçamentários. Técnicas de elaboração orçamentária. Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Movimentação de créditos e mecanismos retificadores do orçamento.

d) Receita e Despesa Pública

Conceitos, classificação, estágios e legislação. Suprimento de Fundos, Restos a Pagar e Despesas de exercícios anteriores.

e) Demonstrações Contábeis

Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais.

f) Balanço Geral

Estrutura. Legislação e prazos.

g) Sistemas de Controle Interno e Externo

Conceito. Legislação. Auditoria. Fiscalização. Avaliação de Gestão. Tomada e Prestação de Contas.

h) Gestão Fiscal

Lei de Responsabilidade Fiscal – Conceitos e Noções; Crimes Fiscais

4. CONTABILIDADE GERENCIAL**a) Conteúdo da Contabilidade Gerencial**

A Contabilidade Gerencial como parte da Contabilidade. O fornecimento de informações e de subsídios para a tomada de decisões. As decisões de caráter corrente e as de natureza estratégica. As avaliações de desempenho.

b) As análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade

A formação de resultado diante do comportamento dos custos fixos e variáveis. A margem de contribuição por produto, cliente, modalidade de venda, local.

c) A gestão dos custos

O problema dos custos necessários e desnecessários. O gerenciamento dos custos diante da estratégia da entidade. A cadeia de valores como centro da análise e da avaliação dos custos.

d) As demonstrações contábeis na avaliação de desempenho

A estrutura do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultados diante da análise. O uso de quocientes e de índices e suas interpretações. As análises de liquidez, da rotação de valores, do grau de imobilização do capital próprio, da margem de garantia do capital de terceiros, da rentabilidade sobre vendas e dos capitais próprios, do volume de capital de giro próprio. A análise da composição dos custos e das receitas. A alavancagem operacional e financeira.

e) A avaliação de empresas

A reavaliação dos ativos e do patrimônio líquido. O fluxo de caixa descontado. O retorno de investimento. A análise de produtividade e economicidade.

5. AUDITORIA CONTÁBIL

a) Características

Conceito, objetivo e campo de atuação. A auditoria na área empresarial e no setor público. A auditoria interna e a auditoria externa independente. O perfil profissional do auditor. A auditoria das empresas integrantes do mercado de capitais.

b) O trabalho de auditoria

O planejamento e a execução dos trabalhos. Os papéis de trabalho. O estudo e a avaliação dos sistemas de controle interno. Os tipos de auditoria nas empresas privadas e públicas. Os testes de observância e os substantivos. Outras técnicas correntes. Os relatórios na área pública e

privada. O parecer de auditoria: estrutura, redação, modalidades e destinatários.

c) As tomadas e prestações de contas

Aspectos conceituais, ciclo dos processos. Julgamento das contas públicas pelo controle externo.

d) Legislação

Legislação profissional vigente sobre a matéria, especialmente as NBC P 1 e NBC T 11.

6. PERÍCIA CONTÁBIL

a) Conceito

Definição, classificação, finalidade.

b) Aspectos Profissionais

Perfil profissional do perito.

c) Aspectos Técnicos, Doutrinários, Processual e Operacional

Perícia Judicial e Extrajudicial - Planejamento, execução e procedimentos.

Honorários Periciais. Quesitos. Indicação de Assistentes. Laudo Pericial.

7. TEORIA DA CONTABILIDADE

a) A Contabilidade

Conceito e objetivos. Os diversos ramos aplicados da Contabilidade. Os profissionais e os usuários. Evolução histórica da Contabilidade.

b) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade como essência das doutrinas contábeis aceitas é base das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Conteúdos das Resoluções CFC nºs 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade e 774/94, que aprova o Apêndice à primeira resolução.

c) As escolas ou doutrinas na história da Contabilidade

A história da Contabilidade até a época do surgimento das partidas dobradas. As partidas dobradas e o período pré-científico. O período científico na contabilidade: o materialismo, o personalismo, o controlismo e o neocontismo, o reditualismo, o aziendalismo e o patrimonialismo.

8. NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

a) Fontes e Hierarquia da Norma

As fontes do Direito. Hierarquia das Leis. Divisão do Direito Público e Privado, seu conceito e conteúdo.

b) Estado e Constituição

Estado conceito e elementos fundamentais. Forma de Estado, de governo, de regime, sistema representativo e eleitoral. Constituição, conceito e noções sobre a constituição vigente. Direito e Estado de Direito, lei e legitimidade. Representação político parlamentar.

c) Poderes do Estado

Poder Executivo, Legislativo e Judiciário: função, composição, organização e prerrogativas. Ministério Público. Tribunal de Contas.

d) A Pessoa e seus Atributos

Noções gerais e razão de ser. Pessoa e personalidade. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Capacidade de direito e de fato.

e) Tipos de Sociedades

Conceito, regulamentação, características - Mercantis: Sociedades Anônimas, Sociedade de economia mista, Sociedades em nome coletivo, Sociedade em comandita, Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, Sociedade de capital e indústria; Civis: Sociedade de profissão regulamentada, Sociedades civis não regulamentadas, Associações, Fundações, Clubes, ONGs.

f) Contratos

Conceito. Tipos de contrato. Seus efeitos e eficácia. Validade. Formalização do ato jurídico.

g) Crimes contra ordem econômica

Sonegação, Apropriação indébita, Corrupção Ativa e Passiva, Fraude, Tributária, Falimentar, Legislação, Prescrição.

h) Tributos e suas espécies

Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição Sociais. Competência. Legislação. Princípios constitucionais do poder de tributar, extinção, prescrição, decadência.

i) Créditos Tributários

Sujeito ativo e passivo, fato gerador, base de cálculo, isenção, imunidade, não incidência, diferimento, substituição tributária, extinção, prescrição, decadência. Legislação. Constituição Federal.

j) Contratos de trabalho em relação aos empregos

Distinção e características. Conceito, natureza jurídica. Tipos de Contrato e suas características. Extinção.

k) Direitos Trabalhistas

Legislação. Constituição Federal. Prescrição. Decadência.

l) Empregado e Empregador

Definição e características, direitos e obrigações.

m) Previdência Social

Conceito. Objeto. Beneficiários. Benefícios. Custeio. Acidente do Trabalho. Seguro Desemprego.

9. LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

a) A ética geral e a ética profissional

O conceito e sua inserção na Filosofia. Os campos de Ética e da Moral. As fontes das regras éticas. A Sociedade e a Ética. O papel da Contabilidade na Sociedade. A Ética Profissional.

b) A legislação sobre a ética profissional

O Código de Ética Profissional do Contabilista: ordenamentos e punições. O Estatuto dos Conselhos de Contabilidade. As Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais.

c) Legislação profissional

A regulamentação profissional do Contabilista: o Decreto-lei nº 9.295/46. As prerrogativas profissionais, especialmente a Resolução CFC nº 560/83. Os órgãos de Classe na profissão contábil. A formação profissional, o Exame de Suficiência e a educação continuada. Infrações técnicas.

10. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS

BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

a) Princípios Fundamentais de Contabilidade

Resolução CFC nº 750/93;

b) Apêndice aos Princípios Fundamentais da Contabilidade

Resolução CFC nº 774/94; e

c) Normas Brasileiras de Contabilidade

Resoluções pertinentes do CFC. Estrutura – O sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade. As Normas Técnicas, as Profissionais e suas respectivas Interpretações Técnicas.

11. CONHECIMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO PAÍS.

a) Cidadania

Conceitos fundamentais; direitos e deveres do cidadão; cidadania tutelada e emancipada;

b) Regime político brasileiro e democracia

Conceitos, pressupostos, princípios e valores da democracia. Direitos humanos e políticos; composição do Estado Brasileiro.

c) As Classes e os Direitos Sociais

As relações entre as doutrinas políticas e as instituições. Direitos do consumidor.

d) Economia Brasileira

Produto Interno Bruto, política cambial, mercado interno e mercado externo, balanço de pagamentos e balança comercial, déficit público, política fiscal e tributária.

12. PORTUGUÊS

a) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Fundamental.

Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.

b) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio.

Lei n.º 9.394 de 20/12/1996.

13. MATEMÁTICA FINANCEIRA

a) Juros Simples

Definição, conceito, generalidades. Cálculo do juro. Homogeneidade entre a unidade de tempo, de taxa de juro e do prazo de aplicação. Definições e considerações sobre taxa proporcional, nominal e efetiva. Juro exato. Comercial, pela regra dos bancos. Multiplicador fixo e Divisor fixo. Montante: definição, conceito, generalidades. Desconto comercial ou "por fora". Desconto racional ou "por dentro". Relação entre os descontos comerciais ou "por fora", critérios do desconto racional ou "por dentro".

b) Juros Compostos

Definição, conceito, generalidades. Cálculo do Montante. Resolução de exercícios empregando Tabela Financeira e/ou Logarítmica. Convenção Linear, Exponencial. Taxas proporcionais, equivalentes, nominal e efetiva. Desconto racional. Equivalência de capitais-critério do desconto racional.

c) Anuidades

Rendas certas ou anuidades. Definições, classificação. Montante e valor atual do modelo básico de anuidade (imediata e postecipada).

d) Taxas

Nominal, efetiva e equivalente. Montante e valor atual de uma renda postecipada. Montante e valor atual de uma renda antecipada. Montante e valor atual de uma renda diferida.